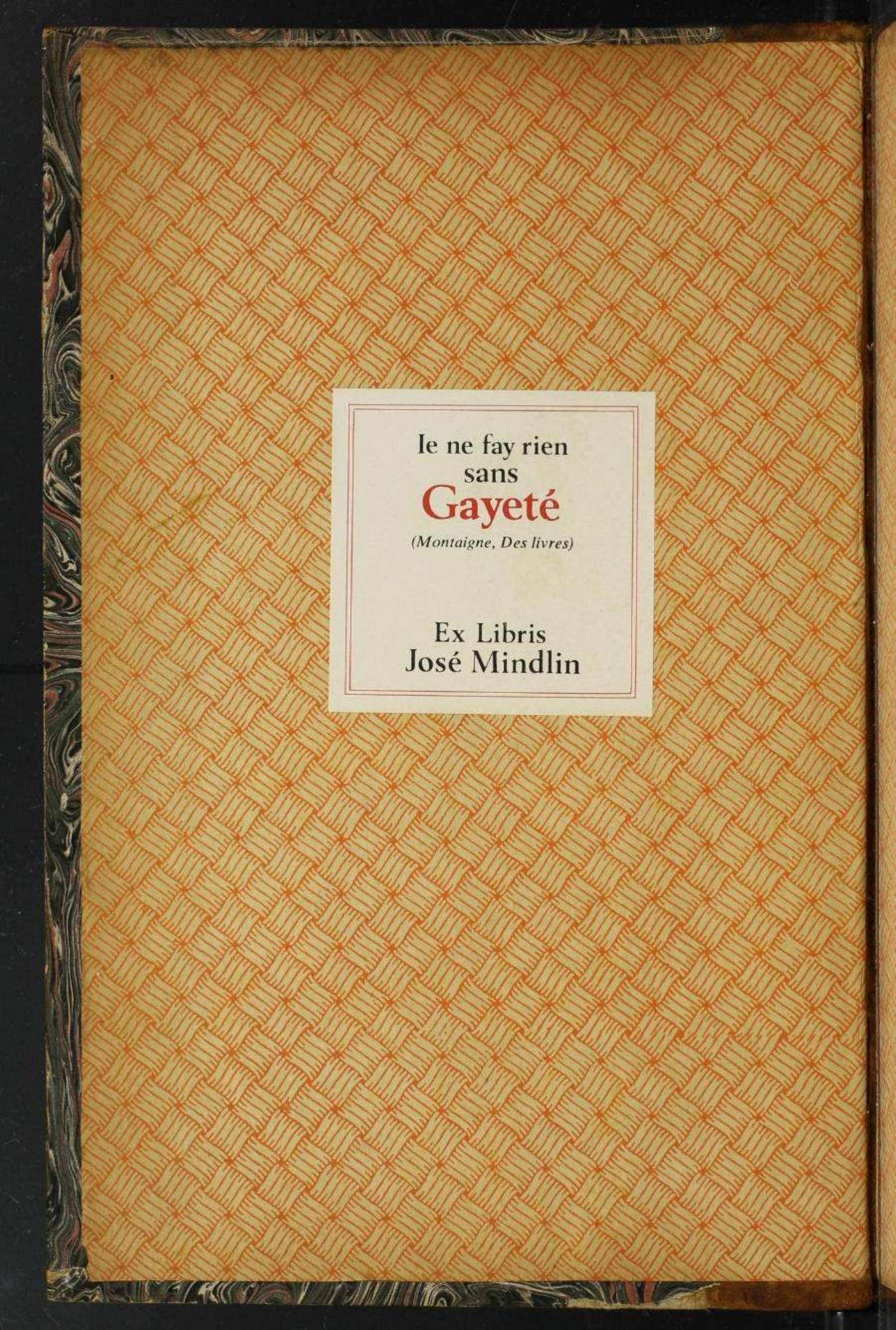

Ie ne fay rien
sans
Gayeté
(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

58/A

300.

O AMAZONAS

JOSÉ DA COSTA AZEVEDO
E
LAD RIO

AS COSTAS ATLANTICAS

DA

AMERICA MERIDIONAL

PELO TENENTE DA ARMADA DOS ESTADOS-UNIDOS

F. MAURY.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DE M. BARRETO

RUA DA QUITANDA N. 55.

1853.

O AMAZONAS

E

AS COSTAS ATLANTICAS

DA

AMERICA MERIDIONAL.

CAPITULO I.

Verdadeira politica.—O paiz do Amazonas, seu clima, producções e salubridade.—Porque é regado de tantos rios e differe das outras regiões intertropicaes.

A politica do commercio, e não a da conquista, é a politica dos Estados-Unidos.

O espirito do seculo, animado pelas emprezas particulares, procura todos os dias novos campos para seus pacificos triumphos, mas em nenhum ponto do globo póde o commercio effectuar maravilhosos resultados iguaes áquelles que hão de assignalar os seus passos, percorrendo o Amazonas e os outros grandes rios das encostas atlanticas da America Meridional.

Muito se falla de Cuba e do Japão; mas de todas as questões diplomaticas do dia nenhuma é tão importante, nem interessa tanto aos Estados-Unidos, como a livre navegação daquelles magestosos rios e seus affluentes.

O paiz regado pelo Amazonas, uma vez desinçado dos selvagens e animaes ferozes, e sujeito á cultura, seria capaz de sustentar com os seus productos a população inteira do mundo.

E' um paiz de arroz, que ahi produz quarenta por um. Cinco mezes depois de plantado está em estado de colher-se, e póde plantar-se em qualquer tempo do anno. Assim o lavrador que hoje semeasse um alqueire de arroz, recolheria quarenta daqui a cinco mezes. Semeando estas quarenta, colheria dentro de outros cinco mezes mil e seiscentos alqueires. Em dez mezes a terra produz ali um augmento de mil por um e mais.

Póde tambem em qualquer tempo plantar-se milho, que amadurece em tres mezes; de maneira que o lavrador póde ali fazer quatro colheitas de

milho por anno. Reina ali um verão inalteravel, com uma perpetua successão de searas.

Pede a politica do commercio,—e o commercio é a politica dos Estados-Unidos,—que se franqueie ao vapor aquelle rio, que seja povoado e cultivado o seu valle, que se introduzão e floresção ali as artes, a industria e o commercio.

E' na encosta atlantica da America Meridional, no valle do Amazonas e do Prata, que a natureza liberalisou todos os seus dons em pasmosa variedade.

Ali o reino vegetal ostenta toda a sua magnificencia e grandeza; e ali tambem se mostra o reino mineral em toda a sua riqueza e deslumbrante esplendor.

Naquella vasta região ha bem poucas estradas proprias para carros; e o primeiro caminho de ferro está ainda por construir-se; e bem que o Prata regue um paiz quasi tão extenso e muito mais fertil do que o valle do Mississipi; bem que o do Amazonas seja duas vezes mais vasto, e que os affluentes deste rio sejão mais longos, mais navegaveis e mais numerosos, comtudo naquellas aguas a barca de vapor é um problema ainda não experimentado. No valle do Amazonas ainda se não conhece o arado, o machado e a carabina americana; estes grandes instrumentos da colonisação e civilisação são meras curiosidades.

Por mais de trezentos annos tem o homem branco possuido o paiz do Amazonas, e ha mais de trezentos annos que esse paiz existe no estado de perfeito ermo. Em consequencia da incuria e impericia dos seus governantes, o Europeu não tem feito a menor impressão naquellas ricas e magestosas selvas. Até quando ha de continuar este estado de cousas?

Não tem a politica meios, nem o commercio attractivos pelos quaes se ponha termo a semelhante politica, e que induzão a abrir aquelles rios á navegação, aquellas immensas selvas e ferteis campinas á colonisação e cultura?

O que o commercio tem até agora feito para a America Meridional é nada em comparação do que poderá fazer. Apenas tem feito povoar e cultivar a beira-mar daquelle continente. No seu vasto interior ainda se não tocou—o coração do paiz;—o coração do paiz é um deserto, nem se póde chegar até elle senão mediante a poderosa força do vapor, e a livre navegação dos seus caudalosos rios.

E' desse paiz, da grande importancia da sua colonisação, da summa utilidade de enviar para ali emigrantes, barcas de vapor, machados e arados, com mensageiros e agencias de commercio, que eu pretendo fallar.

Vejamos pois primeiramente onde elle está situado, em que distancia, e qual é a sua actual condição; e então poderemos melhor julgar que linha de politica mais conviria ser adoptada pelas nações commerciaes em relação a elle.

O semi-continente da America Meridional tem quasi a fórma de um triangulo rectangulo. A sua hypothenusa jaz sobre o Pacifico; um dos seus lados estende-se desde o Cabo d'Horne até o de S. Roque, onde o angulo recto é formado pelo outro lado que se estende dahi, na latitude de 5 gráos sul até o Cabo la Vela do mar dos Caraibas, na latitude de 12 gráos norte.

O lado maior é o que se prolonga entre os Cabos d'Horne e de S. Roque, o qual tem 3,500 milhas geographicas de comprimento, o outro lado só tem 2,500; porém a hypothenusa que passa sobre os Andes, e descansa sobre o Pacifico, tem de comprido mais de 4,000 milhas.

Esta configuração exerce poderosa influencia sobre os climas da America Meridional, principalmente no que diz respeito á sua hydrographia. Os seus grandes rios, como o immenso Amazonas e o magestoso Prata, são resultados desta configuração, pois que estando a frente maritima, que descansa sobre o lado menor, situada no hemispherio septentrional, e mirando o nordeste; e a frente maritima, que descansa sobre o lado maior, no hemispherio austral, olhando para o sueste, os ventos geraes do nordeste e do sueste na sua passagem através do Atlantico impregnão-se de humidos vapores, que vão deixando cahir em chuveiros á medida que correm para o interior do paiz, até que chegão aos nevados cumes dos Andes, onde as ultimas gotas que delles attrahe aquella baixa temperatura, são depositadas, e servem de alimentar os mananciaes do Amazonas, do Prata e dos seus affluentes.

Os ventos geraes do nordeste começão a soprar no tropico de *Cancer*, e vindo daquelle ponto atravessão obliquamente o Atlantico. Absorvem na sua passagem os vapores do mar, e topando em angulos rectos com as praias da America Meridional, que se estendem do cabo de S. Roque ao Cabo la Vela, levão para o interior esses humidos vapores que, formando-se em nuvens, e descendo depois em chuveiros, alimentão com agua o Magdalena, o Orinoco e os affluentes septentrionaes do Amazonas.

O volume d'agua despejado no mar por esses rios é demonstrativo da quantidade que os ventos ge-

raes do nordeste absorvem delle, transportão em nuvens, e precipitão sobre a bacia regada por aquelles rios, que são como canos ou tubos formados pela natureza, e que tem por manancial a cordilheira dos Andes, e por cisterna o mar dos Caraibas e a porção septentrional do Atlantico.

Os vapores attrahidos da região septentrional do Atlantico pelos ventos geraes fornecem chuva, orvalho e humidade á Nova Granada, a Venezuela, ás Tres-Guianas, e ás encostas atlanticas do equador.

Por outra parte os ventos geraes sueste começão a soprar junto ao paralello de 30 ou 35 gráos de latitude sul, e atravessão tambem obliquamente o Atlantico, batendo perpendicularmente na costa da America Meridional, que se prolonga do Cabo de S. Roque para o d'Horne. Correm para o interior do paiz, impregnados de vapores humidos, de que ficão de todo exhaustos antes que tenhão transposto os Andes. Pela quantidade d'agua que o Prata e o Amazonas tornão a lançar no oceano, póde calcular-se a quantidade de humidade que é attrahida do mar, e que desce em chuva sobre aquelle fertilissimo paiz.

Ora, não ha outro paiz tropical no mundo que tenha exactamente o seu barlavento uma tão grande extensão de mar na região dos ventos geraes; e por conseguinte nenhum outro paiz intertropical é tão abundantemente regado como o grande territorio do Amazonas na America Meridional.

Ao longo da costa atlantica dos Estados-Unidos, ao longo da costa da China e da costa oriental da Nova Hollanda, a terra corre na direcção dos ventos geraes daquellas regiões; e por consequencia esses ventos, com a sua humidade, correm parallelos com a terra. Não soprão perpendicularmente sobre ella, nem levão para o interior os seus vapores, como acontece na America do Sul. Dahi resulta que nenhum daquelles paizes intertropicaes póde ostentar rios comparaveis aos da America Meridional.

A costa oriental da Africa está disposta como a da America do Sul, mas não tem o seu barlavento sufficiente expansão de mar para fornecer vapores que alimentem mananciaes de grandes rios.

Os ventos geraes do sueste, quando as monções do oceano indiatico lhes permitte soprar, dão perpendicularmente sobre a costa oriental da Africa, assim como sobre a costa da America Meridional; mas soprão apenas metade do anno sobre aquella costa, quando sobre esta ultima é perenne o seu sopro, e por isso não podem supprir a Africa com metade da chuva que a America Meridional recebe.

No cabo de Guardafui, o angulo recto da linha litoral africana é formado do mesmo modo que o cabo de S. Roque na America; porém os ventos que atravessão essa linha entre o cabo de S. Roque e o isthmo de Darien já teem cruzado o Oceano Atlantico e o mar dos Caraibas, e chegão á terra impregnados de humidos vapores; mas na Africa os ventos geraes do nordeste, que atravessão a linha litoral entre o cabo de Guardafui e o isthmo de Suez, só tem absorvido vapores do Mar-Vermelho; assim a quantidade de humidade que esses ventos levão ao interior da Africa é muito menor que aquella que os ventos geraes do Atlantico transportão para a America do Sul. A differença é tão grande como a que existe entre a superficie do Atlantico, exposta aos ventos geraes do nordeste e a do Mar-Vermelho.

Os dous systemas de ventos geraes, do nordeste e do sueste, convergem e se encontrão entre o equador e o isthmo de Darien. No ponto do contacto reina a calma, e quasi sempre chove.

Esta circumstancia e outros agentes meteorologicos dividem as estações nas regiões septentrionaes da America do Sul, e principalmente no valle do Orinoco, em estação chuvosa e secca, durando cada uma seis mezes do anno.

Não acontece assim no valle do Amazonas. Ali faz sempre um tempo agradavel, bem que cáia mais chuva em alguns mezes do que em outros, como se vê em outros paizes.

Quem nos tiver acompanhado nesta descripção com uma carta geographica, perceberá facilmente porque esta região intertropical da Ameica do Sul tem e deve ter o mais notavel clima do mundo. Vimos que a Africa Oriental, e só ella, se lhe assemelha na configuração da linha litoral; mas a deficiencia da superficie evaporante faz com que a Africa Meridional não possa ser tão bem supprida de chuvas, e por consequencia de rios, como a America do Sul.

Em todas as outras regiões intertropicaes do globo na India, na Africa Occidental, na Nova-Hollanda e na Polynesia, o anno divide-se em estação chuvosa e estação secca; e durante esta ultima cahe bem pouca ou nenhuma chuva; seccão-se as fontes, perece o gado, e os corpos mortos contaminão o ar. Então acontece tambem apparecer naquelles paizes o terrivel mal da peste.

Não é porém assim o valle do Amazonas. Ali as chuvas, bem que copiosas, não cahem sómente

dentro de poucos mezes, nem são acompanhadas dos terriveis tufões e turbilhões de vento que se levantão com cada mudança de estação na India. Na America brandas e fecundantes chuvas cahem em todos os tempos do anno, e os tufões raras vezes se levantão.

Por isso que o paiz do Amazonas está situado dentro dos tropicos, pensão muitos que o seu clima é semelhante aos dos outros paizes tropicaes, como a India, por exemplo. Mas pelas razões apontadas, e por não haver monções ou outras causas que fação com que o valle do Amazonas seja abrasado pela secca em uma estação, e inundado pelas chuvas em outra, como a India de um lado, e o paiz do Orinoco do outro, não ha mais semelhança entre os climas da India e do Amazonas do que a que existe entre os climas de Roma e de Boston ; e quem inferisse uma igualdade de clima do facto de estarem Boston e Roma situadas na mesma latitude, não commetteria maior erro que aquelle que julgasse o clima do Amazonas igual ao da India, por serem tropicaes ambos esses paizes.

Ora, qual deve ser a condição de um paiz intertropical, cujo solo é banhado por frequentes chuvas, e onde se não experimenta uma secca abrasadora durante seculos de prepetuo verão? Sem duvida a da fertilidade e salubridade, porque em semelhante clima tudo nasce e cresce promptamente. A rapida producção e constante decomposição de materias vegetaes por espaço de milhares de annos devem ter enriquecido a superficie do paiz com camadas de terra vegetal.

De facto ali a vegetação está em perpetua actividade, e não ha intervallo de repouso vegetal porque assim que cahe uma folha, e principia a apodrecer, vão nascendo outras folhas que lhe absorvem os gazes. Taes condições fazem com que o clima do valle do Amazonas seja um dos mais saudaveis e deliciosos do mundo.

Tendo feito ver que o clima do Prata e do Amazonas é quente e humido, sem que nelle haja seccas abrasadoras, cremos ter sufficientemente demonstrado que o chão daquelles paizes, qualquer que seja o seu *substratum*, deve estar coberto de uma rica e fertil camada de terra vegetal, formada pela decomposição de materias vegetaes durante seculos.

CAPITULO II.

O Prata, Mississipi do hemispherio austral.—Bacias de rios comparadas.—Commercio do Prata, seu valor.—Producções.—Uma vaca vegetal e um alambique natural.—Serras diamantinas.—Canal entre as aguas do Prata e do Amazonas.

Vamos agora mostrar a presente condição, capacidade para o commercio e futuros recursos das grandes bacias fluviaes da America do Sul. Restringiremos a nossa attenção aos rios Amazonas e Prata, com os seus affluentes, e aos valles por elles regados; e trataremos primeiramente do Prata, comparando a extensão de paiz que elle corta com a que é banhada pelos rios da parte septentrional do hemispherio.

O valle do Amazonas jaz em ambos os hemispherios: é a mais vasta bacia fluvial que existe, mas não pertence exclusivamente nem ao norte nem ao sul. Excluindo pois da comparação o Amazonas, ver-se-ha que a bacia regada pelo Mississipi é a maior do norte, e que a regada pelo Prata é a maior do continente austral. Ambos estes rios correm de norte a sul, abrangendo cada um grande variedade de producções, e atravessando differentes climas; porém um corre para o equador e o outro afasta-se delle.

As áreas das principaes bacias fluviaes que desaguão em mares accessiveis ao commercio podem ser classificadas da maneira seguinte:

Na America, o Amazonas, área 2,048,480 milhas quadradas (incluindo o Orinoco.)

Na America do Norte, o Mississipi, área 982,000 ditas ditas.

Na America do Sul, o Prata, área 886,000 ditas ditas.

Na Europa, o Danubio, área 234,000 ditas ditas.

Na Africa, o Nilo, área 520,000 ditas ditas.

Na Asia (China), o Yang-tse-Keang, área 547,000 ditas ditas.

Na India, o Ganges, área 432,000 ditas ditas.

Vê-se pois que o valle do Prata é em área o terceiro do mundo; sendo duas vezes tão grande como o valle do Ganges, e trez vezes tão extenso como a maior bacia fluvial da Europa.

A bacia do Prata comprehende todas as latitudes dos valles do Indo, do Ganges e do Irawaddi, que são as grandes bacias fluviaes da India; e por conseguinte tem todas as capacidades agriculturaes que se encontrão nos climas da India. Estes grandes recursos do Prata jazem pela maior parte dormentes: estão occultos nas entranhas da terra, ou escondidos nas quebradas dos montes. As aguas do Prata correm por climas favoraveis á producção do assucar, do chá, do café, do tabaco, do algodão, do milho, do arroz, do cánamo, de madeiras de tinturaria e especiaria, e de quasi todos os principaes generos agricolas.

O Rio da Prata está inteiramente dentro do hemispherio austral, e é o maior rio assim situado; assim as suas estações são oppostas ás dos rios septentrionaes. Quando no norte o lavrador estiver semeando, aquelle que cultiva a terra no magnifico valle do Prata estará fazendo a sua colheita; e os seus fazendeiros e commerciantes poderão supprir

os mercados do norte, durante seis mezes do anno, sem concurrencia.

O Rio da Prata, propriamente fallando, é o braço do mar que jaz entre os paralellos de 33° e 36° de latitude meridional. A sua largura é de 100 milhas ou mais, segundo o logar onde a medirem, e é formada pela juncção do Paraná e do Uruguay. Consideramos como valle do Prata todo o paiz retalhado por estes rios e seus affluentes.

O Uruguay é um bello rio, que tem a sua origem no Brasil, na provincia de Santa Catharina, sobre a encosta maritima da cordilheira chamada —Serra do Mar.—Corre primeiramente para o occidente, e depois para o sul, retalhando por espaço de 700 milhas, pouco mais ou menos, um paiz rico, fertil e assaz bem povoado. Parte do seu curso fórma a linha divisoria entre o Brasil e a Banda Oriental de um lado, e a Confederação Argentina do outro.

O Paraná é um magestoso rio, formado pela confluencia dos dous rios brasileiros, Rio Grande e Paranahyba, o primeiro dos quaes nasce junto ao paralello de 20° sul, não longe do mar, na rica provincia de Minas Geraes. O valle onde surgem as veias d'agua que, unindo-se, formão a corrente principal deste rio, é formosissimo. Tem cêrca de 200 milhas de largura na parte mais larga, e 400 de cumprimento. O Rio Grande corta-o em direcção occidental por espaço de quasi 500 milhas, até encontrar o Parnahyba, que desce da parte do norte, onde as suas nascentes parecem confundir-se com as do Amazonas.

A população das duas provincias interiores de Minas Geraes e Goyaz, onde nascem, e por onde correm estes dous affluentes do Paraná, é, quanto á primeira, de um milhão de habitantes, e 250 mil quanto á segunda.

A quasi japonica politica até aqui observada, relativamente a explorações scientificas do Prata e seus affluentes, tem conservado o mundo em perfeita ignorancia a respeito de muitas parte daquelle valle.

O Dr. Francia estabeleceu, alguns annos ha, no Paraguay, um governo fundado sobre as bases do systema japonez. Rosas tentou imitar esta politica emquanto esteve no poder; e o Brasil a tem sempre praticado. Assim os geographos teem realmente bem pequeno conhecimento dos affluentes brasileiros do Rio da Prata, da sua navigabilidade, e dos recursos commerciaes dos paizes que elles banhão.

Segundo o *Mappa do Imperio do Brasil*, publicado em 1846, sob os auspicios da Sociedade Geographica do Rio de Janeiro, o Paraná, em as primeiras quinhentas milhas abaixo da confluencia do Rio Grande e do Parnahyba, atravessa porções inhabitadas das provincias de Goyaz, Matto-Grosso e S. Paulo, passando depois por entre as republicas hespanholas daquella região, por espaço de mil e duzentas milhas, até ir entrar no Prata. Ao longo desta parte do seu curso o paiz é assás povoado; e, segundo se vê pelo *Atlas Geographico e Estatistico* de Montgomery Martin, cuja autoridade é mais recente que a do mappa da Sociedade Geographica do Brasil, deve elle estar em bom estado de cultura. Tratando o anno passado deste rio, diz aquelle autor:

« Durante os ultimos seis ou oito mezes que o Paraná, ou o rio da Prata, esteve aberto ao commercio europeu, fizerão-se permutações de generos na importancia de mais de dezeseis milhões de dollars; e isto sem que houvesse systema ou estabelecimentos mercantis previamente organisados. Dous combois, um de cento e dez, outro de setenta e seis navios mercantes, descêrão o rio inteiramente carregados. Verdade é que este consideravel commercio era em parte attribuivel á anterior prohibição estabelecida pelo general Rosas, que com esta politica exclusiva queria imitar o Dr. Francia, como elle mesmo confessou vangloriando-se. Se Rosas tivesse sido bem succedido nos seus intentos, formaria um estado tal qual tem sido o Japão ha mais de dous seculos. »

O commercio do Prata é de certo importante; mas que seja de tanto valor agora, como representa o extracto supra, é do que se póde duvidar.

Supponha-se porém que em vez de dezeseis não passasse de um milhão o valor dos generos que descêrão pelo rio durante os seis ou oito mezes daquella inesperada liberdade de navegação, a quanto não subiria esse valor no fim de seis ou oito annos de livre navegação, quando o vapor e o commercio tivessem estimulado as producções do paiz até á maior capacidade dos seus capitaes e industria?

Deixando o Paraná, e seguindo para o Occidente, o primeiro rio que encontramos é o Paraguay, o mais magnifico affluente dessa bacia. Acompanhando-o nas suas voltas, é navegavel até duas mil milhas, pouco mais ou menos, de distancia do mar. É o Missouri do valle do Prata.

Um amigo nosso, que residiu muitos annos na capital da Republica do Paraguay, acaba de regressar d'ali. Aproveitar-nos-hemos pois das suas

observações a respeito daquelle interessante rio e natureza do paiz, assim como dos esclarecimentos fornecidos por M. de Castelnau, que percorreu aquella região em 1848 e 1849.

Segundo Hopkins, o Paraguay é um verdadeiro paraiso. A respeito deste paiz e dos seus recursos commerciaes diz elle o seguinte:

« Posso fallar do Paraguay com a maior certeza, « pelo conhecimento pessoal que delle tenho. « Quasi dividido pelo tropico de *Capricornio*, a sua « superficie, á semelhança de um taboleiro de xa- « drez, está entresaxada de belissimos pastos e « magnificas florestas. Superior a todos os paizes « que me são conhecidos, parece especialmente « destinado para habitação do homem. Aqui, na « parte oriental da nossa propria terra, os primei- « ros colonos achárão todo o paiz coberto de bos- « ques; ao oeste do Mississipi, pelo contrario, « existem vastas campinas destituidas de arvores. « Assim tambem ao norte do Brasil ha continua- « das e intransitaveis florestas; nas suas comarcas « meridionaes, e por toda a Banda Oriental, Entre- « Rios, Corrientes e a Republica Argentina, acha- « mos interminaveis *pampas*, como as nossas cam- « pinas, sem que, em muitos logares, se encontre « combustivel, até mesmo para os usos domesticos. « Não acontece isso a respeito do Paraguay, onde, « além de sufficiente quantidade de madeira para « construir milhares de vapores, achão-se florestas « que abundão em toda a sorte de arvores, tanto de « ornamento como proprias para obras, ou uteis « pelas suas preciosas qualidades.

« Principiando pela região onde nasce o rio Pa- « raguay, vemos que as producções da banda do « Brasil consistem em ouro e pedras preciosas, as- « sucar, melaço, couros de extraordinario tama- « nho, crina, graxa, cêra, pelles de veado e de « tigre, arroz, milho e farinha de mandioca; e « que as do lado de Bolivia, são ouro e pedras pre- « ciosas, prata, café (apreciado pelos entendedores « como igual ao de Moka) e quina em abundancia.

« Sem duvida poderiamos tirar destes dous pai- « zes muitos outros productos da America tropi- « cal; mas é no Paraguay que se encontra a maior « abundancia e riqueza de productos naturaes.

« Das plantas medicinaes, produz elle em gran- « de abundancia ruibarbo, salsaparrilha, jalapa, « beijoim, sassafraz, guaiaco, sangue de drago, « balsamo de cupahyba, noz-vomica, alcassús, e « gengibre.

« Achão-se tambem tintas das mais bellas côres; « entre outras a cochenilha, duas especies de anil, « um vermelhão vegetal, o açafrão, a virga-aurea, « com outras plantas que produzem todos os mati- « zes de vermelho-escuro, preto e verde.

« Nos bosques encontrão-se sessenta variedades « de madeira excellente para construcção de na- « vios e para obras de marcenaria. Ha entre as « suas arvores a chamada *seibo*, que quando verde « é esponjosa e tão molle que se póde cortar como « se fosse uma maçã, mas estando secca torna-se « tão dura que quasi resiste á acção do ferro mais « bem temperado; o *páo de vibora*, cujas folhas são « um remedio infallivel contra a mordedura das « cobras venenosas; o *páo de leite*, que é por assim « dizer uma vacca vegetal; e o *páo de borracho*, « especie de alambique vegetal. Nas raizes de cer- « tas arvores, debaixo do chão, acha-se a resina « chamada *içica*, especie de pez natural já promp- « to e preparado para calafetar as costuras dos « navios.

« Muitas dessas arvores produzem gommas e « drogas das mais raras virtudes e exquisitos per- « fumes. Alguns cedros dão uma gomma igual á « gomma-arabica; outros, uma cola natural que « uma vez secca resiste á accão da agua e da hu- « midade. »

Naquellas estupendas florestas crescem, ama- durecem e morrem annualmente, em grande quantidade, duas ou tres especies de linho cána- mo, a *nux saponica*, ou noz de sabão, a cóca, a erva mate de superior qualidade, duas especies de algodão com oleos vegetaes; e acha-se tambem cera em grandissima abundancia.

Nas pampas pascem immensas manadas de gado e de cavallos, e por falta de transporte perdem-se grandes quantidades de couros, crinas, chifres, sebo, etc.

« Sobre as ferteis margens alluviaes de tantas e « caudalosas correntes d'agua, diz o mesmo Hop- « kins, vegetão com profusão as canas de assucar, « o algodão, o tabaco de superior qualidade, o ar- « roz, a mandioca, o milho, e mil outras produc- « ções vegetaes, ao mesmo tempo que sete varie- « dades de bambú orlão essas margens, e matizão os « frequentes lagos com ilhotas de singular belleza.

Em summa, este viajante resume assim a sua descripção daquelle soberbo valle:

« Achámos os bosques produzindo espontanea- « mente tudo o que é necessario para commodida- « de e regalo do genero humano, desde o lindo al- « godoeiro, que lhe fornece vestuario, até ás tin- « tas que mais possão agradar á sua fantasia; e « desde as madeiras que servem para construir o

« seu navio e casa, ou para adornar o seu gabi-
« nete, até ás plantas que o curão na sua enfermi-
« dade ou lhe ministrão seus perfumes. Só resta
« accrescentar que o clima é favoravel á producção
« de todos os sereaes uteis e de legumes culinarios,
« e que ali abundão saborosas fructas para susten-
« to do corpo e deleite do paladar. »

Mas da Republica do Paraguay, onde esteve Hopkins, até á foz do Prata, só ha umas 1,500 milhas de navegação fluvial. Subamos pois mais pelo formoso rio Paraguay, e entrando no territorio do Brasil, prosigamos rio acima, atravessemos o districto dos diamantes, até á cidade do *Diamantino*, e rastejando as suas nascentes sobre leitos de pedras preciosas e arêas de ouro, cheguemos até onde ellas surgem scintillantes das *Serras Diamantinas*. Do seu cume podemos contemplar o tracto de terreno que separa as aguas, se é que estão separadas, do rio da Prata das do Amazonas.

Esta cordilheira estende-se de léste a oeste, por mais de 2,000 milhas de distancia em linha recta. De um lado as vêas d'agua correm para o sul, do outro para o norte; e de ambos os lados arrastão da cordilheira ouro, diamantes e outras pedras preciosas. Esta região aurifera e rica de mineraes abraça muitos gráos de latitude, e prolonga-se por 30 gráos de longitude. Propomo-nos fallar mais largamente della em outra occasião.

E' ainda um problema se as aguas do Prata e do Amazonas se unem por meio de um canal natural, como acontece com as do Amazonas e do Orinoco pelo Cassiquiare. Em tal caso offerecerião uma navegação interior desde Buenos-Ayres, em 35 gráos de latitude meridional, até á foz do Orinoco, em 11 gráos de latitude septentrional, onde este rio entra no mar dos Caraibas. Uma tal navegação não só traria aos nossos portos os productos commerciaes das encostas atlanticas da America do Sul, mas despejaria os seus thesouros no proprio seio onde o Mississipi entorna as suas aguas, o excedente da sua producção e a sua riqueza.

De todos os modos, quer exista ali agóra um canal natural ou não, podemos antever o tempo em que a cultura e a civilisação, promovidas pelo vapor, hão de enraizar-se na grande bacia do Amazonas; então esses canaes, que a natureza não completou, serão completamente abertos pela arte. Por elles o Prata ficará, por assim dizer, revirado, sendo a boca, para todos os fins praticos do commercio, posta debaixo do equador, onde o Amazonas desagua no Oceano.

O sabio Francez Castelnau, que foi enviado por Luiz Philippe em 1843 para explorar o interior do paiz, e que atravessou por terra do Rio de Janeiro á Bolivia, e dali a Lima, e cruzando os Andes desceu pelo Amazonas até á sua foz, dá muitos e preciosos esclarecimentos a respeito de todo este paiz. Gastou na exploração quatro ou cinco annos, e a primeira parte de suas viagens acaba de sahir á luz.

« O principal objecto da sua expedição, diz elle,
« foi estudar em todos os seus aspectos a vasta bacia
« do Amazonas, que está destinada a representar um
« papel importante na futura historia da America;
« pois que, accrescenta elle, o absoluto descuido das
« nações da Europa, a respeito desta bacia fluvial,
« ha de um dia causar espanto ao mundo politico e
« commercial. »

« Uma excursão nas partes septentrionaes da
« provincia de Mato-Grosso (diz o mesmo viajan-
« te) offereceu-nos a occasião de determinar a po-
« sição das nascentes do Paraguay, assim como as
« do Tapajos; e podemos contemplar ao mesmo
« tempo os braços dos dous maiores rios do mundo
« — o Prata e o Amazonas — surgindo das entra-
« nhas da terra aos nossos pés, e entrelaçados um
« com outro. E como se a natureza quizesse fazer
« mais encantador aos olhos do homem este curioso
« e interessante sitio, collocou as suas minas de
« diamantes em uma região de paiz onde o seu
« valor é insignificante em comparação das gran-
« des vantagens que o commercio deve um dia ti-
« rar desta maravilhosa juncção de aguas. »

Foi nesta região que o velho e intrepido sargento João de Souza achou um *tunel* natural—chamado o sumidouro, porque corre por espaço de um quarto de legua por debaixo de uma montanha,—o qual leva as suas aguas em tributo ao Amazonas. Partindo do Cuyabá em 1746, desceu aquelle sargento o rio deste nome até o Paraguay, pelo qual subiu até á foz do Seputuba. Seguindo por este acima até á sua origem, abriu caminho com um machado através das mattas virgens, na distancia de tres leguas, por onde transportou as suas canôas, que lançou sobre o sumidouro, desembarcando dellas no logar onde este rio desapparece debaixo do chão. Transpoz então a serra, e chegando ao sitio onde elle surge outra vez, teve a fortuna de ver que as suas canôas tinhão passado sem damno algum.

Tornando a embarcar ahi, desceu pelo Arinos e Amazonas até o Pará, onde foi encarcerado, por causa dos seus descobrimentos; pois era politica de Portugal, e tem sido depois do Brasil, ser tão exclusivo como o Japão, a respeito destas grandes bacias fluviaes e dos thesouros que ellas conteem.

CAPITULO III.

O paiz do Paraguay. — Criação de gados. — Oiro e diamantes. — Immensa cultura de plantas medicinaes e aromaticas. — As riquezas do reino vegetal excedem ás do mineral. — Lavagem do oiro nas ruas. — Grande quantidade de diamantes. — Anomalia commercial. — Communicação entre o Prata e o Amazonas. — Politica japoneza do Brasil. — Ordem expedida para a prisão de Humboldt. — Exploração do Amazonas por officiaes da armada dos Estados-Unidos. — Relatorio do tenente Herndon. — Pilcomayo. — Cidade do Prata. — Magnifica vista das producções das zonas tropicaes, temperadas e frigidas.

A Republica do Paraguay jaz entre os paralellos de 22 e 28 gráos de latitude meridional. Póde portanto ser considerada como *extra*-tropical.

A provincia brasileira de Matto Grosso jaz entre o paralello de sete gráos de latitude meridional e o tropico de *Capricornio*; e sendo inter-tropical póde suppor-se que as suas producções differem a muitos respeitos das do Paraguay.

Esta provincia de Matto-Grosso, no seu maior cumprimento e largura, mede 16 gráos de latitude sobre 16 de longitude.

Pelo meio della passa em zig-zag de léste a oeste a cordilheira que separa as aguas do Amazonas das do rio da Prata. De um extremo a outro desta cordilheira, do Atlantico aos Andes, extrahem-se dos seus lados e ribeiros ouro, diamantes e pedras preciosas.

Nas suas encostas septentrionaes nasce o Tocantins, o Chingú, o Tapajoz e o Madeira, tributarios do Amazonas, e maiores que qualquer dos rios da Europa. O Paranahyba, que desagua directamente no Atlantico, tem tambem as suas cabeceiras nas quebradas septentrionaes desta aurifera serra.

Das suas declividades meridionaes surgem os rios Paraná e Paraguay em crystallinas veras, que, semelhantes a fios de prata, se deslizão, serpeando por entre a mais louçã vegetação, e sobre arêas de ouro e seixos misturados com diamantes, vão unir-se e avultar no magestoso rio da Prata.

Deixemos pois o paiz do velho doutor Francia, e passemos ao do Matto-Grosso e Brasil.

O viajante que, deixando aquella republica, sóbe pelo rio Paraguay até á famosa região aurifera e diamantina de Matto-Grosso, acha de um e outro lado, á medida que fôr subindo, um lindo paiz variegado com planuras e extensos arvoredos de grande belleza. Tomando depois o Mendingo, que affluc do oriente, e subindo-o por espaço de setenta ou oitenta milhas, chega-se á povoação de Miranda. Os moradores das vizinhanças são industriosos.

Crião grandes manadas de gado vaccum e ca-

vallar, cultivão cannas de assucar, milho, legumes, mandioca e algodão em abundancia. O clima é sadio e agradavel, e por isso muitos dos seus habitantes chegão á idade de cem annos.

Foi aqui que o botanico Dr. Weddell viu a *nicaya* com a sua elegante folhagem, cujo fructo, segundo lhe disserão os Indios, de fórma oblonga, conteem uma massa doce, de que elles são apaixonados.

Em toda esta região ha uma immensa quantidade de madeira roxa e de outras bellas côres, que os habitantes usão como combustivel, porque apezar da preciosidade della para a marcenaria, não teem elles outro meio de a transportar para beira-mar senão ás costas de bestas de carga, não obstante os seus bellos rios navegaveis.

Voltando para o rio Paraguay, a vista do campo é embellecida pelas numerosas boiadas que pascem ás suas sempre verdes pastagens. O valor desse gado consiste nos chifres e couros.

O Poconé, situado na foz do rio Cuyabá, é uma das mais florescentes e alegres villas do interior do Brasil. Castelnau affirma que ha naquella villa individuos que possuem de oito até dez mil cabeças de gado.

Deixando o Poconé á direita, e seguindo o braço esquerdo do rio, que conserva o nome de Paraguay, até obra de 150 milhas acima delle, chega-se ao forte de Villa Maria, na fronteira do Brasil, sobre a margem oriental do rio, 7 leguas arriba da confluencia do Jaurú.

As peças que guarnecem aquelle forte forão transportadas pelo *Amazonas* até o Tapajoz; dahi por este rio, até o Arinos, donde forão conduzidas através dos paizes diamantinos ás cabeceiras do Cuyabá, transportadas dahi até o Paraguay, e por este rio acima até Villa Maria.

Na banda occidental ha varios e formosos rios que, nascendo em Bolivia e no Brasil, vão cahir no Paraguay, arriba da foz do Cuyabá. Muitos dos arroios que formão esses rios se entrelação com as cabeceiras do Madeira, que é para o Amazonas o mesmo que o Missouri para o Mississipi. Teremos ainda occasião de fallar destes tributarios, do esplendido paiz de banhão, e do carreto entre elles.

Villa Maria está situada no meio da grande região de ipecacuanha de Matto Grosso. Em 1814 Francisco Real foi enviado a explorar a região diamantina daquella provincia; mas aconteceu com elle o mesmo que a meu ver aconteceria agora com quaesquer outros exploradores. Achou que por mais ricas de diamantes que fossem as ribeiras e leitos das torrentes, as riquezas do reino vegetal excedem muito ás do reino mineral.

A immensa plantação natural de ipecacuanha occupa uma área de 3 mil milhas quadradas. A planta é perenne; uma mão adestrada póde colher 15 libras da sua raiz por dia, que no Rio de Janeiro vende-se a 500 rs. cada libra. O producto de um trabalhador ordinario é de 5 libras por dia, e o seu salario regula de 6$000 a 8$000 por mez.

Castelnau suppõe que de 1830 a 1837 se levárão para o Rio de Janeiro não menos de 800 mil libras desta raiz. Este abundante supprimento fez abaixar o preço. Mas note-se uma circumstancia bem singular: a ipecacuanha é tirada das proprias margens de um dos mais nobres rios do mundo, e conduzida ás costas de bestas muares por 1,200 milhas de distancia, até beira mar, apezar da grande estrada real da natureza!

A ipecacuanha dá-se melhor em terrenos planos ou arenosos; e acha-se tambem em grande abundancia sobre as margens dos rios Vermelho, Sipotuba e Cabaçal.

Ha tambem grande quantidade de baunilha; o seu preço, no tempo em que Castelnau visitou Villa Maria, era de 1$200 a libra! Seguiremos este intelligente viajante até a região diamantina, e visitaremos com elle a cordilheira que separa as aguas do Paraguay das do Tapajoz.

Subindo pelo Cuyabá, que é o principal tributario brasileiro do Paraguay, obra de 150 milhas de distancia da sua foz, chega-se á florescente cidade de Cuybá, capital da provincia de Matto-Grosso, e cuja população é de 7,000 habitantes pouco mais ou menos. Faz com o Rio de Janeiro um activo commercio por meio de caravanas de 200 a 300 bestas cada uma. Este commercio consiste principalmente em couros, pelles de onça, de veado, ouro em pó, diamantes e ipecacuanha. O custo do carreto anda por 30$ por carga de perto de 4 arrobas.

Entre as cousas maravilhosas que se encontrão nestas grandes bacias fluviaes da America do Sul, eis-aqui a mais singular: Uma cidade, capital de uma provincia maior que todos os treze antigos estados juntos da Confederação Norte-Americana, e que occupa sobre as margens do Prata quasi a mesma posição relativa que a cidade de S. Luiz occupa sobre as margens do Mississipi, fazendo o seu commercio, não por agua e por vapor, mas ás costas de bestas, e em tão longa distancia da beira-mar, que o tempo empregado na ida e volta de cada caravana é de 10 a 12 mezes!

A existencia de semelhante estado de cousas, no meiado do decimo nono seculo, em o interior da America Meridional, sobre um dos mais bellos rios do mundo adaptados aos barcos de vapor, e cujos tributarios navegaveis são possuidos por não menos de cinco nações separadas e independentes, sem que ainda a politica e os interesses mercantis os tenhão feito franquear á navegação e ao commercio, será nos tempos futuros considerada como a maior maravilha de todas as que offerece esse maravilhoso paiz.

O que ainda é mais: o Brasil tem a um tiro de pedra daquella cidade, e por um facil transporte, as aguas navegaveis do seu proprio Amazonas; e todavia tal tem sido o seu receio de que as barcas de vapor sobre aquellas aguas revelassem ao mundo as immensas riquezas daquella provincia, que vemos por elle adoptada uma politica peior que a do Japão, pois exclue da cultura, da civilisação e do commercio o mais bello paiz do mundo. As encostas atlanticas da America meridional formão um paiz maior que o continente europeu, e no qual se encontra uma perpetua colheita dos mais exquisitos fructos, sendo portanto capaz de sustentar uma população mais numerosa que a da Europa.

Cuyabá está no centro da região aurifera desse esplendido paiz. Encontra-se o metal em vêas, entre os seixos no fundo dos arroios e em grãozinhos sobre a terra. No fim de cada chuva que cahe correm os escravos e os meninos a apanha-lo das lavagens das ruas da cidade.

Colhe-se ali uma droga do Amazonas de que se faz grande uso, e a que attribuem maravilhosas virtudes medicas.

Nas cabeceiras do rio Cuyabá está o celebre districto diamantino do Brasil; e bem que nesta epoca de positivas realidades não se possa dizer que a cidade do Diamantino, principal povoação do districto, tem as ruas calçadas de diamantes, é comtudo certo que estes se encontrão misturados ali com a terra, como o ouro nas excavações da California.

Pouco antes de chegar ali Castelnau, um homem querendo fincar no chão um páo para atar a elle a sua besta, achou um diamante de nove quilates. Os meninos lavão a terra nas ruas para colher ouro; e algumas vezes encontrão-se diamante no papo das aves.

Esta pedra acha-se no fundo das correntes d'agua, e principalmente nos leitos dos rios Ouro e Diamantino e Sant'Anna em todo o seu curso, Arinos, S. Francisco, havendo tres com o mesmo nome, e o Paraguay por longo espaço abaixo da corrente principal.

O sumidouro, na banda amazonia desta cordilheira, é tambem, segundo dizem, riquissimo em diamantes.

Um Hespanhol, de nome D. Simon, lavando com os seus escravos sobre o Rio Sant'Anna, sómente durante a estação secca, apanhou no espaço de quatro annos 7 mil quilates de diamantes.

Castelnau orça em 40 mil contos todo o producto dos diamantes do Brasil até fins do anno de 1849.

A riqueza desta bacia fluvial, actuando com o seu ouro e diamantes sobre a cubiça do governo do Brasil, tem sido a causa do atrazo e ruina do paiz.

A principio os diamantes pertencião á corôa, e ninguem podia visitar o districto diamantino sem ser rigorosamente vigiado. Havia por toda a parte destacamentos militares para impedir que o povo se approveitasse da riqueza mineral.

Supponhamos que os Estados-Unidos tivessem estabelecido na California postos militares para estorvar o povo de ir ali cavar ouro, qual seria a condição daquelle estado, em comparação do que hoje é? Apresentaria o mesmo aspecto que hoje apresenta o interior do Brasil.

Tem sido um invariavel systema de politica do governo brasileiro, não só excluir o commercio, mas tambem subtrahir á observação geral os maravilhosos recursos, riqueza e fecundidade do mais bello paiz do mundo. Entre os immensos thesouros que ali jazem dormentes e desaproveitados, o ouro e as pedras preciosas são, na nossa opinião, os de menos valor real.

Existe actualmente no Rio de Janeiro o original de uma ordem expedida no tempo em que Humboldt viajava na America do Sul, em virtude da qual aquelle grande homem devia ser preso e expulso do paiz, se acaso puzesse pés no territorio brasileiro.

E ainda não ha tres annos que o governo dos Estados-Unidos recorreu ao do Brasil, solicitando a permissão de enviar uma barca de vapor que subisse pelo Amazonas para o explorar, não em beneficio dos Estados-Unidos sómente, mas para o bem do commercio, da sciencia e do mundo inteiro. A permissão foi denegada, e a consequencia de semelhante recusa foi ordenar-se a dous officiaes de marinha que, partindo da cidade de Lima transpuzessem os Andes e descessem o Amazonas do modo que lhes fosse possivel. Um desses officiaes, o tenente Herndon, regressou ha pouco, e occupa-se em apromptar o seu relatorio; o ou-

tro, o tenente Gibbon, ainda está em caminho.

Assim, em consequencia deste espirito japonico que ainda existe no Brasil, e desta politica do *cão na mangedora*, os nossos officiaes que viajavão por amor das sciencias, e em beneficio da familia humana, virão-se obrigados a soffrer toda a sorte de trabalhos e inclemencias do tempo, a sustentar-se de phocas e macacos, afim de poderem descer aquelle magestoso rio desde a sua origem até á sua foz, sobre jangadas e outros vehiculos fluctuantes que puderão encontrar. Os relatorios destes officiaes servirão sem duvida para abrir os olhos do paiz á importancia daquella região.

De sobre a cordilheira ao norte do Diamantino, viu Castelnau as aguas do Prata e do Amazonas da mesma fazenda.

« Achámos (diz elle) um dos proprios manan-
« ciaes do Amola (tributario do rio Cuyabá) que
« nasce em um algar da chapada da Serra e corre
« para o sul... A fazenda do — Estivado, — onde
« nos achavamos, está situada n'um dos mais
« interessantes pontos de todo o paiz. Ali de facto,
« e a poucos passos um do outro, brotão os ma-
« nanciaes dos dous maiores rios do mundo — o
« Amazonas e o Prata.—Póde ser mui facil algum
« dia estabelecer uma communicação entre estas
« gigantescas correntes, pois que o dono da casa
« nos disse haver tentado, para o simples fim de
« regar o seu jardim, desviar as aguas de um rio
« para o leito do outro. A fonte do rio Estivado,
« verdadeiro ramo do Arinos, acha-se em uma
« concavidade da chapada, obra de 650 pés de
« distancia a léste da casa do mesmo nome; e
« 275 pés ao occidente della em um bosquezinho
« surge um affluente do Tombador, que é conhe-
« cido por ser um dos tributarios do Cuyabá.

« A fazenda do Estivado está pois sobre a linha
« divisoria das aguas que se dirigem ao norte, e das
« que correm para o sul. O mesmo phenomeno
« se observa em Macu. Nos tempos de grandes
« cheias ha uma torrente cujas aguas em certo
« logar se separão, de maneira que de um lado
« correm para o Cuyabá, e do outro para o Tapajoz.

« Toda esta grande chapada jaz sobre a linha
« divisoria das aguas. O superintendente do Esti-
« vado contou-nos que uma vez fôra conduzida
« uma canôa do Cuyabá para o Arinos, por um ca-
« minho de sómente quatro leguas, e que o dono
« de Macu havia intentado estabelecer esta com-
« municação. »

Ha um commercio directo entre o Diamantino e o Pará, pelos rios Arinos, Tapajoz e Amazonas. O logar do embarque é a 10 leguas da povoação, e a viagem de ida e volta occupa oito mezes. O Tapajoz passa por ser doentio.

As mercadorias estrangeiras que chegão por esta via ao Diamantino vendem-se ordinariamente ao preço de 850 por cento sobre o seu custo no Pará, o qual é de 50 por cento, e ás vezes cento por cento sobre os preços originaes de New-York.

Se este commercio fosse mais avultado, como não é presentemente, nem será jámais sem navegação a vapor, muito ganharia com isso a Pensylvania; porque no Diamantino e na provincia de Matto-Grosso o ferro vende-se ordinariamente á razão de 48$000 por peso de 100 libras, 1:056$000 a tonelada! preço que deve contentar os fabricantes de ferro de qualquer paiz. 100 libras de sal custa ali 34$560; o barril de farinha 76$800.

Passando deste atrazadissimo paiz para Bolivia, Cartelnau encontrou ahi um povo muito diverso. Industriosos e prosperos, os Bolivianos ao contemplarem os seus apraziveis rios, o Pilcomayo e o Madeira, suspirão pelas barcas de vapor e livre navegação do Prata e do Amazonas.

O Pilcomayo nasce ao pé da muralha meridional da sua linda cidade da Prata, como é denominada Chuquisaca. O Vermelho, outro grande rio boliviano, tributario do Prata, nasce mais ao sul. Depois de um curso de mil milhas em direcção ao sul e ao sueste, estes rios desembocão no Paraguay; e tal é o desejo que tem a Bolivia de os ver navegados por vapor, que offereceu, segundo ouvimos dizer, o premio de 10:000$000 ao primeiro barco de vapor que subir pelo Pilcomayo até o ponto onde elle é navegavel.

Chuquisaca está situada sobre o esporão de uma montanha que resalta da cordilheira dos Andes, e separa as cabeceiras do Pilcomayo das do Madeira. Este ultimo, nascendo ao pé da muralha septentrional da cidade, e unindo-se a um affluente que desce da cidade de Chochabamba, corre por espaço de umas trezentas milhas em direcção ao Sul e ao Oriente; engrossado então pelos numerosos tributarios que recebe no seu curso, volta para o norte; e passando junto á Santa Cruz de la Sierra (capital da republica) já feito em magestoso rio, vai incorporar-se com o Amazonas, de que elle é o maior affluente.

A distancia desde aquellas duas primeiras cidades, pelos rodeios do Madeira até o oceano, excede a duas mil milhas, mais de metade das quaes são do territorio boliviano. Razão tem pois aquella re-

publica de suspirar por barcas de vapor que naveguem nos seus rios, e tenhão o direito de subir e descer livremente pelo Amazonas.

O clima de Bolivia é um dos mais bellos climas tropicaes que se conhecem. Na verdade podemos dizer que ali se encontrão todas as producções dos paizes habitaveis do globo.

Aquelle que sentado ao pé de uma das suas montanhas, tendo em roda de si as mais deliciosas frutas dos tropicos, erguer os olhos para os nevados cumes acima delle, póde abranger de um golpe de vista toda a extensão da escala vegetal.

Começando pela zona da chirimoya, ananaz, larangeira e baunilha que embalsamão o ar com a sua fragrancia, passando depois a das vinhas, oliveiras, pereiras e pecegueiros, e successivamente á zona temperada e á torrida, com as producções que lhes são proprias, chega á zona frigida, e ahi vê os nevados picos dos rochedos coroados de musgo e lichens das regiões polares.

Metade, pouco mais ou menos, do territorio da Bolivia está dentro do valle do Amazonas; uma quarta parte dentro do valle do Prata, e o resto, que não é ermo ou montanha, acha-se no valle do Lago Titicaca, onde tiverão origem os Incas e a civilisação do Perú.

CAPITULO IV.

Bolivia, tributaria do Atlantico. — Sua disposição favoravel á politica commercial dos Estados-Unidos. — Livre navegação do Amazonas. — Lhamas. — O tenente Gibbon. — Potosi. — Ouro, prata, diamantes e azougue. — Quina. — Admiravel fertilidade do solo. — Aguas thermaes e ruinas. — Coca, suas maravilhosas virtudes. — Sal. — Transporte por terra entre o Prata e o Amazonas. — As minas perdidas de Urucumaguan, sua fabulosa riqueza. — Lavagem do ouro. — Portos de entrada e navegação a vapor sobre os rios bolivianos, tributarios do Amazonas. — Carta interessante. — Salubridade do clima. — Abertura da navegação do Amazonas. — Portos francos em Bolivia.

Bolivia só tem um porto de mar sobre o Pacifico, que é Cobija, enseada e miseravel povoação, em frente do grande deserto de Atacama. O transporte por terra entre este porto e os districtos cultivados da republica é demasiadamente aspero, longo e dispendioso, para que elle venha a ser jámais um imporio commercial. O caminho por onde Bolivia espera achar sahida para os seus productos destinados ao mercado é ao longo dos seus rios que desaguão no Amazonas, e por este abaixo até o mar, onde os ventos e as correntes são taes, que esses productos terão forçosamente de passar pela nossa porta.

Disto está ella bem convencida, e o seu presidente tem manifestado o mais vivo desejo de estreitar os laços de amizade, commercio e navegação que estão destinados a ligar o seu paiz ao nosso.

Como atrás vimos, Bolivia possue rios navegaveis, que são igualmente tributarios do Prata e do Amazonas. O ar livre dos céos e as jucundas aguas da terra forão postas neste mundo pelo Todo-Poderoso para uso e recreio do genero humano. O ar e a agua que se usão sem nunca exhaurir-se são uma propriedade commum de todos os homens.

Não tem portanto Bolivia e as outras sete nações independentes, que possuem rios navegaveis que desaguão no Amazonas ou no Prata, mas que não possuem a foz destes ultimos dous, o direito de seguir cada uma, e fazer uso das suas aguas navegaveis até o mar? E não exigem os interesses do commercio que se faça valer esse direito, para que qualquer dessas oito nações que deseje commerciar comnosco, ou com o resto do mundo, o possa fazer por aquelles canaes naturaes?

E' esta uma das questões que propomos á consideração dos homens politicos. Antes porém de indicar quem é que aqui ás nossas portas, por meio de uma politica japonica, impede o commercio das mais bellas porções do globo, desejamos mostrar que a livre navegação do Amazonas não é uma

utopia ; que pelo contrario existem ali agora todos os elementos de um lucrativo e consideravel commercio, e que a questão é por conseguinte de grande importancia e de utilidade real. Passaremos pois a fallar das producções desta interessante, quasi que disseramos *classica* terra.

No territorio de Puno acha-se o lhama, a vicunha e alpaca. Numerosos rebanhos de ovelhas pascem nos seus campos e pousão nas suas collinas.

Não ha muito tempo que fallando nós sobre este assumpto com um fabricante de pannos, contou-nos este que havia recentemente comprado uma grande porção de lã de Puno, no valor de cem mil dollars; e que essa lã, em vez de ser transportada pelo Amazonas, quasi á vista do qual fôra tosqueada, porque a isso se oppõe a politica japoneza, que conserva fechada a foz desse rio, teve de ser conduzida á região das nuvens, para transpor os Andes, descer até ás livres aguas do Pacifico, dobrar o Cabo d'Horne, e chegar finalmente a Boston.

Chuquisaca, ou a *Cidade da Prata*, está situada, como já dissemos, sobre a serra que divide o Amazonas do Prata.

De um lado as aguas do Pilcomayo correm para o Sul ; do outro as do Madeira correm para o Norte, seguindo o seu curso até o *rei dos rios*.

Perto de Chuquisaca está o Potosi. Aqui passa-se das regiões do ouro e diamantes para as do azougue e prata.

Desde que se descobrirão as minas do Potosi tem-se extrahido dellas não menos de mil e seiscentos milhões de dollars! Diz-se que o veio é ainda tão rico como ao principio, mas não se lavra por falta de força mecanica, tal como a do vapor, e só as facilidades do commercio poderão fornecê-la.

E' das encostas athlanticas de Bolivia que se tira a cortiça para a fabricação da quinina. Sobre aquelles rios navegaveis colhe-se a quina, que é levada ás costas de burros e carneiros por seiscentas milhas de distancia, através dos Andes até o Pacifico.

Dous milhões de dollars de quina se colhêrão ali o anno passado. Não offerece isto sufficientes bases commerciaes para sustentar a navegação a vapor do Amazonas á Bolivia? Aquella republica tem ali uma população industriosa e economica de um milhão e meio, cujas precisões commerciaes serião satisfeitas por esta nova estrada. Uma das suas cidades (Potosi) foi provida d'agua, mediante a somma de tres milhões de dollars despendidos com a construcção de obras. Póde acaso o commercio, com um povo tal, ser uma utopia? As producções das encostas orientaes de Bolivia são assim descriptas por Castelnau.

As producções do paiz são em grande variedade. As canas de assucar, que se cortão oito mezes depois de plantadas, constituem o genero principal da provincia de Cercado. O café, prosperamente cultivado nesta provincia, assim como na de Chiquitos, dá fructo em dous annos depois de plantado, e quasi que não exige o menor cuidado. O cacáo, recentemente introduzido naquellas duas provincias, produz dentro de tres ou quatro annos quando muito. O tamarindo, que cresce bem nas mesmas localidades, e especialmente no territorio de Chiquitos, exige cinco annos para dar.

O algodão produz duas colheitas : e ha delle duas especies — amarello e branco.

O tabaco cresce, por assim dizer, sem cultura na provincia de Valle-Grande, onde elle é o principal artigo de commercio. O anil, de que ha tres especies cultivadas e uma silvestre, é igualmente abundante. O milho amadurece em tres mezes, qualquer que seja a estação do anno, e cultiva-se mais particularmente na provincia de Cercado.

A mandioca produz em oito mezes depois de plantada. Ha duas especies, uma doce e outra amarga, a primeira é um bom substituto das batatas, e ainda mesmo do pão ; a segunda só serve para fazer gomma. Ha muitas variedades ou especies de bananas que dão cacho em um anno, e abundão principalmente na provincia de Cercado. Nesta e na de Chiquitos cultivão-se duas especies de arroz, que dá colheitas todos os cinco ou seis mezes. Dizem que nasce espontaneamente no territorio de Chiquitos.

A videira, que prospera perfeitamente na provincia de Cordilheira, onde era cultivada no tempo das missões até á epoca da independencia, está agora abandonada. Será talvez para o futuro uma das principaes producções do paiz.

O trigo, a cevada e a batata poderião cultivar-se com grande proveito nas provincias de Chiquitos e Cordilheira, mas presentemente estão abandonados, excepto na provincia de Valle-Grande. A cultivação da coca começou na provincia de Cercado, onde foi achada silvestre, assim como a quina sobre as montanhas de Samaïpata. Como já mencionámos, abundão nesta região as frutas : laranjas, limões, limas, figos, *papayos*, romãs, melões, melancias, cherimoyas (especie de fruta de conde de suavissimo sabor), ananazes, etc. Estes ultimos cres-

cem espontaneamente, e em grande abundancia nas matas do Chiquitos. Colhe-se nesta provincia grande quantidade de jalapa, quina, salsaparrilha, baunilha, urucú, copahyba, ipecacuanha, copal, gomma elastica, etc.

Abundão as madeiras de tinturaria, e proprias para obras de marcenaria e carpintaria. Os habitantes colhem cuidadosamente grande quantidade de gommas, raizes e cascas, a que attribuem infinitas virtudes medicinaes.

Em varios logares, principalmente nas provincias de Valle-Grande e Cordilheira, acha-se ferro, e existem vestigios de azougue; encontra-se ouro na provincia de Cercado, perto de Pueblo de San Xavier. Minas de prata forão exploradas pelos jesuitas nas serras de Colchus. Dom Sebastião Rancos, no tempo em que foi governador de Chiquitos, participou ao governo que se havião encontrado diamantes de muito bella agua nos arroios proximos a *Santo-Corázon*.

Bolivia deseja com tanto ardor a navegação dos seus rios, por meio do vapor, que offereceu premiar o seu introductor com a concessão de 20,000 milhas das suas melhores terras, em feudo simples.

Para augmentar o interesse, os recursos, os encantos e a riqueza deste paiz, ali estão as aguas thermaes de Tolula com as suas maravilhosas propriedades; as ruinas de Samaïpata e Tiahuanaco, as quaes, com os seus symbolos e annaes hieroglyphicos, revelão um povo anterior aos Incas; e, na opinião de Castelnau, superior a elles em civilisação.

A floresta do valle do Madeira excitou a admiração e enthusiasmo de Castelnau, não obstante tudo o que este sabio viajante havia visto na sua viagem desde o Rio de Janeiro através do paiz. « A paizagem, diz elle, era formosissima; e a vegetação, variando a cada instante de aspecto, nos offerecia constantemente novos objectos. »

Os bellos valles das cordilheiras, que produzem a coca, forão tambem para elle objectos de grande interesse. « Este vegetal, diz elle, possue tão maravilhosas propriedades, que habilita os Indios, sem algum outro alimento, a fazerem marchas forçadas por cinco ou seis dias. » E' um estimulante, e só com mastiga-lo executão elles jornadas de 300 milhas, sem darem signaes de cançados. (1)

(1) A coca, segundo a descreve Castelnau, é um arbusto que attinge a seis pés de altura, mas de ordinario não excede a tres. A sua folhagem é de uma bella côr verde, a flor branca, o fructo pequeno e encarnado. Logo que as plantas chegão a ter 18 pollegadas de alto, mudão-nas dos viveiros para os campos chamados *Cocaes*. As folhas maduras são colhidas com os dedos, e espalha-las ao sol para seccar, algumas vezes sobre pannos de lã. Esta operação requer grande cuidado, porque é mister preserva-las de toda humidade, que lhes muda a côr e faz perder o prestimo. Os Indios misturão esta planta com uma pequena quantidade de cal, e levão sempre um saquinho della em todas as suas excursões.

No tempo dos Incas a coca era considerada como uma planta sagrada.

Não será pois uma questão digna de se averiguar se acaso a livre navegação do Amazonas póde introduzir esta preciosa planta no commercio do mundo?

Na provincia de Chichos ha muitas minas de prata e innumeras manadas de gado.

Na provincia de Lipaz, onde o clima é frio, e a cevada o principal producto agricola, abundão os lhamas, as vicunhas, as alpacas, os veados e as lindas chinchilhas. Encontra-se ali uma especie de caparosa chamada pedra lipes, e igualmente amathistas com outras pedras preciosas. Ha tambem uma vasta campina coberta de sal, já perfeitamente adaptado para uso da mesa.

O Paray, tributario do Amazonas, por via do Madeira, é navegavel até Cuatro-Ojos, que dista sómente 30 leguas de Santa Cruz, capital da republica.

Em 1772 Luiz Pinto de Souza fez transportar uma embarcação assás grande, das cabeceiras do Madeira até ás do Prata, com o intuito de dar o exemplo de uma navegação interior. O transito entre as aguas navegaveis dos dous rios foi só de duas milhas e meia.

Entre os affluentes superiores do Madeira é que a tradição do paiz colloca as minas perdidas de Urucumaguan com thesouros iguaes em valor á fabulosa riqueza da cidade dourada de Manôa (2).

Nas margens deste rio achão-se actualmente *placers*, que dão ao mineiro, empregando sómente cuias e cabaças, 4$000 a 6$000 por dia.

Na parte superior dos seus tributarios ha lagos de que se póde extrahir grande quantidade de sal. Esses rios abundão em peixe, e os bosques em caça.

O tenente Gibbon que, como dissemos, foi a Bolivia para explorar o Madeira, acha-se agorâ no seu regresso descendo por aquelle rio. Os Bolivianos o saudárão como um bemfeitor, e ministrárão-lhe todas as facilidades ao seu alcance.

No tempo em que elle estava em Cochabamba, toda a attenção daquelle governo dirigia-se a estabelecer, sobre as aguas navegaveis do Madeira, portos de entrada para as mercadorias estrangei-

[2] Pouco antes da estada do tenente Herndon no Perú, chegou ali uma partida de Peruvianos de volta de uma exploração de ouro no paiz do Amazonas. Não tinhão comsigo para a lavagem senão cabaças, e ainda que encontrassem muitas difficuldades, extrahirão *setecentas* libras de ouro.

ras, e a contratar com uma companhia a introducção de barcas de vapor nos seus rios. O presidente da republica recebeu de muito bom grado a proposta que lhe foi feita. Assim ,o valle do Madeira torna-se um objecto de summo interesse na epoca presente ; e esperamos por isso que se nos perdoará demorarmo-nos tanto com elle.

Aquelle paiz é desconhecido em grande parte, e as historias que nos contão da sua riqueza e producções são tão deslumbrantes, que nós outros de um clima severo, affeitos a um solo ingrato, cujos fructos teem de ser-lhe arrancados á força de longo e paciente trabalho, sentimo-nos dispostos a receber as relações das mesmas testemunhas de vista, com um certo desconto pelo menos.

Em corroboração do que temos exposto, citaremos uma carta que nos escreveu de Lima um amigo nosso. Fallando de Bolivia e de seu illustrado presidente, diz elle :

« Depois da minha ultima correspondencia fiz conhecimento com Dom... natural do Chile, a quem o tenente Gibbon viu em Cochabamba, em Bolivia. Este Dom... é sem duvida um homem habil.... Segundo elle pensa, o presidente de Bolivia nutre favoraveis disposições para comnosco, e não hesitaria em conceder privilegios a uma companhia de navegação a vapor que lhe fizesse para esse effeito a conveniente proposta. Como não conheço em Bolivia outro algum individuo com quem pudesse entender-me a respeito da navegação do Amazonas, não duvidei aproveitar-me delle, porque penso que não ha tempo a perder, se os Estados-Unidos querem assegurar para os seus cidadãos o commercio interior da America Meridional. Dom... declara que o Marmoré é navegavel para barcas de vapor desde um ponto perto de Cochabamba até á sua confluencia com o Guapuré ou Itenez, e dahi por diante até á juncção deste ultimo com o Bené, que unidos formão o rio Madeira ; e que as cachoeiras deste rio não são impassaveis nem perigosas. Em prova disto affirma elle que uma escuna brasileira, ha cêrca de dous annos, subiu pelo Marmoré até á Trindade, e deu ahi uma salva.... Vê-se pois que ha uma navegação aberta do Pará até poucas leguas de distancia de Cochabamba, que vem a ser duas mil milhas pelo menos ; o que não parecerá incrivel quando se considerar a extensão da navegação sobre o Missouri.

« A descripção que Dom.... faz dos productos do paiz ao longo das margens do Marmoré não póde deixar de excitar admiração. Cacáo e café de optima qualidade crescem espontaneamente, e a maior parte do primeiro é consumida pelos macacos e passaros, por falta de meios de transporte. As canas de assucar nascem por toda a parte, assim como algodão branco e amarello. Ha além disso varias especies de cascarilha, salsaparrilha, gommas, madeiras de excellente qualidade, mel e cêra, tudo em abundancia.

« Atravessando o Marmoré, da Exaltação para o Sudoeste, chega-se ao rio Machuno, que, segundo Dom.... é um pequeno Pactolo, pois que todo o paiz entre Marmoré e o Itnez, da latitude de 10° para o norte, é tão rico de ouro como a California. E' minha decidida opinião que todo o paiz cortado pelos rios que descem da encosta oriental da cordilheira, de Santa Cruz de la Sierra, em Bolivia, até á foz do Ucayali, em Perú, é uma immensa região de ouro e prata ; achando-se o ouro nas planicies junto aos rios, e a prata nas montanhas. Atrevo-me a vaticinar que a mesma região contém diamantes e outras pedras preciosas, e talvez algumas ainda desconhecidas aos lapidarios.

« As minas de prata de Carabaya erão immensamente ricas quando as lavrava Salcedo ; tanto assim que o vice-rei do então fez tramar contra elle uma accusação, processou-o, e mandou executar, para obter posse das minas por elle descobertas ; mas ficou frustrado na sua expectativa, porque os Indios que erão affeiçoados a Salcedo recusárão dar informação alguma ao governo a respeito dellas, de maneira que ficárão até hoje sem serem exploradas. Sabe-se que existe ouro em grande quantidade, tanto em Carabaya como em Pampa del Sacramento ; porém este metal é o menor incentivo da emigração para Bolivia. No solo e seus productos é que os colonos vindos de terras estranhas hão de encontrar abastança e felicidade. O clima diz-se que é saudavel ; e os Indios, á excepção dos da parte inferior do Benê, são pacificos e amigos dos brancos. Em summa, segundo Dom.... a parte oriental de Bolivia é a mais vasta esphera para o commercio e a colonisação.

« Sem dar implicito credito a estas informações de Dom.... resolvi-me a aproveitar a influencia que elle sem duvida tem sobre o presidente de Bolivia para promover o nosso plano de abrir a navegação do Amazonas, e impedir, quanto me fosse possivel, o triumpho da politica exclusiva do Brasil. Tendo eu verificado que Guaraios, aldêa de quatrocentos vizinhos, situada na confluencia do Marmoré com o Itanez, do lado de Bolivia, e Exaltação, villa de quatro mil habitantes, erão as principaes povoações sobre o Marmoré, abaixo da villa

da Trindade, propuz a Dom.... que escrevesse áquelle presidente, e o persuadisse a declarar aquelles dous logares portos de entrada para o commercio estrangeiro. Abraçou logo esta idéa, dizendo que era *muy luminoza*, e pelo ultimo correio escreveu ao presidente sobre este assumpto. Diz elle que o mesmo presidente declarára que não pretende fazer concessões aos Brasileiros; que não ha povo para elle como os Norte-Americanos, porque hão de trazer á Bolivia riqueza, força e civilisação.

« Estou certo que o governo de Bolivia ha de declarar os dous mencionados logares, Guarayos e Exaltação, portos de entrada para o commercio estrangeiro. Em tal caso teremos ganhado um grande ponto. Isso mostrará que aquella republica deseja entabolar relações commerciaes comnosco; assim poderemos exigir que o Brasil não ponha obstaculos ao nosso commercio com ella. Infelizmente porém nós, como individuos, não temos poder nem meios para levar avante este gigantesco e magnifico plano de franquear á povoação e á civilisação o mais bello e mais extenso paiz do globo. Temos procedido até aqui sem conselhos nem favor do governo geral, á excepção de.....

« Quanto a mim, estou inteiramente entregue a este vasto assumpto, porque sei que a menos de cem leguas de distancia existem aquellas grandes solidões cheias de thesouros, e occupando um espaço onde milhões de homens poderião habitar na abundancia e prosperidade, onde annualmente esperdiça a natureza mais do que bastaria para sustentar commodamente a população da China, e onde as mais deliciosas frutas e as mais bellas flôres crescem e florescem desapercebidas. Quando nisto penso e considero que os numerosos rios que volvem em silencio e debalde as suas aguas por immenso espaço, sinto duplicadamente a falta de poder e dinheiro para os franquear ao mundo civilisado.

« Voltando á questão da navegação interna da America Meridional, remetto-vos inclusa uma tirinha de papel do jornal publicado nesta cidade, com o titulo de — *Commercio*, — contendo a noticia de ter sahido de Paucartambo uma pequena expedição para explorar o rio Madre de Deus.

« Os habitantes de Cusco estão convencidos da importancia de uma communicação pelos seus rios com o Amazonas e o oceano atlantico; e quando esta questão fôr levada perante o governo peruviano, e se verificar que os Estados-Unidos intentão forçar a passagem através do Brasil, posso contar com o apoio e influencia do departamento inteiro de Cusco, e provavelmente de todos os senadores e deputados das provincias orientaes da republica. Emquanto o governo dos Estados-Unidos não der algum passo a este respeito, pouco se póde aqui fazer.

« Comtudo, *en attendant*, bom seria que procurasseis organisar uma companhia para a navegação dos rios da America do Sul, *em geral*, porque emquanto olhamos para o Amazonas, não devemos perder de vista o Prata. O paiz, situado sobre as cabeceiras deste rio, é mais povoado do que o da confluencia do Amazonas; e, segundo todas as informacões que tenho recebido, o commercio com o Paraguay de per si compensaria amplamente os avanços necessarios ao estabelecimento de uma linha de vapores nas aguas do Prata. Se actualmente navegassem vapores sobre o Paraguay e o Paraná, é muito possivel que o governo do Brasil estivesse mais favoravelmente disposto para comnosco, e que a questão da navegação do Amazonas se decidisse por um ajuste amigavel. Podeis ficar certo que, se os Estados-Unidos não se derem pressa em tratar deste negocio, alguma outra nação o fará....»

Pelo que fica exposto vê-se que temos razão em dizer que o commercio com a Bolivia pelas aguas do Amazonas não é uma utopia.

No momento de concluir este capitulo recebemos uma carta da America Meridional em que se nos diz que com toda a probabilidade as villas de Exaltacion sobre o Madeira, e de Reys sobre o Beni, vão ser declaradas por Bolivia *portos francos* ao commercio do mundo.

CAPITULO V.

Caravanas sobre as serras. — A livre navegação do Amazonas é uma grande questão.—O tenente Herndon.—Cabeceiras do Amazonas e do Mississipi.—Os lagos de Itasca e Morococha. —Preços dos generos no Alto-Amazonas.—O panno de algodão e a cera. — Moeda corrente do paiz. — Um ferreiro Yankee. —Um grande monopolio.—Indios ferozes.—Grande abundancia de salsaparrilha.—Commercio com o Alto-Amazonas.—Portos de entrada. — Navegação a vapor até os Andes. — Magnifica descripção. — Riqueza mineral. — Relatorio do tenente Herndon.

Metade, pouco mais ou menos, de Bolivia, dous terços do Perú, metade de Nova-Granada, e tres quartos do Equador, são regados pelo Amazonas e seus tributarios. Por falta de barcas de vapor nestes rios, o commercio de todas as mencionadas porções daquelles paizes é feito para o oeste em caravanas de bestas, que vão até á costa do mar Pacifico. Ali embarcão-se os generos, que depois de dobrarem o Cabo d'Horne, e de navegarem oito ou dez mil milhas, é que se achão na altura da foz do Amazonas, em caminho para os Estados-Unidos ou para a Europa ; em vez do que se a navegação do Amazonas fosse livre para aquelles paizes, as barcas de vapor transportarião os seus generos até á foz daquelle rio, sem maior despeza que aquella que agora se faz conduzindo-os por cima dos Andes, ás costas de bestas, até ao Pacifico.

A questão pois de mais alta importancia para aquellas republicas é a livre navegação do Amazonas. A introducção de barcas de vapor sobre os seus affluentes seria acompanhada de muitos emigrantes, que em breve transformarião em perfeitos jardins os esplendidos campos ao longo das suas margens.

A provincia de Caxamarca, na bacia amazonia do Perú, tem uma população de 70,000 habitantes. Diz-se que é o paiz mais saudavel do mundo. Em 1792 havia ali oito pessoas, cujas idades respectivas erão de 114, 117, 121, 131, 132, 141 e 147 annos ; e uma d'entre ellas morreu na idade de 144 annos, 7 mezes e 5 dias, deixando 800 descendentes. A cidade de Caxamarca está situada no 7° de latitude meridional.

Ha no recinto desta bacia, em Bolivia, as cidades de Chuquisaca, Cochabamba e Santa Cruz ; em Perú, a famosa cidade de Cusco, Huancavelica

(celebre pelas mais ricas minas de azougue que se conhecem), Tarma, Caxamarca e Moyabamba ; e no Equador, a famosa cidade de Quito, além de grande numero de villas e aldêas que se achão nessas tres republicas.

A revolução causada no commercio da India oriental pelo descobrimento da passagem em roda do Cabo da Boa Esperança, não foi maior do que aquella que faria a livre navegação do Amazonas no commercio das quatro republicas de Nova Granada, Equador, Perú e Bolivia, cuja população sóbe a 8 milhões de habitantes. Faria dellas novos paizes e uma nova gente.

No mez de maio de 1851 partiu de Lima o tenente Herndon para ir explorar o Amazonas, e é delle principalmente que tiro a seguinte informação relativa á bacia peruviana daquelle rio.

Vamos pois introduzir o leitor naquella bacia fluvial, por meio de um extracto que elle benignamente me permittiu fazer do itinerario da sua viagem. Estando á vista des tres formosos lagos, um dos quaes é o Morococha ou Lago Pintado, donde emanão as aguas do Amazonas, observa elle:

« Ainda não tinhamos andado 60 milhas desde a costa do mar, quando atravessámos a grande barreira que separa as aguas do Pacifico das do Atlantico. Os derradeiros passos das nossas cavalgaduras tinhão feito uma notavel mudança nas nossas relações geographicas, privando-nos rapida e subitamente de toda connexão com o Pacifico, e collocando-nos sobre crystallinas aguas que alegremente se deslisavão, murmurando no seu curso, para se irem unir com as jucundas ondas do ceruleo oceano que banha as praias da nossa querida terra. Ellas me trazião á memoria doces lembranças da patria, e meu coração saudoso caminhava com ellas. Pensei em Maury, com as suas investigações sobre as correntes do mar ; e recordando-me da intima connexão physica que, segundo elle, existe entre estas aguas do Amazonas e as do nosso magestoso Mississipi, deixei cahir, pensativo, sobre a superficie do placido Morococha uma verde folhinha de musgo arrancada da rampa do monte ; e á medida que ella se afastava a fui seguindo, com a imaginação, pelos viçosos campos, esplendidos céos e encantadoras scenas dos tropicos, até á foz do grande rio que este pequeno lago alimenta....

« Não era certamente senão uma folhinha fluctuando sobre as aguas, emquanto eu me absorvia nas minhas meditações. Porém a fantasia, despertada e estimulada pelos objectos circumstantes, havia já transformado essa folhinha em um baixel tripolado por fadas, encarregado de uma missão de alta importancia, levando mensagens de paz e boa vontade, e novas de commercio e navegação, de cultura e civilisação, de liberdade religiosa e politica, da parte do « rei dos rios » ao « pai das aguas » (o Mississipi) ; e talvez encontrando na passagem da Florida espiritos enviados pelas naiades do lago Itaska com saudações ao Morococha.

« Achava-me agora pela primeira vez juntamente no theatro das minhas operações. Tinha sido enviado para explorar o valle do Amazonas, sondar os seus affluentes e participar a sua navegabilidade, com ordem de examinar os campos, bosques e rios, averiguar a sua capacidade para o trato e commercio com as nações christãs, e dar a conhecer ao genio emprehendedor do seculo os recursos que jazem aqui escondidos, esperando que o toque da civilisação e o sopro da machina de vapor venha dar-lhes animação, vida e palpavel existencia.

« Ante nossos olhos dilatava-se essa immensa região, revestida com as galas de um perpetuo estio, e abrangendo uma área de milhares e milhares de leguas quadradas, na qual nunca se ouvirão soar os passos do homem civilisado. Por detrás de nós erguião-se a uma espantosa altura os ponteagudos cimos dos Andes, velados de eterna neve.....

« Bem que as aguas, onde eu estava, dirigião-se no seu curso a encontrar os rios do nosso continente septentrional, e a trazer, quanto aos fins praticos do commercio e da navegação, a foz do Amazonas e a do Mississipi em contacto uma com outra, formando por assim dizer uma só, e collocando-o diante das nossas proprias portas ; todavia desde a cabeceira da navegação, sobre um destes rios, até á cabeceira da navegação, sobre o outro, a distancia por agua não póde ser menos de dez mil milhas.

« Grandes e numerosas, sem duvida, são as variedades de climas, terrenos e producções dentro de uma tal área. A importancia, para o mundo civilisado, da colonisação e commercio no valle do Amazonas, nunca póde ser demasiadamente encarecida. Com os climas da India e de todas as porções habitaveis da terra, empilhados um sobre outro em rapida successão, uma boa agricultura aqui transfereria as producções do Oriente para esta magnifica bacia fluvial, pondo-as ao alcance da Europa e dos Estados-Unidos, com poucos dias de facil navegação.

« A poucas milhas de distancia tinhamos entrado pela primeira vez nos districtos das famosas minas do Perú. Uma avultada porção da prata, que

constitue o meio circulante do mundo, fôra extrahida da serrania sobre que estavamos, e principalmente da encosta, cujas vertentes vão desaguar no Amazonas. Não poderia o commercio e a navegação, subindo e descendo aquelle magestoso rio e seus tributarios, fazer com que esta copiosa corrente de prata, desviando-se do seu curso occidental para o Pacifico, se dirigisse pelo Amazonas abaixo para os Estados-Unidos, para equilibrar a immensa quantidade de ouro da California e da Australia, com que estamos em vesperas de ser innundados?

« Questões a que eu não sabia responder, e reflexões que não podia rechaçar, atropellárão-se no meu espirito. Oppresso com o seu peso, e perplexo pela magnitude da minha missão, retirei-me triste e lentamente, lamentando em segredo a minha propria falta de capacidade para tão grande empreza, e sinceramente pesaroso de que ella não tivesse sido confiada a mais habeis e melhores mãos. »

O Amazonas tem no Perú o nome de Maranhão. Nasce na latitude meridional de 11°, e corre ao nornoroeste obra de 500 milhas; depois volta a léste, formando, segundo os mappas (os quaes porém não são exactos), a linha divisoria entre o Perú e o Equador, por distancia de umas 800 milhas, incluidos os seus rodeios. Atravessando no Perú as cabeceiras da corrente principal, o tenente Herndon chegou ás margens do Huallaga, nobre affluente, e embarcou-se nelle em Tinga-Maria. Desceu este rio até á sua juncção com a corrente principal, e seguiu por esta até á sua foz, effectuando uma navegação fluvial de 3,500 milhas pelo menos.

Em Tarapoto encontrou elle um ferreiro norte-americano, assaz intelligente, que ali residia desde muitos annos, e de cujas valiosas notas ácerca dos recursos commerciaes dos logares por elle visitados extrahimos o que se segue:

« A villa de Tarapoto, sobre a margem esquerda do Huallaga, seis leguas acima de Chasuta, dista 130 leguas da cidade de Huanuco e 24 de Mogabamba. O clima é saudavel e isento de toda a casta de insectos incommodos.

« Está situada em uma bella planura de 20 a 25 leguas de circumferencia, retalhada por muitos ribeiros. O solo é fertil, produzindo em grande abundancia algodão, café, assucar, anil, cacáo e tudo o mais a que o clima é adaptado. Aqui o platano (especie de bananeira) continúa a produzir por 50 ou 60 annos, sem exigir outro cuidado mais que o de livra-lo das más hervas. O algodão dá em 6 mezes, plantado de semente; o arroz em cinco; o anil cresce espontaneamente. O gado vaccum e ovelhum prospera aqui, e multiplica-se com grande rapidez. A população da villa em 1848 era de 5,350 habitantes; numero de nascimentos annuaes, 235; de obitos 40. O principal ramo de industria é o panno de algodão, de que fabricão entre 35 e 40,000 jardas; é tecido á mão, e uma jarda do nosso mais ordinario algodão vale ali duas daquelle.

« A moeda corrente consiste em cêra branca e nesse algodão grosso. Uma libra de cêra vale quatro jardas de algodão; um boi de bom tamanho 100 jardas; um porco gordo 60; um carneiro grande 12; uma gallinha 4 onças de cêra; um frango duas onças....

« O salario de um trabalhador ordinario é de 4 onças de cêra por dia, com comida e *chicha* á discrição.

« O carreto por terra de Tarapoto a Mogabamba, cuja população é de 15,000 almas, faz-se ás costas de Indios. 75 libras de peso formão uma carga, e o salario são 6 jardas de panno de algodão. »

Esta é a mais importante povoação da provincia de Mainas, em consequencia da sua proximidade a rios navegaveis e da sua situação em uma grande extensão de paiz não sujeito a inundações.

De Tarapoto para Chasuta passa-se pelas aldêas de Juan Guerra e Shapaya. Charuta jaz na cabeceira da não interrompida navegação sobre o Huallaga. O tenente Herndon, descendo na baixa das aguas, nunca encontrou entre este logar e a foz do Amazonas menos de cinco pés de fundo. No tempo da cheia sobem as aguas a quarenta pés acima do plano em que se achava o rio quando elle ali esteve. De Chasuta á foz do Amazonas, a distancia por agua excede a tres mil milhas; assim, durante seis mezes do anno, a grande náo *Pennsylvania* acharia bastante agua para subir até áquella aldêa.

A população de Chasuta é de 1,031 habitantes; a sua distancia de Tarapoto, por terra, é de seis leguas; o custo de transporte, por carga de um Indio, é uma libra de cêra, que equivale a quatro jardas de algodão. Abundão ahi as vaccas, ovelhas, cavallos e porcos, e as producções do paiz são as mesmas de Tarapoto.

Yunimaguas, a 24 leguas abaixo de Chasuta, tem 319 habitantes; o seu terreno é fecundo. Póde abrir-se uma boa estrada quasi em linha recta deste logar a Moyabamba, distante trinta leguas.

Santa Cruz está trinta e cinco leguas abaixo de Chasuta, uma libra de cêra branca vale ahi uma

jarda e uma terça de algodão; e com cinco libras della compra-se uma faca de cabo branco. A sua população é de 300 habitantes.

Chamicuros, a 39 leguas abaixo de Chasuta, contém 331 moradores, e nas suas mattas abundão preciosas resinas e gommas.

Laguna, situada quarenta e quatro leguas abaixo de Chasuta, e quatro acima da foz do Huallaga, tem uma população de 742 habitantes e um terreno fertil.

Urarinas, sobre o Amazonas, cinco leguas abaixo da foz do Huallaga, não tem mais de 43 habitantes; é comtudo logar importante pela immensa quantidade nas suas vizinhanças das arvores que produzem a gomma copal.

Passando as aldêas de Paranari e São Regis, chega-se a Nauta, capital do districto desse nome. Está situada na margem direita do Amazonas, 46 leguas abaixo da foz do Huallaga, e 94 da cabeceira da não interrompida navegação daquelle rio.

Para este ponto é que o Brasil acaba de contratar com o Perú o estabelecimento de uma linha de vapores, os quaes navegarão do Pará, na foz do Amazonas, debaixo da bandeira brasileira. Esta linha terá o privilegio da navegação do Amazonas por espaço de 30 annos.

Adquirirá, portanto, aquelle logar uma grande importancia; mas como terei ainda occasião de alludir a elle em relação a esta linha de vapores, debaixo da bandeira brasileira, nada mais direi aqui a respeito delle.

Nauta está tambem a só meia legua de distancia acima da boca do Ucayali, outro tributario do Amazonas, e maior que o Huallaga; a sua população é de 810 habitantes. Ahi uma jarda de algodão americano ou inglez vale duas jardas e duas terças do algodão do paiz, e dão-se 34 libras de salsaparrilha por oito jardas deste ultimo; uma boa gallinha compra-se por seis agulhas; um frango vale três; e por seis agulhas obtem-se cincoenta ou sessenta libras de yuca. Um mercador portuguez estabeleceu ahi uma casa de commercio.

Amaguas, sete milhas abaixo de Nauta, bem que não tenha presentemente senão 240 pessoas, é comtudo um ponto importante pela grande extensão das suas ferteis terras.

Deixando Amaguas com os seus 240 habitantes; Iquitos com os seus 127; e Arau com oitenta, e progredindo até 27 leguas abaixo da boca do Ucayali, que vem da parte do sul, chega-se á foz do rio Napo, tributario do Equador. Acha-se ahi um logarejo com 31 moradores, que são uma familia de indios Mitos, e um escravo fugido do Brasil.

Este rio tem 100 braças de largura na sua boca, e é navegavel por 300 milhas. E' rico de ouro, as suas margens são habitadas por tribus de Indios bravios, e estão cobertas de salsaparrilha e de outros valiosos productos do reino vegetal. Estes Indios fazem as melhores e mais bonitas redes que se encontrão na aldêa denominada Pampa del Sacramento. O preço de uma rede são duas jardas de algodão. Ha nesse logar um grande trafico de venenos.

Pebas, a 13 leguas abaixo da foz do Nabo, contém 387 habitantes, e os seus arredores são bellissimos. Os seus productos consistem em cêra branca e preta, salsaparrilha, baunilha, venenos, estoraque, *chambira*, redes, pêz, copal, incenso, gomma elastica, leite de arvore-vacca, e muitas curiosidades que os indios trazem para trocar por contas de vidro, tetéas, etc., pois ainda que selvagens, não são desaffectos ao homem branco.

Uma libra de cêra branca vale duas jardas de algodão, e sendo da preta uma jarda e meia; trinta e quatro libras de salsaparrilha custão vinte e quatro jardas; uma rede duas jardas; um pucarinho de veneno quatro jardas; uma libra de baunilha oito jardas.

Dahi a Loreto, villa fronteira do Perú, encontrão-se cinco pequenas povoações. Loreto jaz 160 leguas abaixo da cabeceira da não interrompida navegação do Huallaga, e contém 122 habitantes. Faz-se ahi uma preparação da yuca silvestre, que é mui saborosa, saudavel e nutriente; e póde supprir bem a falta de pão.

Sarayacú, situado na margem direita do Ucayali, a 300 milhas acima da sua juncção com o Amazonas, é povoação de 1,270 pessoas.

E' este um ponto importante no meio de uma fertil região. Oito ou dez milhas acima desta villa, o Ucayali recebe o Ahuaytia, que nasce quasi sobre a margem do Huallaga. Subindo esse affluente por poucas milhas chega-se a uma grande planura de salsaparrilha. Custa ahi esta droga oito jardas de algodão do paiz por peso de cem libras, o qual no Pará vale cincoenta mil réis, e oitenta a cento e vinte na Europa. Estas oito jardas de algodão, preço de cem libras de salsaparrilha, não valem, segundo a informação dada pelo sobredito intelligente ferreiro, senão quatro jardas do nosso algodão mais ordinario.

Examinemos por curiosidade o modo por que se faz este commercio em todos os seus tramites.

O mascate ou bufarinheiro, americano ou inglez (pois não se lhe póde chamar negociante), que se destina ao Amazonas, compra em New-York, ou talvez em Liverpool, quatro jardas de algodão, pelas quaes paga quatrocentos e oitenta réis. Embarca-as ali para Calhão pelo longo rodeio do Cabo d'Horne; naquelle porto pagão direitos da alfandega, e são expedidas para Lima ás costas de animaes. A esto tempo, com as despezas de frete, carreto e commissões, vem ellas a custar ao primeiro comprador novecentos e sessenta réis. Conduzidas depois por cima dos Andes, sempre ás costas de bestas, chegão, no fim de um anno, pouco mais ou menos, depois do seu embarque, em New-York ou Liverpool, á foz do Ucayali, donde são enviadas rio acima em uma canôa que gasta trezentas horas em andar trezentas milhas para chegar a Sarayacú e ao paiz da Salsaparrilha. Ahi as quatro jardas de algodão são trocadas por cem libras daquella droga; e o embarque do carregamento de retorno é feito em uma das toscas jangadas do paiz. Quando estas cem libras de salsaparrilha, compradas por quatro jardas de algodão de seis vintens a jarda, chegão ao Amazonas vale em Nauta 18$000; em Tabatinga 21$000; no Pará 50$000; e quando chegão a New-York ou Liverpool valem 100$000. Foi longa e enfadonha a viagem, e cheia de rodeios, porém os lucros são enormes.

Ora, se o Perú e o Brasil, em vez de forçarem o commercio com as suas provincias interiores a fazer um tão longo circuito, abrissem portos de entrada para todas as nações, e lhes franqueassem a navegação do Amazonas, os cidadãos e os subditos do Perú e do Brasil, em logar de 4 jardas de algodão obterião trezentas ou quatrocentas pelas suas cem libras de salsaparrilha.

Seria difficil citar um exemplo mais frisante e demonstrativo das vantagens commerciaes que resultarião ao Perú do estabelecimento de portos de entrada, na cabeceira da navegação do rio Maranhão (como ali chamão ao tronco principal do Amazonas), em Chasuta, cabeceira da navegação sobre o Huallaga; na cabeceira da navegação do Ucayali; e em Nauta, situada na confluencia deste ultimo com o Amazonas.

Tambem o Equador poderia estabelecer portos de entrada, no seu lado do Amazonas, em a povoação de Borja, se é que ella lhe pertence, e se a navegação até esse ponto não é interrompida; e igualmente nas cabeceiras da navegação em cada um dos seus tributarios do Amazonas, como o Pastaça, o Napo, o Putomayo e o Japura, ainda que a cabeceira da navegação deste ultimo seja talvez em Nova Granada.

Ora, se qualquer dessas republicas viesse a declarar esses logares portos francos a todas as nações em paz com ellas, e se uma embarcação americana ou ingleza, navegando debaixo da sua propria bandeira, emprehendesse, com fins commerciaes, uma viagem até qualquer desses portos, certamente que o Brasil neste seculo de luzes, não tentaria ser um segundo Japão, estorvando essas embarcações de passarem pela sua porta para outras partes do mundo.

O Pastaça, segundo o que nos asseguron o nosso velho amigo, o general Villamil, secretario d'estado do Equador, é navegavel até bem perto de Quito; e é bem sabido que as arêas da maior parte desses rios são auriferas.

Tabatinga é o porto fronteiro do Brasil sobre o Amazonas. Dahi para cima ha uma navegação não interrompida pelo tronco principal do Amazonas, que corta as partes septentrionaes do Perú, proximas aos limites meridionaes do Equador, por quinhentas ou seiscentas milhas de distancia. Por conseguinte póde uma barca de vapor chegar á falda dos Andes.

O tenente Herndon entrou no Amazonas quatrocentas e seiscentas milhas acima dos limites do Brasil; e faz do rio nessa paragem a seguintes descripção:

« O Amazonas, no logar em que recebe o Huallaga, tem 250 braças de largura. A vista deste grande rio na sua silenciosa marcha era verdadeiramente sublime; mas causava ao mesmo tempo certa emoção de pavor a quem o contemplava na indomita força das suas aguas, cortando pedaços das margens, arrancando gigantescas arvores, e erigindo ilhas. Rolava através das solidões do deserto, com ar solemne emagestoso, as suas ondas, que parecião torvas, irritadas e implacaveis, o ruido das arvores que tombavão, ecoando a espaços ao longo da floresta; tudo inspirava um sentimento de terror, semelhante ao que é causado pelas solemnidades funebres, pelo canhão de descarga do minuto em minuto, ou pelo bramido do vento e embates furiosos das vagas em um mar tempestuoso.

« Ainda que o rio não estivesse então cheio, fez-me lembrar o nosso Mississipi nas suas maiores enchentes. As aguas são igualmente turvas e lodosas; porém o Amazonas carece do encanto e prestigio que as plantações sobre a margem, as cidades e villas em pequena distancia, e o barco

de vapor sulcando as aguas prestão ao seu collega do Norte; comtudo alegrou-me a sua vista. Tinha já viajado 700 milhas por agua, e figurei-me que esta poderosa corrente me levaria em breve ao oceano. Mas a jornada por agua estava comparativamente no seu começo; muitos cansados mezes tinhão de passar antes que me fosse dado olhar de novo a bem conhecida face do oceano, e mais de uma vez, exhausto e aborrecido da vida da canôa, exclamei eu: — Este rio não tem fim.

« As proporções que offerece o Amazonas para o commercio são realmente extraordinarias; o seu futuro industrial é o mais brilhante que se póde imaginar; ao toque do vapor, da colonisação e da cultura, esta caudalosa corrente e a sua magnifica bacia fluvial poderião produzir um desenvolvimento tal de resultados industriaes, que transformasse o valle do Amazonas em uma das mais encantadoras regiões sobre a face da terra.

« Nas suas montanhas podeis cavar prata, ferro, cobre, carvão, azougue e zinco; das arêas dos seus tributarios podeis extrahir ouro, diamantes e pedras preciosas; das suas selvas podeis colher drogas das mais raras virtudes, especiaria do mais exquisito aroma, gommas e resinas das mais uteis propriedades, tintas dos mais brilhantes matizes, madeira de marcenaria e construcção do mais bello polimento e perduravel natureza. O seu clima é um perpetuo verão, e as suas producções uma continuada colheita. »

CAPITULO VI.

Tributarios do Amazonas, sua navigabilidade.— Exploração do Amazonas por um vapor de guerra americano. — Goyaz. — Salinas.—Lago de perolas.—Canas de assucar.—Producções, seus preços.—Exportação. — Projectos do Brasil. — Valor do commercio com o Amazonas. — Reciprocidade. — Direito natural.—Condições que faltão ao Brasil para ser uma nação maritima.—Contraste.—Livre navegação do Amazonas, como se póde ella obter.

O Amazonas entra no Atlantico por um delta. Os principaes tributarios, procedentes do Sul, que desaguão neste rio são, principiando da sua foz, o Tocantins, o Chingú, o Tapajoz, o Madeira, o Purus, o Tappé, o Hyuruba, o Hiutay, o Tavary, o Ucayali e o Huallaga, nenhum delles menor que o Ohio, e alguns maiores que o Missouri. Da banda do norte procedem o Rio Negro e o Japuna, ambos caudalosos, o Putomayo, o Napo, o Tigré-Yacu e o Pastaça.

Fallámos dos recursos commerciaes que presentemente offerece o Madeira e o Huallaga, servindo-nos das observações feitas pelos tenentes Herndon e Gibbon, da armada dos Estados-Unidos, e por M. de Castelnau. Quanto á presente condição do commercio e recursos dess'outros rios, á excepção do Tocantins, estamos ainda ás escuras, e só podemos conjectura-la.

Sabemos que todos elles teem cachoeiras que offerecem impedimentos mais ou menos difficeis á navegação a vapor; e por conseguinte só a experiencia poderá mostrar até que ponto é praticavel a sua navegação por barcas de vapor, assim na enchente como na baixa das suas aguas. Esperamos porém que não estará longe o dia em que sejão enviados um ou dous vapores americanos para fazer um completo e perfeito exame dessa circumstancia, e explorar aquella rica e interessante região, pelo que diz respeito aos seus recursos commerciaes, assim presentes como futuros.

No estado actual das informações que temos, podemos julgar dos effectivos recursos commerciaes desses differentes rios, comparando aquelles, a respeito dos quaes estamos em perfeita ignorancia, com os que teem sido recentemente explorados. Portanto como typo a este respeito tomaremos o Tocantins.

Penetrando-se na bocca meridional do Amazonas, a foz do Tocantins é a primeira por que se passa. Este rio atravessa mais parallelos de latitude do que o Mississipe; é porém mais direito, e por isso tem menos comprimento. Achão-se as suas ca-

beceiras nas provincias de Matto-Grosso e Goyaz, que são por elle regadas, assim como o Pará. Jaz inteiramente dentro do territorio do Brasil, e foi explorado até S. João das duas Barras em 1843 e 1844 por Castelnau, de quem portanto extrahimos as seguintes informações:

« O Tocantins corre por um paiz aurifero e diamantino, que é ao mesmo tempo extraordinariamente rico em producções agricolas. O seu principal tributario é o Araguay, soberbissima ribeira. » Fallando de partes do Valle do Tocantins que elle percorreu, diz Castelnau. « Creio que este rico e valioso paiz é um dos mais saudaveis do mundo. »

A cidade de Goyaz, capital da provincia deste nome, com uma população de sete a oito mil almas, está situada sobre o Vermelho, celebre pelas suas arêas de ouro. Este rio, em frente da cidade, tem perto de vinte passos de largura; os barcos que sobem do Pará chegão até uma ponte que ahi ha, e a distancia em linha recta desse ponto á foz do Amazonas não excede a mil milhas. A população de toda a provincia, cuja maior parte habita o valle do Tocantins, calcula-se em 125,000 almas, comprehendidos nesse numero 25,000 escravos.

Na bacia deste rio contão-se muitas villas e aldêas florescentes. Uma dellas é Salinas, que deriva o seu nome do sal que ahi se extrahe.

Junto ao lago de sal de Salinas está o lago das Perolas, assim chamado pela sua formosa vegetação e immensa quantidade de aves aquaticas que o habitão. « Nada, diz Castelnau, póde dar *une idée de la beauté de cette jolie pièce d'eau.* » As suas aguas são frescas, e abunda nellas uma especie de marisco que contém perolas.

Foi aqui que os viajantes francezes encontrárão uma tão grande variedade de plantas raras e uteis; entre ellas ha uma cujo fructo serve para fazer tinta de escrever, e é um excellente substituto da noz de galha; outra cujas raizes dão uma bellissima côr amarella. Das matas bravas tirárão elles as côres com que pintárão a bandeira brasileira que foi hasteada durante a descida pelo Araguay, principal tributario do Tocantins, e muito mais bello que qualquer dos nossos rios do oeste.

Acha-se nessa provincia uma casca de arvore com que se curte perfeitamente o couro crú, no espaço de um mez. Ha duas variedades de excellente mandioca, que não exige quasi trabalho algum na sua cultivação. Propaga-se plantada de estaca, assim como a canna de assucar, que lança de cada nó uma duzia de renovos, e produz uma colheita todos os oito mezes. O feijão preto, artigo essencial de sustento dos Brasileiros, cresce ahi em grande perfeição, e dá quatro colheitas por anno: dous generos de bellas palmeiras fornecem aos naturaes do paiz um abundante e saudavel alimento.

Tem havido occasiões de estarem empregados nesta provincia 100,000 escravos sómente na colheita do ouro. Por mais rica porém que ella seja em minas de ouro, muito mais rico em producções é o seu solo, pois é adaptado á cultura do algodão, do café, do assucar, do tabaco, do milho, da mandioca, do trigo, centeio e avêa, do arroz, do anil, legumes e batatas, da ipecacuanha, salsaparrilha, baunilha, e de uma grande variedade de plantas e madeiras preciosas.

As margens dos rios offerecem abundantes pastos a numerosas manadas de bois e cavallos. Nas suas aguas ha grande cópia de peixes de differentes especies. Castelnau viu delfins brincando nellas.

Grutas de salitre e pedra calcaria, com os lagos de sal, realção a belleza dos campos. Ha tambem muitas minas de ferro.

O modo de cultivar a terra é rude e detrimentoso; os lavradores apenas arranhão o terreno com a enxada, semeão, e no fim de poucos mezes, diz Castelnau, colhem cem ou duzentos por um mais ou menos, segundo a fecundidade da terra e a bondade da estação.

Os preços ordinarios são: café, 60 a 70 rs. a libra; assucar branco, 60 rs.; tabaco, 80 rs.; algodão, 20 rs.; gado vaccum, 4$000 a 6$000 por cabeça; couros crús, 400 rs. cada um; meios de sola, 1$300 rs.

A exportação consiste nestes artigos e nas pelles de bezerro, cabra, onça, lontra, além de outros productos do campo, dos bosques, dos rios e das minas.

A importação compõe-se commummente de fazendas de seda, linho, lã, algodão e de chapéos, drogas medicinaes, louça, vinho, aguardente, instrumentos aratorios, etc.

A viagem, rio acima, desde o Pará, dura obra de cinco mezes. O frete, na subida, é de oito mil réis por peso de cem libras; na descida porém é de dous mil réis. E ainda nesse magestoso rio não appareceu uma barca de vapor.

Eis-ahi pois um rio que entra no Amazonas, tão perto do mar, que as aguas da sua foz são salgadas, e o Brasil não tem tido a energia de lançar sobre a sua corrente o primeiro vapor! Como poderá elle então effectuar a navegação de tres mil milhas pelo poderoso Amazonas, e introduzir o vapor nas aguas

do Perú, segundo pretendeu persuadir ao governo daquella republica que havia de fazer?

A equipagem de uma dessas toscas e pesadas embarcações que á força de remos sobem o Tocantins até Porto Imperial, compõe-se de vinte a trinta homens. As margens deste rio diz-se que são habitadas, em algumas partes, por Indios bravios e inimigos do homem branco; e reputa-se esta circumstancia por uma das causas que tornão difficil e perigosa a navegação; mas a barca de vapor teria certamente menos que receiar dos Indios, do que esses pesados gamellões do Brasil, que vão timida e lentamente subindo ao longo das margens.

Ha uma duzia de outros rios tributarios do Amazonas, que servem de desaguadouro de bacias fluviaes, sem duvida tão ricas e ferteis como esta.

Não sómente tomando o Tocantins por termo de comparação, mas tambem attendendo á quantidade de generos que descem ao mar pelo Amazonas, temos razão de crer que os valles dos outros seus tributarios não são inferiores ao do Tocantins. Sufficiente quantidade de generos descem pelo Amazonas ao Pará para dar a esta cidade um commercio annual de tres milhões de dollars!

Só de quina tirada da sua parte de territorio comprehendido nesta grande bacia fluvial, expediu Bolivia para o Pacifico, através dos Andes, o valor de dous milhões de dollars. A barca de vapor teria conduzido essa quina para o Atlantico pelo Amazonas; e isso não só faria avultar o commercio do Pará, como tambem augmentaria excessivamente a riqueza do Brasil e prosperidade do seu povo.

Seria por certo uma medida judiciosa da parte do Brasil, não só abrir o Amazonas a todas as outras nações, mas tambem franquear ao commercio estrangeiro a navegação do Tocantins e dos outros affluentes do Amazonas.

O valor do commercio da subida e descida do Tocantins receberia grandissimo incremento; os Indios hostis que infestão as suas margens, e impedem a colonisação, se afastarião para longe; as terras que ora jazem desaproveitadas e os seus productos, que nenhum valor teem, se tornarião summamente valiosos.

Admittimos nos nossos portos o café do Brasil, livre de direitos; somos seu melhor amigo e o maior consumidor dos seus generos; justo seria pois, e era já tempo, que elle mostrasse o apreço que faz deste favor e amizade, por algum signal ao menos de reciproca liberalidade na sua politica.

Pois que os subditos brasileiros não teem julgado conveniente lançar um vapor sobre o Tocantins, para ir buscar o café, o arroz, o assucar, o tabaco, etc., de que abundão os campos por elle regados, seria justo e acertado que o seu governo permittisse que o fizessem os cidadãos dos Estados Unidos, da França ou da Inglaterra, os quaes de bom grado subirião o rio para irem buscar o bello café de Goyaz. Os subditos brasileiros receberião então dobrado preço do que agora recebem pelo seu café; e aquelles individuos que actualmente se occupão em transporta-lo por agua ou por terra para a beira-mar, acharião mais lucrativo emprego em cultivar a terra. Duplicai o preço dos generos de um paiz, e não sómente duplicareis o preço do trabalho, mas tambem dareis grande incremento á riqueza nacional. Augmentai os teres do povo, e augmentareis a sua faculdade de pagar impostos; e é isto, a meu ver, o de que mais necessita o Brasil.

Porém o rio Tocantins corre inteiramente dentro do territorio do Brasil, que por conseguinte possue o direito de abri-lo, ou não, ao commercio estrangeiro, como lhe aprouver; o seu procedimento a este respeito não póde ser motivo de queixa ou offensa para nação alguma.

Não acontece porém o mesmo quando elle se oppõe á livre navegação do Amazonas, e pretende, pela razão de estar senhor da foz desse rio, mantê-la sempre fechada, e arredar as cinco republicas hispano-americanas, que possuem affluentes navegaveis daquelle rio, do commercio do mundo, e estorvar o mundo inteiro de commerciar com ellas.

Ha causas physicas em operação nas grandes encostas atlanticas da America Meridional, que ainda por muitos seculos hão de impedir que os seus habitantes venhão a ser um povo maritimo. As leis da natureza decretárão que elles fossem agricultores ou guardadores de gado e rebanhos. O homem que habita uma terra de *leite e mel*, não a deixará voluntariamente para ir exercer a perigosa e ardua profissão de marinheiro.

O pão cresce nas arvores no Brasil; o mel acha-se nos bosques. Ha ahi uma arvore que sendo golpeada verte em abundancia um succo excellente de que se póde fazer uso em vez de leite. Não é natural que o homem abandone uma tal terra para entregar-se á vida do mar.

A parte destas bellas encostas, fronteira ao mar, proclama esta mesma lei da natureza, a qual está escripta nos campos, murmura nas viraçõe e sente-se no clima.

Entre as causas necessarias para fazer com que uma nação seja maritima, devem contar-se em pri-

meiro logar as propriedades peculiares do solo e do clima. Estas fallecem no Brasil, e por isso não tem elle marinheiros. Para prova disto veja-se donde vem a marinhagem dos navios mercantes que ora cruzão os mares. Vem dos climas severos, das regiões extra-tropicaes do norte, e não dos brandos e bellos climas do Sul. Vem da Velha e da Nova Inglaterra, dos Estados septentrionaes da Europa e da America. Quem jámais ouviu dizer que os nossos concidadãos do Oeste, que habitão o valle do Mississipi, enviassem os seus filhos para bordo de um navio, afim de se fazerem marujos?

E' ali summamente facil tirar da terra o necessario alimento, e muito mais facil é no valle do Amazonas, onde substancias tão nutritivas como o platano e a banana crescem, amadurecem, e podem logo comer-se, sem o menor trabalho de cultura ou de preparação; onde o arroz nasce espontaneo, a cana de assucar amadurece todos os oito mezes, e onde uma quantidade de productos, capaz de sustentar uma população de milhões de homens, perece annualmente no campo por falta de trabalhadores que a recolhão. Como é que o povo de semelhante paiz virá jámais a ser um povo maritimo?

O que é que, a não ser os mensageiros da ira de Deus, como a peste e a fome, poderá nunca expellir de tão fertil solo os seus habitantes, ou induzi-los a abandona-lo para seguir o mar?

Outra condição necessaria para o estabelecimento de povoações maritimas, é o modo por que o mar se lhes apresenta.

Contrastai a alcantilada e aspera costa da America Meridional com as sinuosas praias, magnificos golphos, bellos portos e bahias das regiões maritimas do norte do globo, e vereis quão claramente proclamou a natureza o facto de que o solo e o clima do Brasil não lhe permittem ser uma nação maritima.

Vêde o Baltico, o Mediterraneo e o mar Negro, com os seus golphos e braços alongando-se pelo coração da Europa, e convidando com a sua presença os habitantes a deixarem os seus nimiamente povoados districtos e inhospitos climas, para vaguear pelo mar, e visitar mais esplendidos e amenos sitios.

Olhai tambem, no hemispherio septentrional, para o mar Vermelho, o golpho Persico, a bahia de Bengala, o estreito de Malaca, os golphos de Sião e Tonquin, o mar Amarello, com os mares do Japão e Oktask, banhando as tortuosas praias, internando-se pelas terras, e com o seu litoral maravilhosamente indentado, convidando para o mar os habitantes; e confrontando a linha litoral do norte com as da America e Africa meridionaes, e da Nova Hollanda, vereis que nenhum destes tres continentes foi destinado pela natureza para ser patria de uma nação maritima.

Dá-se o mesmo contraste entre as bahias, golphos, enseadas e peninsulas da America do norte, quando se comparão com as linhas rectas que na America Muridional dividem a terra do mar.

A natureza pois é contraria ao Brasil nas suas aspirações ao poder maritimo. Forçoso lhe é contentar-se com permittir ás outras nações que sejão os seus carreteiros, porque nunca terá marinhagem para tripolar navios que levem os seus proprios generos ao mercado estrangeiro.

A Europa toda, metade da Africa, a maior parte da Norte-America, e nove decimos da America Meridional, teem os seus desaguadouros no Atlantico; os tres maiores rios do mundo desembocão nelle, e as mais consideraveis bacias fluviaes lhe são tributarias. Póde pois comparar-se o Atlantico a um estreito canal que separa a Europa e Africa do Novo Mundo, e está destinado a ser para sempre o theatro de quasi todo o commercio do globo, no qual ha de vir a figurar mui notavelmente o valle do Amazonas.

Os ventos e correntes do mar estão de tal modo ordenados, que onde quer que esteja situado o logar do mercado, todo o navio que navegar delle para a foz do Amazonas, e vice versa, será obrigado na ida ou na volta a passar pelas nossas portas.

Os portos atlanticos dos Estados-Unidos são estações intermedias entre a foz do Amazonas e todos os mercados do mundo. Os ventos geraes e a grande corrente equatorial do Atlantico poserão a boca commercial do Amazonas no passo da Florida, onde tambem collocárão a do Mississipi. Ambos estes magnificos rios unem-se aos nossos pés, por assim dizer, e derramão as suas riquezas ao longo das nossas praias.

Por estas a outras ponderosas razões, a livre navegação do Amazonas, e a colonisação do seu valle, vem a ser um objecto do maior interesse para o mundo inteiro, e de especial vantagem para este paiz. Incumbe portanto aos Estados-Unidos tomar a iniciativa em fazer franquear a todas as nações a navegação daquelle rio. Assim o pede a politica do commercio, assim o exigem as necessidades do christianismo.

CAPITULO VII.

Como se ha de desenvolver o commercio e a navegação do Amazonas.—Vapores inglezes e francezes para o Rio de Janeiro.—Uma linha de vapores americanos para o Amazonas.—Tratado secreto.—O contrato do Sr. Souza para a navegação a vapor do Amazonas é um monopolio odioso.—Como o Brasil logrou o Perú.—Os privilegios das nações mais favorecidas concedidos aos navios e cidadãos norte-americanas em todos os portos e logares do Perú.—O tratado de M. Clay.—O nosso direito de navegar pelo Amazonas acima.—Pasmoso rendimento do ouro.—A questão do dia.—O Brasil e o Amazonas comparados ao Japão.—Risco de perder pelo *não uso*.

Passaremos agora a considerar os meios pelos quaes se hão de desenvolver os recursos da grande bacia fluvial do Amazonas, e as medidas que a politica do commercio aconselha se tomem para assegurar ao mundo a livre navegação daquelle rio.

Os triumphos do commercio são por sua natureza pacificos; as suas conquistas mostrão-se na diffusão da civilisação, na marcha progressiva da liberdade civil e religiosa, no incremento da industria, prosperidade e riqueza entre as nações, como entre os individuos.

Pelo que anteriormente relatámos, ninguem deixará de reconhecer que o valle do Amazonas é não só um grande paiz, mas tambem um glorioso sertão que, com a cultura e melhoramentos proprios do seculo, em breve—floreceria como uma rosa.—Não temos senão introduzir nelle as machinas do commercio com a barca de vapor, os emigrantes, a imprensa, o machado e a charrua, para o vermos cheio de vida.

Existe uma linha de vapores de Inglaterra para o Rio. Os Francezes tratão de estabelecer uma de Marselha ao Rio, e consta que já estão tomadas todas as acções. O Brasil tem uma linha que, partindo da foz do Rio da Prata, e tocando no Rio de Janeiro, segue até á foz do Amazonas, a qual jaz em metade do caminho entre Norfolk e o Rio de Janeiro. Na ultima sessão do congresso apresentámos um requerimento pedindo o estabelecimento de uma linha de paquetes de vapor de qualquer dos nossos portos meridionaes, que, ligando-se com a linha brasileira no Pará, puzesse os nossos commerciantes em directa communicação a vapor com o Rio de Janeiro, Buenos-Ayres e Montevidéo, acercando-nos assim mais ao Amazonas.

A commissão a quem se remetteu o requeri-

mento deu um parecer favoravel, e apresentou um projecto de lei, que todavia não teve andamento.

Desde então porém teem occorrido successos que tornão esta linha do sul ainda mais importante e necessaria. O tyranno Rosas foi lançado fóra do continente; a navegação do Prata e de alguns de seus mais nobres affluentes vai ser franqueada ao mundo; o nosso governo, com o mais louvavel zelo, está preparando uma expedição naval para explorar aquelles rios, e fazer conhecer a sua navigabilidade, assim como os recursos commerciaes dos paizes por elles banhados, afim de que os nossos negociantes possão conhecer que mercadorias hão de enviar a vender ali, e que generos comprarão com ellas.

O Brasil contratou duas linhas de vapores sobre o Amazonas, desde a foz até quasi á sua origem. Estas linhas, segundo o contrato, teem de correr uma mensalmente entre o Pará e o arraial da barra, obra de 900 milhas de distancia; a outra, ligando-se a esta na barra, deve fazer a navegação entre aquella cidade e Nauta, no Perú, percorrendo perto de tres mil milhas de distancia do mar.

A porção peruviana do alto Amazonas, onde tem de chegar esta linha de vapores, é, segundo affirma Castelnau, o mais bello paiz do mundo; a sua fertilidade é proverbial. Acha-se ali a famosa arvore de seda, que produz uma substancia semelhante ao algodão na apparencia, e macia como a seda. Ali o trabalho de um homem durante um mez paga-se com duas varas e meia de algodão grosso; tal é a abundancia dos fructos da terra, tão grande é a escassez das fabricas e teares, e tão fóra do alcance do commercio se tem conservado aquelle paiz.

Mas que facilidades terão os Norte-Americanos de participar deste novo ramo de commercio creado pela livre navegação do Prata, e introducção de barcos de vapor no Amazonas? Bem poucas na verdade, a menos de estabelecer-se a linha meridional de vapores que recommendámos para o Amazonas, pois que sem isso todas as noticias do Brasil e do Rio da Prata, todos os avisos ácerca dos mercados desses paizes, irão directamente para Inglaterra e França pelos seus vapores; e só depois que os seus negociantes tiverem tido 10 ou 15 dias de tempo para se aproveitarem dessas noticias, é que chegarão aqui aos nossos negociantes pelas linhas de Liverpool.

A justiça, a politica do commercio, as luzes do seculo, os principios de direito natural e das gentes, reclamão para as cinco republicas hespano-americanas, que possuem tributarios do Amazonas, a livre navegação deste rio.

Houve outr'ora um Rosas que pretendeu cerrar a foz do Mississipe; e nós, que então possuiamos unicamente as suas cabeceiras, reclamámos contra semelhante pretenção, e estavamos preparados para fazer valer com a espada na mão o nosso direito de segui-las, para uso do commercio e navegação, até o ponto onde ellas ião perder-se no oceano.

Ainda não se passárão quatro annos desde que esta questão da livre navegação do Prata e do Amazonas foi trazida á consideração do governo americano.

Foi-nos proposto que offerecessemos ao Brasil a nossa amigavel mediação com Rosas, e empregassemos os nossos bons officios para induzi-lo a franquear a navegação do Prata, e assim terminar a guerra.

Foi tambem proposto que procurassemos no entanto tratar com Bolivia, Perú, Equador, Nova Granada e Venezuela a respeito do estabelecimento de portos de entrada nos seus tributarios do Amazonas para o commercio e navios estrangeiros, e assim empregar para com o Brasil, em favor da livre navegação do Amazonas, os mesmos argumentos com que elle estava prompto a reclamar o direito de navegar o Prata.

O Brasil aventou este projecto; e sabendo que a livre navegação do Amazonas principiava a ser assumpto de conversação nos circulos commerciaes e politicos deste paiz, tomou immediatamente as mais activas medidas para inutilisar qualquer tentativa da nossa parte, que tivesse por objecto a livre navegação do Amazonas.

Redobrou de energia na guerra contra Rosas, e despachou a toda a pressa enviados estraordinarios e plenipotenciarios para o Perú, Bolivia, Equador, Nova Granada e Venezuela, afim de contratarem com cada uma daquellas republicas o direito *exclusivo* da navegação dos seus tributarios amazonios.

A sua missão era de frustrar quaesquer tentativas de tratado que as nações commerciaes quizessem fazer com essas republicas sobre a navegação fluvial; era destinada a retardar os seus progressos, a fechar mais apertadamente que nunca as suas grandes arterias de commercio, e perpetuar por este modo a estagnação e morte que por espaço de 300 annos tem reinado na grande bacia fluvial do Amazonas.

O Perú deixou-se lograr, e fez o tratado exigido; porém os estadistas de Bolivia, mais sagazes, desconfiárão do negocio, e não só recusárão tratar com o Brasil a tal respeito, senão que o sabio presidente daquella republica pretende estabelecer nos seus rios tributarios do Amazonas portos francos a todas as nações.

« *Como los Brasileros*, escreve um Boliviano, alludindo ao projecto do Brasil relativo á navegação daquelles rios, *pretenden el privilejio, y el presidente Belzu es bastante capas para conecer lo que le conviene a Bolivia, él se ha negado a dar dicha concerion, y espera que los Estados-Unidos seran los primeros en descubrir aquellas rejiones.* »

Demais, graças ao bom genio da Amazonia e da livre navegação, nem o plenipotenciario brasileiro, nem o peruviano, parece que tinhão cabal conhecimento do assumpto de que estavão tratando; evidentemente sabião bem pouco da navigabilidade daquellas aguas, cujo monopolio tiverão em vista segurar para si.

Este tratado foi negociado secretamente em Lima, em outubro de 1851, e sómente ha poucos mezes ratificado no Rio de Janeiro. Temos diante dos olhos uma cópia manuscripta delle. O seu titulo é *Tratado de commercio e navegação fluvial e de limilites entre o imperio do Brasil e a Republica do Perú.*

Citaremos, quanto á navegação fluvial:

« *Artigo primeiro.*

« S. M. o Imperador do Brasil e a Republica do « Perú, desejando animar, respectivamente, a na- « vegação do rio Amazonas e seus confluentes, por « meio de barcas de vapor, que, assegurando a ex- « portação dos immensos productos daquellas vas- « tas regiões, contribuão para augmentar o nume- « ro dos habitantes, e civilisar as tribus selvagens, « concordão em que as mercadorias, productos e « embarcações que passarem do Brasil para o Perú, « ou do Perú para o Brasil, através da fronteira de « ambos os Estados, sejão isentos de todos os im- « postos ou alcavalas quaesquer, a que os mesmos « productos não estão sujeitos no territorio onde « são produzidos, aos quaes serão inteiramente « equiparados. »

« *Artigo segundo.*

« As altas partes contratantes, conhecendo a « grande despeza que exige o estabelecimento da « navegação a vapor, e que não dará lucro durante « os primeiros annos aos accionistas da compa- « nhia a navegação destinada a fazer do Amazo- « nas, concordão em dar uma somma pecuniaria « durante cinco annos á primeira companhia que « se organisar para auxiliar as suas operações; a « qual somma não deverá ser menos de vinte mil « pesos annualmente, pagos por cada uma das al- « tas partes contratantes, podendo qualquer del- « las augmentar a dita somma, se assim convier « ao seu particular interesse, sem que a outra seja « por isso obrigada a contribuir na mesma pro- « porção.

« As condições a que os accionistas deverão ficar « sujeitos, em consideração das vantagens que lhes « são concedidas, serão declaradas em artigos se- « parados.

« Os outros estados limitrophes que, adoptando « os mesmos principios, desejarem tomar parte na « empreza debaixo das mesmas condições, contri- « buirão igualmente para ella com uma certa quo- « ta pecuniaria. »

« *Artigos separados.*

« Para melhor intelligencia do art. 2° da con- « venção assignada nesta data, as altas partes con- « tratantes convierão mais nos artigos seguintes:

« *Artigo primeiro.*

« Os accionistas da navegação a vapor, de que « trata o art. 2° da convenção assignada nesta data, « ficarão sujeitos ás seguintes condições:

« 1.ª As barcas de vapor farão tres viagens no « primeiro anno, quatro no segundo, e pelo menos « seis viagens no terceiro, quarto e quinto.

« Quando, em consequencia de circumstancias « provenientes da grande distancia da obstrucção « do rio, da necessidade de fazer experiencias so- « bre a navegação delle, da falta de combustivel, « ou de outras ponderosas razões, fôr impossivel « fazer-se aquelle numero de viagens, os accionis- « tas receberão sómente cinco mil pesos de cada « viagem que as barcas fizerem durante os primei- « ros dous annos, e tres mil pesos por cada uma « durante o terceiro, quarto e quinto.

« 2.ª Conduzirão gratis a correspondencia do « governo e malas do correio, e as entregarão nos « differentes logares ao longo das margens, á mi- « dida que forem passando até o fim da viagem.

« 3.ª Conduzirão tambem gratuitamente em ca- « da uma viagem quatro passageiros civis, mili- « tares ou ecclesiasticos, empregados no serviço « de qualquer dos dous governos; a bagagem des- « ses individuos, em quantidade igual á dos outros « passageiros; e os objectos que cada governo de- « sejar particularmente enviar, não excedendo a « duas toneladas.

« 4.ª Serão obrigadas a levar a bordo ou a re-

« boque as tropas, munições e effeitos que os dous « governos desejarem enviar, recebendo por isso « uma razoavel remuneração, cuja importancia « será fixada logo que se verificar qual é o custo « necessario da execução desse serviço.

« 5.ª A companhia se entenderá com ambos os « governos quanto aos respectivos pontos sobre o « rio Amazonas ou Maranhão, para onde as barcas « de vapor deverão navegar, e a respeito dos por- « tos onde deverão tocar; e bem que estas sejão « isentas de todo o genero de impostos, deverão « ficar sujeitas aos regulamentos fiscaes e de po- « licia. »

« *Artigo segundo.*

« Cada um dos dous governos concederá á com- « panhia um quarto de legua quadrada, nos loga- « res onde fôr preciso estabelecer depositos de « combustivel, em sitios não pertencentes a pessoas « particulares; mas esta concessão ficará de ne- « nhum effeito, se as condições supra-mencionа- « das não forem cumpridas dentro dos cinco annos. « Será licito á companhia o fazer cortar lenha para « combustivel, e abrir e lavrar minas de carvão. »

Em virtude deste tratado fez o Brasil um contrato com Ireneu Evangelista de Souza para o estabelecimento da navegação a vapor nas aguas do Amazonas.

Este contrato foi celebrado no dia 30 de agosto do anno passado, e é um dos mais odiosos monopolios que ainda se infligirão ao commercio livre, ou que retardão actualmente os progressos de qual_ quer paiz. Um privilegio exclusivo de commercio e navegação a vapor sobre o Amazonas por espaço de 30 annos! O preambulo deste contrato declara que afim de habilitar Ireneu Evangelista de Souza a organisar uma companhia para o estabelecimento da navegação a vapor sobre o Amazonas se lhe concedeu o direito exclusivo do commercio e navegação daquelle rio, por trinta annos, debaixo de certas condições, das quaes as principaes são as seguintes:

1.ª O capital da companhia nunca será menor de mil e duzentos contos de réis.

2.ª Haverá duas linhas, uma do Pará, na foz do Amazonas, tocando nos pontos intermedios, até Barra na foz do Rio Negro; a segunda desde Barra, tocando tambem nos pontos intermedios, até Nauta, perto da foz do Ucayali no Perú.

3.ª A' primeira linha se dará o subsidio annual de 160 contos durante os primeiros quinze annos; á segunda se dará annualmente 40 contos, que em virtude do tratado de commercio e navegação fluvial a que já alludimos o Perú obrigou-se a pagar.

4.ª Ao principio, a primeira linha deve fazer uma viagem redonda por mez; a segunda, tres viagens por anno.

Por outro lado a companhia obriga-se a prestar certos serviços, entre outros o de estabelecer no Amazonas e seus tributarios sessenta colonias, que se comporão de indios ou de emigrantes daquellas nações que a corôa designar. Sem duvida que o Brasil concedeu este privilegio com o intuito de complicar a questão da livre navegação do Amazonas, que as cinco republicas, senhoras das cabeceiras daquelle rio, estão dispostas a suscitar, segundo nos consta.

A primeira cousa digna de reparo neste tratado de commercio e navegação fluvial entre o Brasil e o Perú é a falta de sagacidade da parte dos negociadores, e a singular enfatuação com que o Perú se deixou cahir no laço que com tão pouca destreza lhe armárão.

Quando o Perú foi convidado a celebrar este tratado, e foi informado que o Brasil desejava introduzir barcas de vapor nas aguas peruvianas, existia justamente na foz do Amazonas o magnifico Tocantins, rio que atravessa mais parallelos de latitude que o nosso Mississipi ou Missouri, e jaz inteiramente dentro do territorio brasileiro, engrossado por muitos tributarios, cujas margens são aformoseadas por villas e aldêas, e povoadas de 125,000 subditos brasileiros: nasce este rio no coração mesmo do imperio; das suas cabeceiras ao palacio do imperador, no Rio de Janeiro, haverá apenas 500 milhas; e todavia o Brasil, com todo o seu espirito de empreza, não tinha sido capaz de pôr sobre as suas aguas uma só barca de vapor, nem havia dado mostras de tentar fazê-lo. E' pois para admirar que se não excitassem as suspeitas do Perú, ao ver o enviado brasileiro deixar os nobres rios do seu proprio paiz em semelhante abandono, e viajar milhares de milhas, para ir propor ao Perú a navegação dos seus tributarios do Amazonas, nas vizinhanças dos Andes!

Além do Tocantins ha o Chingú, o Tapajoz, e uma duzia de outros magnificos rios, situados inteiramente dentro do territorio do Brasil, alguns dos quaes procedem do — Montanhas de Diamantes, — e em cujos leitos abunda o ouro. A todos elles é estranha a barca de vapor. Os seus mananciaes existem tão completamente perdidos nas ignotas regiões do vasto interior do Brasil, que maior conhecimento possuem os astronomos da geographia da lua, do què teem os estadistas ou philosophos

do paiz regado por esses rios; e vendo isto o Perú, e quanto se tinha descuidado o Brasil em aproveitar-se de todos os seus grandes rios, pôde todavia prestar ouvidos á proposta que lhe foi feita!!

Este empenho do Brasil em negociar com aquellas cinco republicas amazonias, não se póde considerar debaixo de outra luz, senão de uma tentativa para impedir o progresso da civilisação, porque fechar o Amazonas ao commercio e ao vapor, é privar aquelles paizes por elle regados, e que jazem em trévas, das luzes da civilisação, das bençãos do christianismo, e de todos os elementos de humana felicidade....

A sciencia, o commercio, as precisões do genero humano, pedem em altos brados admissão naquella vasta e rica bacia fluvial; pelo Amazonas acima devem, e hão de subir, porque ao seu chamado o mundo está prompto a responder.

O objecto do Brasil em celebrar semelhante tratado com o Perú foi excluir daquelles rios—esta nação de piratas—como ali nos denominão.

Porém as altas partes contratantes cahirão ellas mesmas, como de ordinario acontece aos malevolos, nos laços que armárão para outros pés; pois parece que se não lembrárão das disposições de um tratado que o nosso habilissimo agente diplomatico em Lima, Randolph Clay, havia pouco antes negociado com o Perú.

Tres mezes, não mais, antes da data deste—tratado fluvial—tinha aquelle excellente diplomata ajustado com o Perú—um tratado de amizade, commercio e navegação.

Pelo art. 10 desse tratado se estipula que:

« A republica do Perú, desejando augmentar o « commercio ao longo das suas costas por meio da « navegação a vapor, se obriga a conceder a qual- « quer cidadão ou cidadãos dos Estados-Unidos « que estabelecerem uma linha de barcas de va- « por para navegar regularmente entre os diffe- « rentes portos de entrada dentro dos territorios « peruvianos, os mesmos privilegios de carregar e « descarregar frete; de entrar nos portos para o fim « de receber e desembarcar passageiros, sua baga- « gem, dinheiro, ouro e prata em barras, de condu- « zir malas do correio, de estabelecer depositos de « carvão, de erigir machinas e officinas necessarias « para reparo e concerto das barcas de vapor, e to- « dos os outros favores de que gozar qualquer as- « sociação ou companhia. »

Pelo art. 3° conveiu-se no seguinte:

« As duas altas partes contratantes obrigão-se e « promettem, pelo presente tratado, não conceder « *favor*, *privilegio* ou immunidade alguma, em « materias de commercio e navegação, a *outras na-* « *ções*, que não *forem tambem immediatamente* « *estendidos aos cidadãos da outra parte contra-* « *tante*, que delles gozarão gratuitamente, ou me- « diante uma compensação de proporcionado va- « lor e effeito; a qual será ajustada por mutuo ac- « cordo, se a concessão tiver sido condicional. »

E finalmente, no artigo 2° se declara que:

« Os Estados-Unidos da America e a Republica do « Perú mutuamente concordão em que haverá reci- « proca liberdade de commercio e navegação en- « tre os seus respectivos territorios e cidadãos: os « subditos de qualquer das duas republicas pode- « rão frequentar com as suas embarcações todas as « *costas*, *portos e logares*, de outra em que fôr « permittido o commercio estrangeiro, e residir « em todos os pontos do seu territorio, e ahi occu- « par casas de morada e armazens; e tudo o que « lhes pertencer será respeitado e isento de visi- « tas ou buscas arbitrarias.

« Os sobreditos cidadãos terão plena liberdade « de negociar em todas as partes dos territorios de « ambas as republicas, conforme as regras estabe- « lecidas pelos respectivos regulamentos de com- « mercio, em todo o genero de mercadorias, arte- « factos, e productos não prohibidos absoluta- « mente, assim como de abrir armazens e lojas a « retalho, debaixo dos mesmos regulamentos mu- « nicipaes e de policia que os naturaes do paiz. »

Assim o Brasil, pelo seu tratado, em vez de excluir-nos do Amazonas, introduziu-nos nelle, visto que pelas solemnes estipulações com o Perú, os *cidadãos americanos* tinhão já o direito de *frequentar com os seus navios* todas as costas, portos e logares do Perú, onde o commercio estrangeiro é ou fôr permittido.

Demais, por esse tratado obrigou-se o Perú a não conceder favor, privilegio ou immunidade alguma em materias de commercio e navegação a outras nações, que não sejão tambem immediatamente concedidos aos cidadãos dos Estados-Unidos.

Por conseguinte, o tratado de—commercio e navegação fluvial—entre o Brasil e o Perú deu-nos entrada no Amazonas *até onde o Perú a póde dar*, porque temos o mesmo direito que tem o Brasil, de commerciar sobre os tributarios amazonios daquella republica, COM TANTO QUE POSSAMOS LÁ CHEGAR.

Daqui nasce a grande questão que hoje preoc cupa todos os espiritos—a livre navegação do Amazonas.

A questão relativa a livre uso da navegação de um rio que corre pelos dominios de mais de um Estado, é familiar aos homens politicos. Já foi ha muito resolvida, segundo os eternos principios de direito, e não póde agora ser objecto de disputa.

Na Europa a navegação do Rheno é concedida como um direito commum a todos aquelles a quem pertencem as suas aguas. Em Norte-America é considerado como um direito o livre uso das aguas de propriedade commum, principio este summamente caro ao nosso povo. O Mississipi é uma illustração deste facto, pois, como todos sabem, a sua foz tambem esteve outr'ora em poder de uma nação estrangeira, que ameaçou fecha-la contra nós, que só eramos senhores da parte superior navegavel desse rio....

A doutrina que concede a qualquer nação o direito arbitrario de excluir as outras das estradas communs do mundo, é em si mesma monstruosa.

O poder arbitrario de prohibir o uso dos caminhos publicos a um só dos cidadãos dos Estados-Unidos, não é possuido por nenhum dos nossos governadores: e se os seus vizinhos *devem* permittir-lhe passagem franca pelas suas terras para o caminho commum do mercado, comquanto maior força de razão deve este humano principio de direito ser applicado ás nações, afim de que possão seguir pelo territorio vizinho as grandes vias que a natureza construiu para conduzir do interior das terras ao largo oceano, estrada real do mundo?

O Brasil, por ser senhor de 2,000 milhas do Amazonas, entre aquellas cinco republicas e o mar, não tem mais direito de exclui-las das grandes vias de commercio, do que teria no caso de possuir sómente duas milhas.

A politica dos Estados-Unidos é a politica do commercio, e nós não desejamos estar em outros termos com o Brasil, que não sejão os de paz e amizade. Compramos presentemente metade de todo o seu café, e o café constitue o seu principal artigo de commercio. Elle é tambem um bom consumidor dos nossos generos, e muito apreciamos as actuaes relações de amizade que existem entre os dous paizes; porém por mais alto apreço que ellas nos mereção, prezamos ainda mais os eternos principios de direito.

Nada queremos de exclusivo do alto Amazonas, estamos porém mais perto delle, ou antes da sua foz, do que outra alguma nação, sem exceptuar o mesmo Brasil, calculando-se a distancia em tempo e medida do Rio de Janeiro, e tomando New-York, ou Nova Orleans, como centros dos dous paizes. E por conseguinte póde bem suppor-se que a mesquinha politica do Brasil em manter fechadas ao homem civilisado, esclarecido e christão, as portas da mais bella porção do globo, será considerada pelo povo americano como um detrimento, por não dizer um insulto.

A China quer commerciar comnosco, mas o Japão está no caminho, e conserva-se completamente fechado a todas as nações, como se estivesse fóra do mundo.

Expedimos portanto para ali uma esquadra, afim de fazer-lhe sentir que não póde estar no mundo e viver fóra delle ao mesmo tempo. Deus poz nesta terra o paiz que elle occupa, e não lhe é permittido tira-lo della pela sua politica.

As cinco republicas hispano-americanas desejão tambem commerciar, subindo e descendo o Amazonas; o Brasil, peior que o Japão, está justamente na *porta da entrada*, e diz: « Não quero aproveitar-me eu mesmo do Amazonas, nem permittirei que outros o façao. O vasto paiz que elle rega, emquanto ao commercio e civilisação, ficará sendo um ermo para empanar a face da terra. »

Poderá isto convir á politica das grandes nações commerciaes? Não, por certo, porque semelhante prohibição é-lhes tão prejudicial como um estado de guerra.

Emfim o povo americano não póde olhar com indifferença para a politica que o Brasil tem seguido, e parece disposto a seguir relativamente ao Amazonas.

Ha mais de 300 annos que os Brasileiros teem estado de posse desse magestoso rio; e a primeira medida pratica para o desenvolvimento dos seus grandes recursos está ainda por tomar.

Nestas circumstancias, parece-nos que se o Brasil persistir na sua politica do *cão na mangedoura*, relativamente ao Amazonas e regiões que elle banha, corre algum risco de suscitar uma discussão entre as nações illustradas e commerciaes ácerca dos direitos que elle se arroga sobre o Amazonas, e se por ventura estes direitos não estão em perigo de claudicar pelo *não-uso*.

Esta é certamente a questão do dia. O problema da epoca é a livre navegação do Amazonas e a colonisação das encostas atlanticas da America do Sul. A sua solução acarretará consequencias da mais alta importancia, resultados da maior magnitude. Será considerada nos tempos vindouros, e entre as grandes cousas que a presente geração já tem executado, como a obra prima, no seu genero, do decimo nono seculo. Tempo virá em que

a livre navegação do Amazonas ha de ser considerada pelo povo dos Estados-Unidos como segunda em importancia, comparada com a adquirição da Louisiana, se é que fôr *segunda*, porque nos parece que ha de vir a ser a valvula da segurança da União-Americana. Não nos estenderemos mais agora sobre este assumpto, bem que supponhamos que os estadistas hão de concordar na opinião de que esta questão do Amazonas offerece um brilhante campo aos olhos perspicazes do patriota. Mas ainda que a livre navegação do Amazonas, e a colonisação, cultura e civilisação do paiz que elle rega, sejão um objecto de tanta transcendencia, não é pela mão da violencia, nem pelo braço armado do poder, que elle deve ser obtido. A sciencia com as suas luzes, a diplomacia com a sua habilidade, o commercio com a sua influencia, e a paz com as suas bençoes, é que devem alcançar um tão grande resultado, como será a livre navegação do Amazonas, e a colonisação e cultura das grandes encostas atlanticas da America Meridional.

FIM.

011920

O AMAZONAS.

BREVE RESPOSTA Á MEMORIA

DO

TENENTE DA ARMADA AMERICANA-INGLEZA F. MAURY

SOBRE AS VANTAGENS DA LIVRE NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS.

PELO

DR. JOÃO BAPTISTA DE CASTRO MORAES ANTAS.

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DE M. BARRETO

RUA DA QUITANDA N. 55.

1854.

Sr. redactor do *Correio Mercantil*.—Acaba Vm. de publicar no seu jornal a memoria escripta pelo tenente da armada americana F. Maury, na qual descreve as vantagens que podem resultar da livre navegação do Amazonas, revelando ao mesmo tempo as vistas politicas e commerciaes, se não do governo americano, ao menos de alguns cidadãos dessa republica. A leitura attenta desse importante trabalho, em que são empregadas as forças de um estylo romantico, e a seducção que produz a expectativa de se adquirirem facil e rapidamente riquezas incalculaveis, não póde deixar de suggerir ao coração brasileiro o mais vivo desejo de antepor a razão á imaginação, de mostrar aos Americanos do Norte e aos cidadãos das republicas vizinhas o que ha de inexacto, de especioso, de illusorio e de pouco razoavel na sobredita memoria.

Em minha opinião, seria preciso, tomada a memoria do Sr. Maury na mais séria consideração, analysar cada uma de suas proposições capitaes, entrar na discussão do direito que se póde ter para impor-se á força a felicidade ao Perú, á Bolivia e ao Brasil; seria preciso chamar a attenção do mundo civilisado para esse systema de conquista por absorpção, que começa a caracterisar alguns espiritos nos Estados-Unidos do Norte. Esta tarefa é superior aos recursos de minha fraca intelligencia. Mas como ao lado da seducção do estylo elegante e pittoresco, empregado na redacção da memoria, se encontrão inexactidões de que tenho conhecimento, como o tenente Maury possuido de um pensamento, a seu ver patriotico, não só acolheu sem criterio informações exageradas, como até deixou de oppor madura reflexão a considerações suas e alheias, que o levárão a apregoar como faceis e proximos resultados que só se poderão conseguir á custa de grandes esforços e perseverança, posso debaixo deste ponto de vista, fazer alguma cousa, apontando muitos enganos, muitos erros (em materia de geographia e de estatistica brasileira), restabelecendo a verdade de muitos factos, e oppondo alguns reparos ao que me parece mais digno disso.

Estive por tres annos na provincia de Matto-Grosso, com que largamente se occupa o Sr. Maury: não é para mim desconhecido o seu solo, nem o são as suas producções e riquezas. Estive outro tanto tempo na provincia de Goyaz, de que tambem se occupa o escriptor norte-americano. Tive no desempenho de uma commissão de exploração de rios occasião de apresentar alguns trabalhos; e nunca o meu desejo sincero de ser util a meu paiz, de corresponder á confiança do governo imperial, e de adquirir a estima dos meus concidadãos, me deixou pintar bellezas onde as não havia, nem inculcar facilidades onde achei difficuldades. Infelizmente o Sr. Maury, versado na lição dos escriptos de viajantes que a respeito do Brasil teem sido tão injustos, e mesmo ingratos, quanto exagerados e inexactos, diz em diversos capitulos cousas inteiramente falsas, em inteira contradicção com o que se acha por mim escripto em peças officiaes, que existem na secretaria do imperio e na da presidencia de Goyaz. Tal é a força que, vencendo a resistencia opposta por minha justa timidez, decidiu-me a emprehender a redacção de uma breve resposta ao escripto do Sr. Maury.

Ora, como Vm. publicou no seu jornal esse importante trabalho, tomo a liberdade de pedir-lhe que offereça a seus leitores o ligeiro contraste que lhe anteponho.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1853.

Dr. João Baptista de Castro Moraes Antas.

P. S.

A' proporção que avançava na redacção de meu pequeno trabalho, apparecêrão divc artigos em resposta á memoria do Sr. tenente Maury. Esta circumstancia me teria feito des da empreza a que me dedicára nas poucas horas que me deixa o exercicio de um emp laborioso, se não tivesse reflectido que esses artigos, escriptos por habeis pennas, nem prejud o plano de minha resposta, nem enfraquecem os argumentos de que me sirvo.

O AMAZONAS.

BREVE RESPOSTA Á MEMORIA

DO

TENENTE DA ARMADA AMERICANA-INGLEZA F. MAURY

sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas.

CAPITULO I.

nevolencia dos Brasileiros para com os Americanos do norte. Falta de reciprocidade do cidadão norte-americano F. Maury. Causas donde resulta a formação dos rios Prata e Amazonas. Conducta do Brasil na questão de navegação fluvial. Censura injusta.

lo aquelle que tiver acompanhado attenta- e os trabalhos e as discussões da imprensa e buna brasileira, nos 32 annos que contamos stencia como nação livre e independente, ha r certo recordar-se de que ainda nas epocas altamento, nos tempos em que se tem abu- da liberdade de imprensa, não appareceu en- ós uma penna, que, em vistas de populari- , offendesse a nação norte-americana, ou se- a seu governo. Muito pelo contrario os pou- artidistas do regimen democratico trazião re para exemplo de prosperidade, e como mo- ligno de cópia, a republica de lingua ingleza. postolos do principio monarchico-representa- ombattêrão sempre as doutrinas oppostas, ne- a paridade de circumstancias e de habilita- los dous povos para serem regidos pelo mes- ystema. Uns e outros, escriptores ultra-libe- os monarchistas, e com elles os seus orado- a tribuna, jámais soltárão uma phrase, um pensamento hostil á nação norte-americana, nem ainda a seu governo. Essa moderação, essa prudente reserva era resultado não só da pouca attenção que restava a um povo seriamente occupado na tarefa de sua constituição interna, como tambem da consideração que nos merecem os paizes bem governados e prosperos.

Parecia de justiça que a nosso respeito se procedesse, neste ponto, com inteira reciprocidade; todavia o escripto que ultimamente apparece do Sr. F. Maury, cidadão norte-americano, demonstra que lhe não merecemos essa justa reciprocidade. Ao passo que começamos a adquirir a estima e consideração da Europa civilisada, pela generosidade de nosso proceder para com as republicas do Prata, pelos serviços que prestámos a essas republicas, e até ao commercio europeu e americano-inglez; ao passo que nos esforçamos para acompanhar a nações cultas no seu movimento de prosperidade, que para isso procuramos braços livres, offerecen-

dô-lhes nossas terras, e com ellas a partilha na li-t berdade e n'outros bens de que gozamos ; ao passo que se manifesta em nosso paiz a mais decidida benevolencia, e até predilecção pelo povo norte-americano ; o Sr. tenente Maury emprega os recursos de sua intelligencia de um modo que nos acarretaria graves difficuldades , se as opiniões que nutre, e que sustenta calorosamente, chegassem a influir sobre a marcha dos gabinetes de Washington, ou ainda mesmo sobre a dos governos da Bolivia e do Perú.

O homem desprevenido, o homem perfeitamente neutral, como póde sê-lo nesta questão o Francez, o Austriaco, o Inglez e o Sueco, ha de ver no espirito que ditou o trabalho do Sr F. Maury a ambição de distinguir-se em sua patria, dando os primeiros passos que talvez julgue conducentes a que uma grande parte do imperio do Brasil venha a ser em um dia por ella absorvida. E' verdade que o Sr. Maury começa a sua memoria pela pacifica proposição : « A politica do commercio, e não a da conquista, é a politica dos Estados-Unidos. »

E' verdade que na conclusão o Sr. Maury declara que a empreza de sua predilecção não deve ser obtida pela violencia, nem pelo braço armado do poder, mas sim pela sciencia com suas luzes, pela diplomacia com sua habilidade, pelo commercio com sua influencia, pela paz com suas bençãos. Mas estas asserções lisongeiras, mormente as ultimas, depois de se nos fazer o processo por fracos, negligentes e aferrados ao systema japonez ; depois de se qualificar o governo do Brasil de cego pela cobiça de ouro e dos diamantes, ao mesmo tempo que se procura indispo-lo com o de nações amigas, dizendo-se que logrou a republica peruana ; essas asserções lisongeiras, depois de se recordar a maneira por que foi conseguida a navegação na foz do Mississipi, e o procedimento havido com o Japão por amor do commercio com a China, não tem sufficiente garantia de sinceridade, para que se possa acreditar em que as vistas do nosso gratuito accusador são pacificas.

Se forão sinceros os desejos de ver franqueada a navegação do Amazonas ao commercio de todas as nações, sem quebra da soberania e integridade do Brasil, não teria o Sr. Maury, se a causa que esposou é justa, não teria nos grandes recursos de sua intelligencia os meios necessarios para provocar uma discussão calma e reflectida, interessante e vasta, sem offender os Brasileiros e seu governo, sem procurar como que difficultar o bom exito dos trabalhos de nossa diplomacia, esforçando-se por fazer crer que não queremos a navegação, e que só aspiramos com os tratados feitos a lograr uma nação vizinha e amiga? Não seria mais digna do assumpto a discussão fria, reflectida e lucida, do que essa accusação repetida e sustentada que se vê em cada capitulo, em cada periodo da memoria do Sr. Maury ?

Não permitta Deus que a magoa causada ao coração brasileiro pelo artificio e pela injustiça que presidiu á redacção do escripto do Sr. Maury, exerça a mais pequena influencia sobre nosso espirito, no correr da resposta que lhe vamos dar.

Antes de apresenta-la ao leitor, convem recorda em poucas palavras o plano da memoria que nos occupa, e a summa dos argumentos empregados nella.

O Sr. Maury assevera que a livre navegação do Amazonas é para os Estados-Unidos a mais importante questão da actualidade. Para demonstrar esta proposição procura revellar as causas physicas de que resulta a existencia dos dous grandes rios — Prata e Amazonas : — faz a mais poetica e exagerada descripção de varios logares do Brasil e das republicas vizinhas, servindo-se para isso dos escriptos de Castelnau e de outros viajantes. Inculca vantagens, e prognostica resultados maravilhosos, estupendos, de commerciarem os Americanos-Inglezes nesses logares. Finalmente allega que não tendo o Brasil estabelecido a navegação em proveito seu, nem ainda naquelles rios que nascem e correm no interior do imperio, não póde navegar com vapores o Amazonas ; pelo que conclue que deve essa navegacão ser entregue aos Estados-Unidos, que tem força e vontade para leva-la a effeito.

Na exposição das causas physicas que determinão a formação dos dous grandes rios da America do Sul, esqueceu o Sr. Maury, ou desprezou, um facto que exerce poderosa influencia sobre a accumulação das aguas nesse meio-continente. E' innegavel que a disposição em que se achão as costas atlanticas desse meio-continente, fronteiras e perpendiculares aos ventos geraes do sueste e do nordeste, influe poderosamente sobre os climas dessa região , e particularmente sobre a sua hydrographia , ou antes sobre o estado hygrometrico da atmosphera. E' innegavel que sobre essa parte do novo-mundo deve dar-se o phenomeno da existencia de copiosos rios, que entreguem, que restituão ao oceano as aguas delle trazidas em nevoeiros pelos ventos frescos, que regularmente

soprão perpendicularmente aos dous lados da costa que formão entre si o augulo recto. Mas não se póde admittir que dessa causa unica resultem os dous enormes rios, que tendo algumas de suas nascentes em pontos proximos, vão comtudo procurar desaguadouro, um no Equador, outro ao 35º de latitude austral. Evidentemente a affluencia para o oceano de todos os rios da America do Sul é a retribuição da agua que recebeu esse meio-continente dos nevoeiros que se convertêrão em chuvas depois de tocadas para o interior, de um lado pelo vento sueste perpendicularmente á costa comprehendida entre o cabo d'Horn e o de S. Roque, e do outro lado pelo vento nordeste perpendicularmente ao litoral, que se estende desde o cabo de S. Roque até o de la Vela, na divisa do mar das Antilhas com o golpho do Mexico. A juncção porém, a maravilhosa accumulação da mór parte dessas aguas em dous rios tão volumosos, que são indisputavelmente os maiores do mundo, é devido á disposição de certas cordilheiras e montanhas colossaes que, situadas a léste da dos Andes, forção innumeraveis rios, nascidos em diversas latitudes e em diversas longitudes, a affluir para o sul ou para o norte. Assim pois a grande quantidade d'agua que os rios da America do Sul despejão no oceano, é consequencia da disposição das costas; mas essa estupenda accumulação em dous rios é o resultado da fórma montanhosa da região. Imaginai interrompida na parte septentrional da provincia de S. Paulo a grande serra do mar, vereis diminuir a affluencia para o Paraná, e conseguintemente para o rio da Prata; imaginai que a serra do Estrondo, da provincia de Goyaz, e as montanhas colossaes que se estendem do centro da provincia do Maranhão até os limites austraes da provincia de Minas soffrem mudança de direcção; o Araguaya e o Tocantins virião reunir-se ao rio de S. Francisco, e deixarião de banhar a famosa ilha de Marajoz.

Ora, este facto da disposição das cordilheiras brasileiras no sentido dos meridianos, ou de se acharem em direcção tal que obrigão nossos principaes rios a correr para o norte ou para o sul, para engrossar o Amazonas ou para engrossar o Prata, é, na questão que nos occupa, um facto da mais alta transcendencia.

Seja-nos permittido insistir nelle, e deduzir d'ahi as naturaes e obvias consequencias.

A leste da cordilheira dos Andes e do lago Titicaca se achão no territorio boliviano duas montanhas, o Illimani e o Sorata, que, segundo os trabalhos do sabio viajante Pentland, são ainda mais altas que o Chimborazo, e que quasi attingem a altura do Jawahir, o mais elevado cimo que se tem até hoje medido na cadêa do Himalaya. A léste destas montanhas, e talvez da mesma idade geologica, corre do poente ao nascente em zig-zags, pelos terrenos de Matto-Grosso e de Goyaz, a grande cordilheira brasileira, onde se achão as maiores alturas de nosso paiz acima do nivel do mar.

Depois que a serra do Aguapehy ao occidente da cordilheira tem dado tributarios para o Amazonas e para o Prata, o Aguapehy e o Alegre, essa longa cordilheira, devide as aguas que se escoão de suas encostas, em favor de ambos os grandes rios. Ao léste desta, quasi perpendicularmente, se achão duas outras mais notaveis, quasi parallelas entre si e a dos Andes: a mais occidental é a que se observa composta de montanhas collossaes desde os districtos do Araxá, Uberaba e Patrocinio, na provincia de Minas-Geraes, até á serra da Desordem, na provincia do Maranhão: a mais oriental é a Serra do Mar, que, mais ou menos afastada do litoral, acompanha dous terços da costa do Brasil.

Além destas cordilheiras do hemispherio austral acha-se no septentrional um systema de serras parallelas ao equador, que devidem as bacias do Amazonas e do Orenoco, e que se estendem do oceano até os Andes, ou (com mais rigor) até os *Lhanos* de Nova Granada, onde se manifesta a depressão pela qual se escapa o braço do Orenoco, o Cassiquiario, que se vem reunir ao Rio-Negro.

De tudo isto resulta que cêrca de tres quintas partes do hemispherio americano austral ficão de tal modo rodeadas de cordilheiras, que nellas se formão e caminhão os dous maiores rios do mundo. Resulta mais que os rios do Brasil mais possantes d'agua, de mais longo curso, e mais navegaveis, affastando-se dos parallelos em que nascem, percorrem muitos gráos de latitude para o sul e para o norte. Rios existem, como o Tieté, que, approximados do oceano a meio gráo de distancia, são forçados pela opposição das serras a percorrer 10 e 12 gráos de latitude para chegarem ao oceano. Resulta finalmente da existencia de serranias proximas á costa e quasi parallelas, que os rios nascidos nos seus valles e quebradas terão de vencer, em pequeno trajecto para léste, grandes differenças de nivel, e que portanto não poderão taes rios ser dotados de longo curso navegavel de sua foz para o centro do imperio. Desta regra se não exceptua o mais possante de todos elles, o de S. Francisco,

onde a necessidade de chegar ao oceano em trajecto curto, em consequencia da existencia de alturas insuperaveis da parte da provincia das Alagôas, produziu a celebre escadaria denominada Cachoeira de Paulo Affonso.

Diverso é o curso do Amazonas e do Prata. Cada um destes rios de sua foz para o centro apresenta longo e magestoso curso navegavel. E' verdade que no Amazonas arvores seculares e de um porte admiravel, desaggregando-se das margens, tornão perigosa a navegação dos vapores durante a noite, e que esse embaraço não ha de desapparecer senão depois de seculos. Prescindindo disso, o obstaculo opposto pelas cachoeiras começa longe de Belém, a 300 e a mais de 300 leguas desta cidade no Tapajoz, no Xingú, no Madeira e nos outros affluentes. Já no rio Tocantins não se encontra a tamanha distancia do oceano a primeira cachoeira, pois que defronte de Arroyos, a 94 leguas de Belem, existe o difficil passo, onde se achão os canaes denominados *Guariba* e *Vitam eternam*, e logo a 6 leguas se apresenta a famosa Itaboca, impedindo a subida de vapores, e exigindo o mais rude trabalho para ser transposta por pequenos barcos. O Prata percorrendo quasi 30 gráos de latitude, e serpenteando magestosamente por tão dilatado curso, é o rio que apresenta mais longo, mais aprazivel e mais desimpedido leito navegavel, se se attender a que podem por elle subir vapores até o porto da cidade de Cuiabá, e ainda mais acima se se tomar pelo Paraguaya, onde a navigabilidade (para pequenos vapores) se estende até á confluencia do Sepotuba. Mas no rio de S. Francisco a bella via fluvial que se desliza pelo centro das provincias de Minas, Bahia e Pernambuco tem por termo a cachoeira de Paulo Affonso, de cujo topo será forçoso procurar o oceano por meio de um caminho de ferro de 80 leguas de comprimento. A navegação do Parnahyba, que se fôra desimpedida seria capaz por si só de fazer prosperar triplicadamente a provincia do Piauhy, tem embaraços que não estão longe do oceano. No rio Mucury uma empreza, dirigida com reconhecida vantagem para a provincia de Minas, faz parar o vapor na cachoeira de Santa Clara, a 30 leguas de sua foz. Em summa, nenhum rio existe na costa do Brasil, entre o Amazonas e o Prata, que possa communicar o interior do paiz com o oceano atlantico, dispensando o emprego de estradas lateraes e de caminhos de ferro.

Eis-aqui a abundancia das aguas conduzidas pelos ventos geraes do sueste e do nordeste, graças á disposição de immensas serranias convertidas em proveito de dous rios gigantes, sem poder aproveitar aos outros rios, que se escapão e transpoem as quebradas e valles que desembocão a léste. Não obstante essa grave contrariedade, o vapor navega nesses rios, e navegará no de S. Francisco, logo que se conseguir a construcção da estrada de ferro de um dos portos de S. Salvador da Bahia para a villa do Joazeiro.

Podendo-se pois dizer, sem medo de errar, que o Brasil só póde ter grande navegação a vapor no Amazonas e nos affluentes brasileiros do Rio da Prata, é fóra de duvida que desde 1828, no tratado com Buenos-Ayres, estipulámos o que se devia estipular ácêrca da navegação dos tributarios desse grande rio; é tambem fóra de duvida que nosso espirito de paz e de desinteresse não aconselhava outra politica.

Ora, se de facto não temos outros grandes rios facilmente navegaveis do oceano para o centro do paiz senão o Amazonas, pois que no Prata só temos a navegação de affluentes superiores, qual deveria ser a conducta do governo que emprehendesse estabelecer em grande ponto a navegação a vapor? Seguramente seria estabelecer essa navegação naquelle ou naquelles rios em que se lhe não póde disputar o direito de navegar, e que são effectivamente navegaveis em grande escala.

Todo aquelle que tiver acompanhado com olhos de observação a conducta do governo do Brasil, verá que sua marcha tem sido dictada pelo mais nobre desinteresse, pela prudencia, pelo espirito de paz e benevolencia para com as republicas vizinhas. Immediatamente que o Brasil reconheceu a possibilidade de estabelecer vantajosamente no Amazonas a navegação a vapor, tratou de partilhar os proveitos não infalliveis, mas provaveis dessa empreza com as republicas vizinhas, e que tem affluentes amazonios. Parecia que esta conducta era credora de elogios; porém o gratuito inimigo e accusador dos Brasileiros tirou desse mesmo proceder argumentos, improvisou, ou pelo menos acolheu inexactidões para nos fazer encarar desvantajosamente pelos nossos vizinhos, especialmente pelos Bolivianos e pelos Peruanos. Neste proposito diz elle no setimo e ultimo capitulo de sua memoria:

« O Brasil aventou este projecto, e sabendo
« que a livre navegação do Amazonas principiava
« a ser assumpto de conversação nos circulos com-
« merciaes e politicos deste paiz, tomou immedia-
« tamente as mais activas medidas para inutilisar

« qualquer tentativa da nossa parte, que tivesse « por objecto a livre navegação do Amazonas.

« *Redobrou de energia na guerra contra Rosas*, e « despachou a toda a pressa enviados extraordina- « rios e ministros plenipotenciarios para o Perú, « Bolivia, Equador, Nova Granada e Venezuela, « afim de contratarem com cada uma daquellas « republicas o direito exclusivo da navegação dos « seus tributarios amazonios.

« A sua missão era de frustar quaesquer tentati- « vas de tratado, que as nações commerciaes qui- « zessem fazer com essas republicas sobre a nave- « gação fluvial : *era destinada a retardar os seus « passos, a fechar mais apertadamente que nunca « as suas grandes arterias de commercio, e a perpe- « tuar* por este modo a estagnação e morte, que « por espaço de 300 annos tem reinado na grande « bacia fluvial do Amazonas.

« O Perú *deixou-se lograr*, e fez o tratado exi- « gido , porém os estadistas de Bolivia, *mais sa- « gazes, desconfiárão do negocio*, e não só recusárão « tratar com o Brasil a tal respeito, se não que o « sabio presidente daquella republica pretende es- « tabelecer nos seus rios tributarios do Amazonas « portos francos a todas as nações. »

Com effeito *redobrámos de energia na guerra contra Rosas*, porque em circulos commerciaes e politicos dos Estados-Unidos era assumpto *de conversação* a livre navegação do Amazonas! A guerra que o dictador nos fazia, a independencia do Paraguaya sériamente ameaçada, quando nós a havia- mos garantido, o estado do Uruguay a debater-se e em perigo de succumbir, a necessidade indeclina- vel de expellir do territorio oriental o general Ori- be, afim de acommodar as difficuldades nascidas dos continuos massacres, tropelias, violencias e ex- torsões commettidas sobre subditos e propriedades brasileiras no territorio oriental e na fronteira do Brasil, tudo isso era nada para que redobrassemos de energia na guerra, e procurassemos o desenlace dessas questões. O estimulo que nos levou a redo- brar de energia foi que a livre navegação do Ama- zonas *era assumpto de conversação em circulos commerciaes e politicos nos Estados-Unidos!!*

A missão dos diplomatas brasileiros era lograr as republicas vizinhas, e destinada a fechar, mais apertadamente que nunca, as grandes arterias do commercio!!!

Os factos depõem contra essa predicção desde que os vapores brasileiros navegão no Amazonas e no Rio-Negro, e desde que o Perú compra barcos para navegar nos seus rios e nos nossos.

O Perú *deixou-se lograr*, mas já tem commercio e navegação a vapor; Bolivia, que tem *estadistas mais sagazes, recusou tratar comnosco*, mas ainda não alcançou iguaes vantagens.

CAPITULO II.

O clima do valle do Amazonas. — Uberdade e producções do solo. — Salubridade.

No capitulo primeiro ficou dito que o Sr. F. Maury allegava o facto de não estar ainda o territorio do Amazonas aproveitado, como deve sê-lo, para deduzir o direito que no seu entender tem os Americanos de exigir dos Brasileiros a livre navegação do Amazonas. Cumpre agora dizer que nessa argumentação todo o artificio consiste no pôr em relevo a negligencia e fraqueza do governo do Brasil. Para isso qualifica o clima do valle do Amazonas como um dos *mais saudaveis e deliciosos do mundo:* diz que esse valle é um paiz de arroz; que em 10 mezes a terra produz o augmento de *um por mil*; que reina ali *um perpetuo verão*, uma perpetua successão de seáras; que o paiz regado pelo Amazonas, uma vez desinçado dos selvagens e dos animaes ferozes, e sujeito á cultura, seria capaz de *sustentar* com seus productos a *população inteira do mundo.*

Se para todas estas asserções, e no mero intuito de figurar no catalogo dos romancistas, o Sr. F. Maury houvesse recorrido sómente a escriptos de viajantes, poder-se-hia relevar que fallasse com tanta generalidade, que acolhesse sem criterio informações exageradas. Uma vez porém que com segunda tenção se constituiu repetidor de descripções poeticas, e que procurou nas leis physicas a explicação dos phenomenos de que emprehende dar noticia, não se lhe póde mais perdoar que não tenha maduramente reflectido, ou que tenha occultado verdades, cujo conhecimento interessava a seus leitores. Citemos as suas proprias palavras do capitulo primeiro. « Em todas as regiões intertropi-
« caes do globo, na India, na Africa occidental, na
« Nova Hollanda e na Polynesia, o anno divide-se
« em estação chuvosa e estação secca; e durante
« esta ultima cahe bem pouca ou nenhuma chuva:
« seccão-se as fontes, perece o gado, e os corpos
« mortos contaminão o ar. Então acontece tam-
« bem apparecer naquelles paizes o terrivel mal
« da peste.

« Não é porém assim o valle do Amazonas.
« Ali as chuvas, bem que copiosas, não cahem
« sómente dentro de poucos mezes, nem são acom-
« panhadas dos terriveis tufões e turbilhões de
« vento que se levantão com cada mudança de
« estação na India. *Na America, brandas e fecun-*
« *dantes chuvas cahem em todos os tempos do anno,*
« *e os tufões raras vezes se levantão.* »

Depois disto o Sr. Maury procura deduzir que o paiz é salubre pelo facto de chover frequentemente *e de estar dentro dos tropicos!* Ouçamo-lo:

« Ora, qual deve ser a condicção de um paiz
« *intertropical, cujo solo é banhado por frequentes*
« *chuvas*, e onde se não experimenta uma secca
« abrasadora durante seculos de perpetuo verão?
« Sem duvida a da fertilidade e salubridade, por-

« que em semelhante clima tudo nasce e cresce « promptamente. (!!!)

« De facto ali a vegetação está em perpetua ac- « tividade; não ha intervallo de repouzo vege- « tal, porque assim que cahe um folha, e prin- « cipia a apodrecer, vão nascendo outras folhas, « que lhe absorvem os gazes. Taes condições « fazem com que o clima do valle do *Amazo- « nas seja um dos mais saudaveis e deliciosos do « mundo*. (!!!) »

Que assim se exprimisse algum desses viajantes, que depois de atravessar nosso paiz a galope, ou de percorrer uma pequena parte delle, vai escrever na Europa o seu livro, que é aceito com benevolencia, embora cheio de inexactidões, póde-se tolerar. Mas não se póde tolerar igual procedimento no Sr. Maury, mórmente quando o seu papel não é o de mero noticiador. As inexactidões do viajante não podem ter consequencias desagradaveis para o paiz, mas as do Sr. Maury, apostolo de uma idéa que se póde qualificar ameaçadora, são por certo perigosas, tanto mais que o Sr. Maury escreve para um paiz regido pelas formas democraticas, onde as illusões propaladas sem réplica pela imprensa podem tender algum dia a perturbar a prosperidade modesta de outros povos. Demais o Sr. F. Maury é homem dedicado a experiencias e a observações, e por isso ha de conhecer perfeitamente em sua consciencia, que a respeito do Brasil, de seu clima, de suas producções, tirou illações a que não estava autorisado; por isso que não conhecia o resultado de observações directas.

Sabe todo o mundo que ha com effeito na parte oriental do valle do Amazonas a vegetação mais vigorosa que se póde imaginar. Ninguem póde negar que a terra paga avultadissimamente, mais talvez que em qualquer outra parte do mundo, o trabalho da cultura de certas especies vegetaes. Existe admiravel abundancia de productos preciosos para a industria, para as artes, para os usos da medicina. Sabe-se que um alqueire de arroz produz quarenta, e que se se plantarem quarenta colher-se-hão mil e seiscentos. Mas pergunta-se: o homem que planta um e colhe quarenta tem forças para plantar os quarenta e colher os mil e seiscentos? seguramente não. Os terrenos proprios para a cultura do arroz são apropriados para a cultura do trigo, do café e do algodão? Se a vegetação é incessante, se á proporção que cahe uma folha nascem outras, concebe-se desde logo que a cultura encontrará a par de larga retribuição multiplicadas contrariedades que teem sua origem na mesma fertilidade do solo, e no calor e humidade da região. Antes de proceder-se á sementeira é preciso derrubar arvores seculares e colossaes: desembaraçado o terreno, á proporção que nascem e crescem as especies plantadas, nasce com o mesmo, se não com maior vigor, um milheiro de especies, inconvenientes que é preciso destruir. Além disto o sol abrasador ou a chuva interrompem o trabalho; e o calor produz este resultado, deixando o homem frouxo, exhausto de fadiga e suor. Milhões e milhões de insectos e de reptis tornão muitas vezes a vida penosa e difficil. Para o Europeu, para o Americano Inglez, seria por certo mui pouco *delicioso* passar dias inteiros abanando mosquitos, matando reptis venenosos, alagado em suor, lamentando a perda daquella energia que teem elles nos seus climas frios.

Se tudo isto é verdade, se a cultura das terras na região altamente fertil do Amazonas não é portanto livre de tropeços e de incommodos; se é preciso que o homem, para recolher esses grandes resultados, soffra certo genero de contrariedades (que só a longa aclimatação habitua a combater e a supportar pacientemente), por que razão se ha de occultar que ao lado de incalculaveis vantagens ha tambem grandes e multiplicados inconvenientes? De facto a vegetação é espantosa, como se sabe, na parte mais oriental do valle do Amazonas. Mas se se considera comprehendida na denominação--Valle do Amazonas— toda a região deste rio e de seus confluentes, como se deduz da memoria do Sr. F. Maury, é preciso dizer que ha territorio de affluentes, onde o vigor e exhuberancia da vegetação teem diminuido, e se achão reduzidas a um quarto e a um decimo do que são na parte que chamamos oriental; ha territorio de affluentes esteril, completamente esteril e inhabitavel.

Sabe o Sr. F. Maury perfeitamente que na região do Orenoco uma grande parte do territorio da republica de Venezuela está sujeita ás alternativas de estação chuvosa e estação secca. Pois bem, taes alternativas se reproduzem no interior do Brasil, apenas se transpõe a primeira cordilheira que acompanha a costa, e que impede o accesso dos ventos frescos de léste. Na verdade a maior parte do territorio central não chega a soffrer seis mezes de sóes ardentes; a estação rigorosamente secca dura sómente tres a quatro mezes nos terrenos a que chamamos sertões de Matto-Grosso,

Goyaz, S. Paulo, Minas e Bahia ; porém as provincias brasileiras ao norte da de Pernambuco chegão a soffrer seccas de seis mezes e de mais. A provincia do Ceará tem visto passarem-se dez mezes sem que uma gota de chuva humedeça e fertilise o solo.

Nem é desconhecido de viajantes instruidos este facto: no primeiro volume do Cosmos de Humboldt, tratando de climas, diz o grande sabio da Prussia:

« As planicies aridas de Cumaná, de Coro e do « Ceará (no Brasil septentrional) *que a chuva já-* « *mais humedece*, são o contraste de outras regiões « dos tropicos, em que a agua do céo cahe abun- « dantemente. »

De tudo isto se deve concluir que as informações contidas na memoria do Sr. F. Maury, bem como as illações que tira a respeito da fertilidade das terras em geral, devem ficar sujeitas a um grande desconto, que talvez se possa avaliar com justeza, dizendo que deve ser de 50, 60 a 90 por cento. Quanto á fertilidade da região oriental, onde se achão as verdadeiras florestas primitivas do Amazonas, a realidade é maior ainda que a pintura feita; mas era preciso não occultar os inconvenientes que acompanhão essa fertilidade. Além disto era necessario, quanto á capacidade de todo o mais territorio brasileiro para culturas, não lhe fazer extensivas as consequencias que deduziu para uma determinada região do baixo Amazonas.

Ainda uma vez é preciso recordar que o Sr. F. Maury esqueceu, se não occultou de proposito, a influencia que deve exercer sobre a fertilidade e sobre a capacidade para diversos generos de cultura a circumstancia de existir na região dos affluentes do Amazonas immenso terreno submergido e alagado em grande parte do anno, onde o agricultor teria de colher o arroz banhado em aguas infectas, sob o sol abrazador dos tropicos.

Ora, se a respeito da fertilidade do solo o defeito que notamos na exposição do Sr. F. Maury consiste não só em ter olvidado a influencia da immensa quantidade d'agua que inutilisa para o maior dos ramos de cultura terrenos aliás ferteis, como tambem por ter feito extensiva a uma área de cêrca de duas mil milhas quadradas a lei que poderia deduzir para uma outra área muito menor; a respeito da salubridade fica-se pasmo de ouvi-lo contrariar nossa propria experiencia e documentos officiaes, unicamente para dahi deduzir, força é repeti-lo, que o Brasil deve ser privado da posse de todo o tronco principal do Amazonas *pelo não uso*.

Quando o governo imperial emprehendeu o estabelecimento definitivo da navegação a vapor no Amazonas, teve a mais desvelada solicitude em promover desde logo o estabelecimento de colonias, em vistas de multiplicar as producções do solo procuradas pelo commercio, e de entregar a cultura aquelles terrenos, que com effeito dispoem da mais admiravel fertilidade. Nestas vistas, um dos seus passos foi colher informações sobre sitios azados para o estabelecimento de colonias. Em desempenho desta commissão, o Dr. Marcos Pereira de Salles, natural da provincia do Pará, enthusiasta da prosperidade de sua patria, mas verdadeiro, exacto e circumspecto, não occultou ao governo aquillo que sua intelligencia esclarecida lhe fazia considerar como embaraço mais ou menos superavel. Desenvolvendo algumas considerações ácerca da agricultura e do commercio, diz o distincto brasileiro: « Parece prudente que o governo ou a « companhia do Amazonas por elle autorisada não « funde mais do que seis colonias nestes dous pri- « meiros annos, cada uma das quaes não deve ex- « ceder de quarenta a cincoenta familias, ou de « duzentos individuos estrangeiros, preferindo- « se os Allemães, que de todos são os que mais fa- « cilmente se aclimatão no paiz.

« Destas colonias quatro devem ser estabelecidas « na provincia do Amazonas e duas na do Pará. « Assim constituidas em pequeno numero facil é « acudi-las com a necessaria subsistencia, quando « não a hajão toda das mattas e rios vizinhos. Se « dous annos de tirocinio demonstrarem a *incon-* « *veniencia do logar*, difficil não será muda-las « para outras posições mais vantajosas, tanto pelo « que diz respeito *á salubridade* como *á fertilidade* « *das terras*. »

Aqui temos pois o testemunho de um Paraense cheio de patriotismo, porém firme no proposito de dizer sómente a verdade; aqui temos esse testemunho, de que não é licito contar com a fertilidade nem com a salubridade de qualquer logar, de qualquer malha de terreno, como contaria quem prestasse á memoria do Sr. F. Maury o credito que o escriptor americano prestou a pinturas exageradas. Poderiamos ainda citar o que teem dito presidentes habeis e illustrados nos relatorios lidos á assembléa da provincia: limitar-nos-hemos porém a citar factos confirmados, e de notoriedade publica, para nos não estendermos desmesuradamente.

A colonia de Santa Theresa, fundada a esforços do habil administrador o Sr. conselheiro Jeronymo Francisco Coelho, na cachoeira da Itaboca, isto é, no logar o mais apropriado para auxiliar a navegação de Goyaz pelo Tocantins, teve de retirar-se, dizimada pelas febres perniciosas, e foi estabelecer-se ainda acima no antigo presidio de S. João das Duas Barras. As tripolações dos barcos do negociante de Goyaz Torquato José de Barros, no tempo da presidencia do Sr. Fausto de Aguiar, e dos barcos da Sociedade Commercial chegados ao Pará no tempo da administração do Sr. Dr. Cunha, forão tambem dizimadas por enfermidades endemicas.

N'uma obra que faz honra a seu talento, o capitão-tenente da armada brasileira Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, fallando da extincta povoação do Crato, diz: « E' o Crato onde mais horrorosos « males se hão observado endemicos, como hydropesias, ictericias, camaras, scorbuto, febres, erupções cutaneas, etc., tudo explicado pelas aguas « que se bebem, impregnadas de substancias venenosas. » No artigo —clima— diz o mesmo autor: « As intermittentes são endemicas, as mais assiduas, e que dão esperança de extincção; felizmente curão-se nas povoações com ligeiro tratamento: deixar o logar onde se adquirirão, como « algum lago ou rio em vasante, importa o mais « efficaz remedio. Sempre por occasião dos movimentos dos rios (principio de enchente ou de vasante) soffre-se do defluxo, com mais ou menos « incommodo de garganta, e ha exemplo de ter-se « esse mal tornado fatal; porém nas alagadas « margens do Madeira e Japurá, áquem das cachoeiras, principalmente aos primeiros repiquetes da enchente, observão-se além de febres affecções cutaneas, inflammações de visceras, scorbuto, ictericia e hydropesia, que terminão mui « promptamente com a morte: aguas, que estagnadas se conservárão durante a vasante nos lagos « e igarapés, e por isso se impregnárão de succos « de vegetaes venenosos, principiando a correr « com a enchente, explicão a causa de semelhante « insalubridade; o que parece dever efficazmente « remediar a cautela de nessa quadra beber agua « do rio, recorrendo ás fontes, e em ultimo caso « as cacimbas. A descripção do como recentemente se frustrou o estabelecimento da colonia de « Santa Theresa no Tocantins, falla de sobejo, « para poupar aqui o menor trabalho em semelhante demonstração. » Accrescente-se agora a tudo isto que já a febre amarella reinou na cidade de Belém e n'outras povoações, que ali e n'outros pontos se desenvolvem a bexiga, as febres perniciosas e as sezões ou intermitentes benignas, e diga-se se se póde assegurar sem restricção alguma, como faz o Sr. F. Maury: « *O clima do valle do* « *Amazonas é um dos mais saudaveis e deliciosos* « *do mundo?* »

Ora, o Sr. Maury não só deixou de empregar certas restricções com que o escriptor conscienciosa busca approximar-se da verdade, mas até quiz concluir que a salubridade procede de ser o solo banhado por frequentes chuvas, e de se não esperimentarem nelle seccas abrasadoras durante seculos de perpetuo verão. Se assim fosse, desnecessario se tornaria escolher logares, ou esperar da observação resultados que inspirassem segurança. Mas o governo do Brasil, que luta na Europa com a indisposição de inimigos da emigração para nossas terras, obraria desacertadamente se determinasse a fundação de colonias, olhando para uma carta de provincia sem dados positivos a respeito da salubridade, fertilidade e recursos dos pontos que lhe parecessem azados para séde de povoações.

O Dr. Salles, indicando para esse fim os sitios que lhe parecião dispor das maiores vantagens, dá sobre cada um delles importantes noticias e esclarecimentos, nunca esquecendo o inconveniente das allegações e as vantagens das collinas. Tal é a convicção em que de certo está de que ha terrenos, malhas estensas de terreno, onde a habitação se torna nociva, embora uma floresta espantosa revele a mais vigorosa fertilidade, embora esses terrenos estejão nas condições meteorologicas que o Sr. Maury apresenta como causas que terão por effeito infallivel — a salubridade.

CAPITULO III.

nfidelidade dos escriptores consultados pelo Sr. Maury. — Estima e consideração de que goza no Brasil o barão de Humboldt. — Systema japonez. — Informações inexactas ácerca de Matto-Grosso. — Poconé. — Villa Maria. — Navegação de Cuyabá para o Amazonas. — Projecto chimerico de M. de Castelnau. — Monopolisação do commercio e navegação do Novo-Mundo. — Demonstração da inexequibilidade de uma communicação fluvial desde Buenos-Ayres até a foz do Orenoco.

Acabámos de ver que o Sr. F. Maury, no intuito estabelecer que o valle do Amazonas, compreendida a região de todos os seus affluentes, é um iz fertil sem segundo, salubre, e de habitação deiosa, occultou circumstancias dignas de atten, e não se orientou em escriptos, em autoridaque nós não pudessemos recusar.

Se o Sr. F. Maury, para escrever sobre cousas do asil, tivesse consultado, como podia e devia, fonpuras, onde bebesse informações veridicas; e se puzesse a sua reflexão ás descripções poeticas de telnau, e seu patricio Herndon e outros, é ito provavel que nos não suppuzesse tão inimidas sciencias e dos estrangeiros illustres, que nderiamos Humboldt se viesse á nossa terra; inimigos da navegação, que não temos vapores ses rios, onde os delphins brincão tão indolen que não colhemos os diamantes que as gallinhas olem.

or mais que se esforce o Sr. Maury por fazer que seguimos o systema japonez, pelo facto de ar nosso governo aos Estados-Unidos a permisle fazer explorar nossos rios com vapores seus, o mundo civilisado sabe que acolhemos suas illustrações como ellas o merecem. Se Humboldt viesse ao Brasil, seria entre nós recebido como o primeiro sabio do mundo, como o mais veridico, o mais exacto e o mais benevolo viajante que tem sahido da Europa, como o autor cujas obras figurão nas bibliothecas dos homens de illustração, por quem são a cada passo lidas e consultadas.

A maneira por que o sabio da Prussia foi tratado em Paris pelo embaixador portuguez, depois que regressou da America; o convite que lhe fez o governo de Portugal, e a que elle annuiu escrevendo uma memoria (em 1817) sobre a fixação dos limites das Guyanas franceza e portugueza; inutilisarião essa invenção da ordem para a prisão de Humboldt, cujo odioso, quando ella tivesse existido, não poderia jámais recahir sobre o governo do Brasil.

O estrangeiro que pretende viajar por amor das sciencias, ou que nessa qualidade se apresenta, recebe no Brasil o mais hospitaleiro acolhimento. Castelnau, esse mesmo Castelnau, cujo nome está longe de associar-se como o de Humboldt ás idéas

de respeito e veneração, e que foi a nosso respeito bastantemente injusto, especialmente quando falla dos Bolivianos de um modo mais vantajoso que a respeito dos Brasileiros naturaes de Matto-Grosso, como teremos occasião de reconhecer; fallando da maneira por que foi recebido nas nossas provincias centraes de Minas-Geraes, Goyaz e Matto-Grosso, se exprime nos seguintes termos :

« Pouco depois recebemos a visita do major An-
« dréa, filho do presidente da provincia, que vinha
« em nome de seu pai offerecer-nos os serviços do
« governo. (De Minas Geraes.)

. . . . . .

« Achámos no presidente um homem instruido,
« e cujas maneiras erão *extremamente agradaveis:*
« elle nos prometteu empregar toda a sua influen-
« cia afim de *facilitar* nossa viagem, e *cumpriu sua*
« *palavra* em tudo e por tudo.

« A' vista do desejo que lhe manifestei de ver al-
« guns dos Botocudos que habitão a provincia, en-
« viou immediatamente um correio encarregado de
« trazer dous dos mais bem caracterisados das bor-
« das do rio Doce. Fomos depois visitar os princi-
« paes edificios da cidade, entre outros a casa da
« municipalidade, que serve tambem de prisão : é
« um bello edificio perfeitamente organisado. No
« dia seguinte recebemos a visita do presidente, e
« ficámos cada vez mais encantados de tratar com
« elle. »

De sua recepção em Goyaz diz o viajante francez :

« Não sómente o presidente D. José nos cedeu a
« mais bella metade de seu palacio, como até quiz
« *encarregar-se de todas as nossas despezas* durante
« nossa estada na capital : disse-me que taes erão
« as *ordens de seu governo. Nunca a hospitalidade*
« *foi mais larga e mais completa.* Nós eramos con-
« siderados *como hospedes do Imperador*, e tratados
« com honras extraordinarias. O que nós não podia-
« mos conceber era como se tinha podido, a tre-
« zentas leguas no interior do Brasil, reunir tantos
« commodos : nossas camaras estavão largamente
« providas de todos os moveis necessarios, e nosso
« hospede, tão espirituoso quanto instruido, nos fa-
« zia passar o tempo da maneira a mais agradavel.
« Chamado ao Rio de Janeiro, por suas funcções de
« deputado, D. José quiz todavia esperar meus com-
« nheiros de viagem ; porém no dia seguinte áquel-
« le em que chegárão, tivemos a tristeza de nos
« separar delle. O governador de uma provincia
« mais extensa que a França partiu para uma via-
« gem de perto de 400 leguas, e através de um paiz
« deserto, que apresentava numerosas difficulda-
« des, acompanhado de um só domestico. Vestido
« com um paletó branco, e coberto com um chapéo
« de palha, limitava sua comitiva a uma só pessoa
« para não prejudicar a rapidez habitual de sua
« marchas : montados cada um delles n'uma ex-
« cellente besta, percorrião no espaço de um me-
« a immensa distancia que separa Goyaz da capi-
« tal do imperio. O sobrinho do bispo substituiu
« D. José, na qualidade de vice-presidente, e
« *nous n'eumes qu'à nous louer de lui sous tous le-*
« *rapports.* »

De sua recepção em Matto-Grosso, e do que
aquella remota capital de provincia, diz o mesm
viajante :

« Immediatamente que chegámos á Cuyabá fo-
« mos conduzidos ao palacio, onde o presidente
« o Sr. coronel Gomes Jardim, recebeu-nos
« maneira a mais amavel : passámos com elle
« resto do dia.

. . . . . .

« As casas teem uma apparencia européa, q
« se fica pasmo de encontrar ali : são alvejad
« com cal, trazida para isso do rio Paraguay,
« muitas teem grades de ferro. A casa em que
« tavamos estabelecidos era espaçosa e bem mo
« liada. A esta primeira attenção, que muito r
« penhorou, o presidente juntou uma outra, a
« nos obrigar por suas instancias a aceitar s
« mesa durante todo o tempo que estivemos
« Cuyabá. »

A' vista disto seria desnecessario accrescen
que não foi em territorio de nosso Japão que C
telnau perdeu suas collecções de historia natura
seu interessante companheiro de viagem, o visc
de d'Ousery.

Ora, se Castelnau, tratado no Brasil com os
sequios devidos á sua importancia pessoal e ás
commendações que o acompanhavão, e cujo eff
o sorprendeu por toda a parte, deixou escapar
posições que autorisárão o Sr. Maury a qualifi
nos mais desvantajosamente que aos Bolivianos
que não dirá de nós, por exemplo, o Sr. tene
Herndon, obrigado pelo espirito japonico do
verno do Brasil a sustentar-se de phócas e de
cacos, como diz o Sr. Maury, não obstante an
percorrendo paizes de leite e de mel ?

Sirva esta consideração para premunir o espi
do Sr. Maury contra escriptos de pessoas qu
nos mostrão desaffectas ; e vamos ver se essas
soas já o levárão a fallar com menos exacti

com menos justeza do que convem a um homem habituado, como o Sr. Maury, a estudos fortes e a raciocinios rigorosos.

Deixando com o Sr. Maury o paiz do velho Dr. Francia, tão poetica e lisongeiramente descripto pelo Sr. Hopkins, percorramos a provincia de Matto Grosso. Chegado a Matto Grosso, o Sr. Maury viu em Pocané uma das mais florescentes villas do interior do Brasil; mas o que nós sabemos dessa povoação é, que não tendo elementos de prosperidade, e que pertencendo quasi todos os seus predios a criadores de gado que residem habitualmente em suas fazendas, Poconé é uma villa deserta, e ainda por outros motivos considerada entre nós como degredo para os juizes formados. Deixando Cuyabá, e subindo pelo Paraguay, o Sr. Maury achou em Villa Maria um forte guarnecido por peças de artilharia « que (são suas formaes palavras) forão transportadas pelo Amazanas até « Tapajoz; dahi por este rio até o Arinos, donde foráo conduzidas através dos paizes diamantinos « ás cabeceiras do Cuaybá, transportadas dahi até « o Paraguay, e por este rio acima até Villa « Maria. »

Vejamos agora o que ha de verdade em tudo isto. Villa Maria não é, nunca foi ponto fortificado com artilharia: ahi nunca se collocárão peças. Villa Maria tem sido até hoje a séde de destacamentos destinados a rondar a campanha das Onças, e a guardar nossa fronteira, com tropa ligeira, pelo lado da republica boliviana. As peças de que ouviu fallar o Sr. Maury são quatro bocas de fogo destinadas ao forte de Coimbra, e que não podendo chegar ao seu destino pelo Paraguay, por causas alheias á nossa vontade, subirão o Amazonas e o Madeira (mas não o Tapajoz), entrárão pelo Mamoré e pelo Guaporé. Conduzidas dahi por terra até ás margens do Jaurú, forão posteriormente embargadas, e descêrão o Paraguay até Coimbra.

A' primeira vista parecerão de pequena, talvez de nenhuma importancia, estas duas rectificações; lendo-se porém o capitulo terceiro da memoria do Sr. Maury, ver-se-ha que tendo trazido estes factos para censurar o governo do Brasil pelo desprezo em que tem estado a navegação do Prata e do Amazonas, é preciso não desprezar esses factos, calculadamente ou ingenuamente desfigurados.

Lamenta o Sr. Maury que havendo no districto de Villa Maria immensa plantação natural de ipecacuanha, e grande quantidade de baunilha, venhão esses generos ao mercado sobre costas de bestas, quando podião vir pela grande estrada real da natureza. Não podendo tolerar se que o Sr. Maury queira ser mais brasileiro que os Brasileiros, mais amigo da prosperidade de Matto-Grosso, e conseguintemente do Brasil, que os homens esclarecidos que o tem governado, só nos resta agradecer a benevolencia do escriptor americano inglez, e o dó que lhe inspira nossa cegueira. Isto feito, continuemos com elle a percorrer Matto-Grosso.

Diz o Sr. Maury: « O Brasil tem a um tiro de pe-
« dra daquella cidade (falla-se do Cuyabá), e por um
« facil transporte, as aguas navegaveis do seu pro-
« prio Amazonas; e todavia tal tem sido o seu receio
« de que as barcas de vapor sobre aquellas aguas
« revelassem ao mundo as riquezas daquella pro-
« vincia, que vemos por elle adoptada uma politica
« peior que a do Japão, pois exclue da cultura, da
« civilisação e do commercio o mais bello paiz do
« mundo. »

Se os Matto-Grossenses não fossem os primeiros a reconhecer o que ahi vai de inexacto, seria de receiar que tivessemos em breve tempo uma revolta em Cuyabá, obrigado injustamente a não ter cultura, civilisação e commercio. Ainda assim é natural que o bom senso dos Cuyabanos os fizesse desconfiar dessa qualificação—*mais bello paiz do mundo*—qualificação que o Sr. Maury baratêa a cada um dos paizes com que se occupa, á guiza de cortezão nos salões, que lisongêa as personagens, a quem dirige a palavra, repetindo incessantemente as mesmas banalidades.

Onde leu o Sr. Maury que a cidade de Cuyabá tem a um tiro de pedra as aguas navegaveis do Amazonas? Se por aguas navegaveis se entendem aquellas em que podem subir e descer barcos carregados, para a cidade do Cuyabá, estão ellas (as dos affluentes amazonios) a 34 leguas de distancia no porto do Rio Preto (a 4 leguas da villa do Diamantino) ou 40 no porto do rio Arinos. Ainda assim a navegação pelos affluentes do Amazonas só é desimpedida e propria para barcas de vapor, depois que se atravessão as cachoeiras do salto Augusto e de S. Simão. Em rigor a navegação a vapor de Cuyabá para o Amazonas só poderá começar a mais de 100 leguas dessa cidade. Já vê portanto o Sr. Maury que não é tão máo o governo do Brasil, quando não obriga os vapores a saltar essas cachoeiras, e a caminhar em aguas onde apenas fluctuão balsas e pequenas canôas de pescaria.

Subamos agora com o Sr. Maury, acompanhado de Castelnau, a cordilheira, ao norte do Diamanti-

no, onde se achão pequenos regatos que pendem para o Norte e para o Sul, e por onde o escriptor americano viu com o viajante francez a possibilidade e até a conveniencia de estabelecer-se communicação entre as aguas do Prata e as do Amazonas.

Ouçamos primeiramente o official da marinha americana ingleza.

« E' ainda um problema se as aguas do Prata e « do Amazonas se unem por meio de um canal na- « tural, como acontece com as do Amazonas e do « Orenoco pelo Cassiquiario. Em tal caso offerece- « rião uma navegação interior desde Buenos-Ayres, « em trinta e cinco gráos de latitude meridional, « até á foz do Orenoco, em onze gráos de latitude « septentrional, onde este rio entra no mar dos « Carahybas. Uma tal navegação não só traria a « nossos portos os productos commerciaes das en- « costas atlanticas da America do Sul, mas des- « pejaria os seus thesouros no proprio seio onde « o Mississipi entorna as suas aguas, o excedente « da sua producção, e a sua riqueza.

« De todos os modos, quer exista ali agora um « canal natural ou não, podemos antever o tem- « po em que a cultura e a civilisação, promovi- « das pelo vapor, hão de enraizar-se na grande ba- « cia do Amazonas; então esses canaes, que a « natureza não completou, serão completamente « abertos pela arte. Por elles o Prata ficará, por « assim dizer, revirado, sendo a boca para todos « os fins praticos do commercio posta debaixo do « equador, onde o Amazonas desagua no oceano. »

Ouçamos agora o viajante francez.

« Uma excursão nas partes septentrionaes da « provincia de Matto-Grosso offereceu-nos a oc- « casião de determinar a posição das nascentes « do Paraguay, assim como as do Tapajoz; e pu- « demos contemplar ao mesmo tempo os braços « dos dous maiores rios do mundo, o Prata e o « Amazonas, surgindo das entranhas da terra a « nossos pés, e entrelaçados um com outro. »

. . . . . .

N'outro logar diz o mesmo Castelnau.

« Achámos um dos proprios mananciaes do « Amola (tributario do rio Cuyabá) que nasce em « um algar da chapada da serra, e corre para o « Sul. A fazenda do Estivado, onde nos achavamos, « está situada n'um dos mais interessantes pon- « tos de todo o paiz. Ali de facto, e a poucos pas- « sos um do outro, brotão os mananciaes dos dous « maiores rios do mundo, o Amazonas e o Prata.

« Póde ser mui facil algum dia estabelecer uma « communicação entre estas gigantescas corren- « tes, *pois que o dono da casa nos disse haver ten- « tado, para o simples fim de regar o seu jardim, « desviar as aguas de um rio para o leito do ou- « tro.* »

Com effeito, M. Castelnau considera facil a communicação entre as gigantescas aguas do Amazonas e do Prata, por meio de um rio, por meio de uma pequena torrente que um homem do sertão de Matto-Grosso tentou desviar para regar o seu jardim! O Sr. Maury, introduzindo nesses rios as barcas de vapor, já vê revirado o Prata, e collocada a sua bocca debaixo do equador, onde o Amazonas desagua no oceano!

Reconhecem que existe uma cordilheira, sabem que essa cordilheira se estende dos Andes ao Atlantico, e comprehendem a possibilidade, e até as vantagens de estabelecer-se através della uma communicação fluvial, que admitta navegação por vapores!!! Reconhecem que os rios nascidos nessa consideravel altura são taes, que um sertanejo póde fazer mudar o seu curso para regar um jardim, e concebem que haverá profundidade e placidez necessaria para navegação regular!!

Onde está a reflexão, onde está o respeito ao bom senso publico, quando se escrevem concepções desta ordem?

Aqui terminariamos o reparo que antepomos a esse inqualificavel projecto de communicação das aguas do Prata e do Amazonas, por meio da canalisação de ribeiros nascidos em algares da longa cordilheira que se estende do Atlantico até os Andes, se não estivessemos convencidos da necessidade de tornar tão saliente quanto é possivel a malevolencia do Sr. Maury para com o Brasil, a falta de justeza de suas vistas, e o artificio com que falla a seus leitores norte-americanos. Se o territorio da União se assemelhasse ao nosso, se os rios que o atravessão nascessem como os da America do Sul, e como elles corressem por terrenos tão consideravelmente montanhosos, poder-se-hia acreditar que o simples bom senso bastaria para não se dar inteiro credito ás asserções do autor da memoria que nos occupa. Assim porém não succede, e conseguintemente os Norte-Americanos, arrastados pela eloquencia do Sr. Maury, convidados pelo engodo de emprezas faceis e prenhes de resultados maravilhosos, acolherão sem duvida as noticias, as idéas, os projectos desse homem distincto no seu paiz, e justamente respeitado por trabalhos impor-

tantes, sem dar fé das inexactidões e dos absurdos que apadrinha com seu nome, quando se constitue o apostolo *enragé* da livre navegação do Amazonas.

Insistamos portanto na demonstração da inexequibilidade desse projecto de navegação do Prata revirado, e commercialmente privado de sua foz, em proveito da foz do Orenoco no mar dos Carahybas, afim de centralisar-se nas cidades do Golpho do Mexico o commercio e as riquezas do immenso continente americano.

Para não se suppor que declamamos, força é recordar que o Sr. Maury diz « que *quer exista um canal natural ou não entre as aguas do Prata, e as do Amazonas, póde-se antever o tempo em que esses canaes serão completamente abertos pela arte; que neste caso esses canaes naturaes ou artificiaes offerecerião navegação interior desde Buenos Ayres, em 35 gráos de latitude meridional, até a foz do Orenoco, em 11 gráos de latitude septentrional, onde este rio entra no mar dos Carahybas; que uma tal navegação não só levaria aos portos da União os productos commerciaes das encostas atlanticas da America do Sul, como tambem despejaria os seus thesouros no proprio seio onde o Mississipi entorna as suas aguas, o excedente da sua producção, e a sua riqueza.* »

Observemos agora qual será a derrota do official da marinha americana por essa navegação interior destinada a revirar o Prata, e a levar para perto da foz do Mississipi os thesouros da America do Sul.

Embarcará n'um elegante vapor carregado com os productos do Paraguay, relacionados pelo Sr. Hopkins como proprios para exportação, a saber: rhuibarbo, salsaparrilha, jalapa, beijoim, sasafraz, guaico, sangue de drago, balsamo de copahyba, noz-vomica, alcassús e gengibre.

Subirá o Prata, o Paraguay e o Cuyabá; chegando ahi, ou proseguirá pelo riacho Aurola, que o hospede do Sr. Castelnau tentára desviar para regar o seu jardim, ou fará primeiramente um canal através da cordilheira para passar do Cuyabá navegavel para o Tapajoz navegavel. Penetrando no estupendo canal, chegará ao Tapajoz, e por este ao Amazonas, onde em vez de procurar o oceano, que está perto, navegará rio acima até a confluencia do rio Negro, que subirá até a embocadura do Cassiquiario, passando felizmente por cima de cachoeiras que estão a léste dessa embocadura. Continuando a subir, chegará ao Orenoco. Neste rio o Sr. Maury fará passar miraculosamente o vapor pelas cataractas do Aturés e de Mayapurés, e chegará felizmente ao mar dos Carahybas!

O heróe de Servantes, combatendo os moinhos de vento, cede a palma do ridiculo ao argonauta que se propuzer a executar este plano, ou que o inculcar ao mundo como idéa realizavel.

Imaginemos por um momento que deixa de ser um sonho, uma chimera, o projecto de navegação de Buenos-Ayres para o mar das Antilhas, e para o golpho do Mexico, pelo centro do continente sul-americano até á foz do Orenoco. Imaginemos que a mão de Deus achata a cordilheira que separa as aguas do Prata das do Amazonas, e que assim tambem procede sobre a serra de Parima, e toda essa cordilheira que divide as bacias do Amazonas e do Orenoco. Perguntaremos: qual póde ser para as cidades das encostas atlanticas da America do Sul, e ainda mesmo para Montevidéo, Buenos-Ayres, e todas as praças das republicas da confederação argentina, a vantagem de marchar o commercio para o mar das Antilhas, e para esse outro (o golpho do Mexico) onde o Mississipi entorna o excedente de sua producção e a sua riqueza (como diz o Sr. Maury); quando não ha o mais pequeno obstaculo que embarace a marcha directa dos productos sul-americanos para o grande mercado do mundo no continente europeu? Por ventura os vapores de Marselha, do Havre, de Lisboa e de Southampton deixarião o vasto caminho do oceano atlantico, maxima estrada real da natureza, para se emaranharem nos rios e canaes abertos na região das nuvens, para chegarem ao mar dos Carahybas? Ninguem ousará dizer que sim.

Logo os Norte-Americanos serião os possuidores exclusivos dessa via fluvial; logo os paizes centraes, como Bolivia e Perú, ficarião á mercê do maior poder maritimo do mundo, que os absorveria em pouco tempo. Lego..... Agora perguntaremos ainda.—Que ganharia a humanidade, a civilisação e o christianismo com esse crescimento espantoso da republica de lingua ingleza?

Felizmente a justiça de Deus, para punir os peccados dos Americanos do Sul, não precisa dar-lhes a sorte dos Texanos. Felizmente não ha de ella achatar as cordilheiras, que talvez levantou para traçar os limites da grandeza dos imperios.

Mas, dirá o Sr. Maury: « Qualificais de chi-
« merico o meu projecto, e eu não posso concordar
« comvosco; 1°, porque pelo rio Negro e pelo
« Cassiquiario se póde chegar ao Orenoco; 2°,
« porque M. de Castelnau viu os braços dos dous

« maiores rios do mundo, o Prata e o Amazonas,
« surgindo da terra a seus pés e entrelaçados um
« com outro ; e na fazenda do—Estivado— viu o
« —Amola—tributario do Cuyaba, e outro rio (tri-
« butario do Tapajoz), e reconheceu a facilidade
« de unir as *correntes gigantescas* (do Amazonas
« e do Prata) por isso que o dono da casa tentára
« revirar um dos rios para regar o seu jardim. Não
« é só nesse logar (dirá ainda o Sr. Maury) que o
« sabio viajante francez reconheceu a praticabili-
« dade e a facilidade de estabelecer-se a communi-
« cação dos dous rios, que vós inculcais eterna-
« mente separados. Em Macu M. de Castelnau reco-
« nheceu que se dá phenomeno igual ao do Esti-
« vado ; além disto o sargento João de Souza achou
« um tunel natural, chamado o Sumidouro, e por
« elle fez *passar uma canôa.* »

A' vista disto, rogaremos ao Sr. Maury que preste um pouco de attenção ao que vamos dizer, no intuito de demonstrar que uma navegação por vapores, não interrompida, desde o Prata até o Amazonas, e deste até o Orenoco é uma chimera, uma completa chimera.

Comecemos pelo que respeita á communicação das bacias do Amazonas e do Orenoco, prevenindo desde já ao Sr. Maury de que nesta demonstração nos vamos servir de autoridade indisputavelmente superior á de Castelnau, autoridade que o Sr. Maury seguramente sabe respeitar, porque é a do barão de Humboldt.

Admittamos que a navigabilidade do rio Negro é sufficiente para barcas de vapor ainda até a confluencia do Cassiquiario, o que não é, porque antes della existem cachoeiras que os vapores não poderão subir. Para dessa confluencia proseguir-se até o Orenoco será preciso subir este pequeno rio, sem profundidade, sem agua para a navegação a vapor, e com a velocidade de 6 metros (27 a 28 palmos) por segundo, velocidade seis vezes maior que a dos rios da Europa. Ouçamos o barão de Humboldt.

« O cometa de 1680, que percorreu 393 kilome-
« tros por segundo no seu perihelio, e cuja veloci-
« dade é então 13 vezes maior que a da terra, não
« se move no seu aphelio senão á razão de 3 me-
« tros por segundo, que é pouco mais ou menos o
« triplo da velocidade de nossos rios da Europa,
« e sómente a metade da que eu constatei n'um
« dos braços do Orenoco, o Cassiquiario. » (Cos-
mos, 1° vol., pag. 124.)

Na Europa, com o soccorro da vela, sobe-se o Rheno e o Rhodano, que teem a velocidade de 2 metros por segundo ; mas quando essa velocidade chega ao limite superior (quatro metros) apenas se desce, e mediante cautelas e precauções.

Ora, se com o soccorro da vela póde-se apenas vencer uma torrente de 2 metros por segundo, poderá um vapor conseguir effeito tres vezes maior?

Vamos agora a ouvir o eloquente autor dos Quadros da Natureza a respeito de embaraços oppostos á navegação do Orenoco.

« As cataractas de Maypurés não são dessas mas-
« sas d'agua que d'um jacto se precipitão, como o
« Niagara, de uma altura de 140 pés : tambem não
« são desses passos estreitos, como o Pongo de
« Manseriche no rio das Amazonas, que a corrente
« atravessa com velocidade accelerada. As catarac-
« tas de Maypurés se apresentão como um todo de
« innumeraveis pequenas cascatas, que gradual-
« mente se succedem. O *raudal*, nome que os Hes-
« panhóes dão a esta sorte de cataractas, é forma-
« do por um archipelago de ilhotas e de rochedos,
« que estreitão o leito do rio (que tem oito mil pés
« de largura) a ponto de que muitas vezes não fi-
« cão mais de 20 pés para o livre curso das aguas.
« Actualmente o lado oriental é muito menos ac-
« cessivel, e mais perigoso que o lado occidental.

« Na embocadura do Cameji descarregão-se as
« mercadorias, e abandona-se a canôa vazia, ou,
« como se chama no paiz,—a piragua—a Indios
« familiarisados com o *raudal*, os quaes conduzem
« o barco até á embocadura do Toparo, onde se
« considera que tem acabado o perigo. Quando os
« travessões ou degráos, a cada um dos quaes se dá
« um nome particular, não teem mais de dous a tres
« pés de altura, os indigenas se arriscão a descer
« nas embarcações. Quando porém navegão rio-
« acima, nadão em frente, conseguem depois de
« grande esforço passar uma corda em torno de
« pontas de pedras salientes, e desse modo ição a
« sua embarcação. Durante este trabalho penivel
« muitas vezes o barco se enche totalmente d'agua
« e outras vezes sossobra.

« Dá-se tambem o caso unico de que os indige-
« nas se temem de quebrar-se a canôa contra o ca-
« chopo. Então os barqueiros, com o corpo en-
« sanguentado, procurão escapar-se dos rodopios
« e attingir a nado a margem proxima. Lá onde os
« degráos são mais elevados, e onde as rochas atra-
« vessão o leito de lado a lado, puxa-se para terra
« o barco, e sobre rolos se o conduz ao longo da
« beirada para o ponto conveniente. »

Estas cataractas, tão bellamente descriptas por Humboldt, teem uma milha de comprimento. Vejamos as de Aturés.

« O *raudal* de Aturés assemelha-se inteiramen-
« te ao de Maypurés. E' como elle, um grupo de
« innumeraveis ilhotas, entre as quaes o rio se aper-
« ta na extensão de tres a quatro mil toezas, (cêrca
« de uma legua brasileira.) »

. . . . . .

Além destas cataractas o Orenoco tem ainda outros pontos onde a navegação por vapores é impossivel.

Para evitar a navegação na parte occupada pelas cataractas de Maypurés, Hamboldt, aproveitando-se do favor das circumstancias do terreno que fica na margem esquerda do Orenoco, entre as confluencias do Cameji e do Toparo, no intervallo das quaes reconheceu pequena differença de nivel, propoz ao governo de Venezuela a abertura de um canal, que seria alimentado pelas aguas destes dous affluentes do Orenoco. Mas não apontou, não propoz outros iguaes, ou semelhantes meios para se evitar a rude passagem pelas cataractas de Aturés, e de outros pontos, como o sitio na embocadura do Méta. Demais os canaes abertos ao lado de um rio, para evitar passos difficeis, a menos que não sejão revestidos de cantaria, não poderão comportar a navegação a vapor, porque o movimento impresso ás aguas pelas rodas escavaria o canal, tanto nas paredes como no fundo, e dentro em pouco torna-lo-hia tão escabroso, tão inconveniente como um pequeno braço de rio.

Ora, prescindindo da existencia de obstaculos insuperaveis á navegação a vapor, taes como a velocidade de 28 palmos por segundo, no Cassiquiario, as cachoeiras do rio Negro, as cataractas de Aturés, Maypurés, qual poderia ser o interesse commercial que aconselhasse a emprehender a navegação do Amazonas ao Orenoco pelos rios Negro e Cassiquiario, quando nada é mais facil, para qualquer sorte de barcos mercantes, que as viagens da foz do Amazonas á do Orenoco? Por ventura o pensamento de attrahir toda a navegação, custe o que custar, para esse mar onde desagua o Mississipi, não é pensamento egoistico e monopolisador?

Entremos agora na demonstração de impraticabilidade de uma communicação fluvial do Prata com o Amazonas, já para barcas de vapor, já para outros vasos de menor calado d'agua, mais apropriados para o transporte de mercadorias.

Que essa communicação não existe, prova-o tudo quanto se sabe e se tem dito sobre ella, provao-mesmo a asserção de Castelnau, que falla apenas de sua possibilidade pelo que ouviu ao dono da fazenda do—Estivado,—que tentára desviar o curso de um rio, isto é, de um pequeno, de um insignificante ribeiro, para regar o seu jardim. Que tal communicação não é realizavel, basta o bom senso, ajudado de algumas considerações, para demonstra-lo.

Em toda a longa memoria do Sr. Maury o leitor ha de ver a qualificação de—navegavel—barateada a todos os rios do continente sul americano; (e, o que mais admira) essa navigabilidade se entende que é para barcas de vapor. Esquece portanto, ou de proposito omitte o Sr. Maury, que a distancia das nascentes, a fórma accidentada das regiões percorridas, e o clima ou o complexo de circumstancias atmosphericas que o fazem variar de um a outro ponto de qualquer continente, devem de necessidade influir, e influir poderosamente: 1°, sobre a possança dos rios ou sobre a quantidade d'aguas; 2°, sobre a sua velocidade; 3°, sobre o seu regimen nas diversas estações.

Admittir pois que rios como os affluentes do Cuyabá, do Arinos e Tapajoz, e como alguns dos affluentes do Madeira, nascidos em alturas espantosas acima do nivel do mar, onde as chuvas são menos copiosas, e onde os pequenos rios arrastão no curso enormes pedras, é admittir que não ha limites para a navegação fluvial, ainda que seja a vapor.

O leitor que nos honrar com sua attenção, olhando para um mappa qualquer do imperio do Brasil (pediremos a preferencia para o grande mappa do Sr. coronel Conrado Jacob de Niemeyer), verá que quando se tem subido até o porto da cidade de Cuyabá, tem-se deixado á direita e á esquerda rios muito mais volumosos que o mesmo Cuyabá. A natureza, permittindo que até ali se navegue sem encontrar uma cachoeira, uma correnteza invencivel, poz logo acima do sitio em que se acha o arsenal de marinha de Matto-Grosso o travessão denominado — Cachoeira do Pary,— como limite da commoda navegação. Da cachoeira do Pary para cima, as aguas do Cuyabá não offerecem mais que 10 a 12 leguas para navegação de canôas e de balsas de madeira, através de cachoeiras, e com diminuição progressiva de largura e de profundade. Ora, do porto da cidade de Cuyabá até o alto da Serra do Diamantino ha uma distancia de 30 leguas por estrada, e de mais de 45 pelo alveo do Cuyabá e dos ribeirões que o formão. Cessou portanto a navegação franca para o lado do

rio da Prata a 30 leguas do sitio em que se achou Castelau. O mesmo facto se dá para o lado do Tapajoz. Se assim não fôra, que necessidade teria o commercio de Cuyabá de ir embarcar n'um porto do Arinos, a 40 leguas de distancia; que necessidade teria a provincia de manter um destacamento no Salto Augusto para auxilio aos navegantes na passagem perigosa da cachoeira desse nome? Que necessidade haveria de escolher-se a estação em que certos canaes nas cachoeiras teem a profundidade necessaria para passagem de canôas? Que necessidade haveria de preferir canôas, que só exigem tres palmos de profundidade e tripolação numerosa, quando o vapor com outra capacidade 10, 20 e 30 vezes maior, exige pessoal menor, e marcha com celeridade, por si só capaz de quadruplicar os lucros de um tal commercio?

De facto, tomando a distancia entre o Cuyabá navegavel por vapores, e o Tapajoz tambem navegavel por iguaes barcos, achar-se-ha uma linha recta de cêrca de 80 leguas. Haverá quem se atreva, haverá quem projecte a abertura de um canal para pôr em communicação os pontos navegaveis desses dous rios?

Quando n'um rio, acima e abaixo de uma cachoeira, penetrão do mesmo lado outros dous rios, não havendo entre estes grande differença de nivel, será possivel, será mesmo facil estabelecer um canal ao longo da parte obstruida, e esse canal será alimentado com as aguas dos affluentes. E' o caso do Orenoco, nas cataractas de Maypurés, acima e abaixo das quaes entrão os rios Canoji e Toparo, ficando entre as suas confluencias terreno sensivelmente plano, e que se prestava á abertura de um canal. Assim praticou Humboldt, que não fez o mesmo para se evitar o passo difficil e perigoso das cataractas de Aturés. Mas quando, pelo contrario, existe entre dous rios navegaveis uma distancia de 80 leguas, e uma cordilheira, correndo esses rios em sentido opposto, como o Cuyabá para sudoeste, e o Tapajoz para o Nordeste, de modo que se não póde illudir com rodeios a necessidade de transpor alturas, é preciso confessar que esses rios estão para a navegação incommunicaveis, embora pequenos regatos na serra de nascimento commum serpenteem a poucos passos um do outro.

Que qualificação mereceria o projecto de um canal de 80 leguas de comprimento através de uma cordilheira? Que qualificação mereceria esse projecto, se em vez de canal se tratasse de um tunel de fundo liquido, por meio do qual se passasse com vapores das aguas navegaveis do Cuyabá, ou do alto Paraguaya para as aguas navegaveis (já se sabe que por vapor) do Tapajoz?

No interior do Brasil, e mais ainda nesses logares onde nascem os tributarios do Cuyabá, do alto Paraguaya, do Arinos, do Tapajoz, etc., dão-se perfeitamente duas estações: a chuvosa, que começa em outubro ou novembro, e se estende até abril, e a estação secca, de maio até outubro, e que ás vezes se estende até novembro. A regularidade destas duas estações é apenas perturbada em janeiro durante 15 a 20 dias, que se passão seccos, e no mez de agosto, em cujo decurso apparece um pequeno aguaceiro denominado—chuva de cajú.—Em consequencia dessa regularidade os rios descem de nivel desde maio até setembro, descem constantemente, e chegão no fim da estação secca a tão pequeno volume d'agua, que nas partes arenosas e mais expostas a insolação, atravessa-se um rio de 80 a 100 palmos de largura a pé enxuto: é o que se chama — rio cortado. — Então os animaes das florestas circumvizinhas, obrigados pela sêde, passão o dia nas margens e no leito do rio: as aves que vivem em grandes bandos cobrem as praias: os poços, isto é, as cavidades que conservão aguas fundas, estão povoados de peixes. Nesta quadra entregão-se os sertanejos ao lucrativo trabalho da caça e da pesca.

Entrão as chuvas, dá-se logo uma scena opposta. As aguas crescem rapida e espantosamente: nos primeiros dias tão rapida é a enchente como a vasante: passado o primeiro mez, estabelece-se o nivel medio das grandes aguas, e a velocidade impede a navegação ascendente. Nos dias de chuvas copiosas essa velocidade é a da setta, e não permitte a subida nem tão pouco a descida, pela difficuldade opposta ao governo das embarcações. Eis-aqui o que se passa nos tributarios do Cuyabá, como o Cuxipo-mirim, o Cuxipo-assú, nos tributarios do alto-Paraguaya, como o rio Sant'-Anna, nos tributarios do Araguaya e do Tocantins no seu curso superior, como os rios Claro, Vermelho, do Peixe, Crixar, Uruhu, das Almas, etc., etc.

Todos estes rios adquirem nas maximas enchentes um volume que é de 300 a 400 vezes maior que o das mais baixas aguas: então sua velocidade é maior em quasi todo seu curso que a do Cassiquiario, de 6 metros por segundo. Não são portanto navegaveis na estação secca por falta d'aguas, na estação chuvosa pelas cachoeiras e pelas corrente-

zas, de velocidade rara e talvez desconhecida na Europa e na America do Norte.

Como excepção da regra geral, em virtude da qual as proporções que constituem a navigabilidade diminuem da foz para as nascentes, dá-se entre nós a existencia de taboleiros navegaveis acima de regiões obstruidas, no rio Parahyba, no de S. Francisco, no Mamoré, affluente do Madeira, etc. O Parahyba admitte pequena navegação á vela e a vapor desde sua foz, no oceano, até á cidade de Campos, no decurso de 19 milhas (de 60 ao gráo equatorial). Essa mesma navigabilidade desapparece emquanto o rio atravessa a rica e populosa região do café, nas provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo, onde, já perto das nascentes, tem novamente um pequeno curso navegavel.

O rio de S. Francisco, pela magestosa serie de cataractas, denominada cachoeira de Paulo Affonso, não é navegavel até o oceano, mas desde o topo da cachoeira até ás partes mais occidentaes da provincia de Minas existe excellente via fluvial, que só espera um caminho de ferro para fazer a felicidade de um sertão magnifico.

Subindo pelo Amazonas para a antiga Villa Bella, capital de Matto-Grosso, encontrão-se no rio Madeira cachoeiras medonhas em numero de 12, além de outros embaraços denominados rapidos ou corredeiras. Proseguindo pelo Mamoré, cinco outras cachoeiras se oppoem ao navegante. Mas póde-se depois avançar desde a 17ª cachoeira desta via fluvial (que outros numerão como 19ª, por chamarem cachoeira a dous sitios que La Cerda assim não denomina), até Villa Bella, penetrando pelo Guaporé, e com 245 leguas de navegação suave.

Não se dá caso igual na região dos affluentes brasileiros do rio da Prata, vizinhos de affluentes amazonios.

Forçoso é pois concluir que é impossivel estender-se a navigabilidade desses affluentes, até os da bacia do Amazonas.

A mesma argumentação, as mesmas considerações fazem reconhecer igual impossibilidade a respeito da communicação dos mais accidentaes affluentes do Amazonas e do Prata, que nascem na mesma serra, isto é, o Aguapehy e o Alegre.

Portanto a empreza de communicar a navigabilidade do Prata com a do Amazonas é, como dissemos, uma chimera. Portanto a poesia de Castelnau arrastou o Sr. Maury a emittir e a revestir com pintura seductora um projecto irrealizavel, uma perfeita chimera.

CAPITULO IV.

Noticias ácerca da bacia do Tocantins.—Rectificações.—Informações inexactas e não autorisadas por Castelnau.—Silencio do escriptor norte-americano a respeito das cachoeiras do Tocantins, que difficultão o estabelecimento da navegação a vapor.—Descuido imperdoavel, ou falta de sinceridade e boa fé.—Navegação de vapores brasileiros até Nauta e Loreto no Perú.—Construcção de vapores peruanos no arsenal brasileiro do Pará.—Influencia das causas physicas e das causas moraes sobre os phenomenos historicos.—Preponderancia maritima.—Modestas aspirações do Brasil.

Passando a rectificar enganos e informações inexactas ácerca da capacidade das vias fluviaes e dos recursos commerciaes da provincia de Goyaz, teremos occasião de pôr em relevo a má vontade do Sr. F. Maury para com os Brasileiros, e a força que o arrastou a hostilisar-nos desabridamente. No capitulo precedente vimos que o escriptor norte-americano, versado na leitura de Castelnau, deu noticias menos veridicas, e abrigou em seu espirito esse chimerico projecto de acarretar para os portos da sua terra toda a producção e riqueza da America do Sul. Agora vamos ver que a respeito de Goyaz, da navegação do Tocantins, e dos recursos que se podem tirar desde já dessa bacia fluvial, não só induz o leitor a erros, como até omitte informações importantes, o que nenhum escriptor conscienciozo faria, principalmente quando só essa omissão o pudesse autorisar a tirar certas e determinadas consequencias.

Confessa o Sr. Maury que estando ainda ás escuras a respeito da presente condição do commercio e recursos de affluentes do Amazonas, taes como o Xingú, o Tapajoz, e outros rios, tomára para termo de comparação o Tocantins: assevera depois que tudo quanto diz a respeito do Huallaga e do Madeira deve ás informações de seus patricios Herndon e Gebbon, bem como a M. de Castelnau, e que ácerca do Tocantins se acha esclarecido pelo viajante francez sómente.

Sendo assim, toda vez que deixarmos a descoberto a infidelidade de certas noticias, não transcriptas fielmente de Castelnau, e omissões inqualificaveis a respeito de uma importante questão, qual é a da navigabilidade ou innavigabilidade do Tocantins por vapores, teremos adquirido direito a duvidar do respeito do escriptor norte-americano á verdade, nesta questão, e até a duvidar da boa fé que presidiu á redacção do seu escripto.

Começão as inexactidões do Sr. Maury pelo calculo da população da cidade de Goyaz, capital da provincia deste nome, e pela noticia de chegarem até uma ponte dessa cidade os barcos que sobem do Pará; depois estendem-se por todas essas noticias que dá a respeito de villas e aldêas florescentes na bacia do Tocantins; acabão finalmente nas conclusões que tira de não terem ainda os Brasileiros lançado uma barca de vapor sobre aquelle rio.

Antes de entrarmos na apreciação do merito dessas noticias, convem desde já recordar ao leitor que a provincia de Goyaz não se acha toda inteira no valle do Tocantins, mas que tres bacias fluviaes a cortão, a saber: a do Araguaya, que infelizmente está quasi totalmente deserta; a do Tocantins e a do Paranahyba. As duas primeiras chegão na verdade a reunir-se, porém já na divisa com a provincia do Pará. A bacia do Paranahyba, que é inteiramente distincta, e que faz parte da do rio da Prata, contém municipios dos mais prosperos da provincia, ou susceptiveis de rapido incremento, como são o Catalão, Santa Cruz, Santa Luzia, Formosa e Bom-Fim. Municipios como os de Meia-Ponte, Jaraguá e Flôres, se bem que regados por pequenos rios que vão engrossar o Tocantins, achão-se todavia fóra da acção do actual commercio dessa via fluvial. Das tres unicas villas que se achão á beira do Tocantins, a Carolina, o Porto Imperial e a Palma, só nas duas primeiras se tem observado alguma prosperidade, que já se não observa na terceira. Os restantes municipios que se achão na bacia do Tocantins, como são Cavalcanti e Arraias, por exemplo, não teem prosperado, e se achão de tal modo distantes da influencia do commercio pelo Tocantins, que, em nossa humilde opinião, ha de mais depressa aproveitar-lhes a navegação a vapor no rio de S. Francisco.

E' portanto inexacto o Sr. Maury quando diz: « Na bacia deste rio (o Tocantins) contão-se muitas villas e aldêas florescentes. » Mais inexacto é ainda quando accrescenta: « uma dellas é Salinas, que deriva o seu nome do sal que dahi se extrahe. »

Nesta só proposição existem pelo menos tres inexactidões: a primeira é dizer-se que Salinas, isto é, a pequena povoação da Boa-Vista, perto da qual estão as salinas ou os campos, e o lago em que brota o salgemma, se acha no valle do Tocantins, quando pelo contrario está situada no do Araguaya, ficando o lago a 7 leguas de distancia, e os campos de sal sómente a 3. A segunda é a denominação de villa ou de aldêa, pois que esse pequeno povoado é uma parochia a que está, por assim dizer, encostado um aldeamento de Indios Chavantes. Quanto a seu estado de prosperidade, seria fastidioso transcrevermos aqui as informações que tivemos occasião de dar ao governo provincial de Goyaz acêrca dessa povoação, do aldeamento e dos meios de melhora-lo. Tambem seria fastidioso examinar o que diz Castelnau na sua obra — *Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sul*, — para dahi deduzir a qualificação que merece a povoação Salinas. Offerecemos por isso ao Sr. Maury o seguinte extracto de um officio, escripto em 1844 pelo mesmo Castelnau ao ministro do interior em França, dando-lhe uma noticia summaria da sua viagem de descida pelo Araguaya e subida pelo Tocantins.

« Não entrarei em detalhes sobre a viagem que « fiz da capital de Goyaz a Crixaz, passando pela « aldêa dos Chavantes do Carretão. . . . .

. . . . . .

« A 14 de abril chegámos á aldêa de Salinas. « Esta pequena povoação está situada a uma legua « de distancia do rio Crixaz, que é um dos braços « do Araguaya; é de mui pouca importancia, e a « sua população compõe-se pela maior parte de « Indios Chavantes. Ha ahi um posto militar « commandado por um sargento, e os Indios Ca- « rajahis fazem-lhe repetidas visitas, trazendo-lhe « objectos de permutação, como são arcos, flechas, « araras, etc.

« Fez-me muita impressão *a miseria que reina « neste logar*, e muito receei não poder ahi arran- « jar o meu equipamento maritimo, e ainda mais « por se me haver asseverado que não havia em- « barcação alguma que pudesse servir para uma « semelhante viagem, e que me seria impossivel « encontrar piloto e viveres de qualquer qualidade « que fosse: comtudo, graças á actividade do com- « mandante, etc., etc. »

Ora, eis-aqui a pobre povoação da Boa Vista, chamada Salinas modernamente, elevada pelo Sr. Maury á categoria de villa ou de aldêa florescente no valle do Tocantins.

Já se vê portanto que o escriptor norte-americano desviou-se do seu guia quando lhe aprouve fallar á imaginação e ao coração dos seus leitores. E não foi só a respeito desta povoação que taes desvios se praticárão. Castelnau diz que ha um lago donde se extrahe um marisco que contém perolas; mas o Sr. Maury achou melhor dizer:

« Junto ao lago do sal de Salinas está o Lago das « Perolas, assim *chamado pela sua formosa vegeta-* « *ção e immensa quantidade de aves aquaticas que* « *o habitão.* »

Conclue portanto o Sr. Maury que quando um lago tiver em roda vegetação formosa, e fôr povoado de aves aquaticas, se deverá chamar — Lago das Perolas!

Se neste ponto houve irreflexão, veja o leitor o que se póde dizer do seguinte:

« A população da provincia (Memoria do Sr. « Maury, cap. 6°), é de 125,000 almas, compre- « hendidos nesse numero 25,000 escravos.

« Teem havido occasiões (Memoria do Sr. Maury, « no mesmo cap. 6°) de estarem empregados 100 « mil escravos nesta provincia sómente na colheita « do ouro. »

Ora, se a população é de 125,000 mil almas, comprehendidos nesse numero 25,000 escravos, d'onde sahem os 100,000 escravos só para a colheita do ouro?

Não ligamos a mais pequena importancia ao computo errado da população existente na cidade de Goyaz, que é de 3,000 almas, e não de 7 a 8,000, como diz o Sr. Maury; porque esse engano não procede, como muitos outros, de sua vontade, mas só da leitura de Castelnau. Não succede porém assim pelo que respeita ao ponto até onde chegão ou podem chegar os barcos vindos do Pará. O viajante francez diz:

« O rio Vermelho é uma das nascentes do Ara- « guaya, e tem-se visto barcos sahidos do Pará « chegarem a atracar na grande ponte (*et l'on a vu* « *des bateaux partis du Pará venir s'amarrer au* « *grand pont*) todavia é só a quatro leguas abaixo « da cidade que elle é verdadeiramente navegavel « (*cependant ce n'est qu'à quatre lieux au dessous de* « *la ville qu'il est vraiment navigable.*)

Entretanto o Sr. Maury diz com muito maior latitude: « A cidade de Goyaz, capital da provin- « cia deste nome, com uma população de 7 a 8 « mil almas, está situada sobre o rio Vermelho, « celebre pelas suas arêas de ouro. Este rio, em « frente da cidade, tem perto de 20 passos de lar- « gura: *os barcos que sobem do Pará chegão até uma* « *ponte que ahi ha.* »

Offerece portanto o Sr. Maury uma informação muito mais lisongeira que o seu guia nesta materia; o qual ainda não foi completamente exacto, como passamos a demonstrar.

O rio Vermelho, que atravessa a cidade de Goyaz, e a divide em duas partes sensivelmente iguaes, nasce na serra do Ouro-Fino, a 5 leguas da capital de que se trata. Neste pequeno trajecto, e ainda proseguindo outras 5 leguas até o arraial da Barra, tem o seu leito de tal sorte empedrado e cheio de resaltos, é ainda tão pobre de aguas, e tão veloz, que não admitte navegação, nem sequer fluctuação para balsas de madeira.

Depois que a 10 leguas de sua origem conflue nelle o rio Bugres, logo apoz da juncção das aguas do Bagagem e de outros grandes ribeirões, começa a ser navegavel por pequenas canôas, e ainda com difficuldades. Trabalhos executados em cachoeiras existentes do arraial da Barra por diante, auxiliados pela affluencia dos rios Tapirapoão e Ferreiro, permittem que nessa região naveguem barcos dos que sobem ao Pará, os quaes exigem sómente tres a quatro palmos de profundidade. Mas isto mesmo se consegue mediante penoso esforço em passar pequenas porém amiudadas cachoeiras e correntes, e nem tanto se consegue nos mezes de estação secca, nem com os barcos grandes carregados.

Na distancia que vai da cidade de Goyaz até o Lago dos Tigres, ultimo importante affluente do rio Vermelho, nessa distancia de 18 leguas em linha recta, e de cêrca de 42 pela volta do rio, a experiencia tem convencido de que não se póde contar com a navegação. E' só da embocadura desse bello e magestoso lago para baixo que começa a boa navegação, que ainda assim é interrompida, ou antes deve ser considerada como perdida nos tres mezes de rigorosa secca.

Em consequencia disto, n'uma breve memoria escripta em 1852, o engenheiro que percorreu e explorou o rio Vermelho propoz a abertura de uma estrada, desde a cidade de Goyaz até o Lago dos Tigres, e que n'um ponto escolhido nessa passagem se assentasse uma colonia.

Ora, já se vê que vai muita distancia de tudo isto para a lisongeira noticia que nos dá o Sr. Maury, ampliando a seu paladar o que disse Castelnau.

Está ao alcance de qualquer intelligencia, que é, e não póde deixar de ser, da mais subida importancia para um mercado central e pequeno, que a navegação de importação e de exportação comece logo ás portas da cidade, ou de um ponto deserto, e que fica a 18 leguas de distancia em linha recta. Além disto, se esse mercado não tiver actualmente, como de facto não tem, productos adequados a exportação, faltará ás emprezas de commercio, pelas vias

fluviaes, um grande elemento de prosperidade. Se em Goyaz os preços correntes do café e de outros fossem aquelles que o Sr. Maury apresenta; e se com elles ficassem os productores satisfactoriamente pagos, ainda bem. Mas taes preços, e isso é facil explicar, são muito diversos, e muito maiores até que os dos mercados de beira-mar.

Comparemos a tabella do Sr. Maury, com a que estamos autorisados a dar como verdadeira.

Tabella dos preços ordinarios dos generos de lavoura e industria na provincia de Goyaz, segundo o Sr. F. Maury.	
Uma libra de café	60
» » de assucar . . .	60
» » de tabaco. . . .	80
» » de algodão . . .	20
Couros crús	400
Gado vacum por cada cabeça .	4$000 a 6$000
Um meio de sola	1$300

Tabella dos preços por que effectivamente se vendem esses generos.	
Uma libra de café no varejo 200 rs., por atacado. . .	160
Uma dita de assucar no varejo de 150 a 180 rs., por atacado	120 a 150
Um rolo de fumo	5$000
Um palmo no varejo . . .	40
Uma libra de algodão. . .	80 a 120
Uma vara de dito no varejo de 300 a 400 rs., e por atacado	200 a 280
Couros crús pequenos . .	1$000
Ditos grandes	1$500
Uma vacca de leite . . .	12$000 a 16$000
Um boi de córte	10$000 a 16$000
Um dito de carro de. . .	12$ a 20$ e 24$000
Um meio de sola	2$500 a 3$200

Ainda que os preços dos generos da lavoura na provincia de Goyaz tivessem preços iguaes aos das praças no littoral, não poderião as mercadorias de que fallou o Sr. Maury ser as de exportação vantajosa. O café não poderia sustentar concurrencia com o do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, nem mesmo com o que se cultivasse nas provincias mais septentrionaes, cujo clima, cujas producções, são quasi as mesmas que as de Goyaz. O assucar dali, mais caro em primeira mão que os de Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Alagôas, Pernambuco e Parahyba, e preparado em fabricas atrazadas, onde o caldo da canna é extrahido em cylindros de madeira e verticaes, está fóra de concurrencia. O tabaco, sem duvida bom, mas que não iguala ao magnifico e acreditado das provincias do Pará e da Bahia, tem adiante de si esses outros que o excluem. O algodão, por melhor que seja, não póde correr parelhas com o de Pernambuco e o do Maranhão.

Tal é o resultado de existirem climas iguaes aos de Goyaz, em provincias que lhe ficão á léste, e que são banhadas pelo oceano.

Restão o gado vaccum, a sola e os couros crús, generos que Goyaz effectivamente exporta, não da capital da provincia ou dos municipios mais proximos, porém das villas da Palma, do Porto Imperial e da Carolina, bem como dos municipios jacentes na divisa com Minas Geraes.

Seria preciso que nas praças commerciaes de beira-mar se pagasse o café a 12$000 a arroba, e o assucar a 9$000 e 10$000, para que taes generos pudessem descer da provincia de Goyaz, porquanto o frete, sómente o frete regular e de antiga data estabelecido é de 5$000 por arroba, quer na subida, quer na descida.

Menores fretes podem ser estabelecidos das villas de Porto Imperial e de Palma para o Cametá e Belém, na provincia do Pará, e ainda menores da villa da Carolina. Mas a que distancia se acha o Porto Imperial da cidade de Goyaz e dos municipios em que se cultiva o café? A 144 leguas pelos caminhos do sertão, intransitaveis na estação dos rios cheios, e a 180 leguas caminhando pelos povoados. E a que distancia se acha a Carolina da cidade de Goyaz? A 300 leguas, de modo que é mais breve e mais facil viajar de Goyaz á côrte do que ir á Carolina; assim como é preferivel seguir de Carolina á côrte pelo centro da provincia do

Maranhão, do que ir até a capital de Goyaz, ou á região em que prospera o café. Resulta de tudo isto que, embora se possa da Carolina para os mercados de Belém e de Cametá receber um frete de 2,000 por arroba, como dá o Sr. Maury, essa feliz circumstancia não póde ser aproveitada pelas demais povoações da provincia.

Se nos fosse licito, desviando-nos do nosso objecto, indicar ao Sr. Maury os verdadeiros recursos da provincia de Goyaz, escreveriamos com prazer as considerações que nos fazem acreditar na necessidade de dar preferencia á cultura do anil, do chá, da amoreira e da vinha, e á criação dos gados vaccum, cavallar e ovelhum. Recordariamos com deleite as vantagens de um clima salubre e de uma aptidão singular para essas culturas que julgamos preferiveis. Dariamos uma idéa dessas vastas e pingues pastarias, onde, mediante o emprego do sal, póde-se elevar a criação dos gados a uma escala cem vezes maior, e não deixariamos de mencionar a riqueza de pedra calcaria, bem como a abundancia de arvores, cuja casca rica em tanino offerece com aquelle mineral os dous indispensaveis agentes para o cortume dos couros.

Tambem se nos fosse licito indicar agora, como já o temos feito em occasião, a nosso ver opportuna, as medidas que reputamos adequadas ao estabelecimento da navegação a vapor nos rios da provincia de Goyaz, poderiamos transcrever o que a esse respeito dissemos já, e accrescentar as reflexões que nos tem suggerido o estudo desta questão.

Mas não se trata de disputar ao Sr. Maury o premio pelo melhor trabalho ácerca dos meios de fazer prosperar a provincia de Goyaz; trata-se sómente de ajudar o leitor a reconhecer que o illustre cidadão norte-americano não se exprimiu com justeza, não avaliou com acerto os recursos do paiz, não deu a devida importancia aos obstaculos oppostos pela natureza; e que pelo contrario omittiu circumstancias de que tinha perfeito conhecimento, afim de poder chegar a certa ordem de consequencias.

Se o illustre escriptor norte-americano caprichasse em se exprimir com justeza, não ampliaria as informações bebidas em Castelnau com o fim de nos poder qualificar de indolentes e fracos: se avaliasse com acerto os recursos do paiz de que fallava, não se lembraria do fazer exportar de Goyaz café e assucar, mórmente o assucar, quando esse genero, preparado nas grandes fabricas da Bahia e do municipio de Campos (na provincia do Rio de Janeiro) está seriamente ameaçado de ser excluido pelo de beterravia manufacturado na Europa. E não reflectiu o Sr. Maury que sendo o ferro mais caro em Goyaz que nos portos de beira-mar, na razão de um para tres e de um para quatro; e que custando o sal a 10$ e a 12$000 o alqueire, e que tambem estando as fabricas do interior do Brasil grandemente atrazadas, não poderião o café e o assucar ser mais baratos que no Rio de Janeiro. Nem ainda reflectiu que ao custo nas fabricas se deveria juntar um frete qualquer que fosse, mas sempre regulado pelas distancias aos grandes mercados do oceano.

Não deu, dissemos nós, a devida importancia aos obstaculos oppostos pela natureza, e *omittiu* circumstancias de que tinha perfeito conhecimento, afim de poder chegar, mediante a pintura de um quadro seductor e deslumbrante, a certa ordem de consequencias. Com effeito, não reflectir, não dar attenção a que a provincia de Goyaz fica ao poente de muitas outras de iguaes climas e de iguaes producções, é não dar a devida importancia a um obstaculo opposto pela natureza. Mas quando além disto se occulta ao leitor que a navegação dos rios de Goyaz não é desimpedida como a do Amazonas e a do Prata, ha mais do que negar importancia, ha omissão, e omissão que não póde ser filha da boa fé, porque em consequencia della o Sr. Maury tirou a seguinte consequencia.

« Eis-aqui pois um rio que entra no Amazonas
« (o Tocantins), tão perto do mar, que as aguas
« de sua foz são salgadas, e o Brasil não tem tido
« a energia de lançar sobre a sua corrente o pri-
« meiro vapor. Como poderá elle então effectuar a
« navegação de tres mil milhas pelo poderoso Ama-
« zonas, e introduzir o vapor nas aguas do Perú,
« segundo pretendeu persuadir ao governo daquella
« republica que havia de fazer? »

Ora, estando o Sr. Maury empenhado em colher informações a respeito dos recursos commerciaes que offerecem os grandes rios confluentes do Amazonas, não poderia prescindir de informar-se tambem, tanto quanto estivesse a seu alcance, dos recursos offerecidos pela navigabilidade desses rios. Ninguem poderá desconvir em que não é indifferente que haja profundidade, maior ou menor, em que a marcha dos barcos seja ou não interrompida.

M. de Castelnau, que não viu a parte do Tocantins entre S. João das Duas Barras e Belém, onde vão já reunidos o Araguaya e o Tocantins de Goyaz,

diz quanto basta para nos defender dessa accusação maligna do Sr. Maury.

No officio já citado, escripto ao ministro do interior em França, a proposito do armamento que levára na viagem de descida pelo Araguaya, e das difficuldades que ali encontrou, diz elle:

« Comquanto este formidavel armamento fosse « além do que se fazia de mister para affrontar « qualquer ataque da parte das numerosas tribus « que habitão aquella região, *nada era elle contra « o perigo ainda mais respeitavel que apresenta a « navegação do Araguaya:* fallo das *terriveis cata- « dupas* que embaração a sua navegação, e onde « tanta gente tem encontrado a morte. Os indios « Carajahis disserão-nos, por meio de signaes bem « designativos, os terrives perigos que iamos ali « encontrar; e das recompensas que lhes promet- « temos nenhuma foi bastante para os empenhar « a nos acompanhar. »

N'outro periodo diz o mesmo Castelnau:

« Comquanto tivessemos muito soffrido até ali, « todavia só tinhamos superado uma minima parte « dos perigos e difficuldades da nossa empreza. « Elles começárão a 6 de junho, que foi quando « chegámos ás grandes cachoeiras, que se podem « ajuntar em duas,—Carreira comprida,—que tem « duas leguas de extensão, e—Cachoeira-grande,— « que tem tres. »

E' muito provavel, attenta a pouca importancia que o Sr. Maury parece ter dado ás cousas do Brasil até o dia em que se resolveu a ser o apostolo da invasão do Amazonas, é possivel, e até provavel, que não tenha lido esse documento, embora impresso em jornaes francezes e em jornaes brasileiros, inclusive a *Revista* do nosso Instituto Historico. Mas quando se considera que tudo quanto escreve a respeito de Goyaz e do Tocantins é autorisado pela leitura da obra de Castelnau—*Expédition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud*,—necessariamente se estranha que não lesse, ou que omittisse o que se acha nessa obra, desde paginas 455 até 464 do primeiro volume; desde a pagina 1ª até á 77 do segundo, e principalmente o que consta das paginas 111 e 112 deste mesmo volume.

Seja-nos permittido, no interesse de justamente avaliar o grão de sinceridade e boa fé com que se accusa os Brasileiros, por não terem lançado um vapor no Tocantins, transcrever dessas paginas aquelles periodos que dão summariamente idéa dos obstaculos oppostos pela natureza á navegação de vapores:

« A 8 (de junho de 1844), sem embargo de nosso « desejo de penetrarmos promptamente nos *Rapi- « dos*, afim de mais depressa conhecermos nossa « sorte, os pilotos não quizerão partir senão quando « o sol tivesse chegado sobre o horisonte á altura « sufficiente, para lhes permittir que mais facil- « mente distinguissem as pedras debaixo d'agua; « havia-se reconhecido por impossivel passar o « *Rapido* a remos, e só dous homens da equipa- « gem ficárão em cada uma das embarcações; es- « tavão armados de longos varejões, com os quaes « dirigião destramente as canôas no meio dos ro- « chedos, sobre os quaes a correnteza os levava com « *excessiva* rapidez; os outros homens moderavão « o movimento, retendo as canôas contra a impe- « tuosidade das aguas, por meio de uma corda; « erão assim obrigados a seguir os movimentos da « embarcação, umas vezes a nado, outras vezes « trepando com agilidade sobre os rochedos, cu- « jas cabeças se elevavão acima das aguas espu- « mantes. Em muitos logares o tiro do *Rapido* era « demasiadamente longo para que bastasse a cor- « da para esta manobra; então alguns de nossos « homens se destacavão, e procuravão manter-se a « meia distancia da quéda; e quando a canôa pas- « sava por diante delles com a rapidez da flecha, « apanhavão a corda com incrivel destreza, e sos- « tinhão a embarcação até que seus companheiros « chegassem a se lhes ajuntar: se tivessem dado « um só passo em falso, ou se a linha se tivesse « rebentado, as embarcações ficarião instantanea- « mente espedaçadas. Ainda pondo de parte o in- « teresse directo que nós deviamos tomar nesta « operação, era um espectaculo curioso o que nos « apresentavão estas cinco embarcações, circu- « lando no meio dos rochedos sombrios, ou que se « destacavão sobre ondas de espuma; seu movi- « mento era algumas vezes de extrema rapidez, « quando erão levadas pela velocidade da corren- « te, e outra vez era quasi insensivel, quando « ellas erão arrastadas penivelmente por cima « das corôas dos rochedos. *E' impossivel louvar « bastantemente a coragem e a actividade que desen- « volvêrão nossos Brasileiros neste rude trabalho.* »

. . . . . .

« No dia 10 passámos com incrivel trabalho a « *Cachoeira-Grande*, o ultimo e o mais conside- « ravel dos rapidos do Araguaya. E' ahi que se « havião perdido, no mez de janeiro precedente,

« os fugitivos de Salinas, e nós percebemos sobre « os rochedos alguns restos de seu naufragio. Nós « não sabiamos o que era mais digno de admira- « ção, se o ardor da nossa gente, se o poder de seus « esforços, se a solidez de nossas embarcações, que « resistião constantemente a medonhos choques. « Umas vezes era preciso erguer as canôas e leva- « las até junto de um salto, outras vezes era for- « çoso retê-las no cimo de um muro quasi verti- « cal, por cima do qual se precipitavão com uma « rapidez espantosa as vagas enfurecidas. No meio « de semelhantes circumstancias era preciso que « no momento de attingirem o nivel inferior, sal- « tassem dentro dellas os homens da tripolação, e « que depois disso, por meio de vigorosas rema- « das, desviassem as frageis embarcações do redo- « moinho perigoso que se fórma ao pé dos ca- « chopos. São scenas que nos comprazemos de ter « uma vez contemplado, mas de que se não de- « seja correr segunda vez os perigos. » (CASTELNAU, *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique de Sud, tomo* 1º, *paginas* 457 *a* 459 *e* 462 *a* 463.)

« Se procurarmos agora quaes são os obstacu- « los que se oppoem á navegação destes rios (o « Araguaya e o Tocantins) acha-las-hemos nas « difficuldades naturaes que apresentão seus cur- « sos, nas hostilidades das povoações indigenas « que habitão as suas margens, e finalmente *no* « *clima* destas regiões.

« Entre as difficuldades naturaes deve-se collo- « car em primeira linha as quédas e os rapidos. « Já descrevemos *longamente* estas sortes de obs- « taculos no Araguaya: limitar-nos-hemos por « agora a fallar dos que encontrámos na porção « do Tocantins percorrida por nós. As quédas as « mais fortes deste rio são as da Itaboca, de Santo « Antonio, do Lageado e dos Mares: difficillimas « ainda, porém menos do que estas que acabamos « de nomear, são as da Guariba, Cunana, Ca- « jueiro, Salinas, Agua da Saude, Praia-Alta, « Mãi-Maria, Tres Barras, Sant'Anna e Pilões. O « salto da Itaboca se acha n'um braço estreito do « rio. Sobre um comprimento de cêrca de duas le- « guas ha tres saltos designados pelos nomes de Tor- « tinho, José Corrêa e Cachoeira-Grande: este é o « mais difficil de todos. *Parece impossivel que uma* « *embarcação possa transpô-lo.* Tambem o via- « jante deve usar neste logar de todos os meios « que puder ter á sua disposição. A canôa, prece- « dentemente descarregada, é puxada a corda por « 20 a 30 homens: alguns armados de longos va- « rejões trabalhão por desvia-la dos rochedos sobre « os quaes se quebraria: diversas cordas servem, « além disto, para dirigi-la, e algumas vezes tor- « na-se por fim necessario que os homens da tri- « polação se lancem n'agua para erguer a canôa e « muda-la de direcção: com semelhante trabalho « ha ainda muita felicidade quando se consegue « transpor este salto em tres horas: muitas vezes « esta série de manobras peniveis e perigosas exi- « ge tempo dobrado. As embarcações do commer- « cio pesadamente carregadas *gastão semanas in-* « *teiras na passagem destes terriveis obstaculos. A* « *lista das cascatas do Tocantins mostra quanto* « *este rio é mais difficil de ser navegado que o Ara-* « *guaya.* »

Eis-aqui um pequeno extracto do que diz Castelnau ácerca da navegação do Tocantins: eis-aqui informações sufficientes para se não crer na navigabilidade do Tocantins por vapores, e para se julgar da sinceridade e boa fé com que o Sr. Maury diz:

« Eis-ahi pois um rio que entra no Amazonas « tão perto do mar, que as aguas de sua foz são « salgadas, e *o Brasil não tem tido a energia de* « *lançar sobre a sua corrente o primeiro vapor.* « Como poderá elle então effectuar a navegação de « tres mil milhas pelo poderoso Amazonas, e in- « troduzir o vapor nas aguas do Perú, segundo « pretendeu persuadir ao governo daquella repu- « blica que havia de fazer? »

Agora que temos demonstrado que o Sr. Maury não podia deixar de ter lido aquillo que está *longamente* descripto por Castelnau; agora que temos ouvido as informações do viajante que o mesmo Sr. Maury declarou tomar por seu guia nesta discussão, fica inteiramente fóra de duvida que houve da sua parte ou imperdoavel descuido em não ler quanto devia no livro que tinha diante dos olhos, ou absoluta falta de sinceridade.

O intuito do Sr. Maury, fallando dos recursos commerciaes da provincia de Goyaz, inclusive a existencia de vias fluviaes, foi estabelecer que não eramos sinceros, que não procediamos de boa fé, estabelecendo com o Perú algumas regras para a navegação na mutua fronteira e rios affluentes do Amazonas. Lendo menos do que devia, ou omittindo o que não devia, concluiu não só o que acima transcrevemos, como até o que se segue:

« A primeira cousa digna de reparo neste *tra-* « *tado de commercio e navegação fluvial* entre o « Brasil e o Perú é a falta de sagacidade da parte « dos negociadores, e a singular enfatuação com

« que o Perú se deixou cahir no laço que com « tão pouca destreza lhe armárão.

« Quando o Perú foi convidado a celebrar este « tratado, e foi informado que o Brasil desejava « introduzir barcas de vapor nas aguas peruvia- « nas, *existia justamente na foz do Amazonas o* « *magnifico Tocantins*, rio que atravessa mais pa- « rarellos de latitude que o Mississipi ou Missou- « ri, e jaz inteiramente dentro do territorio bra- « sileiro, engrossado por muitos tributarios, cu- « jas margens são aformoseadas por villas e al- « dêas, e povoadas de 125,000 subditos brasilei- « ros: nasce este rio no coração mesmo do im- « perio: das suas cabeceiras ao palacio do im- « perador, no Rio de Janeiro, haverá apenas 500 « milhas; e todavia o Brasil, *com o seu espirito de* « *empreza, não tinha sido capaz de pôr sobre as* « *suas aguas uma barca de vapor*, nem havia dado « mostras de tentar fazê-lo. E' pois para admirar « que se não excitassem as suspeitas do Perú ao « ver o enviado brasileiro deixar os nobres rios « do seu proprio paiz em semelhante abandono, « e viajar milhares de milhas para ir propor ao « Perú a navegação dos seus tributarios do Ama- « zonas nas vizinhanças dos Andes. »

Decidão agora os homens imparciaes onde falta a sinceridade e boa fé, se no governo do Brasil quando tratava de estabelecer a navegação a vapor no Amazonas e não no Tocantins, se no escriptor norte-americano quando cala tudo quanto sabe a respeito das difficuldades oppostas pela natureza á navegação do Tocantins, e que se prevalece desse silencio para tirar conclusões injuriosas ao Perú e ao Brasil.

Se no seu observatorio de Washington, o illustrado Sr. Maury, deixando por alguns momentos os grandes telescopios e os seus estudos sobre as derrotas maritimas, quizer ver até que ponto o levou a sua má vontade para com os Brasileiros, e o desejo de suscitar-nos difficuldades por amor da navegação do Amozonas; se quizer ver quanto foi máo propheta, duvidando de nossa intenção, de estabelecer nesse rio a navegação a vapor, procure ler as folhas que se publicão na provincia do Pará. No periodico *Treze de Maio* achará noticias que contrarião, que desmentem todos os seus calculos, e que são a mais concludente resposta a essa maligna insinuação, ou antes a essa infundada e injusta accusação que fez aos Brasileiros, por occasião de nossos ajustes com o Perú.

Transcreveremos um artigo daquelle jornal, para poupar ao Sr. Maury o trabalho de procura-lo:

« Não podemos dar uma informação tão circum- « stanciada da viagem do Marajó, da cidade da Bar- « ra a Nauta, como em outra occasião já fizemos a « respeito da primeira viagem do mesmo vapor, « entre esta capital e a capital do Amazonas, por- « que nos falhárão muitos esclarecimentos com « que contavamos.

« Aquelle vapor, depois de 10 dias de viagem, « chegou á cidade da Barra a 20 de setembro, e a 22 « do mesmo mez largou para Nauta, levando a seu « bordo malas para varios logares, o conde de Flo- « restan, commissario por parte do governo, um « passageiro, nenhuma carga, 5,000 achas de le- « nha e 40 toneladas de carvão. Tocou nos seguintes « portos pertencentes á provincia do Amazonas: « Coary, Ega, Fonte-Boa, Tocantins, Amaturá, S. « Paulo e Tabatinga, onde chegou no dia 5 de outu- « bro, e á republica do Perú, Loreto, Cochequina, « Pebas, Pucalpa, Iquito e Nauta, onde chegou a 14 « do mesmo mez. Em todos esses pontos tomou le- « nha, prefazendo o total de 42,600 achas, no geral « de madeiras rijas, como sejão paracaúba, páo- « mulato, maçaranduba, e outros, se bem que de « qualidade mais inferior. Consta-nos que grandes « difficuldades, entraves e prejuizos teve de se ven- « cer para se poder obter semelhante combustivel, « particularmente no Perú. Além daquelles loga- « res outros existem, com os quaes não communi- « cou o vapor, por serem mui insignificantes, taes « são, Caballo-côxo, Murúmúrité, Omaguas, Mau- « calhate, Camoxero, Perú, até Marubú.

« O vapor causou grande admiração por toda a « parte, e em algumas até medo, e muita gente foi « a bordo, apezar de ser tempo de praias, isto é, « do fabrico da manteiga de tartaruga, epoca em « que quasi todos os moradores desses sertões « abandonão seus lares para se irem occupar desse « genero de industria. Em Fonte-Boa as mulheres « fugirão com seus filhos para o mato nas vizi- « nhanças do ancoradouro do vapor, e dali esprei- « tavão a embarcação. Sabendo disto o comman- « dante, mandou-lhes dizer que viessem a bordo « sem receio algum, ao que ellas respondêrão que « não, porque tinhão medo de que lhes furtassem « os filhos! Desgraçada gente, digna de compai- « xão! Taes teem sido as violencias e as amarguras « que teem supportado, praticadas por homens de « alma endurecida, que de tudo ella se arreceia!

« No Loreto foi o vapor recebido com repiques « de sinos. O coronel D. Francisco Ortiz, chefe

« politico, deu todas as demonstrações de estima « e bondade: seguiu para Nauta, acompanhado « do seu secretario e ajudante d'ordens. Estavão « ali anciosos por dous vapores peruanos destina- « dos para a exploração do Ucayali e Gauyaga, « os quaes são os que estão em construcção no ar- « senal de marinha desta provincia.

« O governador do Loreto, D. Manoel Iguarra, e « o negociante allemão Shut, estabelecido em Ca- « lháo de Lima, havião contratado com o governo « do Perú a importação de 13,000 colonos dentro « de tres annos; destes já existião alguns em Lo- « reto fazendo parte da guarnição, cuja força ia « ser elevada a 200 praças; outros em numero de « 130, Allemães pela maior parte, forão manda- « dos para Caballo-côxo.

« Em Ega e Tabatinga ha noticia de existencia « de mina de carvão de pedra; em Loreto, Pebas, « e Iquito é elle reconhecido. Em Pebas está a « mina a 10 passos de distancia da casa do gover- « nador; em Iquito está mesmo á margem do Ma- « ranon, e o carvão parece ser de boa qualidade. « Consta-nos que vierão amostras para o Sr. Pi- « menta Bueno.

« Ficou combinado com o governador serem « pontos de escala Loreto e Nauta, e para depositos « do combustivel Cochequina, Pebas e Iquito. To- « dos estes logares são propriamente aldêas de « Indios, e nenhuma symetria guardão no arrua- « mento das suas palhoças, as quaes estão espa- « lhadas a esmo pelo campo. Loreto tem 32 fogos « e 200 almas, alguns brancos. Cochequina 20 fo- « gos e 100 almas, apenas 2 brancos; Pebas 40 fo- « gos e 200 almas, e 2 brancos; Pulcapa 10 fogos e « 40 almas; Iquito 40 fogos e 300 almas; Nauta 280 « fogos e 1,200 almas, sendo quatro familias bran- « cas. Em todos estes logares abundão as serin- « gueiras, com especialidade junto ao Loreto.

« Regressou o vapor pelos mesmos pontos, dei- « xou o governador e sua comitiva em Loreto, re- « cebeu aqui um passageiro, e aportou á cidade da « Barra no dia 22 do passado, havendo encalhado, « tanta na ida como na volta, em varios logares ou « baxios de arêa, sendo duas das encalhações ar- « riscadas, ambas na vinda, uma junto a Loreto, « onde ficou demorado dez horas, e só depois de « muitos esforços safou, outra perto da boca do « Coary, onde ficou 31 horas sem esperanças de « safar tão cedo, depois de esgotados todos os re- « cursos possiveis em taes paragens; porém afi- « nal um forte repiquete fez crescer o rio alguns « palmos, a embarcação boiou, e seguiu seu curso « sem avaria alguma. »

Reinserindo estas linhas, esperamos que o Sr. Maury nos perdoará o desapontamento que lhe causamos, e que reconhecerá quanto foi injusto, duvidando de nosso sincero desejo de ver navegado o Amazonas e seus affluentes peruanos pelos barcos de vapor. E pedindo que reflicta na existencia de cachoeiras no Tocantins, a 100 leguas de Belém, quando pelo Amazonas ha uma linha fluvial seis e oito vezes maior, e toda preparada pela natureza, para esses grandes agentes de riqueza e civilisação, esperamos que nos não accusará mais de faltos de energia, por não termos ainda lançado um vapor nas aguas do Tocantins.

Se o illustre Americano estivesse mais em dia com os trabalhos e esforços do governo do Brasil, na empreza de promover os melhoramentos materiaes deste paiz, teria por certo conhecimento de que o problema da navegação a vapor em nossos rios é problema que estudamos, e que esperamos ver em grande escala resolvido. Seria portanto imperdoavel o governo do Brasil, que, desconfiando dos recursos do paiz, e aterrado pela idéa da propria fraqueza, entregasse ao estrangeiro a empreza da navegação e commercio pelos poucos rios que temos, á excepção do Amazonas, com proporções para serem navegados a vapor.

E' verdade que não aspiramos, como acredita o Sr. Maury, a nos tornarmos uma potencia preponderante pela marinha. Mas se a escassez de nossa população, a riqueza de nossas minas, a uberdade de nossos matos e campos, em geral, e a suavidade do clima, não lanção para a vida do mar a nossa gente, seria um erro, erro desmentido pela nossa propria historia e pela de outras nações, acreditar que não poderemos ter a necessaria e bem organisada marinha de guerra, e a conveniente marinha mercante proporcionada ás necessidades de nosso commercio, inclusive a que se faz de mister para a navegação de nossos rios.

Ninguem hoje ignora que a configuração dos continentes, quer no sentido vertical, quer no sentido horisontal, exerce a mais poderosa influencia, não sómente sobre os phenomenos physicos que se operão em sua superficie, como tambem sobre as leis e costumes, e sobre os principaes factos historicos que nelles se representão. Pretender porém deduzir do simples aspecto de um paiz, visto apenas em cartas geographicas, se poderá ou não prosperar nelle esta ou aquella instituição, sem examinar

a profundadamente as contrariedades e as vantagens que a natureza apresenta, e sem attender ao poder das idéas e das convicções, bem como aos recursos que ministra a necessidade de conservação e de progresso, é desprezar a influencia de causas que se tornão sufficientes desde que são sommadas, é esquecer o testemunho e a lição da historia.

E' innegavel que os Norte-Americanos das plagas orientaes, convidados pelo aspecto lisongeiro que lhes apresenta a vida do mar, habitantes de um litoral caprichosamente indentado, rico de golphos e de mares navegaveis; e além disso obrigados pela ingratidão do solo a procurar o recurso que tão facil se lhes apresenta, offerecem á sua patria vantajosas proporções, para que seja ella uma das primeiras potencias maritimas do mundo.

Mas é tambem verdade que o maximo poder naval tem estado nas mãos de outras nações desigualmente dotadas pela natureza, e que o perdêrão sem que no mundo physico tivessem operado causas que produzissem a decadencia.

Assevera o Sr. Maury que o Brasil, tendo uma costa alcantilada e aspera, e não as sinuosas praias, magnificos golphos, bellos portos e bahias de outras regiões maritimas do norte do globo; e que tendo um solo d'onde é facil tirar-se a alimentação, não poderá jámais vir a ser um povo maritimo. Assevera mais que actualmente a marinhagem dos navios mercantes que cruzão os mares veem dos climas severos, das regiões extra-tropicaes do norte, da velha e da nova Inglaterra, dos estados septentrionaes da Europa e da America, e não dos brandos e bellos climas do Sul.

Mas por ventura desapparecêrão os bellos golphos de Veneza, e tornou-se brando e suave o clima dos tempos em que era o primeiro poder maritimo de mundo? Por ventura o clima da Hespanha, nos tempos de sua indisputavel preponderancia maritima, era diverso do que é hoje? Tinha a Hespanha golphos, portos e bahias que hoje não tem? Por ventura Portugal perdeu os mares e golphos dos seus tempos heroicos, e mudou de céo e clima depois que Vasco da Gama descobriu a passagem ás Indias, e Cabral o imperio de Santa Cruz? Por ventura a Inglaterra adquiriu nos tempos de Cromwell e de Isabel mares, golphos, bahias e climas diversos dos que havia antes do protector e da famosa rainha? Não. E todavia a republica do Adriatico deixou de resistir com successo ao poder dos Ottomanos, por meio de sua numerosa e bem provida esquadra. A Hespanha, assim como se achou pobre quando se suppunha immensamente rica pela posse e fruição das minas do Novo-Mundo, assim tambem decahiu do poder maritimo quando esperava suffocar a Grã-Bretanha com a celebre armada invencivel. Portugal, que pelo impulso da actividade e do genio do immortal Henrique, principe astronomo e geographo, havia descoberto as ilhas da Madeira, de Cabo Verde e Açores; e que avançando audaciosamente ao longo da costa d'Africa chegára a formar estabelecimentos nas encostas asiaticas; Portugal, sem que os mares, golphos e portos o abandonassem, deixou de figurar com respeito na lista das nações maritimas. O genio de Cromwell e o reinado glorioso de Isabel tornárão a Inglaterra successora de Veneza, de Hespanha e de Portugal no cruzamento e no dominio dos mares.

Se para estes resultados não influirão as causas physicas, como a mudança dos climas, o apparecimento ou desapparecimento subito de golphos, bahias e portos; se ao par da influencia das causas physicas (que é na verdade poderosa) figura a das idéas e das necessidades moraes dos povos, é licito esperar que a Hespanha, recollocada nas vias do progresso, reassuma a importancia a que a destinou a Providencia, e que venha a ter ainda poder naval sufficiente para fazer que sejão respeitadas suas possessões áquem do Atlantico. Da mesma fórma Portugal, a proseguir na marcha que felizmente trilhára sob os auspicios de um reinado liberal e esclarecido, o generoso e heroico Portugal póde e deve tornar-se influente na balança politica do mundo, a menos que não queira perder suas ricas possessões do ultra-mar.

Para o Brasil a questão é um pouco differente. Não temos necessidade de uma esquadra igual á da Grã-Bretanha ou á da poderosa republica de lingua ingleza. Não aspiramos a rivalisar com taes potencias; não aspiramos a ser simultaneamente, a primeira nação em agricultura, em industria, em poder naval. Devemos proteger nosso commercio, guardar a nossa costa, navegar os nossos rios. Tão modestas aspirações não teem contrariedades insuperaveis nas causas physicas, e nos dispensão de tomar o conselho do Sr. Maury, quando nos lembra a necessidade de entregarmos a seus patricios a navegação de nossos rios. Se assim procedessemos, commetteriamos a perfidia de enfraquecer nas delicias de Capua os valentes marujos americanos; pois que se é lei da natureza que o habitante do Brasil, engolphado na abundancia, recuse a vida do mar, seriamos perfidos attrahindo a esses homens

dos climas severos, engolphando-os nas riquezas, fartando-os de leite e mel, e tirando-lhes com isso o desejo de procurar essa vida de que se tornarião tão incapazes como os Brasileiros, no entender do Sr. Maury. Demais, a navegação a vapor nos rios do Brasil, que é a questão principal, só exige a pericia especial que nossos patricios teem. E' uma navegação em que não se precisa da aptidão maritima dos Inglezes, dos Suecos e dos Norte-Americanes. O conhecimento dos baixios e das correntezas, das epocas de enchentes e de vasantes, da profundidade e navigabilidade dos canaes entre grupos de ilhas, a pratica, e sómente a pratica, é o predicado da marinhagem de que precisamos, e para essa pratica ninguem mais apropriado que o Paraense no Amazonas, que o Cuyabano no Paraguay.

CAPITULO V.

Parallelo entre as linhas fluviaes de Bolivia pelo Prata e pelo Amazonas.—Como e porque o Sr. Maury se esquiva de tomar em consideração a navigabilidade dos affluentes do Prata, e prefere a navegação pelo Madeira.—Cachoeiras deste rio.—Verdadeiras fontes de riqueza em Bolivia.—As minas perdidas de Urucumaguam, e as ruinas de Samaipata.—Como e porque se despendêrão sommas enormes para se abastecer de agua o Potosi.—A carta escripta de Lima ao Sr. Maury.

Bolivia póde communicar-se com o oceano atlantico e com o antigo continente por tres diversos caminhos: o primeiro através dos Andes e do deserto de Atacama até Cobija, e dahi pelo mar do sul até o cabo d'Horn; o segundo pelo seus rios tributarios do Madeira, e por este abaixo até o Amazonas; o terceiro pelos seus tributarios do rio da Prata, ou antes do Paraguay.

Deixando fóra de comparação esse antigo caminho do Mar-Pacifico, por onde no nosso seculo não poderião entrar na Republica Boliviana commercio activo, riquezas e civilisação, vejamos qual é das vias fluviaes a que deve merecer a preferencia, a que póde ser considerada como a mais capaz de accelerar a prosperidade daquelle paiz.

Se estivesse destinado pela sabedoria divina que aquella republica não pudesse prosperar, isto é, entrar em activa troca de productos com outro paiz que não fosse a poderosa Republica de Norte-America, seria ocioso confrontar as facilidades e as difficuldades que n'uma e outra carreira offerece a natureza ao estabelecimento da navegação a vapor e de um commercio vantajoso. Se todas as nações onde podem ser consumidos os productos bolivianos, e d'onde podem sahir aquelles com que se deverá fazer a troca, estivessem privadas da marinha, de modo que dependessem dos navios americanos; e se os estados da America do Sul, taes como o Brasil, Montevidéo e Buenos-Ayres, perdessem as suas grandes praças commerciaes, e ficassem privados do commercio directo com a Europa, desnecessario se tornaria lembrar que Bolivia póde procurar o oceano pelo Paraguay.

Mas nem parece que a Providencia Divina tenha reservado á republica de lingua ingleza o monopolio do commercio de Bolivia, nem se podem por um momento admittir todas aquellas hypotheses que darião aos Americanos do Norte o dominio exclusivo dos mares.

E' verdade que o Sr. Maury, quando falla dos

recursos de Bolivia, da prosperidade de que é susceptivel, e dos meios que devem ser empregados para chegar-se a esse estado, geitosamente abstem-se de encarar a questão debaixo de um ponto de vista que não seja palpavelmente vantajoso á sua patria, e só a ella.

Quando, para dar uma idéa dos grandes recursos da Republica do Paraguay, transcreveu as noticias lisongeiras que se achão na recente obra de Montgomery Martin — *Atlas geographico e estatistico*, accrescentou immediatamente: « O commercio do « Prata é de certo importante, *mas que seja de tanto « valor agora*, como representa o extracto supra, « *é do que se póde duvidar.* »

Com o mesmo pensamento, e com admiravel rigor logico, transcrevendo alguns periodos de uma carta que diz lhe escrevêra de Lima pessoa de sua amizade, fecha inteiramente os olhos ao que está escripto sobre a importancia da navegação do Rio da Prata, e conclue em favor do do Amazonas. Vejamos como isto se passou. Diz-se no ultimo periodo da carta: « Comtudo, *en attendant*, bom seria que « procurasseis organisar uma companhia para a « navegação dos rios da America do Sul, em geral, « porque, emquanto olhamos para o Amazonas, « não devemos perder de vista o Prata. O paiz, si- « tuado sobre as cabeceiras deste rio, é mais povoado « do que o da confluencia do Amazonas; e, segundo « todas as informações que tenho recebido, o com- « mercio do Paraguay de per si compensaria am- « plamente os avanços necessarios ao estabeleci- « mento de uma linha de vapores nas aguas do « Prata. Se actualmente navegassem vapores so- « bre o Paraguay e o Paraná, é muito possivel que o « governo do Brasil estivesse mais favoravelmente « disposto para comnosco, e que a questão da nave- « gação do Amazonas se decidisse por um ajuste « amigavel. *Podeis ficar certo que se os Estados- « Unidos não se derem pressa em tratar deste nego- « cio*, alguma outra nação o fará.... »

E depois, logo immediatamente depois deste importante periodo, em que se falla com predilecção da navegação pelo Paraguay, conclue o Sr. Maury: « Pelo que fica exposto, vê-se que temos razão « em dizer que o commercio com a Bolivia *pelas « aguas do Amazonas* não é uma utopia. » ! !

A este periodo segue-se um outro em que o Sr. Maury transmitte a communicação que se lhe fez, de que ião ser declarados portos francos ao commercio do mundo dous sitios ás margens de tributarios do Amazonas; com o que fecha o seu capitulo, desprezando o conselho do seu amigo, não dizendo uma palavra a respeito da navegação pelo Paraguay. Neste procedimento ainda mais se revela o espirito de hostilidade com que se houve o Sr. Maury na redacção de sua memoria. Examinaremos pois, a despeito do escriptor norte-americano, as vantagens que offerecem as vias fluviaes de Bolivia para o rio da Prata, assim como para o Amazonas. Neste exame aceitaremos as autoridades aceitas pelo Sr. Maury, e com os mesmos dados que elle tem entraremos na comparação.

Admittamos primeiramente que os rios bolivianos *Pylcomayo* e *Vermejo*, que caminhão para o Sul, são navegaveis, assim como o *Paray* e o *Beni*, tributarios do Madeira, e conseguintemente do Amazonas.

Ora, o *Pylcomayo* e o *Vermejo* confluem no Paraguay, onde este rio já é volumoso e indisputavelmente navegavel. Além disto, a região das nascentes destes rios bolivianos é mais populosa que a daquelles que marchão para o Norte. Santa Cruz de la Sierra, capital da republica, está muito mais perto de Buenos-Ayres que de Belém. A provincia de Chiquitos está em nossa fronteira unida á provincia de Matto-Grosso, e por isso quasi nas aguas do Paraguay. A maior parte dos terrenos que o mesmo Sr. Maury apresenta como ricos em mineraes e em vegetação, achão-se nas vizinhanças de Chiquitos, na bacia do rio da Prata.

Do lado opposto, já não fallando na differença de população, de que o Sr. Maury tem conhecimento pela carta do seu amigo; e não mettendo em conta a inferioridade em riqueza, de que essa differença de população é indicativa, poderão ser os affluentes do Madeira tão navegaveis como o *Vermejo* e o *Pylcomayo*; porém o Madeira, onde elles vão confluir, não offerece as vantagens e facilidades do grande e magestoso Paraguay.

Teve o Sr. Maury a simplicidade de passar pelo Madeira, na redacção da sua memoria, sem dar fé das cachoeiras desse rio, as quaes se achão entre os affluentes bolivianos e o Amazonas. Entendeu por isso que não erão impassaveis. Porém uma vez que importa á nossa discussão conhecer-se até que ponto é inexacto o escriptor que se apresenta com um libello na mão, accusando e ameaçando um paiz amigo da sua patria, e levando o seu máo querer a ponto de figurar-nos inimigos de nossa propria felicidade e da alheia, inimigos da civilisação e do christianismo, diremos alguma cousa a respeito da navegação do Madeira, diremos aquillo

que não devia ignorar o escriptor que se propuzesse a fallar em navegação de Bolivia para o Amazonas pelo Madeira.

Sobe-se com effeito este rio desde o seculo passado. Houve por elle um commercio e navegação para a antiga Villa-Bella, residencia dos capitães-generaes de Matto-Grosso, commercio que se acha quasi desprezado, desde que foi removida para Cuyabá a capital da provincia, ao mesmo tempo que se começou a fazer uso da linha do Tapajoz e do Arinos; esse commercio teria totalmente desapparecido, se nossas povoações das margens do Guaporé e do Mamoré, onde se acha o forte do Principe da Beira, tivessem meios mais breves para obter o sal, o ferro, e outros generos que sobem do litoral.

Na parte superior do rio Madeira, perto da confluencia do Beni e do Mamoré, existem 12 cachoeiras. Neste ultimo rio existem 5. Portanto a linha fluvial do Amazonas (pelo Madeira) tem até ás povoações brasileiras 17 grandes cachoeiras, além de rapidos ou corredeiras, duas das quaes são por alguns viajantes consideradas tão difficeis como as 17, com o que assim elevão a 19 o numero destes passos difficeis e perigosos. Para as povoações de Bovilia, quando não haja a menor difficuldade a partir da confluencia do Beni para cima, ha pelo menos as 12 cafadupas do Madeira, que todas se achão dessa confluencia para baixo.

Para quem sabe o que são esses obstaculos em nosso territorio montanhoso, é escusado dizer que onde elles se achão não podem passar vapores. Mas para quem ignora a fórma accidentada deste paiz, a enormidade de nossas massas d'agua nos affluentes amazonios, e a coragem e pertinacia com que transpomos tão medonhos precipicios (e veja-se o que diz Castelnau a proposito das cachoeiras do Araguaya e do Tocantins, que não são os maiores que se conhecem no paiz) torna-se indispensavel descrever alguns delles. Para isso transcreveremos sómente o que se acha concisamente descripto nos diarios do Dr. F. J. de Lacerda, astronomo portuguez, que em 1781 subiu para Villa-Bella como membro de uma commissão de limites.

« *Dia* 17 *de outubro de* 1781.—Pelas 8 horas da « manhã chegámos ao salto do Theotonio, onde « achámos os commerciantes de Matto-Grosso « com 13 canôas, que trazião seis mezes de via- « gem. Elles tinhão sido atacados pelo gentio cinco « vezes, que de uma dellas ferirão algumas pes- « soas, e matárão a um indio remeiro de uma mon- « taria (*pequena canôa de caça*) na boca do Jamary, « segunda cachoeira.

« E' esta cachoeira formada por um grande pe- « nedo que atravessa o rio, o qual se despenha por « quatro canaes de altura de 40 palmos. Adiante « do logar deste precipicio está uma grande ilha « de pedra, que faz ter a agua precipitada um gran- « de rebojo.

« *Dia* 28 *de outubro*.—Tendo navegado uma le- « gua, chegámos ao principio de uma cachoeira, « que chamão—*Caldeirão do Inferno*,—a qual tem « uma legua de comprido, e é perigosa no rio « cheio; mas nós a achámos favoravel pela pouca « agua que trazia o rio.

« *Dia* 29. — Tendo navegado legua e meia, che- « gámos á cachoeira chamada—*Salto do Girão*— « em que *se varão as canôas por terra na distancia* « *de* 350 *braças*.

« Nesta cachoeira estivemos até o dia 10 de no- « vembro inclusive, que os gastámos em varar as « canôas e no concerto dellas.

« *Dia* 11 *de novembro*. — Pela tarde chegámos á « cachoeira chamada—*Os Tres Irmãos*,—que pas- « sámos até o meio.

« *Dia* 12.—Continuámos a passar o resto da ca- « choeira de extensão de uma legua.

« *Dia* 13.—Neste dia andámos sómente duas le- « guas, pelas muitas correntezas e sirgas que pas- « sámos, algumas das quaes *não são inferiores a* « *cachoeiras*. Chegámos pela tarde á cachoeira « chamada—*do Paredão*.

« Forma-se esta cachoeira de duas como pare- « des que veem de uma e de outra margem do rio, « deixando pelo meio passagem ás aguas, mas « nesta abertura ha uma ilha de pedra, que faz o « rio ter duas entradas ou abertas.

. . . . . .

« *Dia* 22.—Navegada uma legua, passámos va- « rias pedras; e navegando mais uma legua, che- « gámos ao arremate da cachoeira do Ribeirão.

« *Dia* 23. — Neste dia andámos sómente meia « legua, e por este tão pequeno andamento con- « sidêre-se qual seria o trabalho.

« *Dia* 24.—Passada a quarta sirga, se deu prin- « cipio ao rancho e a descarregar as canôas, traba- « lho que durou até o dia 27, mas em passar toda « a cachoeira, que tem duas leguas de extensão, « gastámos até o dia 6 de dezembro.

. . . . . .

« *Dia* 8 *de dezembro*. — Chegámos á cachoeira

« do Madeira (a 12ª), em que gastámos quatro « dias em passa-la, e em ver se se podia fazer al- « guma observação, que não teve effeito. »

Eis-aqui noticias, informações veridicas, pelas quaes se reconhece que o rio Madeira, da confluencia do Beni para baixò, não póde admittir navegação a vapor senão depois dessas doze formidaveis cachoeiras, que tornão rude e perigosa a navegação, ainda mesmo dos pequenos barcos que conseguem franquea-las, e que n'alguns sitios são obrigados a uma *varação* ou conducção por terra.

Fica portanto fóra de duvida que não é pelo Madeira e pelo Amazonas que póde subir o commercio, e com elle a riqueza e a civilisação para a Bolivia; e que é pelas aguas do magestoso Prata que se ha de operar esse phenomeno, se com effeito a navigabilidade do *Vermejo* e do *Pilcomayo* se estende até o coração daquella republica.

Se temos chegado a esta conclusão sem sophismas e sem omissão de informações a nosso alcance, evidentemente se engana o escriptor norte-americano quando diz: « O caminho por onde Bolivia « espera achar sahida para seus productos destina- « dos ao mercado é ao longo dos seus rios que des- « aguão no Amazonas, e por este abaixo até o mar, « onde os ventos e as correntes são taes, que esses « productos terão *forçosamente de passar pela nossa « porta.* » Desta sorte, todo o empenho do Sr. Maury é fazer crer aos Norte-Americanos e aos Bolivianos que a Providencia Divina tem destinado que aquella antiga parte da monarchia hespanhola fique na mais absoluta dependencia da ex-colonia da Inglaterra. Nos fins do capitulo 3º, começando a fallar de Bolivia, disse o escriptor Americano: « Industriosos e prosperos os Bolivianos ao con- « templarem os seus apraziveis rios, o *Pilcomayo* « e o *Madeira*, suspirão pelas barcas de vapor e li- « vre navegação do Prata e do Amazonas.

« O Pilcomayo nasce ao pé da muralha meridio- « nal da sua linda cidade do Prata, como é deno- « minada Chuquisaca. O Vermelho, outro grande « rio boliviano, tributario do Prata, nasce mais ao « sul. Depois de um curso de mil milhas em direc- « ção ao sul e ao sueste, estes rios desembocão no « Paraguay; e tal é o desejo que tem Bolivia de os « ver navegados por vapor, que offereceu, segundo « ouvimos dizer, o premio de 10 contos de réis ao « primeiro barco de vapor que subir pelo *Pilco- « mayo*, até o ponto onde elle é navegavel. »

Parecia natural que daqui concluisse o Sr. Maury em favor da navegação do rio da Prata, ao menos tanto quanto em favor da do Amazonas. Entretanto assim não praticou; e não obstante fazer crer que Bolivia tem meios naturaes e esperanças de chegar ao atlantico, navegando o *Vermejo* e o *Pilcomayo*, diz que o caminho por onde ella espera achar sahida para seus productos é ao longo dos seus rios que desaguão no Amazonas, e « *por este abaixo até o mar, onde os ventos e as correntes* (palavras do Sr. Maury) *são taes, que esses productos terão forçosamente de passar pela sua porta.* » E como se não bastasse a sua asserção, o illustre escriptor procura o reforço da opinião (real ou emprestada, por amigo officioso, como adiante examinaremos) do actual presidente de Bolivia; e accrescenta: « Disto está ella (Bolivia) bem convencida, « e o seu presidente tem manifestado o mais vivo « desejo de estreitar os laços de amizade, com- « mercio e navegação, que estão destinados a ligar « o seu paiz ao nosso. »

A' vista disto fica evidente que na opinião do Sr. Maury toda a vantagem da navegação a vapor para Bolivia será sómente real, se essa navegação levar ás portas dos Estados-Unidos os productos da America do Sul. O Paraguay e o Prata offerecem a mais bella, commoda e vantajosa estrada para o atlantico e para os grandes mercados do continente europeu. Tudo induz a crer que é por ahi que ha de marchar o commercio para as republicas da Confederação Argentina, para a do Paraguay, para uma porção do Brasil, e para a Republica Boliviana. Todavia o Sr. Maury antes quer ver o Prata revirado e os productos, ainda mesmo os das encostas maritimas da America do Sul, deixando o atlantico, subirem e descerem rios, lá mesmo onde não é possivel qualquer navegação regular, comtanto que se faça o commercio no mar dos Carahybas. Bolivia póde servir-se do Pilcomayo e do Vermejo; não encontrará no Paraguay, a que estes rios se juntão, as mesmas difficuldades que apresenta a região encachoeirada do Madeira. Mas de que serve a navigabilidade do Paraguay e do Prata? de que serve a navigabilidade do Vermejo e do Pilcomayo, se estes rios vão desaguar no oceano, tão longe dos Estados-Unidos? Para que servem taes rios, se na sua foz os ventos e as correntes não *forção o commercio a passar pela porta* da patria do Sr. Maury?

No seculo em que vivemos, a politica do commercio, e não a da conquista, é a politica não só dos Estados-Unidos, como da Inglaterra, da França, da Hollanda, da Allemanha, e de todas as nações cultas da Europa, feita a devida excepção da Russia.

Não é por isso condemnavel o escriptor norte-americano quando deseja que todos os productos da America do Sul caminhem para o passo da Florida; nem ainda quando deseja que não só os Brasileiros, como tambem os Peruanos e os subditos de outras republicas hispano-americanas, consumão os productos da industria de seu paiz. Mas ninguem poderá desculpar que esse patriotico desejo se traduza em hostilidade aberta contra os Brasileiros, e que se lance mão até de uma pequena intriga no intuito de nos tornar odiosos. Tudo nos induz a acreditar que o Sr. Maury escreveu o seu pamphleto sómente para seus concidadãos, esquecendo que no tempo presente a imprensa e os vapores, espalhando as idéas, facilitando a discussão, e abolindo as distancias, não permittem que prevaleça o injusto contra o justo, a ambição contra a verdadeira liberdade, a força contra o direito. Nos tempos antigos podião os oradores do senado romano gritar com toda a força de seus pulmões « *delenda est Carthago,* » e a rival da poderosa republica da Italia ignorava a estensão do perigo que a ameaçava. Hoje não succede assim. As cem vozes da imprensa, dirigindo a opinião publica, dão força aos governos livres, animão os exercitos, secundão a diplomacia, alimentão a tribuna; em summa, promovem a verdadeira civilisação. Se o illustrado Sr. Maury reflectisse nestas verdades, não cederia talvez ao maligno impulso de seu coração, e não diria a seus leitores americanos, no intuito de nos tornar odiosos, que entre nós se qualificão os Nortes-Americanos—nação de piratas. — Se se lembrasse de que o seu pamphleto podia chegar ao Brasil, e soffrer a justa contrariedade que procede da injustiça da aggressão e da falta de fundamento dos pontos de accusação, é muito provavel que argumentasse de outra maneira. Só a esperança de ter por leitores unicamente a seus concidadãos norte-americanos poderia anima-lo a commetter sem receio as injustiças que temos apontado, e a proferir tanta asserção infundada, tamanhas inexactidões, tão frequentes erros. Contando com a benevolencia do leitor, seguro do effeito quasi sempre infallivel de um estylo pitoresco e seductor, o Sr. Maury emprehendeu a sua tarefa na esperança de ser bem succedido, toda vez que mostrasse a seus patricios riquezas incalculaveis ao par de extrema facilidade de adquiri-las.

Se assim não fosse, se o Sr. Maury não contasse com a falta de conhecimento que no seu paiz ha do nosso e das republicas vizinhas, é muito provavel que não se occupasse em fazer de Bolivia um quadro lisongeiro, por ter productos que se encontrão abundantemente em todas as provincias do Brasil, inclusive as do Maranhão e do Pará, muito mais proximas dos Estados-Unidos do que Bolivia. Entretanto o escriptor americano se estende longamente em noticiar que na Republica Boliviana existem duas qualidades de mandioca, muitas variedades de bananas que dão cacho em um anno, que o milho amadurece em tres mezes, que o algodão dá fructo em seis, que o café prospera a 600 leguas do atlantico, quando tudo isto se dá na quasi totalidade das provincias brasileiras de beira-mar.

Se o Sr. Maury não contasse com a benevolencia, e até com a credulidade de seus patricios, não se serviria por certo das deslumbrantes riquezas do Potosi, nem fallaria, como a meninos que se quer engodar, das *minas perdidas* de Urucumaguam, cujos thesouros, diz elle, igualavão em valor á fabulosa riqueza da cidade dourada de Manoa.

Quando o commercio com Bolivia póde ser vantajoso pela exportação da quina, do cacáo e de outros productos do reino vegetal; quando a riqueza das minas de prata recommenda a exploração dos multiplicados veios que existem no territorio boliviano; quando as ricas minas do magnifico e abundante cobre de Corocoro são indisputavelmente um grande elemento de prosperidade, de que os *estadistas sagazes* de Bolivia não teem sabido tirar partido, como *perfeitamente sabe hoje o gabinete inglez*, que necessidade havia de fallar-se nas minas perdidas de Urucumaguam? Que necessidade havia de procurar seduzir com essas riquezas e com a noticia das enormes sommas outr'ora despendidas para se prover d'agua o Potosi? De facto despendêrão-se tres milhões de dollars para haver agua em Potosi, como se lembrou de dizer o Sr. Maury quando quiz provar que o commercio com Bolivia não é uma utopia. Mas para que occultar que o Potosi não é hoje o que já foi? Para que occultar que depois de ter sido uma cidade de 160 a 180 mil habitantes, tem hoje apenas 13 a 14 mil almas? Para que occultar a verdadeira causa que obrigou a emprehender essas construcções gigantescas e a facilidade que houve então, e não ha hoje, de fazer face a tão consideraveis despezas?

N'um serro do territorio boliviano o acaso fez descobrir possantes e riquissimas minas de prata. Faltando agua para lavagem das mineiras, construirão-se nas gargantas de montanhas, superiores de nivel, 33 enormes assudes, que se communicavão entre si, e fornecião agua sufficiente para os usos da

mineração e de uma população que chegou a ser, como já dissemos, de 180,000 almas. Hoje a cidade de Potosi apresenta immensas ruinas, innumeraveis trabalhos interrompidos, e uma população que é menos da decima parte do que já foi. Tanto valeria recordar que quando o duque do Prata entrou em Lima para tomar posse do governo, só os commerciantes desta cidade fizerão um tapete de prata massiça nas ruas por onde teve de passar. Do mesmo Potosi podia dizer-se que só no decennio que decorre de 1585 a 1595 produziu cêrca de 900,000 marcos de prata. Maiores sommas despendêrão por certo esses famosos monarchas do Egypto na construcção das pyramides que, segundo M. de Persegni, satisfazião a uma necessidade da agricultura, ou por dizer melhor, erão indispensaveis para se evitar que os terrenos ferteis ficassem submergidos em montões de arêa. Despendêrão-se pois nessas obras sommas muito maiores que para prover d'agua o Potosi. Mas são essas antigas e espantosas despezas de outros seculos razões para se esperarem hoje grandes resultados commerciaes nos paizes que forão o theatro dessas scenas de opulencia? O que prova pois que em seculos passados se emprehendessem obras gigantestas no Potosi, quando era extremamente facil pagar o trabalho com pedaços de prata?

E' o que não importa ao Sr. Maury, porque conta com a credulidade e com a benevolencia de seus leitores; e tanto conta com essa benevolencia, que depois de fallar nas riquezas de que dispõe Bolivia, riquezas pela maior parte reaes e dignas da actividade do homem, accrescenta: « Para augmentar o « interesse, os recursos, os encantos e a riqueza « deste paiz, ali estão as aguas thermaes de Tolula, « com suas maravilhosas propriedades; as *ruinas* « *de Samaipata e Tiahuanaco*, as quaes com os seus « symbolos e annaes hieroglyphicos, revelão um « povo anterior aos Incas; e, na opinião de Cas- « telnau, superior a elles em civilisação. »

Ora, que as aguas thermaes augmentem os recursos do paiz, póde-se ainda admittir. Mas que as ruinas de Samaipata augmentem o interesse, os recursos, os encantos e as *riquezas*, só o Sr. Maury tem coragem para dizê-lo. Ainda se se dissesse que as ruinas de Samaipata augmentavão o interesse e os encantos do paiz, bem: mas que ruinas augmentem riquezas, não o diria o mais hyperbolico poeta.

Vejamos agora uma nova prova de segurança com que o Sr. Maury escreveu, e sómente para seus patricios. Essa prova se acha na transcripção de uma carta real ou imaginada, que se diz escripta de Lima por um Norte-Americano seu amigo. Extractaremos sómente aquelles periodos que manifestão as intenções de certos subditos dos Estados-Unidos, e os manejos que empregão contra os Brasileiros.

« Depois da minha ultima correspondencia fiz « conhecimento com D...., natural do Chile, a « quem o tenente Gibbon viu em Cochabamba, « em Bolivia. Este D.... *é sem duvida um homem* « *habil*.... Segundo elle pensa, o presidente de Bo- « livia nutre favoraveis disposições para com- « nosco, e não hesitaria em conceder privilegios a « uma companhia de navegação a vapor que lhe « fizesse para esse effeito a conveniente proposta. « Como não conheço em Bolivia outro algum in- « dividuo com quem pudesse entender-me a res- « peito da navegação do Amazonas, não duvidei « aproveitar-me delle, porque penso que *não ha* « *tempo a perder, se os Estados-Unidos querem as-* « *segurar para os seus cidadãos o commercio inte-* « *rior da America Meridional.*

. . . . . .

« Sem dar implicito credito a estas informa- « ções de D....., resolvi-me a *aproveitar a influen-* « *cia que elle sem duvida tem sobre o presidente de* « *Bolivia para promover o nosso plano de abrir a* « *navegação do Amazonas*, e IMPEDIR, quanto « me fosse possivel, o triumpho da politica exclu- « siva do Brasil. Tendo eu verificado que Guaraios, « aldêa de quatrocentos vizinhos, situada na con- « fluencia do Marmoré com o Itanez, do lado de « Bolivia e Exaltação, villa de quatro mil habitan- « tes, erão as principaes povoações sobre o Mar- « moré, abaixo da villa da Trindade, propuz a « Dom..... que escrevesse áquelle presidente, e « o persuadisse a declarar aquelles dous logares « portos de entrada para o commercio estrangei- « ro. Abraçou logo esta idéa, *dizendo que era mui* « *luminosa*, e pelo ultimo correio *escreveu ao pre-* « *sidente* sobre este assumpto. Diz elle que o mes- « mo presidente *declarára que não pretende fazer* « *concessões aos Brasileiros*; que não ha povo para « elle como os Norte-Americanos, porque hão de « trazer á Bolivia riquezas, força e civilisação.

« *Estou certo* que o governo de Bolivia ha de « declarar os dous mencionados logares, Gua- « raios e Exaltação, portos de entrada para o com- « mercio estrangeiro. Em tal caso teremos ganha- « do um grande ponto. Isso mostrará que aquella

« republica deseja entabolar relações commer-
« ciaes comnosco ; assim *poderemos exigir* que
« o Brasil não ponha obstaculos ao nosso
« commercio com ella. *Infelizmente porém nós,*
« *como individuos*, não temos poder nem meios
« para levar avante este *gigantesco e magnifico pla-*
« *no* de franquear á povoação e á civilisação o mais
« bello e mais extenso paiz do globo. Temos proce-
« dido até aqui *sem conselhos nem favor do gover-*
« *no geral, á excepção de.....* »

Entremos agora nas considerações que affluem ao espirito ao ler-se esta celebre carta. Segundo della se deprehende, ha um Chileno que tem influencia sobre o presidente de Bolivia, influencia poderosa, immensa, e que estrangeiro algum tem no seculo actual sobre o espirito de qualquer chefe de estado civilisado. Ha um Chileno que tem influencia sobre o presidente de Bolivia, e influencia bastante para aconselha-lo e decidi-lo com *uma carta* a tomar medidas da mais alta gravidade nas questões externas ! Ha um Chileno que, assim favorecido pela fortuna, entra em ajustes com um subdito dos Estados-Unidos, que o qualifica de *homem habil*, e que abusa de sua simplicidade, se não é joguete de sua velhacaria.

Deprehende-se mais que um Norte-Americano se quer servir desse feliz Chileno para *promover o plano de abrir* a navegação do Amazonas, e para *impedir* o triumpho da politica, por elles denominada exclusiva do Brasil.

O Chileno informa ao Norte-Americano que o presidente de Bolivia, sobre quem inculca ter influencia, nutre *favoraveis disposições* para com os subditos dos Estados-Unidos, e que não hesitará em conceder-lhes privilegios. Pinta depois um quadro das riquezas do paiz, onde figurão a prata, o ouro, diamantes e outras pedras preciosas, e *talvez algumas ainda desconhecidas aos lapidarios !*

O Americano, que não conhece outro algum individuo com quem se possa entender a respeito da navegação do Amazonas, e que pensa que *não ha tempo a perder*, não duvida aproveitar-se do Chileno, que é *homem habil, e que tem influencia sobre o presidente de Bolivia*. Propõe ao Chileno que *escreva* ao presidente, e que o *persuada* a declarar dous sitios nas margens de affluentes amazonios, portos de entrada para o commercio estrangeiro.

O habil Chileno *abraça logo esta idéa, que é muj luminosa*, e escreve ao presidente ; assegurando ao Americano que o mesmo presidente já *declarára* não pretender fazer concessões aos Brasileiros, e que « não ha povo para elle como os Norte-Ame-
« ricanos, porque hão de trazer á Bolivia riqueza,
« força e civilisação. »

Tudo isto parece um sonho. Pois é crivel que um estrangeiro tenha tamanha influencia sobre o presidente da Republica de Bolivia ? E' crivel que se tal homem houvesse, fosse elle entender-se com um subdito dos Estados-Unidos, quando podia prestar importantes serviços á diplomacia norte-americana ? E' crivel que o presidente de Bolivia se deixe levar pelos conselhos de um Chileno, que alardêa de influencia sobre seu espirito ?

Se tudo isto não é uma fabula, parece-nos que podemos aventurar que o presidente de Bolivia não ha de ler com muito prazer semelhantes revelações. Se tudo porém é mero invento, está o mesmo presidente de Bolivia dispensado de agradecer ao Sr. Maury os elogios que lhe tece, quando assim o expõe a ser considerado de um modo tão desvantajoso.

Qual é, já não fallamos em monarchas ou em chefes de republicas, qual é o ministro que não se revoltaria vendo-se exposto a ser olhado como joguete de um esperto, que talvez negoceia, que talvez abusa de relações e de estima que não merece ? Qual é o ministro que supportaria a sangue-frio a pécha de ser dominado por influencia estrangeira ? E entretanto o Sr Maury, publicando imprudentemente uma carta que tem o caracter de reservada, que devia ficar em segredo, ainda que tudo fosse verdade, expõe o chefe da republica boliviana a ser considerado como que dirigido por um Chileno, por um homem estrangeiro em Bolivia, e estrangeiro que entra nas vistas, nos interesses, nos planos e nos manejos de outro estrangeiro.

Allegão-se serviços, ostenta-se influencia n'um paiz onde se é estrangeiro, sem poupar-se o nome e a reputação daquelles com quem se trata, e diz-se com reticencias « este Dom.... é por certo um ho-
« mem habil.... Sem dar implicito credito ao que
« elle diz, resolvi-me a aproveitar-me da influen-
« cia que exerce sobre o presidente de Bolivia.—
« Estou certo que o governo de Bolivia ha de de-
« clarar os dous mencionados logares, Garaios e
« Exaltação, portos de entrada para o commercio
« estrangeiro.

Perguntaremos agora aos homens imparciaes de todos os paizes :—São licitos estes manejos ? Ha nes-

te procedimento aquelle gráo de moralidade, sem o qual a historia condemna tudo quanto se empreende em favor de um paiz, embora os resultados tragão vantagens, proveito, ou gloria? Podem os interesses do christianismo, da civilisação e da humanidade ganhar com o emprego de medidas que repugnão aos principios do justo e do honesto?

CAPITULO VI E ULTIMO.

O imperio do Brasil é das nações da America do Sul a que tem na bacia do Amazonas maior somma de linhas navegaveis a vapor, e mais vasto territorio para cultura. — A republica do Perú é depois do Brasil a nação a quem mais interessa o estabelecimento da navegação a vapor nas aguas amazonias. — Bolivia não póde esperar vantagens da navegação pelo Amazonas. — Marcha do commercio em Nova Granada e Venezuela para o mar das Antilhas. — Estradas dos Incas. — Praças commerciaes dos antigos dominios hespanhóes. — Não é da exhauribilidade das aguas de um rio que os Estados derivão o direito de impedir que nelle naveguem barcos estrangeiros. — Perigo de claudicarem os direitos do Brasil pelo *não uso*. — Exclusivismo do Brasil. — Politica externa. — O dictador Francia. — O Japão. — Sinceridade do fervor do Sr. Maury pelo christianismo. — Conclusão.

O Amazonas e seus innumeraveis tributarios caminhão por terrenos do imperio do Brasil e das republicas de Venezuela, Nova Granada, Equador, Perú e Bolivia. A projecção desses rios n'uma carta geographica é semelhante á de uma vigorosa arvore multi-caule despida de folhas, cujos ramos se dirigem na infinidade de sentidos que lhes permitte a liberdade do espaço. Nas regiões mais afastadas do tronco as ramificações são mais numerosas, mas tambem são, como na arvore, menores em espessura e largura.

Ora, o tronco ou o maximo leito fluvial do Amazonas é brasileiro: são brasileiros os mais importantes affluentes, como o Xingú, o Tapajoz, o Madeira, o Rio-Negro e o Trombetas. Deixamos de mencionar o Tocantins, porque este rio não é, rigorosamente fallando, tributario do Amazonas. As nascentes do Xingú, do Tapajoz e do Trombetas se achão todas dentro do territorio brasileiro: apenas o Madeira tem affluentes em Bolivia, e o Rio-Negro em Nova Granada e Venezuela. O Amazonas ou Maranhão prolongamente quasi rectilineo do

tronco, desce do Perú, e é engrossado por copiosos tributarios, como o Napo e o Pultomayo, pertencentes á Republica do Equador.

Se avaliarmos os volumes das aguas amazonias que se deslizão pelo territorio brasileiro, e os compararmos aos das que atravessão as cinco republicas hispano-americanas, teremos que a massa brazileira é maior que as outras todas reunidas. Em outros termos, se se sommarem as leguas de rios navegaveis a vapor, encravadas nas terras do Imperio, essa somma será maior que a de todos os diversos ramaes navegaveis das republicas vizinhas, ainda que reunidos. Semelhantemente se avaliarmos as áreas da bacia do Amazonas, comprehendidas as de todos os seus affluentes, facilmente se reconhecerá que a área brasileira é, pelo menos, igual á reunião das que pertencem a Bolivia, ao Perú, á Republica do Equador, a Nova Granada e a Venezuela. Só a parte que fica na margem esquerda do Amazonas, e do seu prolongamento quasi rectilineo, só essa parte, que é limitada a léste pelo oceano, e ao norte pela divisa com as Guyanas e com Venezuela e Nova Granada, é tão vasta como a França, e maior que a Georgia, as duas Carolinas, a Virginia e a Pensylvania reunidas, ou maior que as áreas amazonias das tres republicas que demorão mais a norte. Qualquer que seja pois o interesse que possão ter as cinco republicas hispano-americanas no estabelecimento da navegação a vapor, e de um commercio activo pelo Amazonas, esse interesse não iguala ao que tem o Imperio.

Bolivia não póde esperar fundadamente que entre pelo Amazonas a prosperidade, a riqueza, a força, que lhe deve dar o desenvolvimento de seus recursos, porque a isso não se presta a navegação do Madeira, como temos demonstrado no capitulo antecedente. Bolivia, assim como a provincia brasileira de Matto-Grosso, tem tudo a esperar da navegação do Paraguay, mas não da do Amazonas, por isso que as regiões superiores do Tapajoz e do Madeira são ricas de embaraços que impedem o passo ás barcas de vapor.

Venezuela tem cidades e magnificos portos no mar das Antilhas: seu commercio para ahi se dirige: o territorio que pertence á bacia do Amazonas é deserto.

Nova-Granada tem do mesmo modo cidades e portos no oceano. O mar está muito mais proximo de qualquer ponto nos limites austraes da Republica do que a foz do Amazonas.

Os antigos Peruanos havião construido famosas estradas, das quaes umas atravessavão a planicie arida comprehendida entre o litoral do Pacifico e a cadêa dos Andes, outras erão dirigidas no sentido das cordilheiras: todas ellas convergião em Cusco, ponto central ou séde do grande imperio dos Incas. Os conquistadores, especialmente Francisco Pizarro e Diogo Almagro, servirão-se com vantagem de semelhantes estradas, sem embargo dos obstaculos que oppunhão á marcha da cavallaria hespanhola as escadarias praticadas no solo.

Posteriormente o transporte dos thesouros arrancados aos indigenas, e o dos productos das minas, bem como o das colheitas da casca de cinchona, determinárão os Hespanhóes a estabelecer toda a sua communicação com a Europa, ou pelo litoral do Pacifico, ou pelo mar das Antilhas. No começo do seculo corrente os portos de Lima e de Guayaquil no Pacifico, e os de Cartagena, Guayra, Cumana, Santa Martha, e Porto Bello no mar das Antilhas, erão aquelles que havião alcançado maior importancia commercial nos dominios hespanhóes, feita excepção de Vera Cruz, Havana e Buenos-Ayres. Difficil seria hoje mudar a direcção que depois de seculos tem tomado a corrente do commercio e da agricultura naquella parte dos antigos dominios hespanhóes que é hoje territorio de Venezuela e de Nova Granada.

As republicas do Equador e do Perú estão em circumstancias diversas: são os paizes a quem mais de perto interessa a introducção de vapores nas aguas amazonias, porque tem nesta bacia grandes povoações como Cusco e Quito, e dispõe da navigabilidade do Ucayali, do Napo, do Pultomayo e de outros importantes affluentes do grande rio: e comtudo se por ventura se estabelecer a communicação do mar Pacifico para o oceano atlantico pelos golfos de Panamá e de Darien, decrescerá para a republica do Equador a necessidade de aproveitar as linhas fluviaes da bacia amazonia.

E' pois o Perú, depois do Brasil, a nação que mais vantagens póde tirar do commercio e navegação pelo Amazonas, e que tem maior necessidade de servir-se delle, já porque dispõe de maiores e mais navegaveis linhas fluviaes, já porque não tem melhores meios de chegar ao oceano atlantico, ao contrario do que acontece á Bolivia, senhora de bellos affluentes do Paraguay, e a Nova Granada e Venezuela, que possuem no mar das Antilhas cidades commerciaes, bellos golfos e ancoradouros.

Das considerações precedentes decorre sem duvida uma consequencia, e é que o phenomeno ob-

servado de terem sido o Brasil e o Perú as duas primeiras nações que se entendêrão ácerca da navegação pela mutua fronteira e rios, e que effectivamente introduzirão vapores nas aguas do Amazonas, sem embargo das prophecias em contrario do Sr. Maury, é um phenomeno que se explica facilmente pelo maior gráo de interesse que actua sobre os animos dos subditos brasileiros e dos subditos peruanos. Nem era preciso procurar em motivos menos nobres, em aspirações reprovaveis, em pretenções egoisticas e condemnaveis, taes como *a missão de frustrar quaesquer tentativas de tratado que as nações commerciaes quizessem fazer com as republicas hispano-americanas, e a empreza de fechar mais apertadamente que nunca as grandes arterias de commercio, e perpetuar por este modo a estagnação e morte que por espaço de trezentos annos tem reinado na grande bacia fluvial do Amazonas;* nem era preciso, dizemos, procurar em taes pretenções as causas desse acontecimento.

Já fizemos ver que o Imperio não tem n'outra parte rios navegaveis a vapor em tão grande escala, como na bacia do Amazonas; e que nesta nenhuma das linhas fluviaes se estende tão longamente como a que aproveita ás duas provincias brasileiras do Pará e do Alto-Amazonas, ao mesmo tempo que se prolonga até o centro do territorio peruano. Já fizemos ver que as linhas do Tapajoz e do Madeira cessão de offerecer navegação a vapores ainda longe da capital e das povoações de Matto-Grosso; e que o Tocantins, que não sendo tributario do Amazonas póde indifferentemente nesta questão ser considerado como tal, não é navegavel a vapor senão em pequena parte de seu possante e magestoso curso. Razões de sobra assistem pois ao Brasil para ter dado a preferencia á linha do Amazonas, que se prolonga até o coração da republica do Perú; assim como nenhuma razão assiste ao Sr. F. Maury para considerar o Brasil umas vezes como mero possuidor da foz do Amazonas, outras vezes como embaraço á prosperidade das republicas que teem affluentes amazonios.

Resta-nos examinar se com effeito o imperio do Brasil, não permittindo que se navegue no Amazonas como no Oceano Atlantico, incorre justamente na censura e na qualificação de inimigos da prosperidade dos povos vizinhos, da civilisação, e até do christianismo! Entraremos neste exame, não soccorrendo-nos das doutrinas dos publicistas, que todas são favoraveis á causa do Brasil, mas insistindo no genero de considerações que temos desenvolvido, e na refutação das asserções menos fundadas do Sr. Maury.

Diz elle: « A questão relativa ao livre uso da « navegação de um rio que corre pelos dominios « de mais de um paiz, é familiar aos homens poli- « ticos. Já foi ha muito resolvida, segundo os eter- « nos principios do direito, e não póde ser agora « objecto de disputa. »

Pois bem: a questão está resolvida, e não póde ser objecto de disputa. Mas de que modo, em que sentido foi resolvida? E' o que não dizeis. Decidiu-se por ventura que quando um rio corre pelos dominios de mais de um Estado, podem os subditos de qualquer outro Estado não ribeirinho penetrar por taes rios, e ir a um desses Estados assegurar para si a navegação e o commercio, e solicitar privilegios, como se vê que se tem emprehendido em Bolivia? Decidiu-se por ventura que podem entrar quaesquer mercadorias para os Estados das regiões superiores, e sob esse pretexto, livres de direitos, para depois penetrarem nos paizes da foz por contrabando?

Na Europa a navegação do Rheno, como o Sr. Maury sabe, é concedida como um direito commum a todos aquelles a quem pertencem as suas aguas. Mas entra-se no Rheno, como se se navegasse no mar do norte?

Seria um engano grosseiro acreditar-se que o Sr. Maury aceita o que se acha estabelecido entre as nações cultas, a respeito da navegação dos rios. O escriptor norte-americano procura arrimar-se a uma outra theoria, e diz: « O ar livre dos céos e « as jucundas aguas da terra forão postas neste « mundo pelo Todo-Poderoso para uso e recreio « do genero humano: o ar e a agua, que se usão « sem nunca exhaurir-se, são uma propriedade « commum de todos os homens. »

Ora, emquanto se não demonstra que o communismo sem restricções é a melhor lei das sociedades, a mais conducente á felicidade da especie humana; emquanto se não admitte esse principio nos Estados civilisados, que aliás o repellem horrorisados, é forçoso concordar em que a medida dos interesses e dos deveres, conciliados entre si, deve ser para os Estados, como para os individuos, a medida dos direitos. Se se pudesse invocar o principio da inexauribilidade das aguas dos rios para dahi deduzir que as nações por cujo territorio passão não teem o direito de impedir o seu uso, ou de concedê-lo mediante certas restricções, nada obstaria a que se exigisse o mesmo dos portos, das enseadas e

das costas. A navegação do Rheno seria franca não só aos que são senhores de aguas que nelle affluem, como a quaesquer outras nações. Não é pois da exauribilidade das aguas que dimana o direito dos Estados sobre o uso dos rios que nascem e correm nos terrenos por elles occupados, assim como não é dessa qualidade que lhes resulta o direito de guardar seus portos e os mares de suas costas.

A questão está resolvida; e qualquer que seja a opinião individual do Sr. Maury, é certo que o Brasil e as cinco republicas da bacia do Amazonas são os unicos soberanos competentes para ajustar, para estipular sobre a navegação de seus rios; e que para felicidade dos respectivos subditos, devem fazê-lo de commum accordo.

Duvidar deste direito, sustentar ou pretender que os direitos do Brasil estão em perigo de claudicar pelo *não uso*, sómente pelo facto de não ser livre aos Norte-Americanos penetrar no Amazonas, como no Oceano Atlantico, é querer estabelecer uma jurisprudencia nova, não conhecida, não aceita pelas nações cultas da Europa e pelos mais seguidos escriptores de direito internacional. Demais, se os direitos do Brasil, como diz o Sr. Maury, correm perigo de claudicar pelo *não uso*, é certo que existem: e existindo, a questão é indagar se se realiza o *não uso*.

De facto não está o valle do Amazonas tão povado e cultivado nos trinta e dous annos que temos de existencia como nação; nem ali tem crescido a população, nem se tem desenvolvido e utilisado os recursos do paiz em tamanha escala, como seria possivel, se ha mais tempo se tivesse introduzido um commercio activo e a navegação a vapor. Mas esse pequeno resultado, quando não fosse uma consequencia necessaria das difficuldades com que temos lutado, daria azo a que em nossas camaras os oradores da opposição aggredissem as administrações. Em caso algum se poderia dahi derivar para os Estados-Unidos ou para qualquer outra nação o direito de nos suscitar embaraços, e muito menos o de occupar aquelle paiz, cultiva-lo e colonisa-lo.

O Imperio do Brasil não tem prosperado tão rapido e sensivelmente como os Estados-Unidos, graças á desproporção dos meios de que começou a dispor cada uma destas nações, a datar de sua emancipação. Uma de nossas maiores necessidades é a da emigração espontanea, e todo o mundo sabe quanto ha custado a começar essa corrente benefica. Ainda ha pouco se empregavão na Europa esforços e medidas de todo o genero, sem exclusão da calumnia, para se desviarem de nossos portos os colonos allemães; e o Sr. Maury, inculcando-nos como inimigos da civilisação e do christianismo, tende por certo a desconceituar-nos. A outra necessidade é o estabelecimento da navegação a vapor nos nossos rios que a admittem; mas o Sr. Maury, que se ostenta como enthusiasta dessa navegação, que falla com elogio de Bolivia, porque prometteu dez contos de réis a quem introduzisse nos seus rios tributarios do Prata a primeira barca de vapor, e porque prometteu 20 milhas de suas melhores terras em feudo simples a quem levasse ao cabo essa empreza; o Sr. Maury, que, segundo somos informado, solicitou e conseguiu da republica do Equador um privilegio para a navegação do Napo, qualifica de *monopolio odioso* o contrato celebrado com o cidadão brasileiro Ireneu Evangelista de Souza!

Sem embargo destas e de outras inesperadas e injustas contrariedades, temos avançado em riqueza, em credito, em civilisação, assim nos reputão os homens esclarecidos nas nações do occidente europeu. Ora, é indubitavel que dessa riqueza, força e civilisação que já apresenta o imperio, tem uma boa parte o valle do Amazonas; e que portanto não se realiza o pretendido *não uso*. Mas o Sr. Maury, ou porque se veja contrariado no seu projecto de navegação do Napo, ou porque busca popularisar-se como o apostolo de uma cruzada commercial, ou porque effectivamente não acredita na claudicação de nossos direitos pelo *não uso*, vinga-se em denominar-nos mais exclusivos que o Japão, inimigos do christianismo; e procura demonstrar que, não obstante esse nosso exclusivismo, demos entrada aos subditos Norte-Americanos no Amazonas, quando procedemos com o Perú a ajustes a que erradamente chama — Tratado de commercio e navegação fluvial.

Examinemos primeiramente os fundamentos desta nova pretenção.

Os ajustes que fizemos com o Perú, e que constão da convenção celebrada em Lima pelo nosso digno e habil diplomata o Sr. conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, e ratificada e confirmada no Rio de Janeiro a 18 de março de 1852, estão no dominio do publico, não são tratados secretos; e longe de serem um laço que o Brasil procurou armar, e em que o Perú cahisse, offerecem uma das mais concludentes provas de nosso desinteresse, da benevolencia e da generosidade da politica brasileira para com as republicas vizinhas, politica sempre digna

louvor, o que produziu os mais bellos e glorio-
resultados sob a direcção de nosso insigne esta-
ta, o Sr. conselheiro Paulino José Soares de
uza.

Enganou-se o Sr. Maury quando pretendeu que
m taes ajustes tivessemos em vista lograr a re-
blica do Perú: já o demonstrámos longamente
dous dos antecedentes capitulos. Engana-se
ais ainda quando pretende que com taes ajustes
quirirão seus concidadãos os mesmos direitos
e os Brasileiros.

O Brasil e o Perú *ajustárão* n'uma convenção
pecial os principios e o modo de fazer um ensaio
n que melhor se conhecesse, sob que bases e con-
ções deverá o commercio e navegação pela *mu-*
a fronteira e rios ser estipulado definitivamente.

Os dous soberanos convierão em que os produc-
s e embarcações que passassem do Brasil ao Perú,
do Perú ao Brasil, fossem isentos de todo e qual-
uer direito, imposto ou alcavala a que não esti-
essem sujeitos iguaes productos do proprio terri-
rio, com os quaes ficárão em tudo igualados.

Ainda mais: concordárão em auxiliar com uma
onsignação pecuniaria, durante cinco annos, a
rimeira empreza (que se estabelecesse) de nave-
ação a vapor, porque reconhecêrão *que nos pri-*
eiros annos nenhuma utilidade poderia dar aos
mprezarios a navegação desde a foz do Amazonas
té o litoral peruano, a qual deve pertencer (for-
maes palavras do art. 2º) exclusivamente aos res-
ectivos estados ribeirinhos.

Ora, esta convenção será por ventura um desses
ratados de navegação e commercio, cujos favores
odem ser concedidos por novos tratados a outras
nações? Não é claramente um ajuste que sómente
póde ter logar entre duas nações vizinhas, que teem
ios communs, e cuja navegação lhes pertence ex-
clusivamente? Qual é a linha divisoria entre os
Estados-Unidos e o Perú? Quaes são os rios que pas-
são de um destes Estados ao territorio do outro,
para que se possa dizer que ha navegação e com-
mercio pela *mutua fronteira e rios*?

E' verdade que o Sr. Herndon, de cujo relatorio
o Sr. Maury extrahiu paginas que teem todo o di-
reito a figurar n'algum romance saturado de hy-
berboles, confessa que sua fantasia despertada, e es-
timulada pelos objectos que o rodeavão na pre-
sença do lago Lauricocha, transformára uma pe-
quena folha lançada n'agua em baixel tripolado por
fadas, e encarregado de uma missão de paz e de
boa vontade da parte do rei dos rios, ao pai das
aguas: é verdade que a fantasia do Sr. Herndon,
como elle mesmo confessa, mostrou-lhe essa fo-
lhinha convertida em baixel, conduzindo novas de
commercio e navegação, de cultura e de civilisa-
ção, de liberdade religiosa e politica, e talvez en-
contrando no passo da Florida espiritos enviados
pelas Nayades do lago Itaska, com saudações ao Mo-
rococha. (Lauricocha).

E' tambem verdade que, segundo este mesmo Sr.
Herndon, é preciso desviar para os Estados-Unidos
a copiosa corrente de prata que ora se encaminha
para o Pacifico; e que será isso necessario para
equilibrar a immensa quantidade de ouro da Cali-
fornia e da Australia com que, diz elle, estão os
Norte-Americanos em vesperas de ser inunda-
dos. (!!)

E' finalmente verdade que, segundo o Sr. Maury
e seu concidadão Herndon, existe entre as aguas do
Mississipi e as do Amazonas *intima connexão phy-*
sica. (!!!)

Mas tudo isto não passa de effeitos da imagina-
ção, tudo isto é mera poesia, e poesia sem verda-
deira belleza. A connexão physica que existe en-
tre o Amazonas e o Mississipi é a mesma que existe
entre o Sena e o Tornea, ou entre o Danubio e o
Tejo. Uma linha mathematica divide os territorios
do Brasil e do Perú: entre o Perú e os Estados-Uni-
dos ha terrenos mais vastos que alguns dos mais
importantes reinos da Europa. Qual é pois a cir-
cumstancia que colloca os Estados-Unidos para com
o Perú na mesma relação em que está o Brasil, de
modo que se possa celebrar entre aquelles dous Es-
tados uma convenção ácerca da navegação e com-
mercio pela *mutua fronteira e rios*?

Demais, se os favores que o Perú faz ao Brasil
pudessem ser estensivos aos subditos Norte-Ameri-
canos, tambem devião ser concedidos aos mesmos
Americanos os favores que o Brasil concede em
virtude da convenção aos subditos peruanos. Mas
isto é possivel? Não, é não, porque desse modo
teriamos de admittir, isentas de qualquer direito ou
imposto, as mercadorias americanas; deveriamos
conceder igual favor á Inglaterra e á França, e
desde logo serião desnecessarias nossas alfande-
gas; e finalmente desappareceria uma das princi-
paes fontes de renda geral. Por consequencia, se
não podemos conceder aos Americanos do Norte
as mesmissimas isenções que concedemos aos sub-
ditos peruanos que navegarem pela mutua fron-
teira e rios, tambem o Perú não póde conceder aos
subditos Norte-Americanos aquillo que concede aos

do Brasil que navegarem pela mutua fronteira e rios.

E' tanto assim restringido o favor aos navegantes pela mutua fronteira e rios, que se por ventura entrar na barra do Pará um navio peruano sahido de Lima, e que tenha navegado pelo Pacifico e pelo Oceano Atlantico, esse navio não será favorecido com a isenção de direitos ou impostos ; e reciprocamente os navios brasileiros que forem á costa occidental do Perú não terão os mesmos favores que os barcos da navegação fluvial pelo Amazonas e seus tributarios peruanos.

Será isto exclusivismo, ou motivo fundado para queixas ? Seguramente não, assim como não o é na Europa o Zolwerin.

Será por este procedimento que o Sr. Maury diz que seguimos a politica do Dr. Francia, e que somos mais exclusivos que o Japão?

Desde 1822, época de nossa emancipação, começámos a entreter e a estreitar as mais amigaveis relações com os paizes cultos do velho e do novo mundo. Temos em nossa capital o mais brilhante corpo diplomatico ; temos agentes consulares estrangeiros nas nossas praças commerciaes. Com as republicas de lingua hespanhola nossa politica tem sido credora dos mais imparciaes elogios. Fomos a primeira nação que reconheceu a independencia do Paraguay: sustentámos com nosso o nheiro e com nosso sangue a independencia Estado Oriental do Uruguay, e depois da batal de Monte-Caseros não teem cessado nossos esfor a bem da paz e da prosperidade da republica vi nha. A troco disto não queremos um palmo de te ritorio alheio, e só buscamos estreitar com noss vizinhos as relações de paz e de amizade.

Procedeu assim o dictador do Paraguay?

Procede assim o Japão?

Quanto a esse interesse pela causa do Christi nismo, permitta o Sr. Maury que o não reputem o movel de suas aggressões, assim como ninguem acreditará que é essa a causa que esposou o aut crata das Russias.

Basta.

A' vista de tudo quanto temos dito julgamos t deixado a descoberto a injustiça e o máo querer Sr. Maury. Mas confiando na justiça de Deus e illustração do seculo, esperamos que *a paz com su bençãos, o commercio com sua influencia, a scienc com suas luzes, e a diplomacia com sua habilidad* hão de tornar impotente esse máo querer, de mod que não exerça a mais pequena influencia sobre relações de amizade e de commercio que felizmen te ligão nossa patria aos Estados-Unidos da Amer ca do Norte.

CORRIGENDA.

PAGINAS.	COLUMNAS.	LINHAS.	ERROS.	EMENDAS.
6.ª	2.ª	1.ª	rabalhos de nossa diplomacia . . .	trabalhos de nossa diplomacia, etc.
7.ª	1.ª	3.ª	dóde admittir	póde admittir
7.ª	1.ª	20.ª	é devido	é devida.
8.ª	1.ª	6.ª	Diverso é o curso	diverso é o caso
8.ª	2.ª	1.ª	convertidas	convertida
12.ª	2.ª	9.ª	especies, inconvenientes	especies inconvenientes
14.ª	2.ª	36.ª	das allegações	das alagações
15.ª	1.ª	17.ª	os delphins brincão tão indolentes, que	os delphins brincão; tão indolentes que
17.ª	1.ª	38.ª	embargadas	embarcadas
18.ª	2.ª	34.ª	convencidos	convencido
19.ª	1.ª	38.ª	riacho Aurola	riacho Amola
21.ª	2.ª	46.ª	profundade	profundidade
23.ª	2.ª	17.ª	accidentaes	occidentaes
27.ª	2.ª	27.ª	pela volta do rio	pelas voltas do rio
28.ª	1.ª	2.ª	do café e outros fossem	do café e outros generos fossem
29.ª	1.ª	5.ª	2000 por arroba	2$000 por arroba
47.ª	1.ª	46.ª	de inimigos	de inimigo
48.ª	2.ª	21.ª	em civilisação, assim nos reputão. .	em civilisação; assim nos reputão
Em diversos logares			navigabilidade	navegabilidade.

011921

DE LA NAVEGACION

DEL AMAZONAS.

RESPUESTA

A UNA MEMORIA DE M. MAURY,

OFICIAL DE LA MARINA DE LOS ESTADOS UNIDOS,

POR M. DE ANGELIS,

MIEMBRO CORRESPONSAL DEL INSTITUTO HISTORICO Y GEOGRAFIC ` DEL BRASIL, DE LAS SOCIEDADES DE GEOGRAFIA DE PARIS, LONDRES, &c., &c.

CARACAS.

REIMPRESO POR T. ANTERO.

1857.

0119

A la Magestad de D. Pedro **II**, *Emperador constitucional y defensor perpetuo del Brasil.*

Señor.

Al salir de Rio Janeiro, penetrado del benévolo agrado con que se dignó recibirme Vuestra Magestad Imperial, llevé conmigo el deseo de manifestarle públicamente mi gratitud, y para satisfacerlo, he aprovechado, sin medir mis fuerzas, la primera ocasion que se ha ofrecido.

Ruego á Vuestra Magestad, que no vea en la pequeña obra que me tomo la libertad de poner á los piés de su trono, sino el homenage que yo ansiaba tributar á las virtudes que lo rodean, y por las cuales es Vuestra Magestad Imperial el modelo acabado de un príncipe sabio, liberal é ilustrado.

¡Logre gozar por mucho tiempo el Brasil, de los beneficios de una administracion, destinada á levantarlo al grado de prosperidad y grandeza á que lo llaman los dones de que se ha complacido la Providencia en colmarlo! Estos son los votos que no cesará de formar quien tiene la honra de ser,

de Vuestra Magestad Imperial

Muy atento servidor.

P. de Angelis.

El rio de las Amazonas ocupa la hoya mas vasta del mundo. Este rio magestuoso y sus cien tributarios bañan llanuras fértiles que se dilatan bajo diversas latitudes. En tan bellas comarcas la naturaleza ha derramado, con mano pródiga, todos sus dones. El suelo, todavía vírgen, ostenta los esplendores de una vegetacion poderosa, como para llamar, con magnífica promesa, el trabajo inteligente del labrador; y en las entrañas de aquella tierra fecunda duermen enterradas las mas portentosas riquezas, aguardando que la ciencia y el arte doten al mundo de su tesoro inagotable.

Esas comarcas pertenecen á naciones jóvenes, que nacieron ayer no mas, pero á quienes consume el anhelo impaciente del progreso.

Llamar la emigracion europea, fundar colonias agrícolas á orillas de los innumerables rios, he aquí la obra emprendida por el Imperio del Brasil y las repúblicas del Perú, Bolivia, Venezuela, Ecuador y Nueva Granada; obra inmensa, que no puede realizarse sino al influjo beneficioso de la paz.

Solo la union entre los Estados cuyo territorio riega el Amazonas, puede permitirles llamar la poblacion á sus vastos desiertos, con sabias y liberales medidas, y establecer una navegacion activa en la grande arteria que sale del corazon de la América del Sur. Esta union estrecha, fundada en comunidad de intereses, es condicion necesaria al progreso y seguridad de dichos Estados.

Natural es que las riquezas que la hoya del Amazonas encierra, esciten la codicia, de cuyas tentaciones no están esentas las naciones mas poderosas; pero la union evitará el peligro.

Ha tres años que un ciudadano de los Estados Unidos remontó algunos de los afluentes del gran rio; la vista de tantos tesoros todavía desconocidos despertó la ambicion nacional que nunca duerme enteramente en el corazon de un americano; parecióle el valle del Amazonas aun mas digno que Téjas, del honor de ser anexado á los Estados de la República; estimó que comarca tan rica figuraria perfectamente entre la perla de los mares que llaman Cuba y la mina de oro que nombran Méjico; y, en su ambicioso pensamiento, enriqueció de antemano la bandera de la Union con una nueva estrella.

No será culpa de M. Maury que no se convierta el sueño en realidad.

Apénas volvió á su patria, cuando publicó una Memoria, destinada sin duda á escitar en sus compatriotas aquella fiebre de espansion, cuyos mas recientes accesos han sido las espediciones desgraciadas contra Cuba. La obra, que se ha derramado profusamente por la América del Norte, se intitula: *El Amazonas ó las costas atlánticas de la América del Sur.*

En su entusiasmo, no se contenta M. Maury con describir los esplendores de aquellas comarcas, sino que tambien les atribuye los tesoros de su viva imaginacion; todos los arroyos arrastran granos de oro por un cauce de diamantes. Despues, llevado de la misma fecundidad de invencion, presenta al Brasil levantando un muro inaccesible en torno de aquel jardin del mundo, enterrando sus riquezas para esconderlas á las miradas de las demas naciones, cerrando sus puertas al comercio, industria y progreso; sustenta que todos los pabellones deben navegar libremente el rio brasileño, y deja entrever el dia en que venga la Union indignada á probar al Imperio del Brasil, en nombre de la civilizacion, que solo ella representa sin duda, y del derecho de gentes, que él no tiene de modo alguno el derecho de mandar en su propio territorio.

La prensa europea ha condenado con severidad las teorías estrañas de M. Maury, y estigmatizado el egoismo que se esconde hipócritamente en las esterioridades de un falso amor á la humanidad.

Nosotros hemos creido útil responder á la Memoria de M. Maury.

No nos placen las recriminaciones; nada han probado nunca las censuras acerbas; ni cuadra la violencia del lenguaje á quien invoca la razon.

Mejor es mostrar el error con calma, y probar que las teorías aventuradas que se proclamaban en nombre del derecho, protestan abiertamente contra la justicia y el derecho. He aquí lo que hemos intentado.

Para refutar la Memoria de M. Maury, debia elegirse uno de dos medios:

Agarrarle cuerpo á cuerpo, perseguirle, sin dejarle nunca, en todos los terrenos que ha escogido; cosa que no era fácil. M. Maury pertenece hasta cierto punto á la escuela de aquel retórico de que habla Quintiliano, que compendiaba las reglas de su arte en esta sola palabra: *Oscureced*. Confunde las ideas mas contradictorias, invocando á un tiempo el derecho y la fuerza; ya toma la defensa de las repúblicas hispano-americanas, que por cierto no le han encargado esa tarea inútil; ya amenaza en nombre de su propia patria. El que siguiese á M. Maury en todas sus vueltas, correria riesgo de descaminarse con él.

Hemos preferido tomar el rumbo que él mismo indicó, al invocar el derecho de gentes.

Esponer de un modo preciso los principios del derecho internacional acerca de la navegacion de los rios, é inferir de ellos las consecuencias relativas al Amazonas; era reducir á la nada las teorías contrarias al derecho internacional.

¿No se refuta el error definiendo la verdad?

Tal es el proceder que nos ha parecido mas claro, sencillo y concluyente, y el que por lo mismo hemos adoptado.

Montevideo á 1.° de Noviembre de 1854.

I.

Del derecho de gentes.

Cuando se pára la consideracion en una cuestion de derecho internacional, sorprende un estraño fenómeno. Se observa, al lado de los principios mas claros, la falta de un código que los formule. La humanidad ha procurado siempre dar una forma concisa y clara á los preceptos de la justicia; cada sociedad política, apénas sale de la época crítica de la formacion, enuncia los principios que la rigen, define los derechos y deberes de los ciudadanos que la componen, y dirige sus continuos esfuerzos á establecer las relaciones entre dos cosas eternamente distintas y eternamente unidas con íntimo enlace, á saber, el derecho y el hecho. Por tanto, cada nacion tiene sus leyes que regulan de una manera absoluta las relaciones de los ciudadanos entre sí. Las de las naciones entre sí, no las rige ningun código. ¿Será que no hay principios incontestables que dominen las relaciones de nacion á nacion? Negarlo, seria negar enteramente la humanidad, y al mismo Dios.

El derecho de gentes, el derecho internacional, es el derecho natural aplicado á las naciones entre sí; lo cual es tan cierto, que los jurisconsultos romanos, á lo que parece, no admiten ninguna diferencia entre el derecho natural privado y el derecho natural de gentes. Ellos confundian las naciones, personas morales, con los individuos; pero hasta de su error emana el principio, de que el derecho natural es la raiz del de gentes.

Tampoco el derecho natural está formulado en ningun código ni carta, y sin embargo ¿quién piensa en negar su existencia? Un osado novador, uno de los ingenios mas vastos que ha producido el mundo, Bentham, intentó en el siglo último sostener, á la faz del género humano, que el derecho natural era un sueño, que *los principios, el derecho, la conciencia, la ley natural* no eran mas que cosas vacias y quiméricas. Admirado de la union fatal y necesaria que existe entre la felicidad y la práctica de los principios de justicia eterna, confundió el efecto con la causa, destronó la justicia, y proclamó que solo habia un principio verdadero: *la utilidad*. Despues de haber asentado en una obra de nota (1) las bases de su moral nueva, Bentham quiso aplicarla á la legislacion. Publicó sus *Tratados de legislacion civil y penal;* y cosa estraña! aquella insurreccion contra la justicia universal, aquella teoría del interes considerado como solo móvil legítimo de las acciones humanas, aquella tentativa hecha en nombre de la felicidad, tuvo por triste resultado estrechar el mismo círculo de ella. Con efecto, la humanidad tiene dos naturalezas: necesidades morales y necesidades materiales. Quitar á la humanidad la idea de la justicia es muti-

(1) *Deontologia ó ciencia de la moral* por Jeremías Bentham.

larla, arrancarle la mas hermosa parte de la dicha á que puede aspirar. ¿Qué vienen á ser la gloria, la ambicion, el deseo de la inmortalidad? Habria que decirles lo que Bruto decia á la virtud: *Eres solo una palabra*, y repetir con Fedro: *nisi utile est quod feceris, stulta est gloria!* Así, á pesar de la elocuente protesta del filósofo ingles, á pesar del útil resultado de sus obras, que precipitaron la caida definitiva de las costumbres bárbaras que aun en el siglo décimo octavo manchaban la legislacion de las naciones de Europa, salieron triunfantes de la lucha la idea de la justicia eterna y la idea del deber.

El hombre posee el sentimiento de lo justo y de lo injusto, y estos principios naturales de ninguna manera necesitan consignarse en cartas, porque están grabados con caractéres indelebles en el fondo del corazon humano; sirviéndoles de intérprete infalible la conciencia universal. Ella es quien nos los revela; ella fué quien inspiró á Ulpiano aquella admirable definicion del derecho natural: *Jura a Diis posita.*

De este derecho eterno é inmutable se derivan así el de gentes como el privado. El derecho privado de cada nacion se encuentra formulado y convertido en ley espresa, porque sus miembros han podido dar al poder legislativo el mandato de establecer leyes que los obliguen á todos. Confórmense ó no con los principios, no por eso es menor la fuerza obligatoria de las leyes; pero el derecho de gentes no tiene ley espresa; las naciones, iguales todas entre sí, no han organizado ninguna autoridad comun encargada de dar leyes obligatorias á todas.

Por otra parte, ¿de qué hubiera servido el código? Toda ley debe tener garantía. El derecho privado posee la autoridad judicial que averigua las infracciones, y el poder ejecutivo encargado de hacer respetar las decisiones judiciales. Pero las naciones, por consecuencia de la igualdad absoluta que reina entre ellas, mal podian dar á ninguna autoridad judicial derecho para decidir de sus actos, siendo necesariamente cada una el único juez de sus propias acciones. Si se diera una sentencia contra la nacion rebelde al pacto internacional, ella se sublevaria sin duda contra las órdenes de la autoridad judicial; y como las naciones soberanas no reconocen poder superior, no era dado organizar ninguna fuerza social para asegurar la ejecucion de la sentencia. Si fuese la guerra la única sancion de los preceptos del derecho de las naciones, el término siempre dudoso de semejante medio podria esponer los principios y subordinar la razon á la fuerza; siendo así que la razon no puede ser vencida. Cuando la mala fe triunfa, no recoge ni aun de sus victorias otro fruto que la infamia. Porque el derecho natural tiene la sancion mas augusta, mas grande y mas infalible de todas, que es el tribunal supremo de la historia que ocupa un juez inflexible é inexorable, la conciencia de la humanidad.

Aun existe una diferencia profunda entre el derecho de gentes y el privado de cada pueblo, la cual sanciona de una manera sorprendente la inmutabilidad de los principios en que descansa el derecho de gentes internacionul. Los climas diversos, el carácter de los habitantes, el

grado de civilizacion, los antecedentes históricos, son otras tantas causas poderosas que modifican los principios absolutos en la legislacion especial de cada nacion; la ley escrita tiene necesariamente que tomar en consideracion las costumbres que, poco á poco y ántes que exista ningun código, han cobrado autoridad de leyes. Estas influencias diversas pesan tanto en la balanza de los principios de la justicia, que unos mismos principios han dado márgen á legislaciones contrarias. Esto fué lo que arrancó á Pascal aquella amarga y dolorosa sentencia: "verdad allende los Pirineos, error aquende!" El derecho natural no padece estas incesantes contradicciones. Léjos de trasformarse con las costumbres, él es quien las muda poco á poco, y las hace cada vez mas conformes con la justicia eterna. Componiéndose de ideas uniformes que nacieron simultáneamente en pueblos desconocidos unos de otros, ellos deben tener una fuente comun de verdad. Segun la hermosa espresion de Vico, *lo halló á un tiempo todo el género humano* (1). El derecho natural es inmutable, y no teniendo otro elemento que la verdad eterna, no puede consentir la menor mudanza.

Por lo mismo que es inmutable, es independiente de toda aplicacion y de toda fórmula. Si los acontecimientos lo niegan al parecer, él los domina, los modifica poco á poco, y al cabo se levanta del mismo fondo de todas las contradiciones.

El hombre siente y conoce lo que es justo; pero no siempre conforma sus acciones al sentimiento, pues las pasiones, los intereses, la ignorancia engendran el error en las naciones, igualmente que en el individuo. Primero reinan los errores, que luego echan raiz, y á las veces no pueden arrancarse sino con esfuerzos inauditos. Pero las verdades incontestables rompen al fin estos lazos, como el rayo las nubes, y aniquilan los errores y las preocupaciones; y el mundo, repentinamente iluminado, proclama principios que, aunque ignorados hasta entónces, alcanzan de una vez el asentimiento general. En su orgullo, dice el género humano que ha conquistado una verdad, cuando esta verdad eterna es quien ha conquistado al género humano.

La historia no es mas que una larga y solemne afirmacion de la existencia de estos principios absolutos del derecho natural y del derecho de gentes.

Echemos una rápida ojeada á las trasformaciones diversas por que ha pasado, y veremos que en medio de aquellas luchas, agitaciones y pausas que suceden algunas veces á los ímpetus mas apasionados, hay algo fijo que resiste á todas las conmociones, á saber, el derecho, la justicia, la razon humana que no muere con las revoluciones, ántes sobrevive á todos los hechos; y que es semejante á una estrella del cielo, que las nubes pueden cubrir por un instante, pero que no por eso deja de brillar con todo su esplendor detras del velo fugaz que intercepta sus rayos; pronto se levanta el viento, ahuyenta las nubes, y centellea el astro en el firmamento.

---

(1) La ciencia nueva. Libro 1.° XIII.

La humanidad anda en su carrera como el hombre que la forma multiplicándose; crece como él de edad en edad; con su infancia, juventud y madurez. El instinto, primera luz de la razon, dirigió el hombre á la sociedad, y creó primero la familia y sucesivamente la ciudad y la nacion. Las naciones no eran en su infancia sino grandes familias á quienes no unia ningun lazo, y que vivian apartadas y desconfiadas unas de otras. Ocupado únicamente en el cuidado de asegurar su subsistencia, cada pueblo veía en el pueblo vecino un peligro que amenazaba su propia seguridad. Los que vivian en suelo fértil, ocultaban cuidadosamente las riquezas de su territorio, para no despertar la codicia de las naciones ménos favorecidas; perdiéndose así el sobrante de aquellas, porque el egoismo, consecuencia fatal del bárbaro aislamiento, impedia convidar los pueblos vecinos á participar de aquellos tesoros inútiles. Las tribus, nómades al principio, se establecieron donde encontraron un suelo fecundo que podia alimentarlas. Los primeros descubrimientos de las artes debieron de ser causa de largas y sangrientas guerras; el que imaginó labrar la tierra, y vió que una cosecha abundante recompensaba sus esfuerzos, no confió desde luego su útil secreto mas que á su familia y su tribu; pero la casualidad informó á los demas pueblos, que habia una nacion feliz que sabia forzar la tierra á multiplicar sus productos. Impelidos entónces de la legítima necesidad de vivir, pues que no podian encontrar en casa sino una subsistencia insuficiente, codiciarian las riquezas que la viva imaginacion de la primera edad exageraba mas á sus ojos. ¿Cómo sorprender aquel secreto ó lograr su comunicacion? El instinto les daba á conocer que el aislamiento de las naciones era contrario á la ley de la naturaleza; conocian tener derecho para asegurar su existencia; y como por su ignorancia no alcanzaban otro medio de satisfacer su necesidad legítima sino á costa de los otros, recurrieron á la fuerza.

Así la única justicia del salvage es el derecho del mas fuerte; y el que la invoca, vuelve á la infancia de la humanidad, retrocede hasta el estado salvage.

Las naciones crecieron entre estas incesantes contiendas. A las veces la estenuacion, resultado inevitable de las luchas sangrientas, las forzaba á deponer las armas y á estipular cierto descanso determinado, con el solo objeto de que les quedase tiempo para reparar sus fuerzas abatidas. Eso fueron los primeros tratados internacionales, treguas entre la guerra de la víspera y la del dia siguiente; pero, aunque las hostilidades se renovaban presto al influjo de las pasiones é intereses opuestos, no por eso dejaban de ser aquellos pactos un homenaje solemne que pueblos todavia bárbaros tributaban sin saberlo á los principios eternos del derecho de las naciones. Durante la guerra, cometian sin vergüenza las mas espantosas crueldades; pero los monumentos mas remotos de la historia nos atestiguan, que aquellos mismos pueblos cuyo odio no podia aplacarse sino despues de haber destruido completamente á sus enemigos, eran esclavos de la pa-

labra que les habian dado á ellos. ¿Qué significa, pues, ese respeto estraño á la fe jurada, que se encuentra en el seno de las naciones mas salvages? ¿Qué orígen reconoce sino aquella ley inmutable que *ilumina*, aun sin saberlo él, *á todo hombre que viene al mundo?*

La razon eterna se manifiesta pues en los mismos acontecimientos que al parecer la ahogan, y crece á despecho de las contradicciones. Lo que prueba que la justicia absoluta domina los acontecimientos, es que se vale de ellos para asegurar su triunfo; por manera que la guerra, negacion del derecho, sirvió para sancionar el derecho, contribuyendo maravillosamente á la propagacion de los principios y á la renovacion de la faz de las naciones.

Por mucho tiempo vivieron los pueblos en aquel estado de aislamiento, tan contrario al destino de la humanidad como al del individuo. Suprimir la sociedad es aniquilar al hombre, y suprimir las relaciones entre las naciones, es aniquilar la humanidad. "No son otra cosa las naciones," dice un escritor moderno (1) "que partes de la humanidad. Todas las partes de la humanidad están enlazadas unas con otras, y no puede moverse ninguna sin sacudirse el conjunto, ni levantarse un sonido que no haya de propagarse. Cuando muchas naciones concurren á buscar un mismo fin, aceleran el progreso; pero una nacion aislada, reducida á sus propias fuerzas, se arrastraria en el camino del perfeccionamiento, y con mayor trabajo." Ahora bien, los pueblos alimentaron por muchos siglos la desconfianza contra los demas pueblos. En vez de encaminarse á la armonía universal, objeto de la sociedad humana, las sociedades tomaron el odio por principio y base. Todos los estranjeros eran enemigos irreconciliables. "Se usa hoy todavia," dice Tucídides, "que el que encuentra á los viajeros en el mar ó en la tierra, les pregunte si son *bandidos*, es decir estranjeros." Ciceron nos ha conservado aquel pasaje terrible de las doce tablas: *Adversus hostem æterna auctoritas esto;* y él mismo observa que la palabra *hostem* se toma en la acepcion de *estranjero*. El historiador Josefo afirma en las *Antigüedades judaicas*, que los hebreos eran desconocidos de sus mas próximos vecinos, tanto como de las naciones remotas de ultramar; y sabido es que los ejipcios acusaban á los hebreos de *no querer indicar al viajero sediento, la fuente en que se refrescase.*

Aquel aislamiento en cuya conservacion cifraban los pueblos su gloria, habria durado eternamente, si no hubiese tenido por consecuencia la guerra. Siendo irreconciliables enemigos los estranjeros, era permitida la guerra sin pretesto ni declaracion previa, y toda violencia, legítima. Y sin embargo aquel mal terrible fué el único remedio del aislamiento que impedia á la humanidad encaminarse á su fin. "No debe reprobarse sin exámen," dice Vico, "ninguno de los medios empleados por Dios para conducir la naturaleza humana á su brillante destino. ¿Qué cosa mas triste que la guerra? ¿Qué

(1) *Lerminier.* Estudios de historia y de filosofía. T. 1. p. 92.

cosa mas opuesta al espíritu de la ley cristiana, que es la espresion humana del pensamiento de Dios? Sin embargo, la guerra ha sido uno de los instrumentos de que mas á menudo ha hecho uso Dios, y de los mas fecundos en resultados felices. La guerra puso en movimiento á los pueblos; les hizo recorrer inmensas comarcas, les enseñó mil usos diversos, destruyó y borró las fronteras, confundió las lenguas y las costumbres, estendió las relaciones, produjo, ¡quién lo diria! numerosas amistades, formó lazos afectuosos, porque al corazon del hombre, pronto á cambiar el bien por el mal, pero mucho mas á pasar de este á aquel, le mueven frecuentemente los males que acaba de causar, y se apega de buena gana á aquellos cuya ruina y destruccion meditaba poco ántes." Merced á ese cambio de ideas que la guerra habia producido, desapareció ella misma, á lo ménos la que no iba precedida de declaracion, de las costumbres de las naciones; siendo los griegos, entre quienes empezaba á penetrar la civilizacion, los primeros que abandonaron los hábitos de latrocinio, y dieron el nombre de *bárbaros* á los pueblos que los conservaban. Ese anatema fulminado contra la fuerza brutal, ¿no es el primer grito de la conciencia humana que se despierta?

Desde el dia en que el estado de guerra dejó de ser la situacion normal y habitual de las naciones, comenzó á ejercer su imperio el derecho de gentes; y la necesidad de declarar la guerra arrastró consigo la de justificar las hostilidades.

Enhorabuena que los pretestos sustituyesen mas de una vez á las razones legítimas; pero á lo ménos hay una protesta elocuente contra la fuerza; bien puede el oprimido ser postrado, vencido, aniquilado, por su agresor; pero el mas justo conoce que le es dado desafiar al mas fuerte, y que la justicia eterna le enviará ausiliares ó vengadores. Los pueblos débiles comprenden que les interesa ayudarse unos á otros contra las tentativas de las naciones poderosas, y protestar contra cualquier conquista ilegítima; de manera que el interes se convierte en ausiliar del deber.

El mundo no descubre de una vez todas las aplicaciones de la idea de la justicia, sino que las vislumbra una por una.

Aunque ya ha desaparecido el odio entre las naciones y no se vuelve sino contra los enemigos, no sabe todavía perdonarlos. Desármase y mátase sin piedad al enemigo vencido; debe destruirse la ciudad tomada, y pasarse á cuchillo á sus habitantes; pero llega un dia en que el vencedor aparta la cabeza de tanta sangre friamente derramada; siente que se agita en él no sé qué compasion en favor de tantos desgraciados; efecto tambien de la ley natural que habla; y entónces se pára la matanza, el soldado triunfante perdona la vida á sus prisioneros, aunque es verdad que los hace esclavos, bienes, cosas suyas. Mas despues volverá á hablar la voz desconocida al corazon de otro vencedor, y desaparecerá la costumbre bárbara de la esclavitud.

Las escursiones intentadas con ideas de dominacion y conquista,

hacen que el hombre conozca las naciones diversas situadas en climas diferentes ; de donde resulta la necesidad de cambiar los productos de todos los territorios ; puéblanse de ciudades comerciantes las orillas del mar. Asiria, Fenicia, Jonia fundan colonias lejanas ; ya nadie quita por fuerza á ningun pueblo los productos de su territorio ; al pillaje sucede el comercio, que se regula y organiza de comun acuerdo ; y aquellos primeros tratados de navegacion, que llevaban sin duda el sello de las costumbres todavía bárbaras de aquel tiempo, encierran implícitamente la declaracion de un gran principio ; la igualdad de las naciones.

Un pueblo potente envía sus ejércitos victoriosos á todas las partes del mundo conocido, las legiones romanas acampan á orillas del Eufrates y en la ribera de la Mancha; Tiberio manda que le apelliden todas las mañanas emperador del universo ; mas se equivoca, que no por haber sido vencidas, están destruidas las nacionalidades, de lo cual nos da la España bárbara una prueba brillante cuando envía á uno de su hijos á quien Roma soberana acepta por emperador.

El imperio romano pereció porque puso el derecho de las naciones en la punta de una lanza, y pisoteó los derechos de los demas pueblos con los cascos de sus caballos. Como la fuerza es tambien quien castiga la fuerza, aquellos bárbaros á quienes los vencedores quisieron imponer su yugo y sus leyes, se hacen vengadores del mundo ; y Roma debe sentir una vez mas cuánto pesa la espada de los Brenos. Habia tribus salvajes que vivian errantes en las selvas de Germania rechazadas por las legiones romanas, huian á sus desiertos y volvian á inquietar las fronteras del imperio ; los generales, despues de una victoria, se llevaban consigo á los prisioneros que debian seguir el carro del triunfador, los cuales veian á Roma y su magnificencia, y cuando podian volver á sus selvas, contaban las maravillas de la gran ciudad, y escitaban la envidia de sus compañeros con la narracion de sus tesoros, riquezas y goces desconocidos, sin olvidarse tampoco de pintarles el orgullo del triunfador gloriándose de la humillacion del vencido ; arrebatado el corazon de aquellos osados aventureros de la sed del placer y el deseo de la venganza, las tribus armadas partian resueltas á morir ó vencer ; recorrian las provincias del imperio, donde los pueblos dominados los acogian como vengadores ; la idea de la nacionalidad fermentaba en los corazones, y el vasto imperio se desmembraba poco á poco.

Alzáronse jóvenes naciones con la savia vigorosa del elemento bárbaro, que recibia las costumbres de aquellos á quienes habia vencido.

A ese punto habia llegado el mundo, cansado de las mudanzas continuas y de ver que todos los dias se renovaba el espectáculo del vencedor imponiendo su yugo; y comprendia por instinto, que esa era una ley impia y que la humanidad no podia consumirse así rehaciendo hoy lo que habia hecho ayer ; cuando de repente recorren los pueblos hombres estraños diciendo que la fuerza no es nada, que la

justicia lo es todo, que los hombres son iguales; y perseguidos, confiesan su fe en medio de los suplicios. ¿Cómo no creer á hombres que mueren ántes que renegar de su doctrina? Por otra parte, el mundo estaba en espectacion; trémulo de impaciencia, adoptó el dogma nuevo, y la dignidad humana recuperada, se levantó llena de noble orgullo, miró al cielo y repitió lo que habian dicho los mártires: todos los hombres son iguales ante Dios.

Entónces se empeña la lucha, mas encarnizada que nunca: las hordas bárbaras inundan á Italia, Galia y toda Europa: las poblaciones tropiezan unas con otras; por donde quiera la fuerza domina y oprime; y en medio de aquel cáos, crece el dogma nuevo, consuela á los vencidos, templa la cólera de los vencedores, y poco á poco aquel poder estraño que bendice á los que le condenan y que no tiene otra arma que la resignacion, llega á reinar al fin y á someter á sus perseguidores; en definitiva, el derecho puede mas que la fuerza.

La igualdad de los hombres debia conducir á reconocer la de las naciones, pues nunca el progreso queda limitado al individuo, ántes bien se generaliza y sube hasta la humanidad; de modo que las naciones, proclamando su independencia, proclamaron el principio de la igualdad de las naciones. "El hombre es personal, y no es verdaderamente hombre, sino cuando tiene verdadera conciencia de sí mismo y se ha desenvuelto su personalidad en sus cualidades naturales y orgánicas. El Estado tiene su personalidad, y ninguna sociedad es fuerte sino cuando se parece á un hombre que posee todas sus potencias y facultades." Tal es el principio que ha presidido en la formacion de las naciones modernas, principio revelado por la ley natural, y que se ha asentado sobre las ruinas del viejo mundo destruido y renovado. Es verdad que en la larga historia de la edad media y de los tiempos modernos, el derecho sucumbe mas de una vez; pero el principio salva los acontecimientos, domina, inspira los mayores esfuerzos, las mas elevadas empresas, y la sociedad no se constituye definitivamente sino sobre esa base inmoble.

Una vez proclamado el principio, no podia desaparecer; y si la fuerza lo hollaba á menudo, se levantaba mas grande y poderoso que nunca. Algunos ambiciosos intentaron de nuevo hacer prevalecer la fuerza; su única ley era la espada victoriosa; las naciones vencidas, ellos las ataban al carro de su victoria; pero, á pesar de toda su audacia, no llegaron á pretender que la conquista era un derecho; por el contrario, se veian forzados á esconder su voraz ambicion en un principio falsamente invocado; y aquella hipocresía de la gloria era tambien un homenaje rendido á la justicia. Por otra parte, los triunfos tenian sus amarguras, y así Cárlos V buscaba la calma en la sombra de un claustro; Luis XIV, en el lecho de la muerte, recomendaba á su sucesor que rechazase la guerra como un azote. El recuerdo de Bailen, jornada de venganza de una nacion ultrajada, debió ir á turbar por mas de una vez como un remordimiento al ilustre proscrito de Santa Elena; aun el destierro del hombre mas grande de los tiempos mo-

dernos á una isla solitaria, perdida en mitad del Océano, léjos de todos los continentes, ¿no es tambien una prueba de que el mundo moderno reprueba la idea de la fuerza, aun cuando tiene por representante al genio?

Por tanto, los principios del derecho son inmutables. Desde el dia en que se presentan en la historia, reinan, andan sin pararse nunca, y conquistan poco á poco el mundo. Esto depende de que la humanidad no puede volver atras; así como el hombre, ella tiene edades diferentes, pero no decadencia, ni decrepitud, porque su ley es la perfectibilidad. Insensatos los que, como Vico, quieren que ella se consuma recorriendo eternamente un mismo camino. El derecho inmutable ha revelado á la humanidad que no hay otro poder legítimo que la justicia eterna; y regenerada con este dogma, la humanidad ha rechazado la fuerza; y si un hombre ó una nacion delirase en su orgullo con restablecer el imperio de la fuerza como base de las relaciones entre los individuos ó las naciones, ese hombre ó nacion caerian pronto á manos de la indignacion y del desprecio de todo el mundo.

El testimonio unánime, la protesta comun que saldria á un tiempo de todos los puntos del orbe, ¿qué seria sino una espléndida manifestacion del sentimiento de lo justo y de lo injusto?

Proteste Bentham en nombre del egoismo; la conciencia de todos confiesa en alta voz la justicia y el derecho, y afirma que hay principios fijos, inmutables, que, si no están escritos en ningun código, no por eso deben tener ménos fuerza para dirigir las acciones de los individuos y de las sociedades. "Hay una ley verdadera," esclama Ciceron, "que es la recta razon, conforme á la naturaleza, difundida en todos, constante, sempiterna, la cual nos llama al deber con sus mandatos, nos aparta del fraude con sus prohibiciones, y que sin embargo ni es desoida por los buenos, ni mueve á los malos, sea que mande ó prohiba. Esta ley no es lícito abrogarla. Ni puede derogarse en parte, ni abrogarse enteramente, ni el senado ni el pueblo pueden eximirnos de ella, ni necesita espositor ni intérprete. No será una en Roma, otra en Aténas, una ahora, otra en adelante: en todas partes, en todos tiempos, reinará esta ley inmutable y santa, y con ella Dios, señor y rey del mundo, Dios que la hizo, discutió y sancionó; el que no la obedece, huye de sí mismo, desprecia su naturaleza, y con esto solo se condena al mayor castigo, aun cuando se escapase de las penas de la justicia humana." (1)

Este sentimiento universal de lo justo é injusto, es lo que, aplicado á las relaciones de las naciones entre sí, forma el derecho de gentes. Es inmutable y eterno como Dios que lo grabó en el corazon de la humanidad. *Jus naturale gentium divina providentia constitutum.* (2)

---

(1) Ciceron. De la República. Lib. 3.

(2) Ulpiano.

II.

De la navegacion de los rios segun el derecho internacional.

La memoria de M. Maury no es en el fondo mas que una apelacion temeraria á la ley del mas fuerte, que el género humano ha repudiado para siempre. Por cierto que esta doctrina no se ostenta á la luz del medio dia, porque entónces hubiera escitado indignacion, pero se oculta en las mas pomposas manifestaciones de amor al progreso. Semejante moral, para presentarse hoy, ha menester no mostrarse tal cual es; por eso M. Maury habla en cada página de su celo en favor de la civilizacion y de la humanidad; pero estas aspiraciones vienen á parar en la negacion de todos los derechos y el triunfo de la fuerza.

M. Maury intenta, es verdad, escaparse de esa fatal consecuencia: á las veces invoca el derecho internacional, reconoce vagamente la existencia de ciertos principios admitidos por todas las naciones civilizadas, y declara que en nombre de estos principios violados por el Brasil, reclaman los Estados Unidos la abertura del rio de las Amazonas. ¿Por qué, si la conservacion del derecho internacional es la única base de la pretension de los Estados Unidos, se guarda M. Maury de fijar los principios de aquel derecho acerca de la navegacion de los rios? ¿Por qué no pone de bulto la injusticia cometida por el Gobierno del Brasil, y la legitimidad de la intervencion que aconseja al de Washingtón? Mas fácil era afirmarlo que probarlo.

Llenemos el vacío que dejó adrede M. Maury; el error se guarece fácilmente detras de una verdad mal definida. Solo el derecho de gentes, conforme á la confesion que se escapó al teniente norteamericano, debe resolver la cuestion; comenzemos, pues, por establecer de una manera clara y precisa los principios reconocidos por el derecho internacional tocante á la navegacion de los rios; y entónces la discusion tendrá una base cierta.

El sentimiento de lo justo y de lo injusto, orígen primero y perfecto del derecho, ha indicado á las naciones sus deberes recíprocos, y á pesar de que ellas no han obedecido siempre la voz imperiosa de la conciencia, poco á poco se ha fortificado la idea del deber y dominado las relaciones de los pueblos, que tácitamente se han vedado ciertos actos, é impuéstose ciertas obligaciones de comun acuerdo sin declaracion espresa; preceptos tácitos, pero reputados obligatorios, que forman el derecho de gentes *consuetudinario*. Por fin las naciones, despues de contiendas á menudo sangrientas acerca de sus pretensiones mutuas, y para evitar la repeticion de disputas que esponian su tranquilidad, han arreglado á veces en forma solemne el asunto de sus desavenencias. Dase el nombre de tratados á estas manifestaciones públicas de la conformidad de sentimientos de varias naciones.

Ya hemos visto que la razon prescribia deberes obligatorios en-

tre las naciones, que nada vago habia en ellos, y que el derecho de gentes natural tenia una sancion.

El derecho consuetudinario impone tambien obligaciones de que las naciones no pueden sustraerse. Es verdad que la costumbre ha sido demasiadas veces el reflejo de las pasiones y errores que han agitado al género humano; pero cuando se manifestaba al mundo un principio de la razon eterna, dictando deberes nuevos á los individuos y las naciones, la costumbre recibia poco á poco la beneficiosa influencia, se modificaba y armonizaba mas y mas con la verdad. Esta variabilidad de la costumbre nada prueba contra la necesidad en que se ven las naciones de conformar sus actos con los hábitos que han adquirido fuerza de ley. Necesariamente la costumbre sigue el mismo paso que la verdad, y no puede adelantarse á ella. Por otra parte, no reviven los errores que la costumbre habia sancionado en otro tiempo, una vez que los hiere de muerte la revelacion sucesiva de los principios eternos del derecho; pues no habria fuerza humana tan poderosa que los repusiese en su estado anterior. Por muchos siglos fué costumbre de las naciones esclavizar el vencedor los prisioneros de guerra; hasta que un dia se indignó la conciencia de la humanidad, y desapareció completamente aquel uso bárbaro. ¿Qué nacion iria á reclamar hoy, en nombre del antiguo hábito, el derecho de esclavizar á sus prisioneros de guerra? Hasta el principio de la historia moderna, eran entradas á saco las ciudades tomadas por asalto, y pasados los habitantes á cuchillo. Si alguna nacion quisiera hoy apoyarse con estos ejemplos, y proclamar el derecho de pillar una ciudad tomada por asalto, excitaria la indignacion del universo, y quedaria excluida de la sociedad de los Estados civilizados. Y sin embargo, la costumbre toleraba en lo antiguo tales actos de barbarie; pero habiendo ella cambiado, las naciones han tenido que ceder á su imperio. La costumbre, pues, impone á los pueblos, deberes imprescriptibles.

Por lo que hace á los tratados, como son actos voluntarios, contratos solemnes, en que muchas naciones se obligan mutuamente á ejecutar ciertos actos, no puede caber duda en que son válidos respecto de las naciones que los han hecho.

Así los derechos y deberes de las naciones entre sí, tienen tres fuentes:

1.° La *razon*, "que da el conocimiento puramente abstracto de lo que es justo ó injusto entre naciones, independientemente de todo precepto positivo.

2.° "La *costumbre*." (1)

3.° "Los *tratados públicos*." (2)

---

(1) Jus gentium commune in hanc rem, non aliunde, licet discere quam et ratione et usu. Bynkershoeck. Cuestiones de derecho público, lib. 1.° cap. 10.

(2) Ortolan. Diplomacia del mar. Lib. 1.°, cap. 4.

Estudiemos la cuestion de la navegacion de los rios á la luz de la razon, de la costumbre y de los tratados públicos, y veremos qué pretensiones son justas, si las de M. Maury ó las del Brasil.

I.

De la navegacion de los rios interiores de un Estado, segun el derecho de gentes natural.

Las naciones son individuos políticos, personas morales; como tales, obedecen á la primera ley de la humanidad que prohibe el aislamiento tanto á los individuos como á los pueblos. De estas relaciones necesarias entre las naciones emana la necesidad de ejecutar ó no ciertos actos que las unas se ven forzadas á consentir, y cuya observancia pueden reclamar las otras; he aquí los derechos y deberes de las naciones entre sí.

Estos derechos son de dos especies: unos están sometidos á condiciones, á convenio previo entre los pueblos que quieren usarlos; pero hay otros que pertenecen á una nacion solo porque existe, derechos permanentes, independientes de toda situacion especial, absolutos y perfectos.

Tales son los derechos que aseguran la independencia, igualdad y soberania de todas las naciones.

Toda nacion tiene un derecho propio y exclusivo á la soberanía, al dominio de todo el territorio que ocupa. "Este derecho," dice Vattel, (1) "comprende dos cosas: 1ª *El dominio* en cuya virtud puede la nacion usar por sí sola del pais para sus necesidades, disponer de él y sacar todas las ventajas de que es capaz. 2.ª El *imperio* ó el derecho de mando soberano, por el cual ordena y dispone á su voluntad todo lo que pasa en el pais."

"Ademas del dominio eminente, la soberanía da tambien el imperio ó el derecho de mandar *en todos los lugares del pais pertenecientes á la nacion.*" (2)

"Los rios interiores son de la *propiedad incontestable* de la nacion *cuyo territorio atraviesan.*" (3)

"El imperio ó la jurisdiccion en los lagos y rios sigue las mismas reglas que la propiedad. Pertenece naturalmente á cada Estado en la parte ó el todo cuyo dominio posee. Porque la nacion manda en todos los lugares de su pertenencia." (4)

Toda nacion tiene la propiedad absoluta de cuanto comprende el territorio que ocupa; propiedad que se confunde con la misma sobe-

---

(1) Vattel. Derecho de gentes. Lib. 1.° cap. 42 § 204.
(2) Vattel. id. id. id. § 245.
(3) Vattel. id. id. id. § 266.
(4) Vattel. id. id. cap 12 § 278.

ranía de la nacion. La propiedad particular puede someterse á las necesidades del Estado, sacrificarse, mediante previa indemnizacion, á la utilidad general, porque los ciudadanos están obligados á hacer el sacrificio de sus derechos cuando lo exija el interes del Estado; pero la propiedad de este no puede de ninguna manera someterse á las pretensiones de los demas Estados; porque el primer deber de una nacion es conservarse; y sus deberes para consigo misma prevalecen incontestablemente sobre sus deberes para con las demas.

Los rios interiores forman esencialmente parte de la propiedad pública de las naciones, y siguen las leyes que la rigen."

"Cualquier Estado no solo tiene el derecho de soberanía, es decir, el conjunto de los derechos ó poderes soberanos necesarios para alcanzar el fin del Estado, sino que es tambien capaz de adquirir y poseer bienes. *El derecho de propiedad del Estado* (Jus in patrimonium reipublicæ) *consiste en la facultad de excluir á todos los Estados ó individuos extraños, del uso y la apropiacion del territorio y de todas las cosas en él situadas.*

La propiedad del Estado se extiende á todo su territorio, es decir, á la parte de la tierra, *con sus pertenencias*, en que el Estado ejerce el derecho de soberanía independiente y exclusivamente. No solo la tierra realmente habitada, sino tambien los distritos no cultivados, *y los mares encerrados dentro de las fronteras del Estado*, forman parte de su territorio, y cuantos productos naturales ó industriales contiene este.

La independencia de los Estados se nota particularmente *en el uso libre y exclusivo del derecho de aguas, en toda su extension, tanto en el territorio marítimo del Estado como en los rios grandes ó pequeños, canales, lagos y estanques.* Este uso no es limitado sino cuando el Estado lo ha renunciado por convenio, en todo ó en parte, ó se ha obligado á dejar concurrir á él á cualquier otro Estado. Ni siquiera pudiera ser acusado de injusticia, *si prohibiese á los buques extranjeros todo paso por los rios grandes ó pequeños, canales ó lagos de su territorio*, el paso de los navíos por el mar á tiro de cañon de sus costas, su entrada y permanencia en los puertos y la rada." (1)

"Cuando una nacion," dice Martens, (2) "ha ocupado debidamente un territorio, el derecho de propiedad que adquiere ipso facto en todas las partes de él, le autoriza á emplearlas con exclusion de los extranjeros, y á disponer de ellas de cualquier modo con que no menoscabe los derechos de terceros."

Tales son los principios indicados por el derecho natural de gentes sobre la navegacion de los rios, principios incontestables, pues son consecuencia del derecho absoluto de las naciones en toda la extension de su territorio. Cualquier nacion puede por consiguiente á su

(1) Klüber. Derecho de gentes moderno de Europa. Tomo 1.°

(2) De Martens. Derecho de gentes moderno de Europa. Tomo 1.° pag. 198.

voluntad, segun sus intereses ó necesidades, vedar ó permitir la navegacion de los rios que recorren su territorio. No puede renunciar este derecho de exclusion, sino por medio de un acto de su voluntad soberana, acto espontáneo, concesion voluntaria de cuya oportunidad puede juzgar ella sola. Sea cual fuere la utilidad que los pueblos vecinos sacasen de la libertad de navegar en esos rios, tal utilidad no puede nunca prevalecer sobre el derecho absoluto, permanente, perfecto de la nacion señora del territorio que el rio cruza; de otro modo, quedaria negada la soberanía de la nacion.

"El dominio absoluto (1) es necesariamente un derecho propio y exclusivo; porque, si alguno tiene pleno derecho para disponer como le plazca de una cosa, síguese que los demas no tienen absolutamente ningun derecho en ella; porque si lo tuviesen, no podria aquel disponer de la misma libremente. El dominio particular de los ciudadanos puede ser limitado ó restringido de diversos modos por las leyes del Estado, y lo es siempre por el dominio eminente del soberano; pero el dominio general de la nacion es pleno y absoluto, atento que en la tierra no existe ninguna autoridad de quien pueda recibir limitacion. Por consiguiente, excluye todo derecho de parte de los extranjeros; y como los derechos de una nacion deben respetarse por todas las demas, ninguna puede pretender nada en el pais de otra, ni debe disponer de él sin su consentimiento, ni de cosa alguna que él encierre. El dominio de la nacion se extiende á cuanto ella posee con justo título. Comprende sus posesiones antiguas y originarias, y todas las adquisiciones que ha hecho por medio de títulos justos en sí mismos ó admitidos como tales entre las naciones; las concesiones, compras, conquistas de una guerra en forma, &a.; y por sus posesiones no se entienden solamente las tierras, sino tambien todos los derechos de que goza."

Ejerciéndose el dominio exclusivo de la nacion en todo el territorio, comprende los rios que corren por dentro de él, y de consiguiente da derecho para excluir á los extranjeros; derecho absoluto, que no puede restringirse sino por la voluntad de la nacion que lo posee.

"El pais habitado por una nacion que forma cuerpo de sociedad política," dice Olmeda, (2) "no le pertenece mas que á ella, con derecho de excluir á todas las demas. Este derecho comprende dos cosas bien esenciales: el dominio por el cual solo la nacion puede hacer uso del pais para sus necesidades, y disponer de él para todo lo que le es necesario; y el imperio ó derecho de soberanía y mando, por el cual ordena y dispone á su voluntad cuanto pasa en el pais."

"Cuando se establece una nacion en un pais, ocupa cuanto el pais encierra, no solo las tierras, sino tambien los rios, lagos y costas."

Luego el dominio de un rio pertenece al Estado dueño de sus dos

---

(1) Vattel. Derecho de gentes. Libro 2. cap. 7 § 79 y 80.

(1) Olmeda y Leon. Elementos del derecho público de la paz y la guerra. Tomo 1.° p. 197 y 211.

orillas: y en virtud de ese dominio absoluto, tiene derecho incontestable para prohibir su navegacion á los extranjeros.

Jamas se ha contradicho seriamente esta consecuencia necesaria del dominio exclusivo. Sin embargo, algunos autores han intentado sostener que, cuando un rio nacia en el territorio de una nacion, y recorria despues el de otra ú otras, la nacion dueño de las fuentes tenia absolutamente derecho para navegar el rio en todo su curso. Tal es la opinion sostenida por el señor Bello (1) y repetida muy recientemente por el jurisconsulto español señor Estévan de Ferrater. (2)

"Una nacion, "dice Bello, (Principios de derecho de gentes, capítulo 3º, § 5º) "dueño de la parte superior de un rio navegable, tiene derecho á que la nacion propietaria de la parte inferior la deje navegar el rio hasta el mar; tampoco puede la nacion propietaria de la parte inferior del rio gravar esta navegacion con condiciones y reglamentos que no sean absolutamente necesarios á su seguridad."

No reflexionó Bello, que este pretenso derecho de la nacion propietaria de la parte superior del rio, podia ser enteramente entorpecido por el derecho que reconoce en la otra nacion, de velar por su propia seguridad. La necesidad de la conservacion, que es absoluta, segun el mismo Bello (3) puede exigir no solo que esta nacion regule la navegacion del rio que recorre su territorio, sino tambien que prohiba esa navegacion á los extranjeros. ¿Quién será el juez de tal necesidad? Solo ella, pues es soberana y no puede admitir ningun poder superior á ella. (4) Por consiguiente, es esencialmente imperfecto el derecho de navegacion que Bello concede á la nacion señora de la parte superior del rio.

Por otra parte, Bello admite el dominio exclusivo de la nacion en el territorio que ocupa. "Este territorio" (5) dice, "se compone de toda aquella parte de la superficie del globo de que la nacion es propietaria. Comprende los rios, lagos y mares interiores."

El dominio exclusivo de una nacion en sus rios interiores le da evidentemente derecho perfecto para prohibir su navegacion á los extranjeros. El autor de los *Principios de derecho de gentes*, ha caido en fragante contradiccion.

El señor Ferrater afirma, sin tomarse el trabajo de discutir; copiando literalmente al señor Bello en el proyecto de código del derecho internacional con que termina su obra. "Art. 476. El Estado que es dueño de la parte superior de un rio navegable, tiene derecho á que

---

(1) Andres Bello. Principios de derecho de gentes.

(2) Estévan de Ferrater. Código de derecho internacional. Barcelona, 1847.

(3) Bello, cap. 1.º § 1.º

(4) Bello, cap. 2.º § 7.º

(5) Bello, cap. 3.º § 1.º

la nacion que posee la parte inferior no le impida su navegacion al mar, &a." (1)

Por desgracia para la opinion que ha formulado tan francamente, el señor Ferrater habia asentado ántes principios que de ningun modo guardan armonía con el derecho que quiere sancionar en su artículo 476. Él reconoce tambien el dominio exclusivo de *cada nacion en todo el territorio que ocupa, igualmente que en los rios, lagos y mares interiores.* Este es el primer artículo de su proyecto de código; y se ha olvidado completamente de explicarnos cómo dos derechos opuestos, que se excluyen mútuamente, podian ser ambos derechos perfectos. (2)

Esta contradiccion, que arruina el sistema presentado por entrámbos jurisconsultos, proviene evidentemente de que han confundido dos cosas distintas, el derecho y el ejercicio del derecho. Toda nacion puede cerrar á los extranjeros sus rios interiores, nazcan ó no en su territorio; pero tambien puede, cuando no obsta á su seguridad, renunciar en favor de otras naciones á este derecho exclusivo; y esta renuncia voluntaria, espontánea, no sirve mas que para confirmar el mismo derecho. La confusion de dos cosas independientes una de otra, ha sido causa de que Bello y Ferrater manifestasen una opinion errónea.

Si se admitiera semejante sistema, conduciria á extrañas consecuencias.

Supongamos que hay un rio que riega el territorio de dos Estados, por ejemplo, el Amazonas, que corre por el Perú y el Brasil; y apliquemos la teoría de Bello.

El Perú, dueño de las fuentes, tendria derecho de navegar en todo su curso hasta su desembocadura; sus naves podrian surcar el rio entre dos riberas brasileñas; su pabellon ondearia en el mismo seno del imperio del Brasil, no en virtud de concesion que emanase de la soberanía del Brasil, sino ipso jure. Admitamos esta hipótesis imposible.

El Brasil, perjudicado en una parte de su derecho, ¿tendria cuando ménos, en justa reciprocidad, el derecho de navegar en la parte del Amazonas perteneciente al Perú? No; ó por lo ménos el Perú tendria libertad para negárselo. Así el Perú, cuyos buques atravesarian el imperio del Brasil, pudiera rechazar de sus rios los buques brasileños; la nacion propietaria de la parte superior de una corriente de agua que riega dos Estados, conservaria el dominio exclusivo en todas las partes de su territorio, y aun ejerceria su imperio en una porcion del territorio de la nacion propietaria de la parte inferior; y esta, á pesar de ser nacion soberana, realmente no ejerceria ya su soberanía completa y absoluta!

Este sistema produce otros muchos resultados inadmisibles.

Si la propiedad de las fuentes diese derecho á la navegacion de todo el rio, el Perú, siguiendo nuestra hipótesis, tendria en cualquier situacion el derecho de navegar en el Amazonas. El primer deber y el

(1) Código de derecho internacional, tít. 3 sec. 1 art. 476.

(2) Id. tít. 1.° cap. 1.° seccion 1ª art. 1.°

primer derecho de toda nacion, es el de conservarse. El Brasil, aun para ejercer este derecho perfecto, este deber absoluto, de velar por su existencia ó su integridad, no podria cerrar el interior de su territorio á los peruanos; y esto haria ilusorio su derecho de conservarse.

He aquí, sin embargo, las consecuencias del pretenso derecho de navegacion en todo el curso del rio, que resulta de la propiedad de las fuentes. Reconocerlo es despojar á la nacion de parte de su soberanía, é imposibilitarla de asegurar su integridad, borrándola por consiguiente del número de las naciones.

Luego el sistema del señor Bello es contrario á la razon y la justicia.

Luego el derecho de gentes, en cuanto á la propiedad y navegacion de los rios, se confunde con el dominio; y lo mismo que este, es completo en todo el territorio poseido por la nacion, y no termina sino donde ella deja de ejercer su imperio. ¿Qué importa el lugar del nacimiento del rio? Este hecho no puede ser base de ningun derecho. El rio es parte esencial de los territorios que recorre; si riega sucesivamente muchas naciones, forma sucesivamente parte del territorio, y por consecuencia de la propiedad, de ellas. Bien claramente lo expresó de Martens. (1) "Los rios que atraviesan Estados ribereños, pertenecen á cada uno de ellos en proporcion de su territorio."

Tal es el derecho absoluto, primitivo. Si por efecto de circunstancias diversas, consiente alguna nacion en permitir á pabellones extranjeros la entrada de sus rios interiores, es por un acto de su voluntad soberana; y esta concesion no prueba otra cosa sino que á ella sola le pertenece el derecho de arreglar, como quiere, la navegacion de sus rios.

A vista de este principio incontestable, aconsejaba un ministro de Inglaterra á la nacion, que inmolase ciertas injustas pretensiones. Tratábase en la Cámara de los Lores la cuestion del rio de La Plata, y algunos miembros del noble Congreso, llevados de su celo por el desenvolvimiento del comercio de su patria, sustentaban que el Gabinete de Lóndres debia exigir la abertura del Paraná á todos los pabellones extranjeros. "No podemos pretender," respondió el Sr. conde de Aberdeen, "ejercer ningun derecho en la navegacion del Paraná, *cuyas orillas se encuentran ambas dentro del territorio argentino.* Esta pretension seria contraria á nuestra práctica universal y *á los principios de las naciones.*" (2)

En resúmen, el derecho natural de gentes indica una regla sencillísima respecto á la navegacion interior de los rios.

La nacion tiene el derecho exclusivo de navegar toda la parte del rio cuyas dos riberas le pertenecen. Ella arregla este derecho co-

---

(1) Derecho de gentes moderno de Europa. Tomo 1.° p. 121.

(2) Sesion de la Cámara de los Lores de 19 de Febrero de 1846.—Respuesta á una interpelacion de Lord de Beaumont.

mo bien le parece, conforme á su sola voluntad, ya conservándolo exclusivamente para sí misma, ya dividiéndolo con otras naciones.

La aplicacion de este clarísimo principio se reduce á un caso de geografía.

Desde el punto en que las aguas del Amazonas corren por el territorio del Brasil, hasta el punto en que salen de él, siguen la ley del territorio de que forman parte; y así están sometidas al dominio exclusivo del Brasil. Segun eso, el Brasil tiene derecho absoluto para arreglar su navegacion como le plazca, para reservársela ó admitir á los extranjeros.

Tal es la solucion indicada por la razon, tal el derecho absoluto: veamos si guarda armonía con la práctica de las naciones.

II.

De la navegacion interior de los Estados, segun el derecho de gentes consuetudinario.

"Las naciones," dice Ortolan, (1) "no están reducidas á las solas luces de la razon humana, cuando se trata de fijar sus derechos recíprocos. La experiencia, la imitacion de los antecedentes consumados, un largo uso practicado de ordinario y generalmente observado, introducen entre ellas lo que se llama una *costumbre*, que forma regla de conducta internacional, y de donde emanan, por una y otra parte, derechos positivos. La fuerza obligatoria de la costumbre se funda en el consentimiento, en el convenio tácito de las naciones. Estas han convenido tácitamente en ellos entre sí, se han ligado por medio de este consentimiento tácito, pues la han practicado por tanto tiempo y tan generalmente."

La costumbre, como ya hemos visto, impone deberes.

La costumbre está unida con el derecho natural por medio de lazos íntimos, que las contradicciones y los errores no pueden romper. El derecho internacional consuetudinario no tiene otra base que la razon universal; si las preocupaciones y las pasiones han introducido hábitos bárbaros, los principios trasforman la costumbre, y propenden continuamente á ponerla en armonía perfecta con ellos.

Así que el derecho de gentes consuetudinario no es mas que la aplicacion, instintiva primero, razonada despues, del derecho de gentes natural; cada nacion obedece á sus preceptos, voluntaria, espontáneamente; y este concurso de voluntades libres es lo que da fuerza respetable á la costumbre.

El derecho de gentes consuetudinario da á la cuestion de la navegacion de los rios la misma solucion que ya nos ha dado el derecho de gentes natural.

Los derechos de igualdad, soberanía y conservacion son la norma de los actos de cada nacion. Pero el que domina sobre todo, es el de-

(1) Ortolan. Diplomacia del mar. Libro 1.° cap. 4.°

recho de conservacion; y él es el que ha regulado la costumbre de las naciones en materia de navegacion de rios.

Este derecho de conservacion es tan absoluto, tan superior á todos los demas, que ha introducido en la costumbre internacional una práctica extraña, y sin embargo universalmente admitida, reconocida, incontestable, á saber, que toda nacion ejerce su soberanía en la parte del mar que baña sus costas.

Dominar el mar, ¿no es desafiar orgullosamente el hombre al poder de Dios? Ese depósito inagotable en cuyo centro ha colocado la Providencia á todas las naciones, es el lazo que reune á los pueblos mas distantes, el gran camino de la humanidad, la vía de comunicacion que pone en contacto todas las partes del mundo, y permite que el comercio, y con él el progreso, llegue á los puntos mas inaccesibles y remotos. Como destinado á las necesidades de todos los pueblos, el mar les es comun á todos.

La ambicion del hombre ha intentado protestar contra esa evidente verdad; pero sus esfuerzos han sido tan impotentes como los de Jérjes, que mandó azotar el mar con varas, en pena de haberse tragado su flota.

Ufanos con haber encontrado el rumbo de las Indias, por el cabo de Buena Esperanza, quisieron los portugueses á los fines del siglo décimo sexto ejercer en el mar de las Indias un derecho exclusivo, prohibir su entrada á las demas naciones. Mas adelante, Inglaterra, cuyas flotas surcaban el mundo, pretendió arrogarse un derecho de soberanía en los mares; empero los pueblos protestaron, y el mar continuó siendo lo que Dios lo hizo, patrimonio comun de la humanidad.

El mar está libre del dominio, no solo por el fin evidente á que ha sido destinado, sino tambien por su misma naturaleza. Todo dominio se compone de dos elementos: la propiedad y el imperio.

El mar no puede ser propiedad de una nacion, sino con la condicion de que ella pueda tomar y conservar su posesion. Ahora bien ¿qué es la posesion de una cosa? "Es," responde Savigny, (1) "un estado que permite ejercer físicamente en la cosa una accion personal, y alejar toda accion extraña. Así es cómo el barquero posee su barca, pero no el agua sobre la cual se desliza, aunque una y otra sirven para el mismo fin."

Si es imposible á una nacion tomar *posesion* de un mar, ¿cómo habrá de ejercer en él el imperio, otro elemento necesario á la soberanía? ¿Cómo habrá de defender á un tiempo su pretensa soberanía en todos los puntos de un elemento terrible, que se aliará muchas veces con los que la acometan? ¿Qué es un dominio que no se conservaria sino con un poder marítimo como jamas lo habrá en el mundo, y sin un concurso imposible de circunstancias contínuamente favorables? Preguntémoslo á Chitty, el mas moderno defensor de esa orgullosa teoría. El sienta el principio cuyo error hemos demostrado, es-

(1) Tratado de la posesion. § 1.°

to es, que el mar puede ser apropiado; y á pesar de una hipótesis enteramente gratuita, he aquí como resume su sistema: "El Océano y los otros mares, pertenecen, como todas las cosas apropiables, á los que, sin valerse de medios ilíctos *tienen poder suficiente* para ocuparlos y defenderlos." (1) Confesar que un sistema no puede refugiarse sino en una ley impía, la del mas fuerte, ¿no equivale á condenarlo? El publicista ingles no hace mas que amplificar las palabras tristemente célebres que, dos siglos ántes, habia proferido Guillermo de Holanda: "*Mi derecho es el derecho del cañon.*"

El mar rechaza toda soberanía, no está sometido al imperio de ningun pueblo; algunas vanas y ambiciosas tentativas no han servido mas que para corroborar esa profunda verdad; y hoy todos los pueblos reconocen unánimemente el principio que la República francesa mandó inscribir, el año de 1794, en los pabellones de sus buques que salian á combatir contra Inglaterra: "*Libertad de los mares.*"

Sin embargo esta doctrina, universalmente reconocida, ha tenido que ceder al primero de todos los derechos que poseen las naciones, y es el de conservarse. En todas partes, desde la organizacion de las sociedades, vemos que los Estados ejercen una jurisdiccion necesaria en la parte de los mares que bañan sus costas. La libertad de los mares tiene por límite, no la ribera en que vienen á morir las olas, sino una línea imaginaria que se llama *línea de respeto.* Entre esta línea y la costa, la nacion admite ó excluye á los extranjeros, ejerce vigilancia inmediata, dicta leyes en virtud de su voluntad soberana, manda como señora absoluta. En tanto grado se considera este espacio como parte del territorio de la nacion, que los publicistas le han dado el nombre de *mar territorial.*

"Una nacion (2) puede apropiarse las cosas cuyo uso libre y comun le seria perjudicial ó peligroso. Por esta razon, ellas extienden su poder en el mar y á lo largo de las costas hasta donde les es posible protejer sus derechos. Importa á la seguridad y al bien del Estado, que no tengan todos libertad para acercarse tanto á sus posesiones, especialmente con buques de guerra, que impidan su entrada á las naciones comerciantes y turben su navegacion. Durante las guerras de los españoles con los Paises Bajos, Jaime I, rey de Inglaterra, mandó designar á lo largo de las costas, límites dentro de los cuales declaró que no toleraria que ninguna de las potencias beligerantes persiguiese á sus enemigos, ni aun que se detuvieran los buques armados para espiar las naves que quisiesen entrar á los puertos ó salir. (Selden *Mare clausum* lib. 2.) Estas partes del mar así sometidas á una nacion *están comprendidas en su territorio; y nadie puede navegarlas contra la voluntad de ella.* Pero á buques no sospechosos no puede negar que se acerquen con fines inocentes, sinpecar contra sus deberes: pues todo propietario está obligado á con

(1) Leyes comerciales. Vol. 1° cap. 4.°

(2) Vattel. Dereeho de gentes. Libro 1.°, § 288.

ceder á los extranjeros el paso aun por tierra, cuando no va acompañado de ningun peligro. Es verdad que á ella sola toca juzgar de lo que puede hacer en cada caso particular que se presente; y si juzga mal, peca; pero las demas tienen que someterse."

Ya hemos citado un pasage notable de Klüber, en que declara que á la nacion corresponde el uso exclusivo de sus aguas, y que tiene derecho para impedir el paso de los buques por el mar á tiro de cañon de sus costas, su entrada y permanencia en los puertos y la rada.

Bello no es ménos esplícito. "Los efectos del dominio del mar son: 1.° el derecho exclusivo de disfrutar las pesquerias y toda especie de productos, ya sean ordinarios, ya accidentales: 2.° *el de prohibir á los extranjeros la navegacion y entrada en los puertos*, quedando á salvo los derechos de necesidad y de uso inocente y los establecidos por tratado ó costumbre, &c." (1)

Los límites del mar *territorial* han variado segun las leyes y convenciones recíprocas de las potencias; pero lo que nunca ha variado, es la práctica universal de los pueblos, el consentimiento unánime con que reconocen en cada nacion el derecho de mandar como soberana en sus costas.

Los publicistas no concuerdan en la extension del *mar territorial*. Unos quieren que la ribera del mar se limite á lo que las olas cubren y vuelven á cubrir en las grandes mareas de invierno; y así la define Ciceron, segun las leyes romanas: *Quatenus hybernus fluctus maximus excurrit. Valin*, comentador de la ordenanza marítima de 1681, mantiene que se entiende por mar territorial *toda la extension del mar adyacente en que puede encontrarse fondo. Bodin* estiende el dominio de la nacion en el mar *hasta treinta leguas de las costas. Gerardo de Rayneval* le da por límite el *horizonte real*. Pero la opinion que ha prevalecido generalmente, es la que habia expuesto Bynkershoeck: *Terræ dominium finitur ubi finitur armorum vis.*

Esta opinion la han adoptado casi todos los publicistas modernos. (2) *Todo el espacio del mar que á lo largo de las costas está á tiro de cañon, se considera como parte del territorio.*

Las leyes de todos los pueblos y los tratados públicos manifiestan el unánime consentimiento con que se reconoce la soberania de cada nacion en el mar que baña sus costas. Las naciones se someten á esta ley que reconocen por tácito convenio, y algunas veces se hacen concesiones recíprocas que confirman mas y mas el derecho.

En 14 de Febrero de 1663, celebraron Francia y Dinamarca un tratado en que las dos naciones reconocen mutuamente en cada una el derecho de mandar absolutamente en sus costas. "Los buques de

---

(1) Principios de derecho de gentes. Cap 4.° § 1.°

(2) Vattel, Derecho de gentes. Lib. 2, cap. 23.—Azuni, Derecho marítimo. Tomo 2.° cap. 2, art. 2, § 14.—Klüber. Derecho de gentes moderno de Europa § 130.—De Martens. Derecho de gentes, § 40.—Wheaton, Historia del progreso del derecho de gentes. Tomo 1.°, cap 4, § 7.

guerra de uno de los dos reyes," dice el art. 30 de ese tratado que fué confirmado el 10 de Julio de 1813, "tendrán libertad para entrar en las abras, rios y puertos, uno de otro, y permanecer anclados miéntras quieran, sin tener que sufrir ninguna visita; pero con la condicion de que no harán una estadia demasiado larga é innecesaria, que pueda causar sospecha á los gobernadores de los lugares, á quienes ademas los capitanes de los buques tendrán obligacion de hacer saber la causa de su llegada y de su detencion." (1)

La ordenanza de marina de 1681, que por tanto tiempo ha regido en Francia, y cuyos principios han servido de base á las legislaciones modernas respecto á navegacion, sancionaba el derecho que tenia Francia para mandar exclusivamente en sus riberas y las definia del modo siguiente: "Se reputará orilla y ribera del mar cuanto él cubre y descubre durante los novilunios y plenilunios, y hasta donde pueden extenderse en las playas las grandes olas de Marzo."

El preámbulo del edicto de Luis XIV del mes de Febrero de 1710 confirma en este punto la ordenanza de 1681.

El tratado de alianza de 11 de Enero de 1787 (2) entre Francia y Rusia estipula en su art. 28 que cada una de las partes contratantes se obliga á no acometer nunca á su enemigo, sino fuera del alcance de las costas de su aliado. ¡Qué homenaje mas brillante podian tributar aquellas naciones al derecho absoluto que tiene cada una en el *mar territorial!*

El tratado celebrado en 1794 entre los Estados Unidos y la Gran Bretaña (3) encierra en su art. 25 una disposicion análoga.

El derecho de limitar el número de buques de guerra de una nacion amiga que pueden concurrir á un puerto, derecho que envuelve el de excluirlos en caso necesario, consta en estos términos en una convencion de Francia y las Dos Sicilias: "En los puertos y radas de las Dos Sicilias se concederá seguridad y proteccion, para con todos y contra todos, á los buques mercantes franceses, sea cual fuere su número; y á todos los buques de guerra de la República, *que no podrán pasar del número de cuatro.* (4)

Esta unanimidad respetable no ha sido de ningun modo contradicha hasta hoy; ántes bien diariamente las naciones con sus tratados y actos añaden nuevo peso á la doctrina universal. Si el uso exige que cada nacion permita á los buques de guerra de los pueblos amigos detenerse en sus puertos, tambien permite á cada nacion que, en virtud del derecho de velar por su propia conservacion, se oponga á la estadia permanente de buques de guerra, aunque pertenezcan á una nacion amiga. En 1825, habiéndose presentado el almirante Jurieu

---

(1) D' Hauteriye. Coleccion de tratados de comercio y navegacion. Tomo 1.° p. 1ª

(2) Wheaton. Historia del progreso del derecho de gentes. Tomo 2, c. 3.

(3) id. id. id. id. id.

(4) Tratado de 10 de Octubre de 1796.

delante del puerto de la Habana, con su flota, el número de buques excitó las sospechas del gobernador de Cuba, quien la mandó detenerse fuera del puerto; y el almirante se sometió á la órden, no entrando en la Habana hasta despues de haber explicado al gobernador los motivos que le llevaban con escuadra tan numerosa (1) El gobernador español no hacia otra cosa que usar de un derecho reconocido por todas las naciones, y á que el almirante frances no podia ménos que someterse.

Como todo derecho supone sancion, cada una de las naciones tiene libertad para castigar cualquier acto que viole los reglamentos establecidos por ella en nombre de su soberania sobre los mares que bañan sus costas. Las convenciones de pesquerias que ajustan las naciones, contienen ordinariamente disposiciones penales, que descansan todas en el derecho de dominio sobre las costas y riberas; Inglaterra ha declarado que: (2) "los buques encontrados dentro del límite de una legua de las costas, ya anclados, ya bordeando ó vagando de una parte á otra, sin dirigirse al término de su viaje, cuando el tiempo lo permite, deberán retirarse dentro de cuarenta y ocho horas, á la primera intimacion que se les haga; y si están cargados de mercancias prohibidas y no obedecen al requerimiento, *serán confiscados*." Con esta ley sanciona ella su derecho, ejerce la soberania, no traspasa en lo mas mínimo los límites de su poder; y ninguna nacion podria infringir tal precepto sin faltar al derecho internacional.

Así todos los pueblos reconocen que el mar, destinado al mundo entero, no puede convertirse en propiedad de nadie, y respetan unánimemente el principio de la libertad de los mares; y sin embargo, han admitido tambien unánimemente la soberania absoluta de cada nacion en el mar territorial. Esto depende de que el primero y el mas perfecto de todos los derechos, tanto de las sociedades como de los individuos, es el de velar por su conservacion, asegurar su existencia. Este derecho es el que los ha conducido á todos á modificar, en beneficio comun, el principio absoluto de la libertad de los mares.

Esta soberania en el mar territorial admitida por consentimiento tácito y universal de los pueblos, se extiende con mayor razon á los golfos, radas y bahias, las cuales forman parte del dominio absoluto del Estado señor del territorio que las encierra; lo mismo sucede con los mares interiores: "Los puertos y abras," dice Vattel, "son manifiestamente dependencia y aun parte del pais, y por consiguiente pertenecen en propiedad á la nacion. Puede aplicárseles, en cuanto á los efectos del dominio y del imperio, cuanto se dice de la misma tierra." (3)

"Si un mar," añade el mismo autor, (4) "se halla enteramente

---

(1) Wheaton. Historia del progreso del derecho de gentes. Tomo 2.°, cap. 8.
(2) Lei de 28 de Agosto de 1833.
(3) Derecho de gentes. Lib. 2, § 290.
(4) id, id. id. § 294.

incluido en las tierras de una nacion, y solo se comunica con el Océano por medio de un canal de que ella puede apoderarse, parece que semejante mar no es ménos susceptible de ocupacion y de propiedad que la tierra; y debe seguir la suerte del pais que lo rodea."

El mar Caspio es un lago exclusivamente ruso.

Una de las mas notables aplicaciones de los derechos de soberania y conservacion que la costumbre, guiada por la razon, ha reconocido en cada nacion, es el dominio establecido en los estrechos, cuando los bajeles no pueden pasarlos sin ponerse bajo los fuegos de las baterías que los defienden. La práctica universal de los pueblos ha establecido este dominio, aun sobre estrechos que forman el único paso por el cual se juntan dos mares. Todas las naciones por consentimiento tácito, han canonizado, en provecho de una sola de ellas, un privilegio necesario á su conservacion y que debia perjudicar á las demas. Lo admirable es que los pueblos que gozan de tales privilegios, nunca han sido potencias de primer órden, que han tenido vecinos formidables, y que sin embargo jamas se han disputado seriamente estos derechos. Efecto de que las naciones comprendian que, débiles ó fuertes, todas son iguales entre sí, y que existe una mancomunidad que las une tan íntimamente, que el que viola el derecho de la mas pequeña, desconoce el derecho de todas.

Dinamarca cobra derechos á los bajeles que pasan por los estrechos del *Sund*, del *Belt grande* y del *pequeño*, aunque una de las costas del *Sund* pertenece á Suecia, porque las naves tienen que alejarse de la costa de Suecia, que está sembrada de bajíos, arrimarse á la de la isla de *Seelandia* y pasar por debajo del cañon de Cronemburgo. Estos derechos son un verdadero tributo cobrado á todas las naciones, especialmente oneroso á Prusia, y Rusia cuya capital está situada en el fondo del golfo de Finlandia y cuyo principal puerto militar, que es Cronstadt, no tiene otra salida que aquellos estrechos. Rusia, potencia cuya fuerza no se parece á la de Dinamarca, reconoce el derecho y se somete á él. La Cámara de Berlin ha intentado reclamaciones infructuosas, y se ha resignado. Ninguna nacion ha protestado contra el tributo cobrado por Dinamarca: al contrario, estos derechos se han fijado en tratados públicos de 1545, 1663, 1742 y 9 de Febrero de 1842.

La Puerta Otomana ejerce un dominio reconocido por costumbre en los estrechos del Bósforo y los Dardanelos: ningun buque de guerra puede pasar por esos estrechos, que forman la única entrada del mar Negro; y Rusia, cuyas provincias ocupan gran parte de las costas de él, obedece á la prohibicion que un uso inmemorial ha canonizado; y hasta la reconoció en el tratado solemne que se firmó en Lóndres el 13 de Julio de 1841. El texto del tratado es significativo, y comprueba la autoridad de que entre las naciones goza el derecho consuetudinario.

"*Convencion celebrada en Lóndres, el* 13 *de Julio de* 1841, *entre SS. MM. el rey de los franceses y SS. MM. el emperador de Aus-*

tria, la reina de la Gran Bretaña é Irlanda, el rey de Prusia y el emperador de todas las Rusias por una parte; y por otra, Su Alteza el Sultan; con el objeto de garantir la clausura de los estrechos de los Dardanelos y el Bósforo á los buques de guerra.

SS. MM. &c., queriendo acreditar su acuerdo, dando á Su Alteza el Sultan una prueba manifiesta del *respeto de ellos á la inviolabilidad de sus derechos soberanos*, y de su deseo sincero de que se consolide la tranquilidad de su imperio, han resuelto acceder á la invitacion de Su Alteza el Sultan, á fin de hacer constar de consuno, por medio de un acto formal, su determinacion unánime de *someterse á la antigua regla* del imperio otomano, segun la cual los estrechos de los Dardanelos y del Bósforo *deben estar siempre cerrados á los buques de guerra extranjeros, miéntros la Puerta se halle en paz, &c.*

Art. 1.° Su Alteza el Sultan, por una parte, declara que tiene la firme resolucion de mantener en lo porvenir el principio *invariablemente establecido como antigua regla de su imperio*, y en cuya virtud ha sido en *todo tiempo* prohibido á los buques de guerra de las potencias extranjeras entrar en el estrecho de los Dardanelos y el Bósforo, y que, miéntras la Puerta se halle en paz, Su Alteza no admitirá ningun buque de guerra extranjero en aquellos estrechos; y SS. MM. &c. por otra parte, se comprometen á respetar la resolucion del Sultan y á obrar conforme al principio enunciado."

Los términos de este acto prueban hasta la evidencia, que el derecho ejercido por Turquía en el canal de Constantinopla, no emana de concesion voluntaria hecha por las naciones de Europa, sino ciertamente del dominio legítimo que cada una ejerce en sus costas, siendo el reconocimiento mas formal del dominio eminente de Turquía en su mar territorial. Tan léjos está este dominio de tener por base un acto público de las naciones europeas, que un tratado mas antiguo contiene la disposicion siguiente: (1) " Como *en todo tiempo ha sido* prohibido á los buques de guerra entrar en el canal de Constantinopla, á saber, en el estrecho de los Dardanelos, y el del mar Negro; *y como esta antigua regla* del Imperio otomano *debe observarse de la misma manera de ahora en adelante*, en tiempo de paz, respecto de toda potencia, sea cual fuere, la Corte británica promete tambien someterse á ese privilegio. ¿Cuál es el orígen de esa costumbre observada *en todo tiempo*, de esa *antigua regla* que debe servir de base para lo futuro? Acaso el tratado? No, pues él la admite como existente; sin duda es la costumbre; pero las naciones no han dejado que se estableciese y subsistiese este uso, ni le han dado su consentimiento tácito é invariable, sino porque estribaba en un derecho que pertenece á cualquier nacion organizada; á saber, el de disponer del mar territorial segun su sola voluntad, como dueño absoluto, aun imponiendo condiciones desfavorables á las naciones estranjeras, aun vedando su acceso á los buques de ellas."

(1) Tratado de 5 de Enero de 1809, entre la Gran Bretaña y la Puerta: art. 11.

Trátase, sin embargo, por lo que mira al *Sund* y el *Bósforo*, de una parte del mar, que es patrimonio comun de la humanidad y único lazo de comunicacion de los pueblos; hay grandes y formidables naciones que tienen el mas poderoso interes en forzar la puerta que les cierra la entrada de sus mejores puertos, y en libertar su comercio del impuesto oneroso que lo grava; pero Dinamarca y Turquía no hacen mas que ejercer un derecho inherente á cualquier nacion, y este principio de la soberanía de un Estado en el mar territorial, es tan incontestable, que los buques de tres puentes del Czar saludan con sus cañones el pabellon danes que ondea como señor sobre las aguas del estrecho, Prusia paga el impuesto ruinoso del tránsito del *Sund*, y el emperador de todas las Rusias solicita del Sultan un firman que permita á sus buques salir de sus arsenales de Sebastopol por el Bósforo.

Si la costumbre unánime canoniza la legitimidad del dominio absoluto de un Estado en el mar contiguo á sus costas, con mayor razon debe reconocer el derecho mas evidente y mucho mas incontestable que tiene cualquier nacion para regular conforme á su sola voluntad, el régimen de sus aguas interiores, la navegacion de los rios que corren por dentro de su territorio. Todas las condiciones conspiran á asegurar esta soberanía; la propiedad real y el imperio; la posibilidad de defender el derecho. Así es que la práctica general de las naciones guarda perfecta consonancia con el principio del derecho natural de gentes que hemos demostrado. Cualquier Estado, segun el derecho consuetudinario, posee el dominio exclusivo de sus rios interiores, y excluye ó admite á los extranjeros, sin tener otra ley que sus propios intereses de que es único y absoluto juez.

La costumbre viene de tiempos remotos; *flumina autem publica sunt*, (1) dice la instituta. El derecho romano confundia el derecho de gentes con el civil, ó mejor dicho, se contentaba con indicar los principios del derecho natural que rigen á los individuos y las sociedades, sin cuidarse mucho de la diferencia que hay entre las relaciones de las naciones y las de los individuos. Por no haberse hecho cargo de este error, han pretendido algunos publicistas que los romanos colocaban los rios en la clase de las cosas comunes á todos, como el aire, el cielo y el mar. Las cosas comunes á todos los hombres, no son susceptibles de posesion ni de dominio; siendo así que los rios son apropiables, y fácilmente puede defenderse su entrada. Los romanos no los tenian por cosas comunes, sino por cosas públicas, como los caminos y los puertos, pues eran propiedad de la nacion, en que el Estado ejercia dominio esclusivo. Por lo demas, la ley del Dijesto: *ne quid in loco publico* no deja ninguna duda respecto al verdadero sentido del pasage de la instituta.

Esta costumbre se estableció en los pueblos que habian sido sometidos á la dominacion romana, donde los rios constituyeron parte

(1) § 2. De la division de las cosas.

del dominio del Estado. En Francia la ordenanza de aguas y bosques expedida en el mes de Agosto de 1669, dice en el artículo 41 del tít. 27: "Declaramos que la propiedad de todos los rios grandes y pequeños forma parte del dominio de nuestra corona." Como en tiempo del régimen de la monarquia absoluta, el Estado se hallaba personificado en el rey, los bienes de la corona eran los del Estado. Posteriormente, se estableció una distincion entre la nacion y el rey, y los rios quedaron en el dominio de la nacion que fué llamado dominio público. "Los rios navegables, las riberas, méganos y descubiertos del mar. . .....se consideran como dependencias del dominio público." (1) "El dominio público," dice Merlin, (2) "es aquel cuya propiedad y goze juntamente corresponden al Estado." El preámbulo de la ley de 22 de Noviembre de 1790 (3) declara que el dominio público es *inalienable sin consentimiento de la nacion.* Solo la nacion podia desprenderse de la propiedad ó posesion de los rios, de donde se infiere que ejercia en ellos la soberania mas absoluta, exclusiva y completa.

España sigue constantemente la misma práctica que Francia y las demas naciones, sometiendo la navegacion de los rios, aun de los que bañan los territorios de varias naciones, á la ley de estos mismos; como lo acreditan algunos tratados públicos (4) que se han hecho célebres con ocasion de ciertas dificultades.

El Escalda bañaba en el siglo décimo séptimo, lo mismo que hoy, el territorio de varias naciones. Las provincias bélgicas no podian sacar sus producciones, sino por la boca del rio; pero, como los holandeses pusieron barreras en su entrada y guarniciones en ambas orillas, aquellas se vieron forzadas á soportar una servidumbre que fué onerosa á su comercio. En 1785, José II pidió que se abriese el Escalda á sus súbditos; reventó la guerra, y el tratado de Fontainebleau de 8 de Noviembre de 1785 sancionó el derecho de los holandeses, que mantuvieron cerrado el Escalda.

Jamas se ha puesto en duda este principio.

Algunas veces ha sucedido que dos Estados vecinos, regados por unos mismos rios, han tenido interes mútuo en concederse recíprocamente el derecho de navegar en todo su curso; y entónces han asentado en instrumentos públicos y solemnes las obligaciones que se imponian voluntariamente.

¿Qué prueban estos tratados de navegacion? Que la nacion dueño de la parte superior de los rios comunes no tenia ningun derecho á la navegacion del interior, pues le era forzoso solicitar y obtener el

(1) Ley de 22 de Noviembre de 1790.
(2) Merlin. Repertorio. V.° Dominio público.
(3) Art. 8. del preámbulo de la ley de 22 de Noviembre de 1790.
(4) Tratado de 20 de Diciembre de 1685, respecto á la navegacion del Bidasoa, rio comun á Francia y España. Tratado de San Ildefonso de 1777 acerca de la navegacion del Amazonas.

consentimiento previo de la nacion señora de la parte inferior; que esta excluía, conforme á su derecho, y podia continuar excluyendo, á la nacion vecina, atento que la exclusion no cesaba sino en virtud de un acto de su voluntad. Por consecuencia estos tratados son una confirmacion evidente del principio que hemos establecido. La necesidad de celebrarlos prueba que las condiciones que encerraban, eran una derogacion de los principios del derecho internacional y de la costumbre establecida. A falta de semejantes tratados, la parte inferior de los rios quedaba cerrada á la nacion propietaria de la parte superior; prueba de que la práctica constante de las naciones reconocia el dominio exclusivo.

Cuando se ajustó la paz de 10 de Febrero de 1763, Francia é Inglaterra fijaron los límites de sus posesiones en América, conviniendo en que las separaria una línea divisoria imaginaria que siguiese el medio del curso del Misisipí desde su fuente hasta el rio de Iberville, y se prolongaria hasta el mar por la mitad de este rio y de los lagos Maurepas y Pont Chartrain. La navegacion del rio continuó siendo comun á ambas naciones; y las cosas siguieron en la misma situacion, aunque sobrevino la independencia de los Estados Unidos, hasta que España adquirió la propiedad de la desembocadura en ambas orillas. La Union era dueño de las dos riberas de la mayor parte del Misisipí y de sus afluentes, el Ohio, el Kentucky y el Tennessee; el Misisipí era la via natural y única, de comunicacion de provincias inmensas con el mar; los derechos que resultaban de la posicion nueva de España, paralizaban casi enteramente el comercio de aquellas comarcas, cuya prosperidad y cuya misma existencia se veian así amenazadas. Los Estados Unidos habian estado poseyendo el derecho de sacar sus producciones por las bocas del Misisipí. La fuerza de estas consideraciones tan graves cedia al derecho que daba á España la propiedad de las dos orillas de la desembocadura. La Union bajó la cabeza á vista de un derecho incontestable, aplacó el descontento de las provincias del Oeste; y comprendiendo que solo el consentimiento de España podia abrir á su comercio las bocas del Misisipí, el Gobierno federal solicitó de esta potencia y obtuvo, mediante algunas concesiones, el derecho de navegar en la parte inferior del Misisipí. Este privilegio fué concedido á la Union en el tratado que el 27 de Octubre de 1795 firmaron en *San Lorenzo el real* Tomas Pinckney y el príncipe de la Paz.

¿Qué resulta de este tratado? Que los Estados Unidos han reconocido solemnemente que la propiedad de las dos riberas de la parte inferior de un rio da derecho para prohibir su navegacion, aun á los súbditos de la nacion propietaria de la parte superior del mismo rio. La Union, pidiendo á España que abriese á sus buques las bocas del Misisipí, confesaba implícitamente que España podia responder con una negativa. Por otra parte, los mismos términos del tratado demuestran hasta la evidencia, que España arreglaba conforme á su voluntad la navegacion del rio: "La navegacion de este rio," dice uno

de los artículos, "es libre hasta su boca, solamente á los españoles y los americanos, *á ménos que Su Magestad Católica quiera extender este privilegio á otras potencias por convenio especial.*" En el mismo convenio se concedió á los ciudadanos de los Estados Unidos por tres años un puerto de depósito en Nueva Orleans; pero quedando España en aptitud de no continuarlo, si les asignaba un lugar de depósito equivalente *en otra parte de las riberas del Misisipí.* España seguia siendo señora absoluta del rio cuyas márgenes poseia, y solo ella, en virtud de ese derecho, permitia ó negaba su navegacion á las naciones extranjeras, y segun las condiciones que queria imponer.

Una sola vez fué contradicho, al parecer, este principio.

El tratado firmado en Paris el 30 de Mayo de 1814 entre la Gran Bretaña y Francia contenia lo siguiente:

"Art. 5.° Será libre la navegacion del Rin, desde el punto en que se hace navegable hasta el mar, y recíprocamente, de suerte que no pueda prohibirse á nadie; y en el futuro Congreso se tratarán los principios conforme á los cuales puedan regularse los derechos que hayan de cobrar los Estados ribereños, de la manera mas igual y favorable al comercio de las naciones."

"Asimismo se examinará y decidirá en el futuro Congreso de qué manera podrá extenderse igualmente la disposicion anterior á todos los rios que en su curso navegable separan ó atraviesan diferentes Estados, para facilitar las comunicaciones entre los pueblos y hacerlos siempre ménos extraños unos á otros."

Los plenipotenciarios de las naciones de Europa reunidos en Viena declararon libre la navegacion del Rin, del Necker, del Mein, del Mosela, del Mosa y del Escalda, y en el tratado general firmado en Viena el 9 de Junio de 1815, inscribieron los artículos siguientes:

"108. Las potencias cuyos Estados separa ó atraviesa un mismo rio navegable, se obligan á arreglar de comun acuerdo cuanto dice relacion á la navegacion de tal rio. A este fin nombrarán comisarios, que se reunirán, á mas tardar, seis meses despues de terminado el Congreso, y que tendrán por bases de sus trabajos los principios siguientes:

"109. Será enteramente libre la navegacion en todo el curso de los rios indicados en el artículo precedente, desde el punto en que cada uno de ellos es navegable hasta su boca, y no podrá prohibirse á nadie, en cuanto mira al comercio: en el concepto de que todos se someterán á los reglamentos relativos á la policía de esta navegacion, los cuales serán uniformes para todos, y tan favorables al comercio de todas las naciones como sea posible."

Tal es la declaracion del congreso de Viena; examinémosla cuidadosamente, y veremos que no ha menoscabado el principio que rige la navegacion de los rios, ni siquiera la costumbre seguida por las naciones.

Por otra parte, el principio es superior á todas las declaraciones posibles; y aunque una nacion tiene libertad para renunciar á un de-

recho, su ejemplo de ningun modo liga á las demas. En esto obedece á sus intereses, á designios particulares; pero su política no se convierte en regla del derecho de gentes. Por consiguiente, el principio continuaria en pié, aun cuando muchas y poderosas naciones hubiesen abdicado el derecho que les conferia, lo cual no ha sucedido. Las naciones representadas en Viena, y cuyos plenipotenciarios proclamaron la libertad de la navegacion de los rios como base de todos los tratados ulteriores, no por eso han dejado de conservar la costumbre de cerrar sus rios á los pabellones extranjeros. Esta contradiccion aparente se explica fácilmente cuando se investiga el fin del tratado de Viena.

En el mismo seno de Europa, y en medio de naciones grandes, habia Estados pequeños, sin fuerza, importancia ni accion. La existencia de estas nacionalidades impotentes siempre divididas entre sí, ponia sin cesar en peligro la paz de Europa. Los Estados grandes comprendian que habia pasado el tiempo de las potencias secundarias, y siempre subordinadas, y que era preciso, como lo habia hecho Napoleon, oponer pueblos á pueblos, organizar naciones fuertes, capaces de resistir con su propio vigor, y sin necesitar de pedir á cada instante socorro á los pueblos vecinos. No podia subsistir el equilibrio europeo sino con esa condicion.

No alcanzaba el poder del Congreso á borrar del mapa todos aquellos individuos pequeños, hacerlos desaparecer y sustituirlos con una sola nacion creada de repente y de una vez con tantos elementos opuestos; como que en un dia no se forma ni se pierde una nacionalidad. Hubieron, pues, de contentarse los plenipotenciarios con reunir algunos de esos territorios; y forzados á respetar la existencia de la mayor parte de dichos Estados pequeños, intentaron juntarlos unos á otros creando una confederacion; idea que, por lo demas, estaba indicada en el tratado de Paris, donde se habia estipulado *que los Estados de Alemania se unirian todos con un lazo federal.*

Como el Congreso trataba de formar con todas las pequeñas potencias alemanas una masa compacta, unida y poderosa, debia rechazar todas las causas de disensiones, que tan numerosas son siempre entre Estados débiles. Bastaba echar una ojeada á la historia del último siglo, para ver que las luchas contínuas de esas nacionalidades habian nacido, las mas, de dificultades relativas á la navegacion del Rin y del Escalda. Ya hemos visto la posicion en que los tratados de Westfalia y de Fontainebleau habian colocado á las provincias bélgicas; exijiendo la seguridad de los holandeses que se cerrase el Escalda, y quedando amenazada la existencia comercial de las provincias flamencas, que aquella medida necesaria ponia á riesgo. A orillas del Rin, se hallaban las cosas en mucho mayor desórden. Reyezuelos seculares ó eclesiásticos abusaban de la posesion de una párte mínima de las orillas del rio, para someter los bajeles de los Estados vecinos á derechos exorbitantes; si uno de los Estados, llevado del deseo de enriquecerse ó de perjudicar á un rival, alzaba los impuestos de su aran-

cel, lo imitaban todos los demas; por ejemplo, cuando el Elector Palatino gravaba con un derecho mas crecido los trigos de Mayenza, el arzobispo de Mayenza aumentaba los derechos de los vinos del Palatinado; y entre Mayenza y Coblenza, en un trecho de ocho leguas, no habia ménos de nueve peajes diferentes. La anarquia era permanente. El Congreso empezó reduciendo en lo posible el número de Estados, y reuniéndolos con un lazo federal. Mas no habria logrado su objeto, si no hubiese intentado destruir las rivalidades que habian dividido á tales naciones quitando del medio la causa de ellas; y con este propósito, abrió el Rin á todos los pabellones.

Tal fué el único fin de la declaracion del Congreso de Viena. Si los plenipotenciarios le dieron la forma de un principio general, de una regla que debia servir de base á las relaciones ulteriores de las potencias, fué porque consideraron difícil ó á lo ménos imprudente, imponer una ley sin comenzar por someterse á ella al parecer. Los Estados ribereños del Rin, del Escalda, &c. satisfechos con esta promesa de reciprocidad, se obligaban á abrir sus rios; al paso que las demas potencias no se ligaban sino con una promesa vaga, cuya realizacion podian diferir indefinidamente. Esto fué en efecto lo que sucedió.

Tan distante estaba la conferencia de Viena de creer en la posibilidad de poner en práctica el principio que se veia precisada á proclamar, que M. Guillermo de Humbolt, informante de la comision del Congreso respecto á la cuestion de navegacion, cuida de observar en su memoria presentada el 7 de Febrero de 1815, que es *inútil probar la imposibilidad de celebrar convenciones semejantes á las relativas á la navegacion del Rin y aplicables á todos los rios, miéntras duren las conferencias.* Mediante aquella feliz imposibilidad, las grandes potencias llegaban á su objeto sin que á ellas les resultase ningun peligro. Para valernos de una expresion de la memoria de M. de Humbolt, habian *dado un largo* paso en la vía del progreso; pero á poca costa, pues se contentaban con aprovechar el sacrificio que habian impuesto á las demas.

Esto no ha impedido que M. Maury apoyase su principal argumento á favor de la libertad de la navegacion, en el acto del Congreso de Viena; que es, segun él, la base del derecho moderno acerca de la navegacion. Sin embargo, hemos visto que el único resultado del principio proclamado por el Congreso de Viena, fué lograr que las naciones ribereñas del Rin, del Escalda, &c. consintiesen en la libre navegacion de estos rios. Los plenipotenciarios no miraban como un derecho su libre navegacion, puesto que reclamaban la adhesion de los Estados ribereños, y al contrario, reconocian que estos eran dueños de cerrar ó abrir los rios, y no podian ligarse sino por su propia voluntad. Esto es lo que nota M. Wheaton. "*Tales estipulaciones,*" dice el publicista americano,(1) "*son el resultado de un consentimiento mutuo fundado en los intereses de los diferentes Estados ribereños.*" Ellos ejecutaron un acto de soberanía imponiendo á la navegacion las

(1) Historia del progreso de derecho de gentes. Tomo 2.°, cap. 4.°

condiciones que quisieron, y confirmaron su derecho disponiendo de él conforme á su voluntad.

Séanos permitido insistir en la declaracion contenida en los tratados de Viena: pues M. Maury la ha tomado por base principal de su sistema, nosotros debíamos probar que hacía mal en invocar ese ejemplo para imponerlo al Brasil. Causa extrañeza la insistencia de M. Maury en el acta 16 del Congreso de 1815. Ya hemos demostrado que aquel principio vago no habia ligado de ningun modo ni aun á las naciones que lo proclamaron: pero, sea cual fuere el valor que quiera darse á la declaracion, apénas comprendemos cómo M. Maury reclama que se aplique á la navegacion del Amazonas. Las estipulaciones de un tratado no obligan sino á las naciones que las han aceptado; y los Estados de América no estaban de ningun modo representados en Viena, adonde no fueron invitados, ni siquiera podian serlo, á enviar sus plenipotenciarios. En efecto ¿cuál era el fin de aquella célebre junta?

La República francesa, proclamando principios nuevos, casi habia renovado la faz de Europa; y las antiguas monarquias, sacudidas hasta en sus cimientos, se habian levantado para ahogar al enemigo que las amenazaba. La Convencion habia tirado la cabeza de un rey á los piés de los reyes conjurados, y encargado á catorce ejércitos de difundir á cañonazos los principios republicanos. Despues Napoleon continuó la obra revolucionaria: de soldado habia llegado á ser emperador con el derecho de su espada, y tomado su corona en los campos de batalla; era enemigo de las viejas dinastias, que echaba por tierra, colocando en el trono á soldados advenedizos como Bernardotte y Murat.

Cuando cayó aquel gigante de las batallas, se levantó la vieja Europa todavia trémula; las monarquias, salvas del peligro, quisieron afirmarse sobre sus bases mal seguras, y el encargo del Congreso de Viena fué poner un dique poderoso al torrente que se habia desviado, pero continuaba amenazando.

Aquel era un Congreso enteramente europeo, donde no se agitaban sino las cuestiones de la gran familia de los monarcas de Europa. Para precaver que volviese la tempestad revolucionaria, las grandes potencias borraron con una plumada ciertos Estados pequeños: Polonia fué cortada en pedazos; las nacionalidades alemanas, que por demasiado numerosas no podian desaparecer, fueron reunidas en confederacion, y la proclamacion de la libertad de navegacion no fué mas que uno de los medios empleados para asegurar la paz entre aquellos Estados, divididos en intereses, y reunidos por voluntad de las grandes naciones en nombre de la tranquilidad europea. El acta 16 del Congreso no es mas que una precaucion tomada por los plenipotenciarios para consolidar la obra inmensa del equilibrio europeo, que querian asentar en bases inmutables.

Solo las potencias europeas podian ser llamadas á decidir de su propia suerte, y los Estados americanos no tenian ningun interes en

las deliberaciones de Viena. ¿ Cómo pretender, pues, que las declaraciones del Congreso deban ejercer su imperio fuera de Europa que las hizo para sí sola?

Segun eso, el mismo M. Maury convendrá en que las deliberaciones del Congreso de Viena no pueden obligar al Brasil. M. Maury apénas puede invocarlas sino como ejemplo que propone al Brasil para que lo siga espontáneamente, con toda voluntad. En las conferencias de Viena, las partes interesadas en la navegacion del Rin, del Escalda y del Mosa consultaron sus intereses mutuos, y, en nombre de estos mismos, decidieron por su propia voluntad lo que solo ellos tenian derecho para decidir, á saber, la abertura de aquellos rios á todos los pabellones. El Brasil, único juez de lo que conviene á sus intereses, pesándolos, meditándolos, bien puede llegar á resolverse por una cosa enteramente contraria, y mantener cerrada la puerta del Amazonas. Tal es el derecho que el Congreso de Viena confirma; solo á la nacion dueño del territorio atravesado por un rio, toca arreglar, conforme á sus intereses, la navegacion del rio.

Una vez proclamado en Viena el principio, ¿irán sin duda las naciones á manifestarle su adhesion unánime, adoptándolo, tomándolo por base de sus relaciones? No; la costumbre de los pueblos permanece como ántes era: las potencias que prepararon, votaron y firmaron los actos del Congreso, que inscribieron al principio de ellos la libertad de navegacion, continuan cerrando sus rios á los pabellones extranjeros. M. Maury no se ha parado en esto, y afirma que la declaracion de Viena ha venido á ser regla del derecho de gentes.

El Danubio, aquel gran rio que baña á Baviera, Austria y Turquia, permanece bajo la dominacion exclusiva de los Estados propietarios de sus riberas.

Francia cierra el Ródano á Suiza, en medio de la cual nace.

España y Portugal continuan conservando la navegacion exclusiva del Duero y del Tajo. Su conveniencia recíproca las induce á concederse mutuamente la navegacion comun de los dos rios; pero estos tratados contienen la reserva del principio diametralmente opuesto á la declaracion del Congreso de Viena. El Tajo baña sucesivamente los territorios de las dos naciones, que arreglaron su navegacion en el tratado de 30 de Agosto de 1835; y uno de los artículos de esta convencion establece que ella es *un derecho exclusivo de las dos naciones:* que cada una de estas es libre para disponer, como lo tenga á bien, de la parte del rio cuyas dos riberas posee, y que en virtud de este derecho incontestable y por *conveniencia recíproca* cada una de ellas concede á la otra el derecho de navegar en sus aguas.

El tratado de 31 de Agosto de 1835, despues de haber declarado que la navegacion del Duero será *libre para los súbditos de los dos reinos, añade:* " Esta libertad se extenderá solamente de *reino á reino* en toda la extension del rio *para los buques de las dos naciones.* La navegacion de cabotaje que se haga en la parte del rio *cuyas dos*

riberas pertenecen á uno de los dos reinos, continuará siendo del dominio de la nacion á que ellas pertenecen." ¡Qué extraña aplicacion del principio proclamado en 1815!

Inglaterra habia tomado una parte activa en las conferencias de Viena; el tratado de 30 de Mayo de 1814, que contiene la primera declaracion de la libertad de la navegacion, fué firmado en Paris en nombre de S. M. el rey del reino unido de la Gran Bretaña é Irlanda por los Ministros plenipotenciarios Lord Castlereag, Lord Aberdeen, Lord Cathcart y Lord Cárlos Steward. Lord Clancarty representó á Inglaterra en el Congreso, y firmó á su nombre el tratado general de 19 de Junio de 1815 y el acta 16ª del Congreso, que repiten casi textualmente la declaracion del tratado de Paris relativa á la libertad de la navegacion. Ella la ha propuesto, protegido y formalmente proclamado: esta declaracion, por decirlo asi, es obra suya; pero la ha puesto en práctica siquiera una sola vez? No.

Las actas de navegacion de Ricardo tercero y de Henrique séptimo, los estatutos de Isabel y de Jorge segundo, la carta marítima de Cárlos segundo arreglan todavia la navegacion de los rios interiores de Inglaterra, y los cierran á los pabellones extranjeros. El acta 16ª del Congreso de Viena no ha hecho ceder la severidad de sus disposiciones. Inglaterra se muestra siempre tan celosa como en otro tiempo del derecho de dominar exclusivamente los rios que bañan su territorio ó sus colonias. En 1842, treinta y siete años despues de los tratados de 1815, dió una nueva prueba de la enérgica obstinacion con que defiende este dominio.

El Senegal es la parte de Africa con la cual los europeos conservan relaciones comerciales mas antiguas é importantes. Esta comarca la baña un rio inmenso, el Gambia; cuyas orillas son habitadas por tribus nómades que no han pensado jamas en proclamar sus derechos de soberania sobre el vasto territorio que abandonan al primer ocupante. Es punto de un comercio importante de las producciones del interior del continente africano, de las cuales la mas preciosa es la goma. En uno de los parages mas extensos de este gran rio, construyeron los ingleses en otro tiempo el fuerte James, destinado á proteger el comercio de sus nacionales. El Gobierno frances construyó otro en lugar mas próximo á la desembocadura del rio, en donde se halla establecida la factoria de Albreda. Medió en 1783 un tratado en el cual Francia reconocia en Inglaterra el derecho de posesion del Gambia, del fuerte James hacia arriba. Inglaterra pretendió el dominio de todo el curso del rio, y, para apoyar sus pretensiones, fundó otro fuerte, el de Santa Maria de Bathurst, entre la factoria de Albreda y la desembocadura del Gambia.

Desde entonces dominó realmente el rio; la sola ocupacion de un punto en una de las riberas del rio le permitió poner á la navegacion de esta parte del Gambia las condiciones que juzgó á propósito dictar, las cuales vinieron á ser obligatorias aun para la nacion establecida en la parte superior del rio, y que habia tenido de hecho, durante largo

tiempo, la posesion así del punto ocupado por el fuerte de Santa María de Bathurst, como de las bocas del Gambia. En virtud de esta ocupacion, Inglaterra captura los buques que se niegan á saludar el pabellon ingles enarbolado en el fuerte que han construido. Habiendo entrado en las aguas del fuerte el *Senegambia*, buque frances, fletado por órden del Gobernador del Senegal, y convoyado por un buque de guerra, se intimó órden á este de que saludase con el pabellon la bandera de Inglaterra; y como se negase á someterse á esta exigencia, y no pasara por delante del fuerte, fué embargado el Senegambia.

En Diciembre de 1842 el *Galibi* que conducia á uno de los hijos del rey de los franceses, al príncipe de Joinville, pasó la barra sin querer reconocer la soberania de Inglaterra saludando el fuerte de Santa Maria de Bathurst. Este hecho dió margen á una correspondencia entre el conde de Aberdeen y M. Guizot, Ministros de Negocios extranjeros de las dos naciones, quienes en sus notas diplomáticas muestran cómo dos Estados que firmaron los tratados de Viena, pretenden aplicar el principio proclamado en ellos. El ministro ingles, despues de haber recordado los hechos, añade en nota del mes de Febrero de 1843: "La Gran Bretaña tiene derecho para exigir que sea respetada su soberania; *y que sean respetados los reglamentos que en virtud de ella le parezca bien establecer en Gambia*. Lo que exije el Gobierno ingles es que sea reconocido y respetado el derecho incontestable y no disputado de la Gran Bretaña á la soberania del Gambia; por cuyo medio podrán evitarse las desavenencias y choques. Pero, si los oficiales franceses perseveran en la conducta inconveniente que han observado, esta manera de proceder podria afectar seriamente la buena armonia que por fortuna existe entre ambos paises."

M. Guizot se rindió á estas razones, como lo prueba el siguiente texto de la nota que escribió en 24 de Marzo de 1843 al Conde de Aberdeen: "El infraescrito ha sido encargado de noticiar á Lord Aberdeen que las observaciones que hizo, han parecido al Gobierno frances *perfectamente fundadas*, y que, á consecuencia de ellas, se han librado órdenes al Gobernador del Senegal, para que sea desaprobada la conducta del oficial que manda el buque de vapor *Galibi*."

¿En qué estriba ese *derecho incontestable* de que habla el Conde de Aberdeen, y que el Gobierno frances reputa perfectamente fundado? En la mera ocupacion de un punto del territorio situado en la boca del rio; posesion sin importancia que basta para que Inglatera reclame, y Francia le reconozca, el dominio exclusivo del rio que baña el pié del fuerte; ella manda como señora, fuerza los buques extranjeros á reconocer su soberanía, y el hijo de un rey frances no puede pasar por delante de Santa María de Bathurst, sin ver á la bandera tricolor inclinándose delante del pabellon ingles! Esas dos grandes naciones estaban representadas en el Congreso de 1815, y el tratado de Viena no les impide vindicar sus derechos de soberanía absoluta en los rios que poseen.

En sus tratados, en sus actos, las naciones todas rinden homenage á este principio. M. Maury no hace ningun caso de la evidencia; y afirma qne la libre navegacion de los rios es hoy una verdad que resulta de la costumbre de todas las naciones; afirmacion tanto mas extraña, cuanto el oficial de los Estados Unidos tiene, cada dia, á la vista, la prueba de que Inglaterra pretende no ceder nada del derecho de dominio exclusivo que resulta de la propiedad de ambas orillas de la parte inferior del rio San Lorenzo, que baña los Estados del Norte de la Union. Mejor que nadie, M. Maury hubiera podido dar preciosas noticias acerca de la navegacion de ese rio; pero, no habiéndolo hecho, intentamos reparar esa omision importante, y queremos creer que involuntaria.

El San Lorenzo es la vasta corriente de agua que forma la comunicacion del Océano Atlántico con los lagos Superior, Michigan, Huron, Erie y Ontario. Las riberas septentrionales de los lagos y del rio pertenecian á Francia, propietaria del Canadá, y las meridionales á Inglaterra. En 10 de Febrero de 1763, de resultas de una guerra desastrosa, Francia cedió el Canadá á Inglaterra; con que vino esta á ser dueño de ambas riberas del San Lorenzo.

Sacudido por los Estados Unidos el yugo de la metrópoli, Inglaterra reconoció su independencia, y se fijaron los límites de ambas potencias en convenio de 30 de Noviembre de 1782 (1), no conservando Inglaterra mas que el Canadá y Nueva Escocia.

Los Estados Unidos poseen las riberas meridionales de los grandes lagos y las del San Lorenzo hasta los confines de Nueva Escocia. Inglaterra posee las riberas septentrionales de los lagos y del rio, igualmente que las meridionales desde el grado 45º de latitud hasta su desembocadura; por manera que desde este punto hasta el mar le pertenecen ambas orillas del rio.

Aquella inmensa corriente de agua baña todos los Estados del Norte y del Noroeste de la Union, formando un camino natural por donde sus producciones podrian fácilmente bajar al Océano; pero Inglaterra domina la desembocadura del rio, sostiene su derecho á la navegacion de esta parte de él, y la prohibe á los Estados Unidos.

Aquellas producciones no pueden salir de dichos Estados sino por una via mas larga y costosa; y por eso el Gobierno de la Union debia tratar naturalmente de obtener el derecho de navegacion en la parte inferior de los Estados Unidos; en lo cual tenian un interes urgente ocho Estados y el comercio entero de la Union. El Gobierno de Washington, en 1826, entabló con el Gobierno ingles, sobre la materia, discusiones diplomáticas en que se presentaron alternativamente todas las razones, todos los pretextos.

Aquel es el único paso, decian los diplomáticos americanos, por el cual pueden nuestros Estados del Noroeste comerciar con el

---

(1) Esta convencion fué ratificada en 3 de Setiembre de 1783, en el tratado de paz de los Estados Unidos é Inglaterra.

mundo. Inglaterra no negó la utilidad, pero invocó su derecho. ¿Intentó la Union disputárselo? ¿Alegó la propiedad de las fuentes y de una inmensa extension de la ribera meridional del San Lorenzo, como fundamento del derecho de navegar este rio hasta el mar? No. Los diplomáticos recordaron el tratado de Viena, y la Gran Bretaña respondió, que no juzgaba á propósito aplicar al San Lorenzo los principios que habia admitido en el tratado de 1815.

Sin embargo, habia poderosos motivos que militaban en favor de las pretensiones de la Union. Antes de la independencia, los americanos, entónces súbditos británicos, ejercian el derecho de navegar en el San Lorenzo, habian ayudado á conquistar el Canadá, y no reclamaban en 1826 sino un derecho que habian tenido en otro tiempo, y ser partícipes de las ventajas de un territorio que habian contribuido á conquistar. A estas razones que no carecian de valor, añadian los americanos otras mas ingeniosas que fundadas. Consideraban á los grandes lagos como mares internos, y al San Lorenzo como un estrecho que los juntaba con el Atlántico.

Inglaterra fué inflexible; dijo que los derechos anteriores no podian de ningun modo prevalecer contra el derecho nuevo, que resultaba de la propiedad no disputada de las dos riberas; siendo por su naturaleza el derecho de utilidad inocente, imperfecto y sometido al juicio de la nacion que lo concede, declaraba que debia negarlo á los Estados Unidos.

Tal era la regla que seguia aun Inglaterra en el momento en que escribia su memoria M. Maury, quien guarda el mas profundo silencio acerca de la navegacion del San Lorenzo; y sin cuidarse del mentís que la práctica da á su afirmacion, repite que la costumbre universal ha sancionado la libre navegacion de los rios.

Apénas ha algunos meses que Inglaterra ha juzgado conveniente á sus propios intereses hacer á la Union algunas concesiones en cambio de otras ventajas que esta le otorgaba; pero, léjos de reconocer el principio de la libertad de navegacion, Inglaterra ha recordado y sancionado solemnemente su derecho á la soberanía absoluta en la parte inferior del San Lorenzo.

"Podrán los americanos," dice la Convencion otorgada en 5 de Julio de 1854 entre los Gobiernos de los Estados Unidos é Inglaterra, ademas de los derechos que se les reconocen en el convenio de 1818, (1) "ir á pescar peces de mar á todas las costas de las provincias británicas de la América del Norte, y pasar á tierra á secar sus redes y preparar sus pescados, con tal que no usurpen los derechos de los propietarios ribereños, ni los de los pescadores británicos. Estas facultades no se aplican mas que á las pesquerías de mar, *y de ningun modo á las de salmon, sábalo, ni á ninguna de las otras que se hacen en los rios y sus desembocaduras, cuyo privilegio exclusivo*

(1) Convencion donde se arreglan los derechos de pesca de ambas naciones, conforme á la de 30 de Noviembre de 1782.

queda reservado á los pescadores británicos. De los privilegios concedidos á los pescadores americanos en las costas de las provincias británicas, *participarán tambien los ciudadanos británicos* en las costas de los Estados Unidos, al norte del grado 36º de latitud boreal; siendo unas mismas en ambos casos las restricciones."

"Los ciudadanos de los Estados Unidos," declara la misma convencion, "tendrán derecho para navegar en el San Lorenzo y en los canales del Canadá que comunican los grandes lagos con el Atlántico, pagando los mismos derechos de peaje y sometiéndose á los mismos reglamentos. Por otra parte, el Gobierno americano *concede á los súbditos británicos la libre navegacion del Michigan*, y se obliga á invitar los Estados á conceder á esos mismos súbditos el derecho de navegar en sus diversos canales respectivos."

"El Gobierno británico *se reserva la facultad de quitar á los americanos el privilegio de navegar en el Canadá;* y, en compensacion, los Estados Unidos podrán privar á los subditos británicos del derecho de navegacion en el lago Michigan."

"Una vez aplicado este decreto," dice tambien la Convencion, "durará vigente *diez años* y aun mas tiempo, á ménos que una de las dos partes contratantes *notifique lo contrario* con anticipacion de doce meses.

Inglaterra adquiere ventajas para el comercio de su colonia cediendo una parte de sus derechos; pero, léjos de abdicar el de su soberanía exclusiva en la boca del San Lorenzo, da un carácter enteramente provisional á la concesion hecha á los Estados Unidos; las ventajas mutuas que se conceden ambas potencias, no durarán mas que diez años, pasados los cuales, cesarán á virtud de una *mera notificacion* hecha por una de las partes. La Gran Bretaña pretende quedar tan libre para prohibir á los extranjeros la navegacion del San Lorenzo, que se reserva en cláusula formal *la facultad de quitar á los americanos el privilegio* que les concede por tiempo limitado, y con el único fin de recabar de la Union ciertas ventajas útiles al comercio de sus posesiones.

El ministro de negocios extranjeros del Gobierno británico ha puesto en práctica, en 1854, el principio ya proclamado el año de 1845 en la tribuna de la Cámara hereditaria de Inglaterra: (1) "Poseyendo Buenos Aires la soberania en ambas orillas del Paraná, tiene derecho para impedir que cualquier poder extraño penetre en lo interior de ese rio, *del mismo modo que nosotros tenemos derecho para prohibir la navegacion del San Lorenzo á cualquiera poder extraño.*"

La convencion celebrada entre los Estados Unidos é Inglaterra es conforme á la costumbre de todas las naciones, y una nueva prueba del extraño error cometido por M. Maury.

De todos estos hechos constantes, solemnemente conmemorados en tratados públicos, resulta evidentemente que la costumbre de las na-

(1). Discurso pronunciado por Lord Aberdeen en la Cámara de los Lores en la sesion de 17 de Junio de 1845.

ciones reconoce en cada Estado el derecho de regular la navegacion de los rios que posee en ambas orillas, y de excluir de ella á los extranjeros, sean ó no dueños de la parte superior de estos rios.

En vano se alega el ejemplo del tratado de Viena. Si algunos tratados particulares, en casos especiales, han derogado la costumbre universal, la necesidad de sancionar estas raras excepciones por medio de actos solemnes, es ella misma una prueba de respeto á la ley general de las naciones. "Uno ó dos tratados que se apartan de la costumbre," dice un publicista holandes que ya hemos citado, "no mudan el derecho de gentes." (1)

Por consiguiente el derecho de gentes consuetudinario confirma plenamente el principio indicado por el derecho de gentes natural.

III.

De la navegacion del Amazonas, segun los tratados públicos.

En su propio beneficio, pueden las naciones renunciar á una parte de sus derechos, obligándose entónces por medio de *tratados públicos*, los cuales son leyes que se dan á sí mismas y que son obligatorios á todas las partes contratantes.

Que el Brasil propietario de la parte inferior del Amazonas, tiene derecho absoluto para prohibir su navegacion á cualquier poder extraño, es el principio que hemos demostrado. La derogacion de esta ley general no puede proceder sino de la misma voluntad del que renuncia un derecho; por manera que, si no hay tratado que obligue al Brasil á dejar navegar sus rios interiores, él está sometido al derecho comun.

Antes de 1851, solo habia un tratado que regulase la navegacion del Amazonas; á saber, el de San Ildefonso, que se celebró entre España y Portugal en 1777. Portugal era entónces propietario de la boca del rio cuya parte superior regaba las colonias españolas. "La navegacion," dice el art. 13 de ese tratado, "de los rios por los cuales pasa la frontera ó límite de las dos naciones, será comun á ellas, en todo el espacio que el rio recorre entre dos orillas pertenecientes á las dos naciones; pero la navegacion y uso de dichos rios serán de la propiedad exclusiva de la nacion dueño de ambas orillas, contando desde el punto en que comience ese dominio." El Brasil y las repúblicas Hispano-americanas han sustituido á las dos naciones europeas; y las estipulaciones del tratado de San Ildefonso obligan á los nuevos Estados que han sucedido á España y Portugal, miéntras una nueva estipulacion, hecha de comun acuerdo, no haya abrogado el tratado de 1777.

No solo el derecho natural y el derecho de gentes consuetudinario dan al Brasil derecho para regular segun su sola voluntad, la na-

(1) Unum forte alterumve pactum quod a consuetudine recedit, jus gentium non mutat. Binkershoeck. De rebus bellicis, cap. 10.

vegacion de la parte del Amazonas que le pertenece, sino que tambien los tratados públicos han sancionado solemnemente ese derecho.

III.

Tratado de 23 *de Octubre de* 1851.

Una vez sentados los principios, su aplicacion, como ya hemos dicho, se reduce á un mero punto de geografía.

El Amazonas y sus numerosos tributarios riegan sucesivamente los territorios pertenecientes al imperio del Brasil, y á las repúblicas de Venezuela, Nueva Granada, el Ecuador, el Perú y Bolivia. El Amazonas propiamente dicho, el gran rio en que los afluentes vienen á derramar sus aguas, es casi enteramente brasileño; y los mas importantes de ellos, que son el Madeira, el Rio Negro y el Tapajoz, corren por entre dos riberas brasileñas durante la mayor parte de su curso.

Apoyado en el derecho de gentes, en la costumbre de las naciones, y en el tratado de San Ildefonso; podia el Brasil reservarse el derecho exclusivo de navegacion en sus rios interiores, y excluir de ella á cualquier poder extraño, aun á las repúblicas Hispano-americanas. Las naciones no habrian tenido otra cosa que hacer que respetar su voluntad soberana. Los Estados Unidos principalmente habrian reconocido sin duda en esa medida severa, la aplicacion del principio que ellos proclamaron tan firmemente en 1823. "Los derechos exclusivos de España," decia M. Adams en una nota que ha adquirido justa celebridad, (1) "en cualquier parte del continente, han cesado..... *Como inherente á la condicion de independencia y soberania nacional, el derecho de navegar en los rios interiores pertenece á cada una de las naciones americanas en su territorio respectivo.*" Esta serena y altiva respuesta dada á ilegítimas pretensiones, esa enérgica actitud de los Estados Unidos resueltos á no dejar violar sus derechos, son un ejemplo que podia imitar el Brasil.

Léjos de armarse con el rigor de un derecho incontestable, él se ha apresurado á hacer todas las concesiones conciliables con sus deberes para consigo mismo. Poblar vastas soledades, propagar por los desiertos de la América del Sur los beneficios de la civilizacion y del progreso, convidar la agricultura y la industria á recoger y á multiplicar con felices esfuerzos las riquezas de un suelo ya pródigo; he aquí la ambicion del Gobierno del Imperio. Para asegurar el buen éxito de esta grande empresa, debia á un tiempo tomar medidas liberales que atrajesen la emigracion europea, y medidas prudentes que no expusieran la seguridad del Estado. Unido con lazos de mancomunidad á naciones vecinas, emancipadas ayer y sedientas como él del progreso, resolvió ayudar con todo su poder los nobles deseos de que participaba, propuso espontaneamente á las Repúblicas Hispano-americanas trabajar de mancomun en la prosperidad de la América del Sur; y

(1). Nota de 22 de Julio de 1823 de M. Adams á M. Rush.

les ofreció abrir á sus banderas la inmensa vía de comunicacion del Amazonas. Gracias al desinteres del Brasil, podian así aquellas naciones llevar á poca costa las producciones de su territorio hasta el Atlántico, y enviarlas de allí á todos los continentes.

Con este fin se propuso una convencion á los Gobiernos de la República Hispano-americanas, se entablaron negociaciones diplomáticas; y el Perú firmó en 1851 el tratado siguiente.

Convencion especial de comercio, navegacion fluvial, extradicion y límites, celebrada entre el imperio del Brasil y la República del Perú, en 23 de Octubre de 1851.

"S. M. el emperador del Brasil y la República del Perú, igualmente animados del deseo de facilitar el comercio y navegacion fluvial, por la frontera y rios de uno y otro Estado, han resuelto fijar, en una convencion especial, los principios y medios de un ensayo destinado á dar á conocer las bases y condiciones con que mas adelante podrán establecerse definitivamente ese comercio y navegacion. Con ese fin &c."

"Art. 1°. S. M. el emperador del Brasil y la República del Perú, deseando favorecer el establecimiento de la navegacion por vapor en el Amazonas y sus afluentes, navegacion que, asegurando la exportacion de los inmensos productos de estas vastas regiones, contribuirá á aumentar la poblacion y á civilizar las tribus salvages, declaran las mercancías, productos y embarcaciones que pasen del Brasil al Perú ó del Perú al Brasil por la frontera y rios de uno y otro Estado, exentas de todo derecho, impuesto ó arbitrio á que no estén sometidos en su propio territorio los mismos productos, con los cuales quedan enteramente asimilados."

"Art. 2.° Las altas partes contratantes, conociendo cuan dispendiosas son las empresas de navegacion por vapor, y comprendiendo ademas que la *navegacion del Amazonas, que, desde su boca hasta el litoral del Perú, debe pertenecer exclusivamente, á los Estados ribereños respectivos*, no deben producir ninguna ventaja á los empresarios en los primeros años, convienen en dar durante cinco años una subvencion á la primera empresa que se establezca, &c."

"Los otros Estados ribereños que, *adoptando los mismos principios*, quisieren tomar parte en la empresa bajo las mismas condiciones, contribuirán tambien por su parte á la subvencion." (1)

"Art. 8.° Las altas partes contratantes estipulan que los artículos 1°, 2°, 3°, 4° y 5° de esta convencion estarán vigentes *durante seis años*, los cuales comenzarán á correr desde el dia del canje de las ratificaciones. Pasado este término, continuarán aplicándose durante las negociaciones entabladas para la renovacion ó modificacion

(1) Los artículos 3.°, 4.°, 5°, 6.° y 7.° son relativos á la extradiccion de desertores y esclavos, y á la fijacion de los límites de ambos Estados.

del presente tratado, á ménos que una de las dos altas partes contratantes haga alguna notificacion en contrario."

"Fecho en Lima á 23 de Octubre de 1851."

Este convenio fué ratificado por el emperador del Brasil en 16 de Marzo de 1852, por el Gobierno del Perú el 1.° de Diciembre de 1851, y el canje de las ratificaciones se efectuó en Rio Janeiro en 18 de Octubre de 1852.

El Brasil, en beneficio del progreso y del comercio, abre sus rios interiores al Perú; pero, como debe velar en que una medida liberal no se convierta en peligro continuo contra su seguridad, el Brasil no llama á navegar la parte del Amazonas que le pertenece, sino á las naciones ribereñas. Siendo dueño de regular esta navegacion segun sus propios intereses, concede un derecho á naciones amigas y vecinas para quienes esta concesion es una riqueza inesperada; pero mantiene la exclusion respecto de las naciones extranjeras, no siguiendo los consejos de una política mezquina, sino impelido de la necesidad de velar por su propia seguridad. Con esto no priva á las naciones de ninguna ventaja, pues lo que hace, es no darles parte en los beneficios que concede á otros.

Es por cierto un espectáculo digno de interes ver á una nacion jóven que apénas acaba de salir de las dificultades de su organizacion naciente, entrando valientemente en la vía del progreso; tentativa animosa por la cual ha merecido el Brasil elojios de todas las potencias.

¿Como es posible que sea precisamente esa medida desinteresada lo que ha movido á M. Maury, segun lo veremos despues, á hacerle los cargos mas injustos y acerbos?

Podríamos pararnos aquí. Hemos establecido los principios del derecho internacional respecto á la navegacion interior de los rios; hemos visto que la costumbre universal de las naciones guarda armonía con el derecho de gentes natural; hemos demostrado que el derecho convencional, léjos de derogar estos principios, confirmaba el derecho comun con respecto á la navegacion del rio de las Amazonas.

El Brasil, dueño de la parte inferior de ese rio, tiene derecho absoluto para arreglar su navegacion, segun su sola voluntad. Las pretensiones de las naciones deben fracasar en esa consecuencia lógica de los principios mas incontestables. Hemos visto que el Brasil, con el laudable deseo de acelerar el progreso de la civilizacion y de imprimir á su imperio un arranque comercial, sacrifica una parte de su derecho exclusivo, y abre sus rios á naciones vecinas.

Parece que la evidencia no existe para ciertos entendimientos cegados por la ambicion nacional. M. Maury sostiene que el derecho de gentes no permite de ninguna manera al Brasil ejercer su soberanía sobre el Amazonas, que la navegacion de este gran rio es libre para todos los pabellones en general, y especialmente para el de la Union; que el tratado de 23 de Octubre de 1851, que permite al Perú navegar

en el rio brasileño, es una barrera levantada por el Brasil contra el progreso y la civilizacion !

Para completar nuestra tarea, vamos á refutar las pretensiones de M. Maury. Despojemos su doctrina de todas las pomposas declamaciones con que la cubre, y veremos que se reduce definitivamente á apelar á la violencia.

IV.

De la memoria de M. Maury.

Cuando se enuncia claramente una teoría, es fácil apreciarla, y dar cuerpo á lo que en ella sea conforme ó contrario á los principios reconocidos por ciertos. Este sencillísimo método apénas puede seguirse con M. Maury; y á la refutacion de su doctrina debe preceder necesariamente el trabajo de definirla. Quien vea el cuidado que ha puesto el autor de la memoria el *Amazonas* en sepultar su teoria bajo las mas asombrosas contradicciones, creerá que él mismo se ha avergonzado de exponerla á la luz del dia.

Ya pide la abertura del Amazonas para las repúblicas Hispanoamericanas, ya habla en nombre del mundo entero; pero abogue en favor de Bolivia ó de la humanidad, nunca se olvida de conceder á la Union americana una amplia parte en las ventajas que reclama. A veces reconoce implícitamente la soberania del Brasil en sus rios interiores, y luego exije imperiosamente como derecho absoluto lo que solicitaba como favor.

Entre todas estas sutilezas y ambigüedades sobresale una pretension inaudita. La única conclusion que puede sacarse de la memoria de M. Maury, es que todas las naciones tienen derecho para navegar en el Amazonas como en alta mar. Por cierto que la pretension no carece de importancia, y bien merecia que se sostuviese con algunas razones, con algunos argumentos; pero M. Maury pensó que bastaba su afirmacion.

Para sentar su doctrina emplea un medio mas cómodo que lógico; pues una frase vaga é invariable sirve á las veces de prueba á todos sus asertos y de respuesta á todas las objeciones. Por ejemplo, si sostiene que la nacion propietaria de las fuentes de un rio, tiene derecho para navegarlo hasta su boca, no pierde el tiempo en demostrar su afirmacion, sino se contenta con decir que esta pretension es conforme *á la justicia, á la política del comercio, á las luces del siglo y á los principios del derecho de gentes natural.* Si vindica para todas las naciones en general, y particularmente para los Estados Unidos, la facultad de entrar en los rios del Brasil, lo hace tambien en nombre de la *justicia, de la civilizacion y de los principios eternos del derecho.* Si pretende que el Brasil, cerrando la boca del Amazonas á los pabellones extranjeros, insulta al

pueblo americano, invoca siempre el nombre *de la justicia, de la civilizacion y del derecho*! Pero parece que M. Maury no ha pensado siquiera en establecer claramente los principios que indica, y que se empeña en merecer aquellas severas palabras de Bentham. "Ya no se puede razonar con fanáticos armados del derecho natural, que cada uno entiende como le conviene, del cual no quiere ceder ni quitar nada, que es inflexible á la par que ininteligible." (1)

Para huir del mismo cargo, hemos comenzado recordando las reglas del derecho internacional acerca de la navegacion de los rios. Despues de haber asentado una base fija, hemos llegado á sacar una conclusion enteramente opuesta á la de la memoria de M. Maury.

Réstanos examinar algunos de los errores de que está llena. No nos fijamos sino en las pretensiones con que quiere canonizar un derecho contrario á aquel cuya verdad hemos demostrado, no pudiendo censurar las inexactitudes cometidas por M. Maury acerca del clima, las producciones diversas, las riquezas de la hoya del amazonas. Léjos de haber calumniado al Brasil en este punto, se complace en describir las maravillas de estas comarcas, y hasta en exajerar sus ventajas. Describe poéticamente las bellezas del valle de las Amazonas; *su clima benignísimo, su primavera eterna, sus flores y sus frutas deliciosas, los arroyos arrastrando granos de oro por un cauce de diamantes.* Si hemos de creerle, todos los afluentes del gran rio pueden navegarse con buques de vapor; las rocas que se levantan bajo las olas, las cascadas, son accidentes pintorescos, por desgracia mas favorables á la poesia que á la navegacion. M. Maury enumera con tanta complacencia las producciones que cubren el suelo, los tesoros enterrados en *las minas*, que nos imaginaríamos que ha oido resonar en sus oidos las palabras seductoras de la tentacion: *Todo esto es tuyo*! No podemos mostrar las exageraciones que le arranca su entusiasmo interesado, porque esta tarea ya la ha desempeñado con mano maestra un escritor brasileño, (2) y nos limitaremos á refutar los extraordinarios argumentos que M. Maury presenta en apoyo de su sistema.

I.

Del derecho de tránsito inocente.

"El aire libre de los cielos," dice M. Maury, "las aguas de la tierra, fueron criadas por el Omnipotente para uso y placer del género humano. El aire y el agua que no pueden agotarse nunca con el uso, son de la propiedad comun de todos los hombres."

"Bolivia y otras siete naciones independientes poseen rios nave-

(1) J. Bentham. Falsas maneras de razonar en materia de legislacion.

(2) El Sr. de Castro Moraes Antas. Breve respuesta á la memoria del teniente Maury acerca de las ventajas de la libre navegacion del Amazonas.

gables que desaguan en el Amazonas y La Plata : pero no poseen las bocas de estos rios. ¿ Por ventura no tienen el derecho de seguir el curso de sus rios y de bajar hasta el mar? ¿ No exigen los intereses del comercio que se dé importancia á este derecho, á fin de que, si alguna de aquellas ocho naciones desea comerciar con nosotros ó con el resto del mundo, pueda hacerlo por medio de aquellas vias naturales de comunicacion?"

Los Estados Unidos no son ribereños del Amazonas; aun suponiendo que la propiedad de las fuentes dé derecho á la navegacion de todo el curso del rio, la Union no tiene siquiera que invocar ese pretexto, porque aquella cuestion la habrán de debatir pueblos vecinos y amigos; pero M. Maury tiene á bien mostrar la conveniencia de la intervencion de los Estados Unidos en una disputa que no les toca.

Mas adelante pide para el mundo entero la libre navegacion del Amazonas, lo cual no es al principio mas que una concesion cuya utilidad prueba al Brasil: "El Brasil obraria sabiamente no solo abriendo el Amazonas á todos los pabellones, sino tambien permitiendo al comercio extranjero entrar en el Tocantin y todos los afluentes del Amazonas. "Si alguna de las repúblicas Hispano-americanas abriese á todas las naciones amigas los puertos situados dentro de su territorio, en los afluentes del Amazonas, y si algun buque americano ó ingles, navegando con su propio pabellon, emprendiese con el fin de comerciar un viaje hasta esos puertos, ciertamente no querria el Brasil en nuestro siglo ilustrado ser un segundo Japon, obstruyendo el paso al buque." Aconsejando al Brasil la adopcion de nna medida que cree ventajosa, M. Maury rinde homenage al derecho de soberania que tiene el Imperio en sus rios; y sin embargo, no por eso deja de reclamar como derecho absoluto una concesion que poco ha solicitaba de la liberalidad del Brasil!

Este derecho de uso inocente, léjos de existir en favor de los Estados Unidos, no podrian invocarlo ni aun las naciones ribereñas del Amazonas.

M. Maury, alegando el derecho de uso inocente, copia casi textualmente un pasage célebre de un antiguo jurisconsulto. Con efecto, Grocio defiende que, como resto de la comunidad primitiva de los pueblos, las cosas de uso inagotable, están todavia á la disposicion de todos. "Cosas," dice, "cuya extension es tan grande, que bastan para el uso de todos los pueblos: como el mar para sacar agua y para navegarlo. *Res quarum tanta est magnitudo ut ad usum omnibus populis sufficiant: ut mare ad aquam hauriendam, ad navigationem.*" (1) Grocio, participando del error de los jurisconsultos romanos, comfundia las cosas comunes y las públicas, las cuales ya hemos insistido en que es necesario distinguir.

Pero Grocio no sienta de ningun modo que el derecho de uso inocente sea absoluto é ilimitado; por el contrario, lo somete á condi-

(1) Grocio. Lib. 2. °, cap. 2, § 3.

ciones severas, lo restringe á casos de extrema necesidad. "El orígen de este derecho, es la ley de la naturaleza que nos ordena amar al prójimo como á nosotros mismos y servirle; *en una necesidad urjente* (in gravissima necessitate) tiene derecho á usar de una cosa mia como si yo no la poseyese." (1). En otra parte añade que nunca puede ejercerse este derecho *con perjuicio de nadie.*

Ademas, Grocio no ha pretendido jamas dar á este derecho un carácter perpetuo, permanente. "Estamos obligados á dejar pasar á los extranjeros por las tierras, rios y lugares del mar que pueden pertenecernos, cuando, echados de su patria, tratan de establecerse en alguna tierra inhabitada, ó van á traficar con un pueblo distante, ó han emprendido una guerra justa." Bien indican estos ejemplos que Grocio miraba el derecho de tránsito como esencialmente eventual. Segun eso, subordina su existencia á dos condiciones indispensables: 1º un uso accidental, momentáneo. 2.º Una utilidad inocente, es decir: que la ventaja que pretende la nacion extranjera, no debe nunca causar perjuicio á la nacion propietaria.

El mismo Grocio declara que solo á la nacion propietaria toca decidir si el uso que quiere hacerse de su propiedad puede ó no causarle perjuicio. "El efecto de la propiedad es que la conveniencia del propietario prefiere á la de todos los demas; que el derecho que tenemos al uso de las cosas pertenecientes á otro, no debe causarle pérdidas ni inconvenientes; y que el derecho de uso inocente *no es un derecho perfecto* como el de necesidad, pues toca *al poseedor juzgar si el uso que pretendemos hacer de la cosa que le pertenece, le ocasionará daños ó dificultades.*"

Por tanto, la nacion propietaria conserva el derecho eminente y perfecto de decidir en qué casos es el tránsito inocente ó perjudicial á sus intereses. Supongamos que uua nacion quiere pasar por cierto territorio por ser esto necesario á sus intereses, y que la nacion propietaria, para protejer su seguridad, necesita mantener su derecho exclusivo de soberanía: he aquí dos necesidades encontradas, la del Estado á quien no pertenece el territorio, y la del Estado dueño de él; ¿cuál deberá vencer? Siempre la del Estado propietario; porque primero debemos pensar en nosotros mismos que en los demas: *prima causa est sui ipsius, secunda proximi.*

Tales son las restricciones que Grocio pone al derecho de uso inocente, que los publicistas consideran á una voz como esencialmente imperfecto.

Wolff en sus *Instituciones de Derecho natural* y *de gentes*, enseña la misma doctrina: "El derecho que tenemos al uso inocente de las cosas que pertenecen á otro, ha sido llamado derecho de utilidad inocente, como para recordar que es un deber imperfecto."

"En virtud de los derechos de utilidad inocente, resto de la comunidad primitiva, debe concederse el paso á los viajeros y á las

---

(1) Grocio. Libro 2, cap. 2, § 3.

mercancias por las tierras y rios sujetos á nuestro dominio, y tambien hay que permitir á los viajeros la residencia con justas causas. Pero, como, en virtud de la libertad que pertenece á las naciones, *toca á cada una de ellas ó á quien representa sus derechos, decidir* si el paso ó la residencia les serian dañosos, debe concluirse *que no es permitido pasar por un territorio ó permanecer en él sin consentimiento expreso ó tácito del dueño.* Y por la misma razon es evidente, que corresponde al señor del territorio dictar las condiciones con que quiere permitirlo." (1).

Podemos, segun Puffendorf (2) tener buenas razones para negar el paso á las mercancías extranjeras ya por las tierras, *ya por los rios ó brazos de mar* que están bajo nuestra dependencia: porque, ademas de que la demasiada afluencia de extranjeros es á veces nociva y sospechosa á un Estado, ¿por qué el soberano no ha de asegurar á sus propios súbditos las ventajas que los extraños podrian sacar del paso que se les concede? Convengamos en que, permitiendo á los extranjeros trasportar sus mercancías, sin pagar nada por el tránsito, no sufrimos ningun perjuicio, y que no nos lo causan aprovechando una ventaja de que podriamos gozar ántes que ellos; como no tienen ningun derecho para privarnos de la misma, ¿por qué no hemos de tratar de reservárnosla para nosotros? *¿por qué no hemos de preferir nuestro interes al suyo?*

A estas autoridades debe juntarse la de Vattel: "Llámase uso inocente ó utilidad inocente, la que que pueda sacarse de una cosa sin causar pérdida ni incomodidad al dueño; y derecho de uso inocente, es el que tenemos á esa utilidad ó uso que puede sacarse de las cosas pertenecientes á otro, *sin causarle pérdida ni incomodidad.*"

Este derecho de uso inocente no es un derecho perfecto como el de necesidad; porque toca al dueño juzgar si el uso que quiere hacerse de la cosa que le pertenece, no le causará daño ni incomodidad. Si otros pretenden juzgarlo y constreñir al propietario en caso de negativa, no será ya dueño de sus bienes. *Frecuentemente el uso de una cosa parecerá inocente, aunque en efecto no lo sea, al que quiere aprovecharla;* intentar forzar al dueño, es exponerse á cometer una injusticia, ó mas bien cometerla efectivamente, porque es violar el derecho que le pertenece de juzgar lo que tiene que hacer. Por consecuencia, en todos los casos susceptibles de duda, *no tenemos sino un derecho imperfecto al uso inocente* de todas las cosas agenas." *(3)*

Burlamaqui sienta las reglas que deben seguirse en los casos de necesidad extrema: "Para juzgar," dice, (4) "con mas precision de los casos en que la obligacion imperfecta pasa á ser perfecta y rigo-

---

(1) Wolff. Instituciones de derecho natural y de gentes, cap. 4.°, § 1,130 y cap. 5.°, § 311.

(2) Puffendorf. Tratado de derecho natural y de gentes.

(3) Vattel. Derecho de gentes, lib. 2, § 127 y 128.

(4) Elementos de derecho natural, cap. 3.

rosa, deben establecerse estas tres condiciones: — 1° que la persona que exige de nosotros un servicio, esté en peligro de perecer, ó á lo ménos expuesta á padecer un daño muy considerable; — 2.° que no pueda dirigirse sino á nosotros para salir del apuro; — 3.° en fin, que no nos encontremos nosotros mismos en la propia necesidad, es decir, que podamos acceder á lo que se nos pide, sin exponernos á graves peligros."

Esta importante unanimidad de los publicistas no deja ninguna duda acerca del carácter imperfecto del derecho de uso inocente. Los autores modernos, que han escrito respecto á la aplicacion de los principios del derecho natural, al comercio internacional, han adoptado la misma teoría. Chitty, en su célebre obra, la desenvuelve así: (1) "Sentado el principio de que los deberes de la humanidad nos permiten, en caso de competencia, preferirnos á los otros, nada exageramos concluyendo que, *siempre que hai probabilidad de que cualquier concesion hecha á los extrnjeros, ofenda nuestros intereses, tenemos derecho perfecto para negarla*; y este perjuicio que tememos no existe solo en el caso en que nuestra moral, nuestras leyes ó nuestra seguridad, pudieran quedar expuestas, sino que basta que deseemos sacar ó beneficiar nosotros mismos la ventaja otro solicita para sí. Por consiguiente, los argumentos de los que sostienen la libertad del paso de las mercancias como derecho natural y perfecto, se reducen en derecho y justicia comun á esta mera proposicion:—Una nacion no debe negar á sus vecinos amigos ventajas que puede concederles sin pérdida ni inconveniente para sí misma,— proposicion eminentemente clara, y que pocos Estados tendrán tentacion de poner en duda. Y puede afirmarse sin vacilar, que mas allá de este punto, el *permiso de transitar los súbditos y las mercancias de los otros Estados, á no haberse estipulado en tratados, no es un deber en ningun respecto,* ménos quizá en algunos casos extraordinarios en que la negativa seria contraria á la voz de la humanidad."

Wheaton, publicista americano, que ha escrito inspirado por los principios mas liberales, se expresa en estos términos. (2) "Las cosas cuyo uso es inagotable, como el mar y el agua corriente, no pueden ser apropiadas de manera que se prive á los otros del uso de estos elementos; *pero no pueden usarlas sino con la condicion de que no resulte pérdida ni inconveniente al propietario.* Así hemos visto que la jurisdiccion ejercida por una nacion en las radas, estrechos y otros brazos de mar que, pasando por dentro de su territorio, juntan dos mares comunes á todas las naciones, no quita á las demas el derecho de tránsito inocente por estas vias de comunicacion. El mismo principio es aplicable á los rios que corren de un Estado al mar por el territorio de otro Estado. El derecho de navegar con fines comerciales en un rio que cruze el territorio de diferentes Estados, es comun á todas las nacio-

(1) Chitty. Leyes comerciales, tomo 2.°

(2) Elementos de derecho internacional, pág. 243.

nes que habitan las diferentes partes de aquellas riberas; pero *como este derecho no es sino de tránsito inocente, lo que los publicistas llaman derecho imperfecto,* su ejercicio es nesesariamente modificado por la seguridad y la conveniencia del Estado á quien afecta; y no puede realmente asegurarse sino por medio de un tratado mutuo que arregle su ejercicio,"

En resúmen, el derecho de uso inocente no se confunde con el derecho de necesidad; no es mas que un derecho imperfecto, no se ejerce sino en casos accidentales y bajo la condicion de no causar ningun perjuicio á la nacion propietaria. Solo esta puede decidir si el uso le es perjudicial ó no.

Apliquemos estos principios; y las pretensiones de M. Maury caerán por sí mismas.

Tenemos empeño en probar que á la luz del derecho, segun el rigor de los principios, los Estados dueños de los afluentes del Amazonas, no pueden pretender la navegacion de la parte inferior de este rio, sin que por eso aconsejemos al Brasil que les cierre esta gran via de comunicacion. El Gobierno del Imperio ha ofrecido tratados de navegacion á las cinco repúblicas; el pabellon del Perú ondea ya en medio del imperio del Brasil; pero esos Estados derivarán tal facultad no de un derecho natural, sino solo del benévolo consentimiento del Imperio.

M. Maury pretende que las repúblicas Hispano-americanas tienen un derecho natural á esa navegacion, y aun que no puede cerrarse el rio á ningun pabellon.

Ejerciendo el Brasil en el Amazonas el derecho de soberanía y de imperio, es propietario de la parte del rio que riega su territorio; y solo en un caso, que es el de extrema necesidad, tendria una nacion extraña derecho absoluto para usar de semejante propiedad.

¿Tienen esa extrema necesidad los Estados ribereños del Amazonas?

El Orinoco atraviesa á Venezuela, cuyas costas baña el mar de las Antillas; el territorio meridional de esta República que forma parte de la hoya del Amazonas, no es mas que un vasto desierto.

Nueva Granada posee puertos excelentes en el Grande Océano y en el Mar de las Antillas. Los últimos límites de su territorio están mas próximos al mar que á la boca del Amazonas.

El Ecuador puede dar salida á sus producciones y recibir sus mercancias de exportacion por la costa del Océano Pacífico.

El Perú tiene en el mismo mar muchos puertos cómodos, frecuentados por los buques mercantes del antiguo y del nuevo continente.

Tambien Bolivia se extiende por las riberas del Grande Océano, donde tiene el puerto de Cobija, por el cual pueden despacharse sus producciones para el Asia y llegar á Europa doblando el Cabo de Hornos. Si este puerto, situado en el desierto de Acatama, no basta para su comercio, el Paraguai y sus grandes afluentes, el Pilcomayo, el Ber-

mejo, ofrecen á sus mercancias un camino fácil hácia el Atlántico, por medio del Paraná y del rio de la Plata. Tambien Bolivia es regada por los afluentes del Amazonas; pero la parte superior del Madeira y del Tapajoz ofrece á la navegacion obstáculos casi insuperables; la via natural de comunicacion de Bolivia con el Océano, es el Paraguai y sus afluentes, que suben hasta el centro de la República. Lo ha demostrado recientemente M. Leon Favre en un trabajo acerca de los rios de Bolivia. Despues de haber descrito el curso de los afluentes del Amazonas, el Beni, el Mamoré y el Madeira, indicado las cataratas, las corrientes rápidas, que hacen peligrosa y difícil la navegacion por estas corrientes de agua, y manifestado el trabajo prodigioso que seria necesario para cortar la catarata de *San Antonio* y el famoso *salto de Ictama*, concluye que estos numerosos y enormes obstáculos no podrán ser superados sino en un tiempo cuyo término es imposible fijar, "miéntras que el Bermejo," añade él, "está aquí á nuestras puertas arrastrando apaciblemente sus olas hasta el Atlántico, y ofreciendo el medio mas pronto de libertar á Bolivia de su prision" (1)

Cada uno de estos Estados tiene una ó mas salidas para su comercio.

No existiendo el caso de necesidad, no tienen sino un derecho esencialmente imperfecto á la navegacion del Amazonas. Las ventajas que sacarian de la facultad de navegar estos rios serian inmensas; pero el *uso inocente* está sometido á rigorosas condiciones.

Desde luego se requiere que este uso no cause ningun daño á la nacion propietaria.

En segundo lugar, á la nacion propietaria es á quien corresponde decidir si ella puede hacer la concesion sin perjudicar sus intereses.

Sea cual fuere su decision, es necesario someterse á ella.

La facultad concedida á las repúblicas Hispano-americanas, de navegar hasta la boca del Amazonas; forzaba al Brasil á tolerar la residencia permanente de extranjeros, en medio de tribus semi-salvajes no acostumbradas á la obediencia; el Brasil podia creer que esto ponia en peligro su seguridad, y tambien desear conservar para sí las ventajas resultantes de esa navegacion, en vez de dividirlas con otros, y responder con una negativa formal á la solicitud de aquellos Estados.

A eso tenia derecho; pero confiando en la buena fe de potencias amigas, ligadas á su imperio con intereses y necesidades comunes, ofreció sacrificar su derecho exclusivo, y contraer una santa liga en favor del progreso, de la civilizacion y del comercio.

Así es como la república del Perú, que aceptó la generosa proposicion del Brasil, puede trasportar directamente sus producciones hasta el Océano, por medio del Amazonas. El orígen de esta facultad es, no un derecho, sino la concesion otorgada por el imperio del Brasil, en ejercicio de su soberania.

---

(1) *Noticia sobre la navegacion de los rios de Bolivia*, por **M. Leon Favre**, cónsul general y encargado de negocios de la república francesa.

Los demas Estados ribereños, aceptando las mismas condiciones, dando al Brasil las mismas garantias, podrán gozar de las propias ventajas. Piensa el Brasil que, si faltan esas condiciones, le seria peligroso abrirles sus rios. Solo él puede decidir si la medida conviene, ó no, á sus intereses, en una palabra, si el uso que otros quieren hacer de su propiedad, es ó no inocente.

Tal es la consecuencia lógica de los principios que hemos desenvuelto.

M. Maury no tiene cuenta con esos principios, y afirma contra la evidencia, que el derecho de uso inocente confiere á las naciones ribereñas del Amazonas, la facultad de navegar en todo el curso del rio, aun cuando se opusiese el Brasil. No contento con haber elevado á verdad esta pretension errónea, aconseja á las naciones extranjeras, que *saquen provecho*, en nombre de las repúblicas Hispano-americanas, del pretenso derecho, que él no se toma siquiera el trabajo de establecer ni de discutir! Esta conclusion inesperada prueba ciertamente mas en favor de la audacia, que de la lógica del oficial americano.

Mas no se detiene aquí. El celo con que prohija los intereses de las repúblicas de la América del Sur, mereceria á M. Maury los mayores elogios, si á veces no dejase penetrar el blanco á que aspira. El no reclama en favor de esos Estados la facultad de bajar y subir el Amazonas hasta el mar, sino para dar á los Estados Unidos pretexto de penetrar en el corazon mismo de la América del Sur. "Si estas naciones abriesen sus puertos interiores," dice, "y si algun *navio americano* ó ingles, navegando con *su pabellon nacional*, quisiese penetrar hasta dichos puertos, el Brasil no le cerraria la boca del Amazonas." He aquí el misterio de una amistad que, por demasiado grande, no puede ser sincera.

¿Qué razon alegaria M. Maury?

¿La necesidad? M. Maury, á pesar de toda su maña, no saldria con la ridícula empresa de probar que los Estados Unidos tienen necesidad de navegar en el Amazonas.

¿El derecho de uso inocente? La voluntad del Brasil, único que tiene la facultad de decidir, en semejante materia, de lo que exijen sus intereses, bastaria para enervar la pretension; y mucho dudamos que no halle ningun inconveniente en dejar á los Estados Unidos penetrar en lo interior de su territorio.

¿Qué derecho queda á M. Maury que invocar en apoyo de su audaz reclamo? Ninguno, á ménos que sea el del mas fuerte.

Nos compadeceríamos sinceramente de las repúblicas de la América del Sur, si llevadas de las protestas de amistad de M. Maury, prestasen oido á peligrosas sugestiones.

M. Maury, olvidando el tratado de 23 de Octubre de 1851, y las proposiciones generosas hechas por el Imperio á las repúblicas españolas, les designa al Brasil como al enemigo de su prosperidad naciente, y les deja vislumbrar que los Estados Unidos aceptarian con

entusiasmo propuestas de intervencion. ¿Por qué M. Maury, que se jacta con cualquier motivo de su amor á la humanidad, sopla la discordia entre Estados amigos y vecinos? ¿Esperaria acaso que su patria recogiese los frutos de la fatal desunion? Si por desgracia uno de los referidos Estados se dejase extraviar por estos pérfidos consejos, quedan por mucho tiempo expuestas la paz, y con ella el progreso naciente, y toda la América meridional, amenazada de un peligro que fuera difícil precaver; no tardando mucho en arrepentirse el Estado que hubiese tenido la ceguedad de llamar estas desgracias. Si los Estados Unidos pusiesen un pié en el Brasil, ¿quién seria capaz de poner dique á su ambicion?

Paz y union entre los Estados ribereños del Amazonas, es lo que les aconsejan la naturaleza y el interes comun.

El Brasil, Bolivia, El Perú, el Ecuador, Nueva Granada y Venezuela tienen que realizar una obra inmensa y gloriosa. Unidas por las mismas necesidades, los mismos intereses y tambien los mismos peligros, esta preciosa mancomunidad es la prenda del buen éxito de su grande empresa: á saber, la civilizacion de la vasta hoya de las Amazonas. La amistad estrecha y leal entre todos esos Estados, les permitirá asegurar la eficacia de sus esfuerzos comunes con medidas cada vez mas amplias y fecundas: gracias á esta union, todas sus fuerzas podrán dirigirse al mismo fin, la emigracion europea traerá á estas bellas comarcas la única riqueza que les falta, es decir, el trabajo. Una poblacion laboriosa cubrirá las riberas desiertas de los afluentes del Amazonas, la industria añadirá sus maravillas á las maravillas de la naturaleza, y la América meridional tendrá derecho para envanecerse con su prosperidad y civilizacion.

II.

Del derecho de comercio.

"El comercio y no la conquista, esa es la política de los Estados Unidos. El espíritu del siglo, impelido á las grandes empresas, encuentra siempre nuevos campos para sus pacíficos triunfos; pero en ningun punto del orbe puede producir el comercio resultados tan maravillosos como en el Amazonas y los otros grandes rios de las costas atlánticas de la América meridional."

Con esta declaracion pacífica comienza M. Maury su memoria; al leerla, nadie sospecharia la borrascosa conclusion á que conduce un principio tan tranquilo. Sin embargo, M. Maury no disimula demasiado su pensamiento. Aun ántes de entrar en la descripcion de las riquezas que encierra la hoya del Amazonas, no puede dejar de manifestar sus deseos en esta frase imprudente: "*Se habla mucho de Cuba y del Japon; pero, entre todas las cuestiones diplomáticas del dia*, ninguna es mas importante, ninguna interesa mas á los Estados Unidos, que la navegacion de estos rios magestuosos y de sus afluentes."

Apénas se puede anunciar con mas lisura al Brasil la visita próxima de una escuadra de guerra de los Estados Unidos; y para cortar la *cuestion diplomática* que interesa en tanto grado á la Union, enviarán sin duda por embajador á otro general López.

Volveremos á estas amenazas que rompen á menudo el velo trasparente que las cubre, y ciñámonos por ahora á examinar cuál es la política del comercio de que saca M. Maury semejantes consecuencias.

"La política del comercio, y el comercio es la política de los Estados Unidos," dice el autor de la memoria que refutamos, "*exige que se abra este rio* (el Amazonas) *á los buques de vapor*, que se pueble y cultive este valle, y que se introduzcan en él las artes, la industria y el comercio."

El derecho de gentes ha sentado tambien los principios del derecho comercial; pero ellos distan de guardar perfecta armonía con los de M. Maury.

La humanidad no ha sido arrojada al mundo para ser juguete de la suerte; ella tiene su fin, al cual se dirigen todos sus esfuerzos. Este fin es la felicidad, cuyos elementos depositó Dios en su seno, imponiéndole el deber de desenvolverlos.

La humanidad aspira á la dicha. El hombre busca su bienestar; muy al principio, impelido por un instinto ciego, creyó que los demas hombres eran un obstáculo á su felicidad; los miró como enemigos, y su aislamiento le fué molesto; entónces buscó la sociedad de los hombres, y encontró goces desconocidos en una correspondencia recíproca de servicios.

Las naciones, que son grandes familias, individualidades colectivas, movidas por un mismo deseo de bienestar y cegadas por una misma ignorancia, vivieron mucho tiempo separadas unas de otras; velando ansiosamente por sus propias riquezas y mirando con ojos codiciosos las de los demas pueblos. Una vaga intuicion les daba á conocer que tenian derecho á una parte de las producciones de los demas climas; y no comprendiendo que la satisfaccion de este deseo legítimo estaba sometida á un deber de reciprocidad, corrieron á conquistar los bienes de que carecian. He aquí el orígen de aquellas guerras eternas, que no cesaban por un instante sino para volver á comenzar mas encarnizadas y sangrientas, á impulso de una necesidad que siempre renacia.

No conduciendo á ningun resultado definitivo la varia suerte del combate, perdió sus prestigio el derecho de la fuerza; sucedióle la ley del cambio: vislumbraron los pueblos la mancomunidad que une forzosamente sus intereses: obróse una revolucion inmensa; el comercio reguló aquel deber de union entre las naciones; y se presentó la ley de la humanidad y proclamó el principio que Montesquieu mira con razon como base del derecho internacional: "En paz las diversas naciones *deben hacerse el mayor bien, y en guerra el menor mal posible, sin perjudicar sus verdaderos intereses.*" (1).

(1) Montesquieu. Espíritu de las leyes, lib. 1.°, cap. 3.°

La naturaleza ha velado con rara prevision en que jamas pueda detenerse el movimiento armonioso de todos los pueblos hácia la felicidad general; ha repartido por todo el orbe las producciones diversas, no reuniéndolas nunca un pais, por dilatado que sea; muchos milagros obra el arte, pero su mágico poder nada alcanza contra las leyes invariables de la naturaleza. La inteligencia humana no ha podido cambiar los climas; porque, si los esfuerzos combinados de la ciencia y del trabajo logran á veces que un suelo produzca lo que le es extraño, no se adquiere nunca sin grandes dificultades, el triunfo inútil de producir en casa lo que crece espontáneamente en otra parte. Los pueblos han renunciado á prodigar así sin provecho su inteligencia y fuerza, y reconocido la necesidad de acomodar la cultura é industria á los recursos del suelo. La necesidad de bienestar, que va siempre á mas, conserva esta division fecunda del trabajo; las producciones así repartidas se multiplican y perfeccionan en circunstancias favorables, y los pueblos ofrecen el sobrante de su riqueza en cambio del sobrante de la riqueza de los demas; crece el consumo; se hace como una necesidad el uso de las producciones extrañas; se estrecha el lazo que une á los pueblos, la industria llega á sus límites, y cada nacion, asegurando su propia felicidad, concurre así á la felicidad agena. ¡Ley admirable que arregla la armonía del universo!

Tales son los deberes de las naciones entre sí. Pero, como aunque iguales todas en derecho, no lo son en fuerza, la libertad del comercio seria absoluta si fuese imposible á alguno abusar de su poder. Por desgracia, se ahoga á veces la voz de la justicia; la ambicion nacional, el deseo de extender el territorio, de aumentar la riqueza con la adquisicion de un suelo fértil, son otras tantas pasiones que no pueden apagarse. Por otra parte el apetito del lucro, *auri sacra fames*, impeliendo á cada individuo á sacar de su riqueza particular el partido mas ventajoso, podia ocasionar en una nacion escasez de las producciones necesarias á sus propios súbditos. El deber imperioso que tiene cada Estado de velar por su integridad, y asegurar ántes que todo el bienestar de los miembros de su sociedad política, debió haber sometido el derecho de cambio á restricciones legítimas. En efecto, los deberes de una nacion para consigo misma, prevalecen sobre sus deberes para con las demas.

Estos dos derechos, de los cuales uuo es perfecto, absoluto, y el otro necesariamente subordinado, propenden á equilibrarse mas y mas. Al imperio del comercio se agrega todo el terreno que pierde el de la fuerza; pero, como esta no puede desaparecer enteramente, siempre será limitada la libertad del comercio; disminuyendo las barreras, sin acabarse nunca de todo punto.

Miéntras sea posible á un Estado oprimir á otro, miéntras no haya desaparecido del mundo la injusticia, miéntras agite á la humanidad el viento de las pasiones, el mas completo é imprescriptible

de los deberes de una nacion será velar por su propia seguridad: *salus reipublicæ suprema lex esto!*

En este principio incontestable se ha originado la fundacion de las aduanas, y él es el que ha dictado las restricciones necesarias para impedir que la libertad del comercio degenere en un eterno peligro contra la seguridad de los pueblos.

La legitimidad de esta ley, intérprete de la mayor necesidad de los individuos y sociedades, resalta con tanta evidencia, que los mas fervientes apóstoles de la libertad del comercio han inclinado su cabeza en su presencia. Pasemos revista á la doctrina de los publicistas, la cual corrobora unánimemente esta brillante verdad.

"Si es cierto que una nacion debe cambiar sus producciones por las de otra, cuando puede hacerlo sin causarse daño á sí misma, no es ménos cierto qne en virtud de su libertad é independencia natural, ella es el único juez en los casos de colision: es decir, que solo ella tiene derecho para decidir si el cambio ó el comercio propuesto le causa mal, ó satisface el fin de la sociedad y los de la naturaleza. El que lo pide, debe respetar ese juicio, por falso que le parezca, porque de otro modo se ofenderia la libertad é independencia de los hombres y de las naciones; la propiedad no produciria su efecto, ni la sociedad pudiera subsistir. . . . El que tiene obligacion de dirigir las acciones de esos súbditos al bien comun, puede prohibir la entrada ó salida de algunos objetos de la naturaleza ó de la industria, si ocasionando ventaja á algunos individuos, ellos dañan á la comunidad. Ni los ciudadanos ni las demas naciones pueden quejarse con justicia de esta prohibicion: porque aquellos han prometido sacrificar sus intereses privados al bien general, y estas no tienen en realidad otro derecho perfecto que el de ofrecer sus producciones ó pedir las ajenas, y no les asiste el de exigir con la fuerza que se acepten sus ofertas ó se satisfagan sus demandas. Cuando un soberano prohibe la entrada ó salida de algunos géneros, no hace otra cosa que declarar á las demas naciones que sus intereses no le permiten aceptar la venta ó el cambio de algunos artículos extranjeros, ó privarse de algunas de sus propias producciones; y en esto hace uso de sus derechos, y á nadie agravia." (1).

"Una nacion tiene derecho para proporcionarse por un precio equitativo las cosas de que carece, comprándolas á los pueblos que no las han menester para sí mismos. He aquí el fundamento del derecho de comercio entre las naciones y en particular del derecho de comprar. No puede aplicarse el mismo razonamiento al derecho de vender, porque, siendo perfectamente libre todo hombre ó nacion para comprar ó no una cosa que está en venta, y para comprarla á uno con preferencia á otro, la ley natural á nadie da ninguna especie de

---

(1) Lampredi. Comercio de los neutrales en tiempo de guerra. Pág 35 y 36.

derecho de vender sus géneros ó mercancías en un pueblo que no quiere recibirlas. Por consiguiente, cualquier Estado tiene derecho para prohibir la entrada de las mercancías extranjeras, *y los pueblos á quienes interesa esta prohibicion, no tienen ningun derecho para quejarse, ni siquiera como si se les hubiese negado un oficio de humanidad. Sus quejas serian ridículas*, pues tendrian por objeto una ganancia que esta nacion les niega, no queriendo que la saquen á su costa.

"Por la manera cómo hemos demostrado el *derecho que tiene una nacion para comprar á las otras lo que le falta, es fácil ver que él no es de aquellos* que se llaman perfectos, y que van acompañados del derecho de coaccion." (1)

"En general, ninguna nacion puede obligar á otra á que le compre producciones ó mercancias que ella no quiere recibir. De aquí procede el derecho que tiene cualquier Estado para negarse á admitir las producciones extranjeras, y los pueblos á quienes la prohibicion no es favorable, no pueden quejarse de ella, como si se les hubiera negado un deber de humanidad; sus quejas serian vanas, pues tendrian por objeto una ganancia que el Estado les niega, no queriendo que la saquen á su costa."

"*De aquí resulta que el comercio depende de la voluntad de los que quieren hacerlo, y que tenemos libertad para ejercerlo ó no con otro.* Hasta es permitido á una nacion imponer á su comercio exterior las condiciones que juzque favorables á sus intereses, así como depende de los otros admitirlas ó desecharlas. Esto es lo que se llama un derecho imperfecto, semejante al que tiene el pobre á la limosna del rico; si se le niega, tiene razon para quejarse, pero no derecho para exijirla por fuerza, fuera del caso de extrema necesidad."

"*El mero permiso de comerciar no da ningun derecho perfecto*; porque, si una nacion ha tolerado por algun tiempo que otro haya venido á comerciar á su pais, no por eso está obligada á permitirlo siempre, sino que puede poner fin, conforme á su voluntad, á ese comercio ya prohibiéndolo absolutamente, ya formando reglamentos á que debe someterse el pueblo extranjero, sin poder quejarse de ninguna injusticia." (2)

"No teniendo cada nacion el deber de comerciar con las otras, sino cuando puede hacerlo sin dañarse á sí misma, y como todo depende en último caso del juicio que cada Estado se forme, de lo que puede y de lo que debe hacer, las naciones no pueden contar sino con generalidades, como la libertad inherente á cada una de comerciar, y ademas *con derechos imperfectos que dependen del juicio ageno, y que por lo mismo son siempre inciertos*: por consiguiente, si desean lograr ciertas ventajas constantes y determinadas, deben proporcio-

---

(1) Vattel. Derecho de gentes. Lib. 1.°, cap. 8.°, § 88, 89 y 90.

(2) Olmeda y Leon. Elementos del derecho público de la paz y la guerra. Tomo 1.°, págs. de 120 á 123.

nárselas por medio de tratados. Como las promesas y obligaciones expresas son inviolables, cualquier nacion cuerda y virtuosa debe atentamente examinar y pesar un tratado de comercio antes de celebrarlo, para no obligarse á nada contrario á lo que se debe á sí misma y á las demas."

"Miéntras no existe tratado, el principio mas sencillo parece ser, que cada nacion tiene derecho para limitar, y aun para prohibir enteramente su comercio y el de sus colonias á los Estados extranjeros, ya absoluta, ya condicionalmente. Segun eso, está plenamente autorizada; 1.º para prohibir la importacion de ciertas mercancías; 2.º para cobrar derechos de aduana y aumentarlos segun su voluntad: 3.º *para prescribir la manera cómo debe hacerse el comercio en sus Estados.*" (1)

Chitty adelanta aun mas; pues establece la legitimidad del derecho que tiene la metrópoli para prohibir completamente á las naciones extranjeras el comercio con sus colonias. "Todas las potencias que han formado establecimientos fuera, se han apropiado de tal manera para sí mismas el comercio de sus posesiones, ya reservándolo exclusivamente á sus súbditos, ya concediendo monopolios á compañías mercantiles, que los colonos no pueden hacer ningun género de comercio con otras naciones; por consiguiente, en estas posesiones, el comercio no es libre para las naciones extranjeras; ni siquiera se les permite desembarcar en el pais, ni acercarse con sus naves al alcance de un tiro de cañon de la costa, excepto en caso de necesidad urgente. Siendo este derecho de excluir de las colonias á todas las naciones extranjeras, parte del derecho que autoriza á la metrópoli para impedir los tratos comerciales con otro Estado, está admitido y reconocido por todas las naciones." (2)

"El comercio entre los Estados de Europa es ahora libre en tiempo de paz; de manera que, excepto el caso de represalías, ninguna nacion está excluida del comercio con otras, y no se necesitan tratados para asegurar su goze. Pero esta libertad vaga no impide que cada uno continue hasta ahora estableciendo todos los reglamentos, é introduciendo todas las restricciones que juzga conformes á sus intereses, y por consiguiente: 1.º *que exceptue ciertos lugares, algunas provincias del comercio extranjero, ó lo limite á otras;* 2.º *que fije la manera de importar y exportar;* 3.º que prohiba la importacion y exportacion de ciertas mercancias y aumente su catálogo segun su voluntad." (3)

"Puede considerarse como una *obligacion general, pero vaga é imperfecta*, la que tiene cada nacion de no negarse al comercio con las otras, *cuando no le es perjudicial.*"

---

(1) Chitty. Leyes comerciales, tom. 2.º, págs. 39 y 40.

(2) Chitty. Leyes comerciales, tom. 1.º, pág. 79.

(3) De Martens. Derecho de gentes moderno de Europa. Tom. 1.º, págs. 314 y 315.

"Cada nacion tiene *derecho incontestable para negarse á comerciar con cualquier otra*, y por consiguiente, para fijar, cuando se presta á hacerlo, las condiciones y restricciones que considera conformes á sus intereses." (1)

Asi, segun el dictámen de los publicistas y los economistas, la libertad del comercio debe siempre limitarse por el derecho de conservarse que tienen las nacionalidades, las cuales nunca pueden matarse á sí mismas.

Esta doctrina ha sido constantemente practicada por las naciones, todas las cuales han levantado en torno de sí un muro protector de garantías, destinadas á defenderlas, por una parte, del instinto codicioso de las poblaciones, y por otra, de las ambiciones nacionales. Este consentimiento resulta de los tratados de comercio que celebran los pueblos, los cuales distan tanto de creer que el comercio internacional sea un derecho absoluto y perfecto, que, cuando desean otorgarse ventajas recíprocas, estipulan estas concesiones en tratados públicos; dando su propia voluntad un carácter perfecto á un deber imperfecto por su naturaleza.

¿No se somete el Brasil á estos preceptos de la razon y de la costumbre? M. Maury acumula contra el Imperio los cargos mas injustos y acerbos; pero el Brasil responde con su conducta prudente cuanto liberal.

¿Por ventura se ha puesto fuera de la humanidad? ¿Ha privado al mundo de las riquezas de su territorio? ¿Trazado al rededor de sus fronteras una línea impenetrable al comercio de las otras naciones? Quien diese crédito á M. Maury, compararia al Brasil con aquel avaro que se murió de hambre contemplando su tesoro. ¿Qué nacion hay hoy tan ciega, tan enemiga de sí misma, que se condene á una muerte inevitable negándose á dar el sobrante de sus producciones, en cambio de otras que le son necesarias? Léjos de haber cometido esta falta, el Brasil llama, estimula el comercio exterior. M. Maury mismo lo confiesa con estas palabras: "Los Estados Unidos compran hoy la mitad de su principal artículo de comercio, que es el café; y él mismo es un excelente consumidor de nuestras producciones. Cap. 6.°" ¿Cómo conciliar esta confesion con sus acusaciones contra *la política japonesa* del Brasil, con aquella cólera que se declara en los términos mas injuriosos, por no decir groseros? (2)

Al paso que lleva su contingente de producciones al gran mercado del mundo, y obedece la ley general del comercio, el Imperio no podia poner su seguridad en peligro. Por medio de un acto que le honra, ha admitido en sus rios interiores el pabellon del Perú, y con-

---

(1) De Martens. Derecho de gentes moderno de Europa. Tomo 1.°, págs. 310 y 311.

(2) M. Maury dice en su último capítulo, que el Brasil sigue una política de *perro amarrado á su cajon*.

cederá este beneficio á las naciones ribereñas del Amazonas que le dieren las mismas garantías públicas que el Perú; pero la prudencia le aconseja que no extienda este privilegio á todas las naciones del mundo. M. Maury ve en el ejercicio de este derecho una injusticia; ¿por qué no comienza á aplicar este nuevo derecho de gentes á su propio pais, al rio San Lorenzo? ¿Por qué no se vuelve su indignacion contra Inglaterra que se obstina como el Brasil en querer continuar siendo señora en su casa, y que no concede á los Estados Unidos la facultad provisional de navegar en el San Lorenzo, sino en cambio de concesiones recíprocas, y con la reserva expresa de su derecho exclusivo? El Brasil no impide de ninguna manera el comercio internacional, sino le impone condiciones necesarias á su seguridad; hace lo que todas las potencias, cuando arregla su navegacion interior. Con pabellon brasileño, todos pueden subir y bajar el Amazonas, llevar al Imperio las mercancias extranjeras, venderlas ó cambiarlas por las producciones del territorio.

M. Maury no quiere esta libertad juiciosa y conforme á la razon y á la costumbre de todos los pueblos; ¿y con qué pretende reemplazarlas? ¿Con una libertad ilimitada que lleva consigo la negacion de los derechos de las naciones? Si se suprimen las garantías que un Estado impone en nombre de su seguridad; si se deja penetrar á una nacion poderosa en el corazon de otra apénas organizada; se habrá preparado el naufragio próximo de esta nacionalidad demasiado confiada. Este comunismo de los pueblos, que parará siempre en la servidumbre del mas débil al mas fuerte, es lo que M. Maury quiere imponer en nombre de la libertad y de la civilizacion. "La naturaleza," dice uno de los mas célebres publicistas de nuestra época, "para conducir los pueblos favorecidos á la asociacion general, los ha separado de los otros con barreras naturales que ponen trabas á sus invasiones y conquistas. ¡Quitareis estas barreras sin tomar garantías! Juzgareis inútiles las precauciones de la naturaleza! Jugareis la independencia de un pueblo para satisfacer el egoismo de un consumidor que ya no quiere pertenecer á su pais! . . . . . Nos prometeis qne el trabajo se cambiará por el trabajo, y resulta que Breno ha puesto á hurtadillas su espada en la balanza!"

Recomendamos á M. Maury y á Bolivia mediten sobre estas elocuentes palabras, las cuales los edificarán con respecto á la teoria de amenazas que se predica en beneficio de la humanidad. No: el interes general de la humanidad no puede existir fuera del especial de cada nacion; y él rechaza ese comunismo bárbaro de los pueblos, esa conspiracion contra las nacionalidades débiles, ese movimiento hácia el monopolio de las naciones poderosas, que se decora con el nombre de libertad absoluta del comercio!

Nos repugna declararlo, pero el exámen atento de la memoria de M. Maury nos ha convencido de que ni él mismo se equivocaba con respecto á las consecuencias fatales de su sistema. Precisamente

esa tendencia al monopolio es lo que le agrada en la libertad absoluta del comercio ; y si desea que esta libertad sin límites y sin garantía, se establezca en la América del Sur, es porque preve que ella seria el gérmen del monopolio del comercio de este vasto continente en beneficio de su patria.

Por desgracia, es demasiado fácil demostrar que este interes que M. Maury profesa á la humanidad entera, incluye un egoismo nacional, y que en el fondo de estas palabras sonoras no existe mas que el interes especial y exclusivo de los Estados Unidos.

M. Maury finge un celo caritativo en favor de República de Bolivia, á la cual presenta encerrada entre las cordilleras, el Brasil y el Paraguay, sin tener salida para sus producciones. Borra del mapa el puerto de Cobija, puerta abierta en la costa del Océano Pacífico : se desentiende de la via pronta y cómoda de comunicacion que los afluentes del Paraguay pueden fácilmente formar entre el territorio boliviano y el Atlántico ; é indica al Amazonas como la salida natural de las mercancías de Bolivia. Si fuese sincero este celo de los intereses de la República vecina, M. Maury, por ignorancia, habria dado un consejo inútil y hasta peligroso. Los afluentes bolivianos del Amazonas están cortados por barras numerosas, formadas con enormes rocas. El curso del Madeira, en su parte superior, está obstruido por doce cascadas que interceptan su navegacion ; los lechos del Beni y del Mamoré están sembrados de bancos de arena, y de escollos que suben al nivel del agua : difícil será vencer estos obstáculos naturales, pues no puede pasarse por algunas de las barras, y habria que desviar el curso del rio y abrir un canal lateral para que transitasen los buques. Todos los viajeros que han recorrido estas comarcas, han mencionado dichos accidentes naturales ; y M. Castelnau, á quien M. Maury debia haber consultado pues le cita á menudo, describe minuciosamente las cataratas de esos rios. Por lo tanto, M. Maury conocia las inmensas dificultades que los afluentes bolivianos del Amazonas oponen á la navegacion.

¿ No son á propósito para la comunicacion de Bolivia con el mar, el Bermejo y el Pilcomayo, cuyo curso es apacible, y el Paraguay, de fácil navegacion ? Ellos penetran hasta el centro de la república, riegan las provincias mas pobladas y fértiles de Bolivia, cuyas riquezas se ha complacido en enumerar el mismo M. Maury ; de manera que en una carta que cita como noticia se hallan estas palabras : "*El pais situado en las fuentes de este rio*, (las de La Plata) *es mas poblado que las riberas del Amazonas.*" Así seria evidentemente ventajoso á Bolivia enviar y recibir sus mercancías por el Pilcomayo y el Bermejo ; y M. Maury, si realmente le hubiese animado el deseo de ser útil á esa República, habria hecho mérito de los beneficios ciertos que pueden sacarse de la navegacion de los afluentes del Paraguay. ¿ Por qué, al contrario, se olvida del Bermejo y del Pilcomayo, y no habla mas que de los afluentes del Amazonas ? Porque estos afluentes del Amazonas llevarian las produccio-

nes de Bolivia á un punto del Atlántico en que "*los vientos y las corrientes son tales que esas mercancías pasarian forzosamente por delante de nuestra puerta.*" "Las ventajas de la navegacion de vapor," dice el *señor de Castro Moraes Antas*, "no serán reales para Bolivia, en sentir de M. Maury, á ménos que esta navegacion traiga á las puertas de los Estados Unidos las producciones de la América del Sur. El Paraguai y el rio de La Plata ofrecen un camino cómodo y ventajoso, que conduce al Atlántico y á los mercados del continente europeo. Todo induce á creer que este punto debe ser el foco mercantil de las repúblicas de la confederacion Argentina, Paraguai, parte del Brasil y Bolivia..... Bolivia puede hacer uso del Pilcomayo y del Bermejo, pues no encontrará en el Paraguai, donde desaguan aquellos rios, las mismas dificultades que presenta la parte superior del Madeira, que está llena de cascadas. ¿Qué importa que pueda navegarse el Paraguai y La Plata, el Bermejo y el Pilcomayo, si estos rios van á perderse en el Océano á tan gran distancia de los Estados Unidos? ¿Para qué pueden servir esos rios, si en su boca los vientos y las corrientes *no obligan á las producciones á pasar por la puerta de la patria de M. Maury*?"

El quiere preparar el monopolio del comercio de la América del Sur á los Estados Unidos, y este es el misterio del patético afecto que profesa á Bolivia y á las repúblicas Hispano-americanas: este sueño encantador le persigue al describir el valle de las Amazonas, y hace que le parezca aun mas rico y maravilloso; calcula de antemano lo que ganará su patria con este monopolio, y su ambiciosa esperanza se descubre á pesar de sus esfuerzos: "Los vientos y corrientes del mar," vuelve á repetir en el capítulo 6.°, "están dispuestos de tal modo que, cualquiera que sea la situacion del mercado, todo buque que vaya de este punto á la boca del Amazonas y recíprocamente, se verá forzado á pasar por nuestra puerta, bien en la ida, bien en el regreso."

"Los puertos que tienen los Estados Unidos en el Atlántico, son estaciones intermedias entre la boca del Amazonas y todos los mercados del mundo. Los vientos generales y la gran corriente ecuatorial llevan de la boca del Amazonas al paso de la Florida, adonde conducen las aguas del Misisipí. Estos dos magníficos rios se unen, por decirlo así, á nuestros piés, y derraman sus riquezas á lo largo de nuestras playas."

"*Por estas poderosas razones*, la libre navegacion del Amazonas y la colonizacion de su valle interesan al mundo entero, *y mas especialmente* á la Union. *Por esto corresponde á los Estados Unidos tomar la iniciativa, haciendo libre para todas las naciones la navegaoion de este rio. Así lo requiere la politica del comercio, así lo exigen las necesidades del cristianismo.*"

Todo este grande amor á las repúblicas ribereñas del Amazonas, al mundo entero, á la civilizacion, y aun al cristianismo, no es en realidad mos que un egoismo nacional, que apénas se esconde en pom-

posas y seductoras palabras. El celo de la humanidad viene á parar en caso de mostrador, *desinit in piscem* !

La doctrina de M. Mauri ha obtenido ya alguna aceptacion y prosélitos, que no se necesita decir son americanos; en el mes de Mayo de 1851, dos tenientes de la marina de los Estados Unidos, los señores Guillermo Luis Herndon y Lardner Gibbon partieron de Lima para hacer un viage de exploracion en el valle de las Amazonas; y acaban de publicar sus apuntes, que son una memoria aun mas enfática que la de M. Maury; bajo las descripciones poéticas de que está llena, se encuentran las mismas tendencias, las mismas aspiraciones egoistas. Luego que llega á la cumbre de las cordilleras, M. Herndon contempla los torrentes que se escapan de los costados de la montaña: "*Estas aguas*," dice, (1) "*corren á encontrar rios de nuestro continente septentrional* y para los fines prácticos del comercio y la navegacion, *tienden á poner en contacto, una con otra, las hoyas del Misisipí y del Amazonas, de manera que no forman ya mas que una sola corriente de agua que se extiende por delante de nuestras puertas.* Sin embargo, la distancia que hay que recorrer por agua entre las dos fuentes, no puede bajar de diez mil millas."

"Hemos entrado por primera vez en la region de las célebres minas del Perú. De la cordillera en que estábamos se ha extraido enorme cantidad de plata, siendo las vertientes cuyas aguas caen en el Amazonas, las mas ricas en minerales. ¿No pudiera el comercio, subiendo y bajando este gran rio y sus tributarios, hacer desviar esa corriente de plata de su curso occidental hácia el Pacífico? *él lo dirigiria por medio del Amazonas hacia los Estados Unidos, para contrapesar la inmensa cantidad de oro de California y la Australia con que estamos á punto de ser inundadas.*" M. Herndon cree sin duda, como M. Mauri, que la Providencia, al crear el Amazonas, no se propuso otro fin que continuar el Misisipí, y que ha destinado á los Estados Unidos á recoger el monopolio del comercio de todo el nuevo mundo.

No hay duda que el amor de la patria es la mas noble de las virtudes; pero puede tambien ser orígen de todas las injusticias. Es deber de todo buen ciudadano desear para su patria prosperidad y riqueza; pero llevar la ambicion nacional hasta querer sacrificarle los intereses de las demas naciones, sembrar la discordia entre Estados unidos y vecinos, es incurrir en el egoismo que tan bien condenó Ciceron: "El que quiere arrastrarlo todo hácia sí, rompe y disuelve la sociedad humana. *Quam si ad se quisque rapiat, dissolvetur omnis humana consortio.*" (2) M. Maury no se contenta con excitar la codicia de sus compatriotas, calumniar al Brasil, engañar las repúbli-

---

(1) *Exploracion del valle de las Amazonas*, por el teniente Herndon. Primera parte.

(2) Ciceron. De officiis, lib. 3, cap. 6. °

cas de América, sino que aprueba no sé qué conjuracion oscura tramada en la sombra contra la paz del Brasil. Cita en su memoria una carta que supone haber sido escrita de Chile por un ciudadano de los Estados Unidos, á quien no menciona, y en la cual se ostenta sin pudor el deseo de lograr para los Estados Unidos el monopolio del comercio de la América del Sur. Júzguese por estas citas:

"Despues de escrita mi última correspondencia, he hecho conocimiento con * * * chileno de orígen, á quien Gibbon habia visto ya en Cochabamba (Bolivia). Este * * * es ciertamente hombre hábil..... Segun él, el presidente de Bolivia alimenta disposiciones favorables respecto á nosotros, y no vacilaria en conceder privilegios á una compañía de navegacion por vapor que le dirigiese á este fin propuestas convenientes. No conociendo en Bolivia á otro individuo, con quien pueda yo entenderme en cuanto á la navegacion del Amazonas, no vacilé en aprovechar esa ocasion *porque no hay que perder tiempo, si los Estados Unidos quieren asegurar á sus ciudadanos el comercio interior de la América Meridional.*"

Pobre humanidad, que queda aquí restringida á los habitantes de la Union.

"Sin dar completo crédito á los informes de * * *," continua la carta, "resolví sacar partido del influjo que tenia, sin duda, con el presidente de Bolivia, *para apoyar nuestro proyecto* acerca de la navegacion del Amazonas, *é impedir* en lo posible, *el triunfo de la política exclusiva del Brasil.* Guarios, aldea de 400 habitantes, situada en la confluencia del Mamoré y del Itenez, y Exaltacion, ciudad de 4,000 habitantes, son las poblaciones mas importantes que Bolivia posee en el Mamoré, de la ciudad de Trinidad para abajo: yo propuse á * * * aconsejar al presidente que declarase estos dos puertos abiertos al comercio extranjero. Parecióle *luminosa* esta idea, y con el último correo escribió del particular al presidente. Me asegura que el presidente *está dispuesto á no hacer ninguna concesion á los brasileños, y que en su sentir, el pueblo americano es el único que puede traer á Bolivia, riqueza, fuerza y civilizacion.*"

"Estoy cierto de que el gobierno de Bolivia abrirá al comercio extranjero los puertos de Guarios y Exaltacion. *Habremos ganado un punto importante.* Esta medida indicará que la república desea entablar con nosotros relaciones comerciales, y entónces podremos *exigir que el Brasil no ponga obstáculo á nuestro comercio con ella.*"

¿Es auténtica ó supuesta esta carta? Poco importa; M. Maury responde de ella, la publica en su memoria y aprueba su tendencia. Su celo de los intereses de Bolivia consiste en asegurar á los Estados Unidos el monopolio del comercio interior de esta república; su amor á la humanidad no es mas que un pretexto para obtener un privilegio exclusivo de navegacion por vapor en favor de los ciudadanos americanos. Por este fin, que se confiesa y proclama, puede apreciarse la moralidad de los medios que él emplea para alcanzarlo.

¿Adónde lleva la pasion? Seria injusto negar al oficial de marina americano rara penetracion; sus estudios acerca de la navegacion, y direccion de las corrientes marítimas le han granjeado merecida reputacion; pero, cegado por el egoismo nacional, este entendimiento distinguido no se pára en las consecuencias mas absurdas á la luz de las leyes físicas de la naturaleza. El deseo de confiscar, si puedo expresarme así, en beneficio de su patria, la navegacion interior de todo el continente meridional de la América, le ha hecho idear el proyecto quimérico de establecer una navegacion interior, que empezaria en la boca del rio de La Plata y terminaria en la del Orinoco en frente del Misisipí.

El Orinoco comunica con el Rio Negro, uno de los afluentes del Amazonas, por medio de un canal natural llamado Casiquiare. Es una corriente sin profundidad, enteramente intransitable para buques de vapor, y cuya agua corre por sobre rocas con el ímpettu de un torrente. En el Orinoco se hallan las cataratas de Maipures y de Atures, que son tan altas como las del Niágara; el Rio Negro, ántes de desaguar en el Casiquiare, no es mas que una larga cadena de barras por donde no se puede pasar. Para M. Maury no existen los obstáculos; sin embargo, le faltaba descubrir una via de comunicacion entre las aguas de La Plata y las del Orinoco, cuyas hoyas están separadas por una alta cadena de montañas que sale de las cordilleras y se extiende hasta el Atlántico. M. Maury no se pára en barras, y si la montaña estorba á su proyecto, con la mayor facilidad la quita del medio.

Lo que ha dado márgen á este sueño fantástico es un pasage de los viajes de M. Castelnau. "Una excursion que hice á la parte septentrional de la provincia de Matto-Grosso," dice el viajero frances, "me ofreció ocasion para determinar la posicion de las fuentes del Paraguai y del Tapajoz; *yo pude contemplar los brazos de los dos mayores rios del mundo, el de* **La Plata** y *el Amazonas, saliendo á nuestros piés de las entrañas de la tierra y entrelazados uno con otro*..... Acaso podrá algun dia establecerse comunicacion entre estas gigantescas corrientes, pues el amo de la casa en que estábamos nos aseguró que, *con el fin de regar su jardin, habia intentado apartar las aguas de uno de los arroyos hácia el cauce del otro.*"

Estos delgados hilitos de agua, que la azada de un jardinero reune y confunde, bajan de las vertientes de los Andes y se convierten en inmensos rios, separados por altas montañas. Y porque el jardinero juntó sus manantiales, concluye M. Maury que es fácil hacer con grandes rios lo que él hizo con arroyuelos!

"Es tambien un problema," dice en efecto M. Maury, "saber si las aguas de La Plata y del Amazonas se comunican por medio de un canal natural, como el Casiquiare que une al Amazonas con el Orinoco. Entónces la navegacion interior se extenderia desde Buenos Aires, que está en el grado 35.° de latitud austral, hasta la desembocadura del Orinoco, situada en el grado 11.° de latitud borçal,

en que este rio entra en el mar Caribe. Semejante navegacion traeria á nuestros puertos las producciones de las costas Atlánticas de la América del Sur, y derramaria sus tesoros en la misma hoya á que lleva el Misisipí con sus olas el exceso de su produccion y riqueza."

"Como quiera que sea, exista ó no este canal natural, podemos entrever la época en que el cultivo y la civilizacion, ayudados por el vapor, hayan echado raices en la hoya de las Amazonas, y entónces el arte abrirá completamente estos canales que no ha concluido la naturaleza. El rio de La Plata retrocederá, por decirlo así, hácia su fuente; y todas las producciones comerciales saldrán por puntos situados bajo el Ecuador, por donde el Amazonas se precipita al Océano."

A la voz de M. Maury desaparece la cordillera que corre de los Andes al Atlántico; el torrente de Casiquiare sosiega de repente sus olas tumultuosas, y las cascadas de Artures y Maipures se hunden en las aguas del Orinoco. Sin duda, el dueño del jardin de Estirado, al regar sus flores, no sospechaba el milagro que iba á provocar!

Concedamos que se realice este sueño imposible, que M. Maury haya nivelado las montañas y amansado las olas de los torrentes y preguntemos: ¿qué beneficio resultará de aquí á la América del Sur, y al comercio en general? ¿Por ventura, interesará algun dia á Montevideo y Buenos Aires hacer que sus producciones suban por estos rios interiores? ¿No ofrecerá siempre el Océano una via de comunicacion mas rápida y cómoda, y menos dispendiosa? El mar puede llevar las mercancias de la América á todos los mercados, siendo así que el Orinoco desemboca solamente en el mar de las Antillas. Los vapores que surcan el Océano no dejarán este gran camino del mundo para atravesar las regiones interiores del continente y salir al mar Caribe.

"Esta quimera irrealizable que alhaga la ambicion de M. Maury, nunca podria aprovechar mas que á los norteamericanos, porque, si se efectuase este milagro, los Estados Unidos y su poderosa marina se enseñorearian del comercio del nuevo mundo, miéntras se apoderan de su territorio.

Y M. Maury repite que no piensa sino en los intereses de la humanidad, de la civilizacion y del cristianismo! Un gran monarca pronunció un dia estas palabras ambiciosas: *Yo soy el Estado*! pero el orgullo de la Union ha excedido al de Luis XIV, y M. Maury pone en su boca estas arrogantes palabras: *Yo soy la Humanidad!*

Por lo demas, M, Maury no ha hecho sino convertir en sistema la política de su patria. Todos se acuerdan de la expedicion del Japon. El gobierno de la Union se quejaba de actos de barbarie cometidos por los japoneses con náufragos americanos. M. Lévyssohn, que habia residido cinco años en el Japon como jefe de la factoria holandesa, desmintió estas relaciones fementidas, y con piezas y documentos oficiales probó que los pretensos agravios eran solo calumnias. Pero se habia logrado el fin de los Estados Unidos; la mentira habia

excitado el entusiasmo de los americanos, y se resolvió la expedicion.

No volvió á alegarse la necesidad de tomar venganza de insultos hechos á la Union en la persona de algunos de sus ciudadanos; sino se dijo, que la Union, tomando á su cargo los intereses de la civilizacion y de la humanidad, queria abrir las puertas del Japon al comercio en general. "Hemos despachado," dice M. Maury, "una escuadra al Japon, para hacerle ver que nadie puede á un tiempo formar parte del mundo y vivir fuera de él. El territorio que ocupa el Japon, ha sido colocado por Dios en la tierra, y no es permitido al Japon sacarlo de ella con su política."

El Comodoro Perry, encargado de esta gran mision, partió para el Japon con fuerzas imponentes, un navio de línea, tres fragatas de vapor y algunos bergantines; las tripulaciones de estos buques habian sido reforzadas con setecientos hombres de desembarco; y el 31 de Marzo de 1854, despues de largas entrevistas con los príncipes oficialmente nombrados por el emperador del Japon, se firmó un tratado en Kanagawa.

Europa, cuya causa habian abrazado los Estados Unidos espontánea y generosamente, aguardaba con impaciencia el resultado de esta espedicion; y se sorprendió en gran manera cuando, publicado el tratado de Kanagawa, vió que se habian desatendido completamente los intereses del comercio en general, y que el gobierno de la Union, celoso del monopolio de los holandeses, no habia procurado mas que dividirlo con ellos. En las convenciones ajustadas, se dió únicamente á los buques americanos el derecho de detenerse en las radas de Kakodade y de Pimoda, con las mismas condiciones que á los buques holandeses.

Ni siquiera habia seguido la Union el ejemplo de Inglaterra que, cuando hizo el tratado de Nankin, empleó su influjo en hacer aprovechar á todos los pabellones los favores comerciales y marítimos que le concedia la China. La famosa expedicion de los americanos les proporcionó á ellos algunas ventajas exclusivas; pero en nada adelantó los intereses del comercio en general.

A las palabras humanidad y civilizacion invocadas por M. Maury solo responde un eco, que es el cañon del *Cyane*! La civilizacion! Ella es la que ha difundido por el mundo el dogma santo de la igualdad, la que ha confundido el orgullo del fuerte y realzado la dignidad del débil; ella es la que ha enseñado el perdon de los enemigos, y ahogado en los labios del vencedor el bárbaro *Væ victis*. Y vosotros que blasonais de ser sus apóstoles, llevais la destruccion en su nombre á ciudades indefensas, y dais por pábulo al incendio lo que el cañon habia perdonado! El mundo indignado se estremece todavia con la narracion de tan tristes hazañas, y nunca aceptará la civilizacion como homenage las ruinas humeantes de Greytown!

V.

Del tratado de comercio entre el Perú y los Estados Unidos.

M. Maury mismo no tiene gran confianza en los argumentos que presenta en nombre del derecho de gentes, á favor de la pretension de los Estados Unidos; pero no por eso cede fácilmente el terrreno; y para reclamar el derecho de navegacion en el Amazonas, se arma con un tratado celebrado entre el gobierno del Perú y el de los Estados Unidos.

Las disposiciones de este tratado que se refieren á la navegacion y comercio, están contenidas en los artículos 2.°, 3.° y 10º cuya traduccion es la que sigue.

"*La República del Perú, deseando aumentar el comercio á lo largo de sus* costas mediante la navegacion por vapor, se obliga á conceder al ciudadano de los Estados Unidos que establezca una línea regular de vapores entre los diferentes puertos de entrada del territorio peruano, los mismos privilegios de cargar y descargar mercancías, de entrar en nuestros puertos para tomar ó desembarcar pasajeros, dinero acuñado, oro y plata en barras, de llevar la balija de los correos, establecer depósitos de carbon, construir máquinas y los talleres necesarios para la reparacion de los vapores, *y en fin todas las ventajas de que goce cualquier sociedad ó compañia.*"

"Cada una de las partes contratantes se obliga por el presente tratado á no conceder á otras *ningun privilegio, favor ó inmunidad*, en materia de comercio y navegacion, *que no se extienda inmediatamente á los ciudadanos de la otra parte contratante*, los cuales gozarán de ellos gratuitamente, ó mediante compensacion de un valor proporcionado; si la concesion tuviere condiciones, estas se arreglarán de comun acuerdo."

"Los Estados Unidos de América y la República del Perú convienen mútuamente en que haya libertad recíproca de comercio y navegacion entre los ciudadanos y territorios respectivos de ambos Estados. Los súbditos de cada una de las dos Repúblicas podrán frecuentar con sus buques *los puertos, costas* y *parajes* de la otra en que esté autorizado el comercio extranjero, residir en todos los puntos de los dos territorios, ocupar casas de habitacion y almacenes; y cuanto les pertenezca, será respetado y exento de visitas é inpecciones arbitrarias."

"Dichos ciudadanos tendrán plena libertad para hacer en todas las partes de los territorios de ambas Repúblicas, conforme á las condiciones establecidas por los reglamentos respectivos, el comercio de toda especie de mercancías, producciones naturales ó fabricadas, cuyo comercio no esté absolutamente prohibido: tambien podrán abrir almacenes, tiendas y talleres, conforme á los mismos reglamentos municipales y de policía, obligatorios para los ciudadanos del pais."

" Por medio de su tratado de 23 de Octubre de 1851," dice M Maury, " el Brasil, en vez de excluirnos del Amazonas, nos introduce en él, pues, segun lo estipulado solemnemente con el Perú, *los ciudadanos americanos poseen ya derecho para frecuentar con sus buques todas las costas, puertos y parajes del Perú en que es ó fuere permitido el comercio extranjero.*"

" En su tratado con los Estados Unidos, el Perú se ha obligado á no conceder á las demas naciones *ningun privilegio, favor ó inmunidad* en materia de comercio y navegacion, que no se extienda inmediatamente á los ciudadanos de los Estados Unidos."

Por consiguiente, el tratado de 23 de Octubre de 1851 nos da derecho á entrar en el Amazonas hasta el punto en que el Perú *ha podido concederlo*, porque tenemos el mismo derecho que el Brasil para comerciar en los tributarios peruanos del Amazonas, *si podemos llegar hasta allá.*"

Así piensa fundar M. Maury, en favor de los Estados Unidos, el derecho de navegacion *en todo el curso del Amazonas.*

De modo que, segun M. Maury, el tratado de Octubre de 1851, celebrado entre el Brasil y el Perú, concederia derechos á la Union que no intervino en él!

Antes de discutir esta extraña pretension, recordaremos que el objeto perfectamente definido del convenio cuyo texto hemos citado, era llamar á la vida comercial las comarcas regadas por los afluentes del Amazonas, objeto que interesaba directa é igualmente á los dos Estados dueños de esos territorios. Tratábase de animar una soledad, de poblar un inmenso desierto, y la dificultad de la empresa era lo único que igualaba la grandeza del proyecto. Los dos Estados comprendian que no bastaba un decreto, y que, para producir el milagro, no se requeria solo pronunciar el *fiat lux*; así es que dieron un carácter provisional á las estipulaciones del tratado, que era un experimento hecho en comun y destinado á manifestar los mejores medios prácticos para introducir el comercio y la industria en aquel pais desierto. Con efecto, el preámbulo habla, "*de un ensayo que dará á conocer mejor las bases y condiciones que deberán servir de bases definitivas á este comercio y navegacion.*"

Los dos Estados, buscando la satisfaccion de una necesidad comun, no podian destruir con una mano lo que edificaban con la otra, y por lo tanto, debieron comenzar removiendo los obstáculos que se oponen al comercio, de los cuales el primero era la frontera; y para excitar la actividad comercial en este punto, renunciaron mútuamente á los derechos de entrada de las mercancías que atravesaban la frontera, retirando las Aduanas de toda la línea que separa al Perú del Brasil. Este sistema de concesiones recíprocas produjo la apertura de los rios comunes á los ciudadanos de ambas naciones, que desde luego afirmaron *su derecho exclusivo á esta navegacion.* Tales son las bases en cuya virtud resolvieron el Perú y el Brasil hacer un ensayo serio,

para conocer las necesidades de sus paises y los medios mas eficaces que debian emplear para satisfacerlas.

Este tratado se completó con los artículos siguientes:

ARTICULOS SEPARADOS.

"Para mayor explicacion del artículo 2.° del convenio firmado en este mismo dia, las altas partes contratantes convienen ademas en los artículos siguientes:"

"Art. 1.° Los empresarios de la navegacion por vapor de que habla el artículo 2.° del convenio celebrado en este mismo dia, deberán someterse á las condiciones que en seguida se expresan:"

"1.° En el primer año los vapores deberán hacer tres viajes, en el segundo cuatro, y en los tres siguientes. seis cuando ménos. Si no pudiere completarse este número por circunstancias provenientes de la *gran distancia, de la obstruccion del rio, de experiencias que haya que hacer para la navegacion, de falta de combustible*, ó por otras causas semejantes, los empresarios no recibirán mas que cinco mil pesos por cada viaje realizado en los dos primeros años, y tres mil pesos por cada viaje hecho en los otros."

"2.° Conducirán gratuitamente las balijas del Gobierno y del correo, y las dejarán en todos los lugares ribereños por donde pasaren, hasta el término de su viaje."

"3.° Llevarán gratuitamente en cada viaje, hasta cuatro empleados civiles, militares ó eclesiásticos que estén en servicio de uno de los dos Gobiernos, y los equipajes de dichos empleados. Cada uno de los dos Gobiernos tendrá derecho al transporte de dos toneladas de mercancías."

"4.° Tendrán obligacion de trasportar en los vapores ó de remolcar las tropas, municiones y prisioneros de ámbos Gobiernos, mediante una justa indemnizacion, que se fijará cuando la experiencia haya dado á conocer los gastos que ocasiona este servicio."

"5.° La empresa se entenderá con los dos Gobiernos acerca de los puntos respectivos del rio hasta donde deben llegar los vapores, y de los puertos en que deben tocar; y á pesar de la exencion de todo impuesto de que goza, se someterá á los reglamentos de policía y aduana."

"Art. 2.° Cada uno de los dos Gobiernos concede á la empresa la propiedad de un cuarto de legua cuadrada, en los lugares donde sea necesario establecer un depósito de combustible, si el terreno no pertenece á algun particular; pero la empresa perderá sus derechos á esta propiedad, si no cumple por cinco años consecutivos las obligaciones que contrae por medio del presente tratado. En todos los terrenos libres, podrá cortar madera, abrir minas de carbon de tierra y beneficiarlas----"

"Art. 4.° Los presentes artículos separados tendrán la misma

fuerza y valor que si se hubieran insertado textualmente en el convenio firmado hoy."

Las vacilaciones y perplegidades que se descubren en estos artículos separados, son prueba evidente del carácter enteramente provisional del tratado.

Mr. Maury pretende que el tratado en que el Perú se obliga á extender á los ciudadanos de los Estados Unidos todos los favores y privilegios de comercio y navegacion concedidos á los ciudadanos de otra nacion, da derecho á los ciudadanos de los Estados Unidos para entrar en el Amazónas. Esta pretension no resiste la discusion.

¿Qué reclaman los Estados Unidos? ¿Un derecho natural, absoluto? El Brasil ejerce la soberanía en la boca de las Amazonas y en toda la parte del rio cuyas dos riberas posee, y puede, segun hemos demostrado, permitir ó negar la entrada de este rio á las naciones extranjeras. Si estas están obligadas á someterse á la decision del Brasil, bien evidente es que en ningun caso tendrán los Estados Unidos derecho absoluto á la navegacion de la parte brasileña del Amazonas.

El Gobierno de la Union no disputa de ningun modo esta aplicacion rigorosa de los principios del derecho internacional. Hace apénas un año que M. W. L. Marcy, Secretario del Gobierno de los Estados Unidos, escribió al Ministro del Brasil en Washington, que su Gobierno consideraba *como ofensa á los derechos del Brasil*, la entrada de un buque americano en el Amazonas sin permiso del imperio. "El infraescrito," dice esta nota (1) "no vacila en declarar al señor Moreira, que los empleados de la Union no facilitarán con conocimiento de causa la salida de ningun buque que parta con el fin *de violar las leyes del Brasil.* Y, llegado el caso, el Gobierno de los Estados Unidos no tomaria sobre sí la responsabilidad de justificar semejante acto." En otra nota diplomática de 23 de Setiembre de 1553, M. Marcy manifiesta la esperanza de ver en breve al Brasil decretar la libre navegacion del Amazonas; pero, miéntras esto no suceda, la empresa que tuviera por fin forzar la entrada del rio, seria "*ilegal, envolveria violacion de los derechos del Brasil.* Y si algun ciudadano de la Union tuviese la *temeridad de intentarla, caeria sobre él el rigor de la ley.*"

El mismo M. Maury, con una de las contradicciones que padece, reconoce implícitamente los derechos del Brasil. "El rio Tocantin," dice, "corre enteramente por dentro del territorio del Brasil, el cual tiene por consiguiente derecho para abrirlo ó no al comercio extranjero, y su conducta en el particular no puede dar motivo legítimo de queja á ninguna nacion." Este derecho al Tocantin, resulta de la soberanía del Brasil en el territorio bañado por este rio. La misma causa produce igual efecto relativamente al Amazonas.

---

(1) Nota del gobierno de los Estados Unidos de América á la legacion imperial en Washington, de 20 de Abril de 1853.

Si no es un derecho natural el que reclama M. Maury en favor de los Estados Unidos, ese derecho que invoca, no puede resultar sino de convenio especial.

Nadie puede renunciar un derecho en beneficio ageno, sino aquel que lo posee; luego solo el Brasil ha podido conceder válidamente á los ciudadanos de la Union la entrada del Amazonas. ¿Dónde está esa estipulacion?

M. Maury no presenta mas que un tratado ajustado entre el Perú y los Estados Unidos. ¿Cómo un convenio otorgado entre el Perú y los Estados Unidos, puede obligar al Brasil? ¿Cómo puede el Perú disponer de los derechos de soberanía del Brasil? ¿Intervino el Brasil? fué consultado? ha prestado su asentimiento? Nó: por lo tanto, no ha podido ser desposeido, sin su consentimiento, de un derecho incontestable.

Aun cuando el Gobierno del Perú hubiese expresamente concedido al Gobierno de los Estados Unidos la navegacion de la parte brasileña del Amazonas, esta concesion no produciria ningun efecto, seria de raiz nula; por la sencilla razon de que nadie puede disponer de los bienes agenos, y yo no puedo donar la cosa que pertenece á mi vecino. Pero el Perú no estipuló siquiera esa concesion en favor de los Estados Unidos.

En 15 de Abril de 1853, expidió el Gobierno del Perú el decreto siguiente, que explica la manera cómo interpretaba el tratado de Octubre de 1851.

Decreto del Gobierno de la República del Perú, tocante á la navegacion de las aguas interiores de este Estado, y la colonizacion de los territorios adyacentes.

"José Rufino Echenique, Presidente de la República,

CONSIDERANDO:

1.° Que es una de las atenciones mas privilegiadas de la solicitud del Gobierno, procurar la explotacion y poblacion de las fértiles llanuras que riegan el Amazonas y sus tributarios en los territorios de la República:

2.° Que ademas es de necesidad, provocar el estímulo de los hombres laboriosos, que intenten ejercitar su genio, y adelantar por medio del trabajo, procurándoles facilidades para establecerse en esos lugares:

3.° Que la inmigracion extranjera, de la que tanto necesita el pais, no puede procurarse de un modo mas útil y eficaz que promoviendo la colonizacion y establecimiento de familias en esos lugares:

4.° Que de este modo, se hará por medios verdaderamente sociales, y conforme con nuestras instituciones, la reduccion á la vida civilizada de las tribus salvajes del Este del Perú:

5º Que sin perjuicio de lo que el Congreso con mayores medios pueda hacer en obsequio de los fines indicados, la próxima entrada de los bnques de vapor en las aguas interiores que riegan esos territorios, hace urgente dictar algunas medidas que inicien el desenvolvimiento de las mejoras que para la comunicacion y el tráfico comercial debe proporcionar la navegacion del Amazonas y sus tributarios :

Previo el acuerdo prestado por el Consejo de Estado en 21 de Febrero último :

DECRETO :

Art. 1.° Se declara conforme al tratado celebrado con el imperio del Brasil en 23 de Octubre de 1851, y *durante su término*, expedita la navegacion, tráfico y comercio de *los buques* y *súbditos brasileros* por las aguas del Amazonas, en toda la parte del litoral perteneciente al Perú hasta el punto de Nauta, en la boca del Ucayali.

Art. 2.° *Los súbditos y ciudadanos de otras naciones que igualmente tienen tratados con el Perú, por los cuales pueden gozar de los derechos de la nacion mas favorecida, ó á quienes sean comunicables los mismos derechos en cuanto á comercio* y *navegacion, conforme á dichos tratados, podrán, en el caso de obtener la entrada en las aguas del Amazonas, gozar en el litoral del Perú de los mismos derechos concedidos á los buques y súbditos brasileros por el artículo anterior.*"

Este decreto en su artículo 2.°, reconoce los derechos absolutos del Brasil á la navegacion exclusiva del Amazonas inferior; pues dice que los Estados Unidos podrán navegar en los rios interiores del Brasil, si *obtienen la entrada del Amazonas.* Esta es una condicion previa y necesaria, que el Gobierno del Perú ninguna necesidad tenia de insertar en el convenio. Jamas ha considerado el Perú que su decreto de 15 de Abril de 1853 confiriese á los Estados Unidos ningun derecho á la navegacion de la parte brasilera del Amazonas; lo cual hubiera sido una usurpacion de la soberanía del Imperio.

Esto es lo que declara expresamente el señor Tirado, Ministro de Relaciones Exteriores del Gobierno peruano. " Este decreto," dice en nota diplomática dirigida en 30 de Setiembre de 1853, al señor Cavalcanti de Alburquerque, Ministro Plenipotenciario del Brasil en Lima, "está léjos de haberse concebido con la idea de menoscabar los derechos del Brasil, pues en el mismo artículo 2º se subordina esta concesion á la condicion de que las naciones á quienes algun tratado con el Perú pone en aptitud de aprovechar esta ventaja, *obtengan previamente la entrada en las aguas del Amazonas; disposicion que ha tenido por objeto especial proteger los derechos del Brasil.*"

"Nada forzaba sin duda al Gobierno á expresar esta restriccion, pues los derechos del Brasil á sus rios interiores, el derecho de entrar y navegar en la parte de estos rios que domina, segun el derecho internacional y los tratados, *no dependen en nada de las declaraciones de*

mi Gobierno. La omision ó insercion de esta condicion no impediria de ningun modo que fuesen eficaces estos derechos. Así el Gobierno, léjos de querer dar pretexto á alguna violacion de los derechos del Brasil poniendo esa condicion en su tratado, ha querido por el contrario, *manifestar con un acto espontáneo el deseo que abriga de ver respetar estos derechos.*"

Un acto público del gobierno del Perú declara oficialmente, que ninguna de las naciones ribereñas del Amazonas puede por sí sola conferir el derecho de navegar en los afluentes de este rio que no corren enteramente por dentro de su propio territorio, y que se necesita al consentimiento colectivo de todos los Estados ribereños para proclamar la libertad de navegacion en el Amazonas. Tal es la significacion de una nota dirigida en 13 de Julio de 1853 á los gobiernos del Brasil, Venezuela, Nueva Granada y Ecuador, para moverlos á enviar sus representantes á un Congreso que tendria por objeto arreglar en comun la navegacion del Amazonas y sus afluentes.

El gobierno del Perú reconocia así la exactitud de las observaciones presentadas, en 30 de Abril de 1853, por el ministro del Brasil en Lima. "Siendo conveniente la mayor claridad en tan importante negocio;" se lee en esta carta notable, (1) "era de esperar se aprovechase el gobierno peruano de la oportunidad que se le ofrecia, emitiendo su opinion de un modo explícito, de que solo en el gobierno brasilero reside la facultad de abrir ó cerrar las puertas del Amazonas. Este derecho perfecto, indispensable para la seguridad del Brasil, en cuyo territorio situó la natnraleza, no solamente la desembocadura, sino las dos orillas de aquel rio, en una extension de mas de seiscientas leguas, ha sido hasta ahora universalmente respetado, y continuará siéndolo, miéntras prevalezcan como debe esperarse, los principios de justicia que deben regir en los Estados. De donde resulta evidentemente que ningun gobierno por cuyo territorio pasa el Amazonas, puede celebrar con otro que no *esté en igual caso*, tratado ó convenio alguno sobre su navegacion, s*in anuencia del Brasil.* Y como, en virtud de ese derecho, dicha navegacion se halla en circunstancias excepcionales, es claro que los tratados ó convenios celebrados con otro cualquier gobierno por los dos Estados ribereños del Amazonas, no pueden en lo concerniente á la navegacion interior, comprender de modo alguno la navegacion del mismo rio."

Segun eso, el Perú no ha pensado nunca en ceder á los americanos un derecho que él mismo no poseia, y M. Maury, invocando el tratado de 1851 en favor de los Estados Unidos, cae en el error indicado por el Ministro de relaciones exteriores del Perú en la nota de 30 de Setiembre de 1853. "Si el tratado de Abril," escribia entónces el Señor Tirado, "ha dado márgen á algunas pretensiones contrarias á los intereses y derechos del Brasil, mi gobierno no debe cargar con

---

(1) Nota dirigida en 30 de Abril de 1853 al gobierno del Perú por el Sr. Cavalcanti de Albuquerque, ministro plenipotenciario del Brasil en Lima.

la responsabilidad, porque ningun gobierno incurre en ella, si sus actos sirven de pretexto ú ocasion á alguna violacion de los derechos de los gobiernos amigos, cuando él ni directamente ha autorizado, ni de ningun modo aprobado esas explicaciones erróneas. Espero que US. reconocerá la exactitud de estas observaciones que se aplican perfectamente á las compañías que se organizan *invocando*, segun dice US., *el pretenso derecho que les confiere el decreto de 15 de Abril. Este decreto no ha podido crear ningun derecho en perjuicio del Brasil;* y los que lo invocan para violar los derechos soberanos del imperio, se apoyan en *falsas pretensiones:* porque es claro que el *gobierno del Perú no ha podido ni querido conferirles tales derechos:* esto resulta de las disposiciones expresas del tratado de Abril de 1851.

M. Maury sostiene que el decreto de 1851, combinado con el tratado de comercio y navegacion ajustado entre el Perú y los Estados Unidos, confiere un derecho absoluto ó relativo á la navegacion de todo el curso del Amazonas; y el Perú niega que haya pensado nunca en crear semejante derecho en favor de los Estados Unidos; y confiesa que su voluntad hubiera sido por otra parte impotente, pues no podia usurpar la soberanía del Brasil.

Este tratado de 1851, por su misma naturaleza, no se presta á ninguna aplicacion que de él quisiese hacerse á cualquier nacion distinta de las que lo celebraron. ¿Qué Estados tuvieron parte en él? Estados ribereños de un mismo rio. ¿Con qué fin? Con el de arreglar intereses comunes á dichos Estados, intereses cuya comunidad resulta de la de rios y fronteras. Por lo cual en uno de los artículos se establece expresamente, que la *navegacion de estos rios pertenece exclusivamente á los Estados ribereños.*

¿Tienen los Estados Unidos alguna frontera ó rio, comun á su territorio y al del Perú? De sus Estados, ¿cuáles son los que confinan con las provincias peruanas?

Las condiciones especiales, relativas á la posicion geográfica de las dos partes contratantes, impiden que las estipulaciones contenidas en ese tratado se extiendan á otra nacion que no se halle en las mismas circunstancias. En el artículo 1.° se establece que las mercancías ó embarcaciones que pasen del territorio de uno de los dos Estados al territorio del otro, por una frontera comun á los dos Estados, estarán exentos de todo impuesto de aduana ó arbitrios. Esta excepcion es tan especial al comercio que se efectua de una frontera á otra, que las mercancías brasileras que entrasen en el Perú por los puertos del Pacífico, no gozarian de ninguna manera de la misma inmunidad, como tampoco las producciones del Perú, que llegasen por mar á Bahia ó á Rio Janeiro. ¿Cómo, pues, extender á los Estados Unidos las disposiciones de este artículo? En todo el tratado se regulan la navegacion de los rios comunes á los dos Estados; y los Estados Unidos, no poseyendo ninguna parte de los fluentes del Amazonas, ningun derecho tienen á reclamar para sí el beneficio de esta convencion.

Por medio de un acto público, el Perú se ha obligado á tratar á los Estados Unidos del mismo modo que á la nacion mas *favorecida*; no puede hacer á los ciudadanos de cualquier nacion una concesion gratuita, unilateral, sin extenderla inmediatamente á los ciudadanos de la Union. Pero esta especie de estipulaciones nada comun tienen con los convenios bilaterales, con las concesiones onerosas, como la que establece el tratado de 1851. El Perú abre sus rios interiores al Brasil, porque el Brasil le abre recíprocamente sus rios interiores; el Perú exime de derechos las mercancias brasileñas que entran en su territorio por la frontera comun, porque el Brasil exime recíprocamente de derechos las mercancias peruanas que entran á su territorio por la frontera comun; en esto no hay ningun favor ni privilegio, sino un cambio; cada uno de los dos Estados da con el fin de recibir, y celebran un convenio bilateral. Si, por el contrario, el Perú hubiera declarado pura y simplemente franca la entrada de las producciones de Inglaterra, los Estados Unidos tendrian derecho de reclamar para sus producciones el mismo privilegio: pero no, si la exencion no fuese mas que un acto de reciprocidad. Ambas naciones se imponen un sacrificio mútuo; lo cual no es privilegio ni inmunidad. Por consiguiente, los Estados Unidos no pueden argüir con el tratado hecho entre ellos y el Perú, pues el Perú no concedió ningun favor al Brasil.

De aquí resulta que de ninguna manera puede aplicarse al convenio de 1851 el tratado del Perú y los Estados Unidos. Tampoco el artículo 2.° del decreto de 15 de Abril de 1853 puede apoyar las pretensiones de M. Maury, porque sancionaria un abuso de poder, y no tendria ninguna fuerza segun la opinion del gobierno mismo del Perú. Declarar que el pabellon de la Union podrá navegar en los rios interiores del Perú, *bajo la condicion de obtener la entrada* del Amazonas, es insertar en un tratado una cláusula inútil, conceder un derecho ilusorio, pues su ejercicio queda absolutamente subordinado á la voluntad soberana de un tercero. ¿Qué provecho sacaria Francia de una declaracion en que los Estados Unidos le permitiesen navegar en los afluentes del San Lorenzo y en los grandes lagos? Inglaterra ocupa la entrada del San Lorenzo, y puede, segun su voluntad, abrir ó cerrar el rio á los extranjeros; con que la declaracion de la Union no obligaria á Inglaterra, ni serviria de nada á Francia. Si los Estados Unidos é Inglaterra se encuentran en situacion absolutamente semejante a la del Perú y el Brasil, ¿por qué lo que es incontestable en la América del Norte, se disputa en la del Sur? El Brasil, ademas de la boca del Amazonas, posee sus dos riberas en un espacio de mas de seiscientas leguas; sus mas importantes afluentes corren por dentro del territorio del imperio; la parte de su hoya comprendida en el Brasil, no solo es mas vasta que la peruana, sino tambien que la situada en el territorio de los otros cinco Estados ribereños; siendo así, que el San Lorenzo no corre por entre dos ri-

beras ingleses sino en un espacio muy corto. M. Maury no piensa siquiera en disputar el derecho exclusivo de Inglaterra, y se indigna contra el del Brasil. Para proceder consiguiente consigo mismo, él deberia ante todo reclamar la aplicacion de su teoria á la navegacion del San Lorenzo: al comercio en general seria tan ventajoso penetrar en el inmenso territorio que riega el San Lorenzo, como en el territorio bañado por el Amazonas; lo cual interesa directa é inmediatamente á los Estados Unidos. ¿Cuál es, pues, la causa de esa contradiccion? Que M. Maury no cree de ningun modo en el derecho que invoca.

Con todo eso, si pudiera existir duda acerca de la interpretacion del tratado ajustado entre el Perú y los Estados Unidos, y del sentido del artículo 2.° del convenio de 1851, y del artículo 2.° del decreto de 1853, la cuestion estaria para hoy resuelta. No pudiendo realizarse por voluntad de ninguna de las partes contratantes, la condicion previa, impuesta en el artículo 2.° del decreto de 1853 anulaba el pretenso derecho encerrado en el mismo artículo. Cualquier cláusula inútil es peligrosa; por esta razon el Perú, queriendo sabiamente disipar todas las dudas y demostrar que reconocia en el Brasil la soberanía exclusiva sobre sus rios interiores, expidió la declaracion siguiente:

Decreto del gobierno del Perú de 4 de Enero de 1854.

" José Rufino Echenique, Presidente de la República,

CONSIDERANDO:

Que el decreto de 15 de Abril de 1853 ha excitado varias cuestiones que es necesario resolver.

DECRETA:

Art, 1.° Los súbditos brasileros podrán navegar libremente en los afluentes peruanos del Amazonas, conforme al artículo 1.° del tratado de 23 de Octubre de 1851.

Art. 2.° El gobierno designará en cada uno de los rios los puntos en que los empresarios que hayan obtenido ú obtengan el privilegio de navegacion por vapor, conforme al § 5.° del artículo 1.° adicional del tratado con el Brasil, puedan cargar y descargar sus mercancias.

Art. 3.° *Si cualquier otro Estado pretendiese que sus súbditos, en virtud de tratados celebrados con la República, tienen derecho á navegar en la parte peruana del Amazonas y de sus afluentes, el gobierno concederá ó negará este privilegio segun las estipulaciones de los tratados vigentes, y con las condiciones que estime justas y convenientes.*

Art. 4.° El gobierno del Perú, reconociendo que los Estados ribereños tienen todos derecho á la navegacion del Amazonas, reconoce al mismo tiempo que ellos necesitan establecer de comun acuerdo los reglamentos de policia y demas que deben adoptar.

Art. 5.° El presente decreto es solo una declaracion del de 15 de Abril de 1853, en cuanto á los puntos especificados en los artículos anteriores.

Dado en el palacio de gobierno de Lima en 4 de Enero de 1854."

El mismo gobierno del Perú ha tomado á su cargo derribar las pretensiones de M. Maury, que solo estribaban en la falsa interpretacion del tratado de 1851, pudiendo servir de auxiliar á la mala fe la oscuridad del artículo 2º del decreto de 1853; el gobierno del Perú que concurrió al tratado, y expidió el decreto, ha explicado estos dos actos de una manera que destruye todas las dudas.

El Perú declara solemnemente, que solo los Estados ribereños del Amazonas tienen derecho para arreglar la navegacion de este rio y sus afluentes; y que se requiere el concurso de todos los Estados ribereños para formar un reglamento general, porque cada uno de ellos tiene derechos absolutos en la parte de los rios que corre exclusivamente por su propio territorio.

La consecuencia evidente de esta declaracion, es que ningun tratado concluido por uno solo de los Estados ribereños con otro no ribereño, ha podido dar á este el menor derecho á la parte del Amazonas que no pertenecia exclusivamente al Estado ribereño que intervino en el tratado.

Continua perfecto é intacto el derecho exclusivo del Brasil á la navegacion del Amazonas.

Hemos demostrado que el tratado de 1851, no conteniendo ningun *favor* hecho por el Perú al Brasil, no podia servir de apoyo á la reclamacion de los Estados Unidos que tuviese por objeto obtener para los ciudadanos de la Union el favor concedido por el Perú á los ciudadanos brasileños. El gobierno del Perú lo declara implícitamente, pues la nacion que pretendiese en virtud de los tratados tener derecho á la navegacion de los afluentes peruanos del Amazonas, está obligada, segun el decreto de 1854, á exponer su reclamacion al gobierno del Perú, *que la rechazará ó la admitirá.*

En resúmen, ningun tratado ha menoscabado ni podido menoscabar los derechos exclusivos del Brasil á la navegacion de la parte brasileña del Amazonas y sus afluentes. El Brasil, en ejercicio de su soberania, otorga ó niega la entrada de sus rios; y para beneficio comun los ha abierto á las repúblicas del Perú y Nueva Granada. Estas medidas se las dicta su propio interes; pero ninguna nacion puede justamente reclamar para sí las mismas concesiones.

Lo mismo que cualesquiera otras potencias, los Estados Unidos pueden pedir al Brasil á manera de un favor, que abra el gran rio á sus buques; pero si el Imperio, que no puede ni debe consultar mas que sus intereses, y que es el único juez de lo que le conviene, no

estima oportuno acceder á su peticion, los Estados Unidos no tienen que hacer otra cosa que ceder á su voluntad soberana.

VI.

De la política del Brasil.

Dice la historia que los Tebanos multaron á Píndaro, por haber alabado á los Atenienses; á los ojos de aquellos era un crímen hacer justicia á sus enemigos. Pero M. Maury no tiene que temer la suerte del célebre poeta. No puede el Brasil ser considerado como enemigo de los Estados Unidos; pero el egoismo nacional de M. Maury no perdona al Brasil el que sirva de obstáculo á los proyectos ambiciosos que ha soñado para su patria; y tiene empeño en denigrar, en calumniar al gobierno del Imperio con tanta amargura como injusticia. Cuando describia las riquezas de la hoya de las Amazonas, su viva imaginacion le inspiraba pinturas exageradas; sembraba oro y diamantes á manos llenas, y encontraba en los rios *piedras preciosas todavia desconocidas de los lapidarios*: la misma exageracion se encuentra en las acusaciones que lanza contra el gobierno del Brasil; despues de haber excitado la codicia de sus compatriotas, ¿habrá querido infundirles el odio que al parecer le anima á él contra el gobierno del Brasil?

Si M. Maury hubiese tenido sinceramente el deseo de ser útil al comercio en general, si estuviese convencido de que la abertura del Amazonas era un bien para todo el mundo y para el Imperio, podria exponer sus raciocinios y pruebas con la calma de un hombre que habla en nombre de la razon. Pero, ¿puede acaso persuadir quien acumula los cargos mas inmerecidos, acusa sin tomarse el trabajo de fundar sus acusaciones, añade la acrimonía á la injusticia de los agravios, y olvida el respeto que debe á una nacion amiga y á sí mismo hasta el punto de sustituir los argumentos con injurias?

"El Brasil," dice M. Maury, "ha adoptado una política peor que la del Japon, *pues excluye la cultura, la civilizacion y el comercio* del pais mas hermoso del mundo."

Esta comparacion lisonjera del Brasil con el Japon la encontramos á cada paso en el escrito de M. Maury: verdad es que en alguna parte dice, que el Japon no comerciaba con la Union, siendo así que el Brasil cambia sus producciones por las de los Estados Unidos; contradiccion solemne que M. Maury no se digna explicar, y que de ningun modo le impide continuar presentando al Brasil como otro Japon, inaccesible al comercio.

A veces M. Maury encuentra con hechos tan evidentes que le es imposible negarlos; entónces los desfigura, y su don de difamar convierte las medidas mas liberales en atentados contra la civilizacion. Este es el sistema que emplea respecto al tratado de 23 de Octubre de 1851.

Hemos probado que el Brasil, apoyado en un derecho incontestable, sancionado por el derecho de gentes, la costumbre de las naciones y los tratados, podia prohibir absolutamente la navegacion del Amazonas á todos los pabellones extranjeros. Los Estados propietarios de la parte superior del rio habrian entónces quedado privados de un medio de comunicacion con el Atlántico; pero el Brasil ha preferido sacrificar en favor de ellos una parte de su derecho, y les ha ofrecido espontáneamente, con las garantias necesarias á su propia seguridad, la entrada del gran rio brasileño. Veamos cómo considera M. Maury esta generosa concesion.

"Sabiendo el Brasil que la libre navegacion del Amazonas comenzaba á ser materia de conversacion en las sociedades políticas y comerciales de los Estados Unidos, tomó inmediatamente las medidas mas activas para inutilizar todo intento nuestro que tuviese por objeto la libre navegacion del Amazonas."

"Redobló su energia en la guerra contra Rosas, y se apresuró á enviar Ministros Extraordinarios y Plenipotenciarios al Perú, Bolivia, Ecuador, Nueva Granada y Venezuela, dándoles el encargo de ajustar con cada una de estas Repúblicas, tratados en que se estipulase á favor del Brasil un derecho exclusivo á la navegacion del Amazonas y sus afluentes."

"Su fin era impedir que las naciones comerciantes celebrasen con dichas Repúblicas tratados relativos á la navegacion fluvial. El Brasil queria retardar el progreso de aquellos Estados, *cerrarles mas estrechamente que nunca la salida de las grandes arterias del comercio*, y perpetuar así la estancacion y la muerte que por trescientos años han reinado en la grande hoya fluvial del Amazonas."

"*El Perú cayó en el lazo y firmó el tratado.*"

De que el Brasil se proponia abrir á los Estados ribereños del Amazonas la boca de este gran rio, concluye M. Maury que queria privarlos de comunicacion con el Océano! De que el Brasil permitia que las producciones de ellos pasasen libremente por su propio territorio, infiere M. Maury que quiere cerrar toda salida á sus producciones! Para probar que el Brasil pretendia retener presas sus producciones, dice M. Maury que les abria una puerta por donde saliesen! ¿No es un espectáculo aflictivo ver á un hombre de talento, que ha prestado á la ciencia indisputables servicios, ultrajar así no solo la verdad y la justicia, sino hasta el buen sentido?

¿A quién debia producir mas ventajas este tratado, al Brasil ó á las repúblicas hispano-americanas? El Brasil es dueño de la boca y de las dos riberas del Amazonas en una extension de mas de seiscientas leguas; numerosos afluentes surcan las provincias del Imperio, y las producciones de estas ricas comarcas podian recorrerlos libremente y bajar al gran rio que las conducia hasta el Océano. Señor absoluto de esta inmensa via de comunicacion, el Brasil en nada aumentaba sus derechos con el tratado que proponia; las cosechas de sus llanuras, las maderas de sus selvas, los metales y piedras precio-

sas de sus minas llegaban hasta el mar sin necesidad de atravesar otro territorio que el del Imperio.

El Perú no goza de las mismas ventajas. Posee provincias fértiles regadas por los afluentes del Amazonas, ciudades importantes como Laguna, Sarayacu y Nauta situadas á orillas de ellos. Si el Brasil hubiera mantenido su derecho de cerrar la parte inferior de sus rios al pabellon peruano, las producciones de tales comarcas debian subir el Ucayali y el Ituallaga, trepar por las montañas de las cordilleras, embarcarse en el Callao, doblar el Cabo de Hornos, y atravesar todo el Océano Atlántico ántes de llegar á los mercados de Europa; gravándose á un tiempo las producciones exportadas y las mercancias de importacion con los gastos de ese inmenso y difícil viaje por tierra y agua. La via natural, que es la del Amazonas, mas breve y cómoda, proporcionaba una economía de mas de la mitad en el trasporte de las mercancias hasta Europa. Segun eso, el Perú tenia un inmenso interes en aceptar las propuestas del Imperio, al cual no perjudicaba la negativa del Perú. El *lazo* armado por el Brasil al Perú, abria á esta república una nueva fuente de riqueza y prosperidad.

Sin embargo, el proceder generoso del Brasil es objeto de las mas duras recriminaciones de M. Maury: "El celo," dice, "que puso el Imperio en la negociacion de este tratado, no puede considerarse sino como un esfuerzo hecho para atajar el progreso de la civilizacion; porque cerrar el Amazonas al comercio y al vapor, es privar á los paises bañados por este rio, y de cuyo seno brota, de las luzes de la civilizacion, de los beneficios del cristianismo, de todos los elementos de la felicidad humana." Precisamente el objeto del tratado presentado por el Imperio al Perú y demas Estados ribereños del Amazonas, era permitir la navegacion de este rio; por consiguiente caen por sí mismas todas aquellas pomposas declamaciones, y recuerdan las palabras terribles de Bentham contra aquellos fanáticos que no invocan la civilizacion sino para disimular proyectos egoistas.

No es el celo de los intereses del Perú que finge M. Maury, lo que le ha inspirado esta cólera y cargos injustos; porque las ventajas que el tratado de 1851 ofrece al Perú son evidentes, y un amigo sincero debia aprobar el convenio. Pero el tratado frustraba planes tenebrosos formados en la sombra, y con cuya próxima realizacion soñaba M. Maury. Hacia mucho tiempo que los Estados Unidos buscaban un pretexto para intervenir en los negocios de la América del Sur; y pérfidamente alimentaban la desunion entre los Estados ribereños del Amazonas, presentando al Brasil como al enemigo comun, y dando calor á pretensiones infundadas. Si las repúblicas hispano-americanas, seducidas con promesas falaces, hubieran reclamado el peligroso apoyo de los Estados Unidos, ellos esperaban venderles cara la intervencion al parecer desinteresada, y estipular en su provecho condiciones que les asegurasen el monopolio del comercio interior de la América meridional. El tratado de 1851, acto de sabi-

duria y liberalidad del Brasil, arruinaba esa trama hábilmente urdida, quitaba á la Union toda ocasion de poner el pié en un territorio cuyas riquezas codiciaba de tiempo atras. Daba al Perú lo que los Estados Unidos querian reclamar para él, y precavia los peligros de aquella arriesgada intervencion de una nacion potente y arrojada entre naciones mas débiles. Esto es lo que M. Maury no perdona al Brasil. "*El fin con que el Brasil celebró semejante tratado con el Perú,*" *dice,* "*fué prohibir la entrada de los rios á esta nacion de piratas, como allá nos llaman.*"

¿Qué censura M. Maury en el tratado de 1851? ¿No abre una salida á las producciones del Perú y demas Estados ribereños del Amazonas? Luego está cumplido el deseo tantas veces manifestado por el oficial americano en su memoria, y su cólera no tiene ningun pretexto. Esta aparente generosidad escondia miras interesadas.

Los Estados Unidos no pueden quejarse legítimamente del tratado. Ni tienen ningun derecho á la navegacion del Amazonas, ni el tratado los *excluye* de este rio, sino confirma respecto á ellos el derecho existente. ¿Pretenderia por ventura M. Maury que debiese extenderse á la Union el favor concedido al Perú? ¿En qué pretexto se apoyaria tan extraña doctrina? Cuando algun Estado concede privilegio á otro, lo hace por su voluntad soberana; no causa ningun perjuicio á las potencias que continuan, respecto de él, en la misma situacion que tenian ántes, y no debe dar cuenta del ejercicio de su soberanía. Las potencias extranjeras pueden solicitar el mismo favor, y nunca reclamarlo como un derecho.

Pero dejando aparte esta incontestable verdad, ¡cuántas razones poderosas aconsejaban al Brasil que concediese al Perú la navegacion en el Amazonas, y continuase negándola á los Estados Unidos! La naturaleza ha formado lazos íntimos entre los dos Estados vecinos; colocados bajo el mismo cielo, uno al lado de otro, en la misma parte del continente americano, apénas separados por una línea de demarcacion ideal, los riegan los afluentes del mismo rio, los unen las mismas necesidades y los destinan á trabajar juntos en la obra de la colonizacion de la inmensa hoya del Amazonas, y deben obedecer á la mancomunidad de intereses, que les aconseja otorgarse concesiones recíprocas; necesitan la amistad mas estrecha y leal, así para adelantar mas, como para evitar peligros comunes. Sin causarse perjuicio á sí mismo, no pudiera el Perú abusar del derecho de navegacion en la parte brasileña del Amazonas, para ocasionar al Imperio embarazos que le dañarian á él en primer lugar.

¿Existe esta mancomunidad entre el Brasil y los Estados Unidos, que por una parte separan vastos mares y por otra numerosas naciones? Sus intereses no están íntimamente confundidos, como los del Brasil y el Perú. Sus relaciones se limitan á la correspondencia de servicios inspirada por la ley natural, entre sociedades extrañas una á otra.

El Perú posee provincias ceñidas por las cordilleras y el terri-

torio del Brasil. La dificultad de las comunicaciones con el Océano retardaba el desenvolvimiento del comercio en estas comarcas fértiles, y el Brasil les ha abierto paso por su propio territorio. ¿Tienen que alegar los Estados Unidos las mismas razones que el Perú? De sus Estados, ¿cuáles son ribereños del Amazonas? ¿En qué provincias suyas, decae el comercio por falta de una salida por este gran rio? Si el dueño de una casa concede pasar por su puerta á un propietario vecino, cuya casa no tiene salida cómoda, le otorga una concesion basada en las relaciones continuas, en la correspondencia de servicios que nace de la vecindad; ¿tendrán por eso todos los propietarios de la misma calle derecho para reclamar el paso por la misma puerta? Esta comparacion vulgar hace mas conspicua la ilegitimidad de las pretensiones de M. Maury.

Si con respecto á las naciones ribereñas del Amazonas, mantiene el Brasil su derecho exclusivo de la navegacion de este rio, no es porque escuche los consejos de una política mezquina, pues los esfuerzos que hace para atraer poblacion á las provincias del Imperio, desenvolver los recursos comerciales y auxiliar el rápido movimiento del adelanto y la civilizacion, son una prueba del deseo que le anima. El gobierno del Imperio tiene que cumplir con un deber imperioso. que es velar ante todo por la integridad de su territorio y la tranquilidad pública. La grande obra que ha comenzado, no puede coronarse sino en medio de la paz y el sosiego; y cree en su conciencia que el abrir el Amazonas á todos los pabellones extranjeros, pondria en peligro el buen éxito de su empresa.

El gran rio y sus afluentes recorren un inmenso teritrorio, apénas poblado; la libre navegacion llevaria al centro del Imperio una poblacion numerosa, sin lazos en el pais; la escasa poblacion indígena es apénas civilizada; todo lo cual produciria peligros de dos especies, tanto mas serios cuanto es difícil precaverlos.

Esos extranjeros atraidos por el cebo del lucro, pueden engañar la credulidad de las poblaciones salvajes, y obtener de su ignorancia producciones preciosas é importantes, en cambio de objetos sin valor. Este comercio clandestino, cuya represion es por decirlo así imposible, daña los intereses de esta poblacion, que tiene derecho á ser protejida por el gobierno del Imperio. De modo que él tiene el deber de impedir que se abuse de la ignorancia y buena fe de poblaciones semi-bárbaras.

Demas de esto, la afluencia de extranjeros en lo interior del territorio, da al contrabando ventajas contrarias á los intereses del tesoro público.

Por fin, el mayor de todos los peligros es el que amenaza la paz pública. Los comerciantes extranjeros se someterán á los regla mentos y tarifas de navegacion; pero ¡cuántos embarazos diarios, cuántos enredos se suscitarian en las relaciones necesarias entre los comandantes de buques y los empleados locales! ¿No debe temerse que se originasen conflictos tan difíciles de prevenir como de terminar? El amor

propio nacional y los intereses privados, encontrándose en semejantes contiendas, pueden dar márgen á embarazos graves que toca al Imperio evitar. Si en medio del imperio, en una comarca casi desierta, en una aldea de doscientos habitantes, se arma un altercado entre el comandante del buque extranjero y el gobierno; el comandante no querrá someterse á las reclamaciones de la autoridad, se emponzoñará la contienda, la tripulacion sostendrá á su jefe, y puede seguirse una lucha sangrienta que provoque represalias y ponga al gobierno en graves apuros. Estos temores son tanto ménos quiméricos, cuanto hoy mismo los Estados Unidos tienen desavenencias análogas con cuatro Estados diversos. La presencia de algunos ciudadanos de la Union ha bastado para suscitar embarazos á los gobiernos que mandan en Borneo, Taití, Greytown y en el Paraguai. El Brasil necesita dedicar todo su tiempo y esfuerzos al desenvolvimiento del progreso en su dilatado imperio, y cuanto mire á distraerlo de esta noble tarea, lo considera como un peligro; y como sea mas fácil impedir su formacion que alejarlo, obedece á los consejos prudentes de la sabiduria, y aguarda el dia en que, sin dañar sus propios intereses, pueda decretar la libre navegacion de sus rios interiores.

Diga lo que quiera M. Maury, esta suspension es necesaria á la seguridad del Imperio. No se logra en un dia civilizar extensas comarcas, pues ninguna fuerza puede obrar súbitamente semejante milagro. El gobierno del Brasil responde ante la Nacion de la seguridad del Imperio; aleja con mano prudente cuanto puede exponerla; asegurando así la paz, podrá derramar la civilizacion por todos los puntos de esta anchurosa comarca, sin temer sacudimientos, peligros ni revoluciones. Si hemos de creer á M. Maury, solo los Estados Unidos podrian hacer progresar las poblaciones nómades que habitan las orillas del Amazonas. Si el Oriente, segun expresion de Tácito, necesitaba la sabiduría de Germánico: *Orientem nisi Germanici sapientia, componi;* el Brasil no ha menester la sabiduría de los Estados Unidos. Siendo el gobierno del Imperio el único responsable de su obra, solo él es juez de la eleccion de los medios que puede emplear para llevarla á buen cabo; tiene fe en el porvenir á que se dirige con paso firme; pero sabe que sus esfuerzos no pueden dar fruto en un dia, y que necesita de la ayuda *del tiempo, gran novador que lo innova todo, pero lentamente y por grados casi imperceptibles.* (1)

M. Maury acusa al Brasil de impotencia; pero M. Maury no es profeta; porque los sucesos han desmentido felizmente sus predicciones con respecto al Imperio. "Cuando el Perú," dice, "fué invitado á celebrar el tratado de 23 de Octubre de 1851, y le propuso el Brasil introducir vapores en los rios peruanos, hubo un hecho por el cual debió juzgarse del valor de los proyectos del Imperio. En la misma boca del Amazonas se halla un rio magnífico que corre enteramente por el territorio brasilero: el Tocantin atraviesa mas grados de latitud que

(1) Bacon. Ensayo § De las innovaciones.

nuestro Misisipí, recibe numerosos tributarios, cuyas orillas están pobladas de ciudades y pueblos habitados por mas de 120.000 súbditos brasileños; nace en el corazon mismo del Imperio; apénas hay 500 millas de sus fuentes al palacio del Emperador, y sin embargo, el Brasil, á pesar del espíritu de empresa de que hoy se gloria, no ha sido aun capaz de introducir en él buques de vapor, ni siquiera lo ha intentado. ¡No es cosa extraña que no haya tenido ninguna sospecha el Perú, al ver al Enviado del Brasil, que deja los rios de su propio pais en semejante abandono, hacer un viaje de algunos millares de millas para ir á proponer al Perú introducir la navegacion en los rios de su territorio, á los mismos piés de los Andes!"

Mas allá del Tocantin están el Chingu, el Tapajoz y otros doce rios que corren enteramente por entre dos riberas brasileñas; algunos bajan de las vertientes de las montañas de los diamantes; sus lechos están llenos de oro, y jamas han entrado á ellos buques de vapor. Sus fuentes, perdidas en lo interior del Brasil, son enteramente desconocidas, y los astrónomos tienen datos mas ciertos acerca de la luna, que los que los estadistas y geógrafos tienen respecto á las comarcas bañadas por esas corrientes. ¿Cómo ha podido prestar oido el Perú, testigo de la incuria y de la impotencia del Brasil, á las propuestas que se le hicieron?"

El curso del Tocantin se halla rodeado de obstáculos sin número que Castelnau describe minuciosamente en sus viajes; M. Maury, que no tropieza en obstáculos, acusa al Brasil de no haber acometido una empresa que el viajero frances considera como imposible; é infiere con la misma lógica, que el Brasil no puede establecer navegacion por vapor en el Amazonas: *¿cómo podrá introducir buques de vapor en las aguas del Perú, segun ha querido persuadirlo al gobierno de esta República?*"

El Brasil ha hecho lo que aquel filósofo en cuya presencia se negaba el movimiento, es decir ha andado; una línea regular de vapores recorre hoy el Amazonas desde Pará hasta Nauta, á despecho de las profecías de M. Maury.

El teniente americano condena al Brasil á no ser nunca nacion marítima; segun él, sus habitantes no podrán nunca separarse del clima benigno, abandonar un suelo fértil para arrostrar los rigores del mar, viéndose siempre forzados á encargar á las demas naciones del trasporte de sus propias producciones. Así lo ha decidido M. Maury; pero el Brasil, perseverando en sus esfuerzos, limitando prudentemente su ambicion, ha probado ya, que ninguna necesidad tenia de confiar á otros el cuidado de guardar sus costas.

El Brasil, que no cuenta aun mas que treinta y dos años de existencia política, ha adelantado ya mucho. Los vapores surcan sus rios, los ferrocarriles unen ya las ciudades interiores; la prensa goza de la mas amplia libertad; la instruccion se derrama por el pueblo, gracias á las numerosas escuelas establecidas en todas las poblaciones; la corriente de emigracion europea ha sido hábilmente dirigida hácia

el Brasil; se forman colonias en todas las provincias, en las fértiles orillas de los afluentes del Amazonas; en una palabra, el Brasil ve que la prosperidad corresponde á sus valerosos esfuerzos.

El imperio no se ha contentado con estos progresos interiores, sino que ha asociado en lo exterior su nombre á nobles y justas empresas, que le han grangeado en la América del Sur el respeto de todas las naciones, única preponderancia que ambiciona. Ha tendido mano protectora al Paraguai que se despertaba á la independencia, lo ha reconocido como nacion y le ha prestado generosamente su apoyo en las dificultades que han caracterizado los primeros tiempos de su existencia. Los soldados brasileños tomaron parte en la campaña que puso término á la larga dictadura del general Rosas. Todavia hoy, una República vecina, debilitada con largas desgracias, arruinada por una guerra de diez años, encuentra en el gobierno del Brasil la cooperacion mas eficaz y desinteresada.

El Brasil no abandonará el camino en que ha entrado definitivamente, de lo cual sale por fiador la sabiduría del emperador que preside en su suerte. Educado con las ideas modernas, este jóven monarca ha llevado al trono el amor de la libertad y del progreso; y rodeado de consejeros hábiles, él mismo contribuye poderosamente á la prosperidad del Imperio, y sus nobles esfuerzos le hacen digno del afecto de sus súbditos y de la estimacion de todo el mundo.

VII.

De la política de los Estados Unidos.

Hemos expuesto las razones que debian impedir al Brasil ceder á un amor mal entendido del progreso, declarando libre á todos los pabellones la navegacion del rio de las Amazonas. El gobierno del Brasil, encargado ante todo de velar por la integridad del imperio, debe temer, segun hemos dicho, introducir en medio de poblaciones apénas civilizadas un elemento peligroso á un tiempo para ellas y la tranquilidad pública. El progreso será acaso mas lento, pero mas cierto. Si el gobierno del imperio hubiera pensado por un instante en preferir peligrosas teorías á los consejos de la prudencia, las pretensiones claramente manifestadas por los Estados Unidos habrian bastado para recordarle que la antigua máxima romana era siempre cierta, y que el primer deber de un gobierno es velar por la seguridad de la nacion. *Caveant consules.*

Por cierto que en la memoria de M. Maury no se echan ménos las protestas en favor de la paz. A cada página celebra sus beneficios, y nunca habla sino en nombre de la civilizacion y de la humanidad entera. "Las conquistas del comercio son por su naturaleza pacíficas, y dan por resultados la difusion de la civilizacion, el progreso de la libertad civil y religiosa, el desenvolvimiento de la industria, la prosperidad y la riqueza, tanto en las naciones como en los in-

dividuos." Si reclama la libre navegacion del rio de las Amazonas, no es de ningun modo para que la aproveche su patria, sino solo en beneficio de las cinco repúblicas hispano-americanas cuyos territorios son atravesados por los tributarios de este gran rio. Por lo que á él hace, no tiene puesta la mira mas que en la aplicacion de los grandes principios: "*La justicia, la política del comercio, las luces del siglo, el derecho natural y el derecho de gentes.*" El interes de la humanidad, he aquí su objeto. Léjos de él toda segunda intencion de interes nacional! ¿Quién podria acusarle de alimentar ideas tan estrechas? Su informe termina con estas palabras: "La libre navegacion del Amazonas, su colonizacion, su cultura y la civilizacion del vasto pais que baña este gran rio son de inmensa importancia; *pero ni la violencia, ni el brazo armado del poder deben alcanzar semejante objeto.* A la ciencia con sus luces, á la diplomacia con su habilidad, al comercio con su influencia, *á la paz con sus beneficios* es á quien toca dar al mundo la libre navegacion del Amazonas, la colonizacion y cultura de las regiones atlánticas de la América meridional." Estas protestas de amor á la paz y desprecio de la violencia no hay duda que son muy hermosas; y el Brasil hubiera podido consentir en convencerse del sincero desinteres de M. Maury, si este mismo no se hubiera encargado de explicar su manera de comprender la justicia, la paz y el influjo del comercio.

El sentimiento de la justicia era sin duda lo que le animaba cuando acumulaba los cargos mas graves é inmerecidos contra el gobierno del Brasil; cuando, despues de exagerar con pérfido fin las riquezas de estas bellas comarcas, acusaba sin fundamento al Brasil de no haber hecho nada para sacar partido de sus tesoros, y comparaba su política con la del Japon. El sentimiento de la justicia era tambien el que le impelía á negar derechos universalmente reconocidos, y á sustituir principios admitidos por todos los siglos y todas las naciones, con vagas é hipócritas fórmulas, bajo las cuales pueden fácilmente guarecerse los proyectos mas nocivos!

Sin duda por amor á la paz hemos visto á M. Maury asegurando á cinco naciones vecinas, que el Brasil es el único obstáculo á su engrandecimiento y prosperidad. Con el fin de cimentar las relaciones amistosas entre el Brasil y esas Repúblicas, procura establecer en favor de ellas, fundándose en los extraños principios de un derecho internacional aun mas extraño, el pretenso derecho de navegar libremente en los rios interiores del Imperio, y les deja entrever, que hay una nacion fuerte y poderosa muy dispuesta á ayudarlas (con los fines mas puros y desinteresrdos) á vindicar este pretenso derecho.

Pero ¿de qué sirve buscar entre las declaraciones de M. Maury y las ideas que ha manifestado, contradicciones que nos descubren lo desinteresado y pacífico de sus intenciones? A menudo levanta él mismo el velo trasparente con que cubre á veces su pensamiento, y declara muy explícitamente el blanco á que aspira.

"Deseamos," dice en el último capítulo de su memoria, "man-

tener con el Brasil relaciones de paz y amistad. Nosotros compramos la mitad de su principal artículo de comercio, que es el café; é igualmente nuestras producciones tienen gran salida en el Brasil, y apreciamos altamente las relaciones amigables que existen hoy entre ambos paises. *Pero, sea cual fuere la importancia que demos á la continuacion de esas buenas relaciones, no pretendemos sacrificarles los principios eternos del derecho.*"

Los principios eternos del derecho! ese es siempre el manto de honradez bajo el cual disfraza M. Maury los mas ambiciosos pensamientos de engrandecimiento nacional! Ya hemos visto todo el egoismo que hay en el fondo de ese desinteres. Pero tambien envuelve duda esa amenaza, y M. Maury no quiere que nadie se equivoque respecto al modo con que él pretende aplicar sus hermosas teorias de justicia y paz, y por eso se apresura á añadir:

"Nada exclusivo queremos en la parte superior del Amazonas, pero estamos mas próximos tanto á las aguas superiores de este rio, como á su boca, que ninguna otra nacion, sin exceptuar ni siquiera al Brasil, si se calcula la distancia, ó el tiempo necesario para recorrerla, de estos puntos á Rio Janeiro y Nueva York ó á Nueva Orleans, tomados como centros de los dos paises. Debe suponerse por consiguiente, que la política mezquina del Brasil, y su obstinacion en cerrar al hombre civilizado, ilustrado y cristiano las puertas de la mas hermosa parte del mundo, *se considerarán como una injusticia, por no decir como una injuria para con los Americanos.*"

Así, se ultrajan los *principios eternos del derecho* porque el Brasil persiste en querer ser amo en su casa. Esta es una *injusticia* cometida con los Americanos, una *injuria* por la cual deben exigir reparacion.

Prosigamos estas edificantes citas:

"La China queria comerciar con nosotros; pero en el camino se halla el Japon, que permanecia perfectamente cerrado á las demas naciones, como si estuviese fuera del mundo. Hemos enviado una escuadra para dar á entender á ese pueblo, que nadie puede á un tiempo formar parte del mundo y vivir fuera del mundo. Dios ha comprendido en el globo el pais que el Japon ocupa, y este no puede sacarlo de él con su política."

Las cinco Repúblicas hispano-americanas desean tambien comerciar subiendo y bajando el Amazonas; pero el Brasil, peor que el Japon, ocupa precisamente *la puerta de la entrada del rio* y dice: yo no quiero aprovechar el Amazonas; pero tampoco quiero que otros lo aprovechen."

¿Podrá convenir esa política á las grandes naciones comerciantes? *No por cierto*; porque semejante prohibicion les es aun mas perjudicial que el estado de guerra."

Aquí ya no hay ninguna oscuridad. ¿En qué han venido pues, á parar las declaraciones pacíficas de M. Maury? En la amenaza de una expedicion, en una declaracion de guerra!

Segun eso, ¿no teníamos razon para decir que las pretensiones de los Estados Unidos debian aconsejar al gobierno del Brasil, si no desconfianza, á lo ménos prudencia? Sin duda que esas palabras son de un solo hombre, y seria injusto hacer responsable de ellas á una nacion entera; pero las últimas páginas de la historia de los Estados Unidos les sirven por desgracia de terrible comentario.

Si ha habido en los tiempos modernos algun espectáculo admirable, fué el que ofreció el engrandecimiento de los Estados Unidos de América. La lucha heróica que aseguró su independencia, no habia podido agotar sus fuerzas; el orgullo lejítimo de la victoria podia llevarlos al camino peligroso de las conquistas; pero un hombre grande, un gran ciudadano, les indicó el abismo en que podia hundirse su nueva nacionalidad, y despreciando la guerra y sus costosos triunfos, dirijieron todos sus esfuerzos á conquistas mas seguras y fecundas en útiles resultados.

Las circunstancias los ayudaron maravillosamente. La Europa entera era víctima de guerras sangrientas; la Francia republicana habia hecho temblar á la Europa monárquica; y todas las potencias se habian reunido para destruir aquel foco revolucionario que amenazaba abrasarlo todo. Debilitada, aniquilada con sus discordias interiores, pero no vencida, Francia se arrojó en los brazos de un soldado; y la lucha continuó mas formidable y aun mas implacable. Inglaterra, acometida en sus posesiones de la India, amenazada hasta en su propia casa, no podia ya, como en otro tiempo, cubrir el mar con sus naves mercantes. A los Estados Unidos cupo gran parte de esta herencia comercial. Pronto les cedió Francia á Luisiana, que es quizá la mas hermosa parte de su territorio, y posteriormente les entregó España la Florida

Activos y audaces en sumo grado, creciendo á la sombra de la paz, á poco vieron los Americanos su bandera ondeando en los dos Océanos; llamaron en su socorro el comercio y la industria, y al punto se poblaron sus soledades; las selvas se convirtieron en campos fértiles; levantáronse grandes ciudades; y en pocos años alcanzó la Union el grado de prosperidad que ha asombrado al mundo.

Los Americanos del Norte tienen derecho para envanecerse con este rápido desenvolvimiento, debido á un tiempo á la tenaz actividad de la raza anglo-sajona y á un concurso de circunstancias favorables; pero ¿no debemos temer que un legítimo orgullo degenere en audaz ambicion? La conciencia de su fuerza, que ha sido la palanca poderosa con cuyo auxilio han destruido los Estados Unidos todos los obstáculos, ¿no puede cambiarse hoy en pérfida consejera? Quisiéramos equivocarnos; pero al examinar cuidadosamente la actitud nueva que los Estados Unidos han tomado en el mundo, cuando comparamos con la política pacífica á que han debido su grandeza, la política agresiva que no se toman mucho trabajo de disimular hoy, no podemos dejar de ver en ella el principio de gran número de tempestades.

Jorge Washington, el gran ciudadano que todo lo habia hecho durante su vida por la gloria de su patria, quiso tambien serle útil despues de su muerte: y dejó un testamento político, obra de sabiduría y prudencia, que nunca deberian olvidar los gobiernos de la Union. En aquella memorable despedida, Washington recomienda á sus sucesores que vivan en paz con el resto del mundo, y les indica que la conducta que los Estados Unidos deben seguir, es abstenerse de toda intervencion en los negocios interiores de las demas naciones.

Pero hoy los Estados Unidos han renegado ya de las tradiciones de lo pasado, y aquel respeto á las nacionalidades, aquel principio legado por el fundador de la Union, aquella prudencia política de que han sacado tantos frutos, parece que pesa á su ambicion.

Un dia, en 1836, en medio del Congreso, profirió un senador estas palabras: "*La bandera estrellada no tardará en ondear en las torres de Mégico, y desde allí seguirá su carrera hasta el Cabo de Hornos, cuyas ondas agitadas son el único linde que el Yankee pone á su ambicion.*" *Desde entónces* quedó olvidado el testamento de Washington, y reemplazado con la temeraria prediccion de M. Preston.

De entónces acá ¿cuántos tristes acontecimientos han acreditado esta amenazadora profecía?

En vano el Presidente Jefferson hizo comparecer en otro tiempo ante los tribunales al Coronel Burr, uno de los hombres distinguidos del pais, que habia reunido tropas y municiones para intentar una expedicion contra Mégico. Los Americanos conocian el camino de Mégico y M. Burr encontró vengadores.

Ahí está la historia de Tejas para dar á conocer cómo sabe la Union respetar las nacionalidades extranjeras. Los Estados Unidos eran demasiado sagaces para despertar directamente las sospechas de Europa conquistando á Téjas á mano armada. Pero Téjas, deslumbrada con promesas falaces y esperanzas fementidas, declaró su independencia y llamó en su socorro á los Estados Unidos. Desde aquel dia pudieron decir los americanos: Téjas nos pertenece. Demasiado débil para poder luchar á un tiempo contra las tentativas de los mejicanos y elementos interiores de desorganizacion con que habian contado los Estados Unidos, Téjas se entregó á sus pretensos libertadores. El Congreso deliberó *pro forma*; bien es verdad que algunas voces protestaron en nombre de los principios. En vano los señores Clay, Webster y el ex-presidente Van Buren recordaron las tradiciones de Washington; el Congreso cubrió con el nombre de *anexion* aquella audaz violacion del derecho internacional.

Encontrada una palabra honesta para ocultar escandalosas tentativas, aquella palabra produjo un sistema, y, á su vez, California fué *anexada* á la Union.

Si insistimos en estos acontecimientos, es porque indican una política nueva en los Estados Unidos; porque nos descubren la trascendencia que tienen las protestas de M. Maury en favor de la paz

y del progreso. Los americanos hicieron con Téjas el ensayo de un sistema que parece que ha prevalecido hoy entre ellos. Vinieron con palabras de paz y progreso, y estimularon con toda la apariencia del desinteres tentativas de independencia; conocian los desórdenes interiores de aquella desgraciada provincia, y bien sabian que le era imposible gobernarse por sí sola. Sin embargo, la ayudan á romper los lazos que la atan á Méjico, y despues la dejan entregada á convulsiones intestinas de que deben sacar partido. Cuando Téjas, despedazada por la guerra civil, impotente, sin recursos, embarazada con la inútil libertad que ha conquistado, se revuelve y agita sin poder hallar las bases de una organizacion sólida, entónces la Union le muestra su prosperidad interior, su riqueza, la grandeza de sus Estados; y Téjas deslumbrada, no sabiendo ya que hacer con su estéril independencia, reclama como un favor su incorporacion á los Estados Unidos.

¿No hay en esa hipocresía, que calcula friamente las utilidades que las desgracias de una nacion deben producir, alguna ménos lealtad, mas olvido de la honradez nacional, que en una conquista audaz, abiertamente emprendida y consumada?

Lo que debe principalmente abrir los ojos á los mas ciegos, es el medio cómodo empleado por los Estados Unidos para justificar sus tentativas. "La anexion se efectuó," dice M. Everett hablando de Téjas; "como cuestion interior, no es de tal naturaleza que haya de comentarse en comunicacion dirigida á un Ministro extranjero. *A la luz del derecho, nunca hubo extension de territorio mas natural ni mas justa*; ella produjo una gran perturbacion en nuestras relaciones con el gobierno mejicano. Siguióse la guerra, de la cual resultó la adquisicion (mediante una enorme compensacion pecuniaria) de vastos territorios que se añadieron á la Union."

Sin detenerse en las opiniones opuestas que se formaron acerca de esta guerra, como sucede siempre en los paises libres cuando se trata de las grandes medidas que se han tomado, cualquiera que mire estos acontecimientos desde la altura en que debe colocarse un estadista, no podrá dejar de notar el principal resultado de los efectos de la ley de nuestra existencia política. Estas consecuencias están á la vista de todos."

Vastas provincias, que durante tres siglos habia aniquilado el régimen sufocante de un sistema estacionario, van hoy engrandeciéndose al influjo de una activa civilizacion. Libertad de hablar y escribir, justicia administrada por el jurado, igualdad religiosa y gobierno representativo, he aquí lo que la constitucion de los Estados Unidos ha llevado á extensas regiones, donde hasta entónces eran desconocidos semejantes beneficios." (1)

---

(1) Nota dirigida por M. Everett, secretario de Estado del Gobierno de M. Fillmore, al señor conde de Sartigues, Ministro del Gobierno frances en Washington, en 1.° de Diciembre de 1852.

Así, M. Everett no se detiene á examinar si es ó no contrario á los principios el engrandecimiento de un pais con menoscabo de otro; ¿ qué le importa la justicia ? El resultado lo justifica todo. Hemos sublevado algunas provincias contra su gobierno, las hemos ayudado á conquistar una mentida independencia; despues, cansadas de su libertad, aspiraron á gozar de los beneficios de nuestra administracion, y las hemos recibido. Nada mas natural; quizá sea injusto, pero poco importa, pues son partícipes de nuestra prosperidad!

He aquí la justicia desterrada de las relaciones internacionales y sustituida con un nuevo principio. Por consiguiente los Estados Unidos pueden intentarlo todo, conquistarlo todo. Ya M. Maury prueba á aplicar el sistema de M. Everett, calcula, enumera los recursos inmensos de los americanos del Norte, cuanto pueden hacer por la prosperidad de las comarcas situadas á orillas del Amazonas! Y si estas comarcas, seducidas con el poder y riqueza de los Estados Unidos, solicitan formar parte de la Union, no habrá de quejarse el Brasil, por que dichas provincias tienen derecho para preferir la Union Americana al Imperio del Brasil. Admitido el principio, resulta cierto lo que dijo M. Preston, á saber: que la bandera estrellada ondeará pronto en las rocas del Cabo de Hornos.

Ya ha dado tristes frutos esta extraña doctrina. El buen resultoda de la invasion de Téjas y la brillante campaña de Méjico han persuadido á los americanos que les bastaba solo querer, y que todo les era posible. Así es que, cuidándose mas de las ventajas que de la legitimidad del fin, los americanos del Norte han soñado con otra conquista, con otra *anexion*, la de la isla de Cuba. "Es un hecho tan cierto como deplorable," dice un publicista frances, (1) "que en esta nacion se ha debilitado el sentido moral, en lo tocante á la política internacional, desde que salieron tan bien las empresas de despojo dirigidas contra la República mejicana; en tanto grado que solo una escasa minoría desaprueba con cierta energía el proyecto dirigido contra Cuba por particulares que trabajan por su propia cuenta."

Hay tal analogía entre las expediciones contra Téjas y las primeras expediciones contra Cuba, que sin temeridad puede afirmarse que los cabecillas de los *pronunciamientos* tenian algun motivo para contar con la ayuda de los Americanos. Con *voluntarios* habia intentado el Coronel Burr la conquista de Méjico; con *voluntarios* se hizo la expedicion de Téjas; tambien son 400 *voluntarios* los que reune el General López en 1850; emplea seis meses enteros en reunir su corto ejército, en preparar su expedicion; no se esconde, y sin embargo, el gobierno de la Union no puede lograr impedirla.

López sale mal, es encausado y absuelto; pero su reves solo sir-

(1) M. J. Lemoine. Diario de Debates de 10 de Diciembre de 1852.

ve para dar mas popularidad al proyecto contra la reina de las Antillas.

Así es que vuelve á comenzar á reunir su gente, y el gobierno cierra los ojos como la vez primera; una corbeta, encargada de perseguir á los aventureros, no puede encontrarlos en el golfo de Méjico. La tentativa es rechazada, los americanos quedan derrotados y dispersos; cincuenta no pueden huir, y son fusilados en la Habana!

¿A quién toca la responsabilidad de toda esa sangre derramada?

El gobierno de la Union por supuesto que la rechaza. "No debemos extrañar," dice el Presidente Fillmore, (1) "pero sí deplorar ver que ciertos individuos, lleven el espíritu de empresa hasta confundir el cambio con el progreso, y los ataques contra los derechos agenos, con la valentía nacional y la gloria. . . . . Son proyectos de ambicion que se ocultan *bajo el pretexto fementido de extender la esfera de la libertad*. Estas agresiones solo sirven para retardar el verdadero progreso de la nacion y manchar su reputacion. Por lo tanto, debe mirarlas con indignacion todo buen ciudadano que ame sinceramente á su patria y tenga en mucho el honor y la prosperidad nacional."

Nobles son estas palabras; pero M. Fillmore debió pensar, al pronunciarlas, que condenaban con igual razon tanto las expediciones de Téjas y California como las de Cuba. Solo el buen éxito justificó las primeras; las de López incurrieron en la severidad del Gobierno solo porque salieron fallidas.

De buena gana queremos creer en la sinceridad de M. Fillmore; pero, si el gobierno de la Union no es culpable de complicidad, lo es cuando ménos de una extraña é increible negligencia. López prepara sus empresas á la luz del medio dia, ¿por qué pues, no se le impiden?

Por otra parte, los insurrectos de Puerto Príncipe en 1851 no temen declarar en su manifiesto que: "Cuba tiene derecho para conquistar su independencia *con el concurso de los extranjeros*." Y los sublevados recibieron de los americanos los estímulos ménos equívocos. He aquí lo que pasó en el mismo dia en que se tuvo en Nueva Orleans noticia de la insurreccion: (2).

"En la misma tarde en que se recibieron las primeras noticias, un saludo de cien cañonazos llamó al muro á todos los amigos de la santa causa, que confundieron sus gritos de alegria con el estampido del cañon. Todos los corazones latian de contento con solo pensar que los patriotas de Cuba habian hecho un esfuerzo para libertarse de sus tiranos y conquistar su libertad. Un millar de ciudadanos espontáneamente y de comun acuerdo, *se organizaron* al punto yfueron al café de Cuba, calle de Graxier, donde se formó de repente una junta. El dia siguiente tuvo efecto otra regular en la calle de Lafayette, y se adoptaron resoluciones, de las cuales son estas dos las principales:

---

(1) Mensaje presentado al Congreso en 6 de Diciembre de 1852.

(2) Correo de Luisiana.

fo de Méjico debe convertirse en lago americano (1). Otro Senador (2) completa la idea de su cólega. "Si España," dice, "desea deshacerse de Cuba y ofrece cedérnosla con condiciones razonables, votaré por que se negocie con España. Si se niega á tratar con nosotros, y piensa traspasar sus derechos á Cuba, en favor de una potencia europea, *votaré por que se tome posesion de la isla, y por su anexion de cualquier modo.*"

El Senado, fiel á la política ambigua que es la de la Union, no votó ni rechazó la proposicion; se contentó con diferirla!

En aquella tribuna, en que Washington moribundo pedia, en nombre de la salud de la nacion que habia fundado, que no se hablase nunca de los negocios extranjeros, se suscitan contiendas acerca de principios abstractos, de casos hipotéticos de política exterior; y cuando por acaso se levanta la voz de un honrado ciudadano como Van Buren para protestar contra las nuevas tendencias, las rechiflas ahogan su voz.

En medio de estas agitaciones públicas, de esta sed belicosa de invasiones, se verifica la última eleccion para la presidencia de la Union; habia derecho para esperar que de la boca de M. Pierce saldrian juiciosos consejos á fin de calmar aquella imprudente exaltacion; pero el discurso de inauguracion del nuevo presidente no fué mas que el reflejo de las pasiones populares. "En la política de mi administracion," dice, (3) "no se consentirá que influyan *los tímidos profetas que van prediciendo las desgracias que puede acarrearnos la expansion.* Es cierto que á nadie puede ocultarse, que de nuestra actitud como nacion y de nuestra posicion en el globo resulta *que importa en sumo grado á nuestra seguridad la adquisicion de ciertas posesiones que no nos pertenecen; aun cuando esa adquisicion no sea en lo futuro esencial á la conservacion de los derechos del comercio y de la paz del mundo.*"

He aquí la doctrina de la expansion proclamada como principio, como necesidad; el aumento del territorio de la Union anunciado al mundo de la manera mas inteligible! Con esto se estimulan todas las empresas mas temerarias, porque, si pueden armarse nuevos sectarios é invadir todos los puntos del continente vecino, no harán mas que obedecer los principios sentados por el presidente Pierce.

Hemos insistido en la historia de los últimos años de la Union americana, y mostrado las ideas de conquista primero rechazadas por la prudencia, despues creciendo con el aura popular, manifestándose en la tribuna, y pasando á ser por fin doctrina temeraria predicada por el gobierno de la Union á un pueblo trémulo de entusiasmo. Esa historia demasiado real, esos hechos demasiado incontestables son una enseñanza terrible, y deben servirnos hoy para apreciar la trascen-

(1) Sesion del Congreso de 18 de Julio de 1853.
(2) El juez Douglas.
(3) Discurso del general Pierce, al tomar posesion de la presidencia en 4 de Marzo de 1852.

dencia de las palabras de paz que ha sembrado M. Maury en su memoria. El presidente Pierce se ha olvidado de indicar los territorios cuya adquisicion era *necesaria* á la conservacion de los derechos del comercio y de la humanidad. ¿ No debe, pues, temer el Brasil que los americanos del Norte sientan la tentacion de hacer, en el territorio del Amazonas, un nuevo ensayo de la teoria de la expansion que es hoy la política oficial de los Estados Unidos ?

Como el gobierno del Brasil ha recibido el encargo de conservar la integridad del Imperio, le incumbe el deber de rechazar cuanto pueda exponerla. Si continua dando sabia proteccion á las ideas de civilizacion y progreso, realizando con la calma de la prudencia la obra que ha comenzado, sin ceder á peligrosas teorias; no tendrá que temer las reticencias amenazadoras contenidas en el discurso de M. Perce y en la memoria de M. Maury.

Los americanos son atrevidos y fuertes; poderosos en hombres, cañones y buques; un escritor célebre los llamaba *Hércules en la cuna*; pero el Brasil desafia todas las empresas temerarias; porque puede apoyarse en la mayor de las fuerzas humanas, que es la justicia y el derecho.

FIN.

Resuelto, que con la emocion del mas vivo gozo hemos recibido la noticia del principio de la revolucion en la isla de Cuba; que ofrecemos aquí á los hijos oprimidos de esa isla nuestras simpatias mas profundas en la lucha desigual que tan felizmente han inaugurado en el aniversario del nacimiento de nuestra libertad nacional; y que dirigimos oraciones á Dios para que pronto sea contada Cuba en el número de las naciones libres é independientes de la tierra."

Resuelto que los verdaderos republicanos americanos tienen el derecho sagrado y el deber imperioso *de prestar ayuda y facilidad* á los habitantes de Cuba, por todos los medios legales que están en su mano, en la lucha que han emprendido para sacudir el yugo de España."

Los Estados unidos no proceden de otro modo; jamas faltan a su principio de no intervencion; nunca se permiten ningun acto agresivo contra las provincias que codician; son siempre algunos ciudadanos los que, sin conocimiento del gobierno, y á pesar de él, emprenden operaciones de este género, sin querer otra cosa que ayudar á sus vecinos en sus proyectos de independencia. Y con el auxilio de este desinteres, pronto la bandera de la Union cuenta otra estrella mas.

Cuba se ha escapado tambien por esta vez de la suerte de Téjas; pero el peligro no ha pasado.

Hasta entónces el sistema empleado por la Union para aumentar su territorio, no se habia manifestado sino en algunos hechos en que podian tener gran parte el acaso y las circunstancias; pero la audacia de los Estados Unidos ha crecido con su triunfo, de manera que este sistema es hoy teoría reconocida y proclamada por el gobierno de la Union.

Las tentativas contra la isla de Cuba, la tolerancia culpable de un gobierno que dejaba que algunos aventureros preparasen cómodamente expediciones contra naciones vecinas y amigas, la violacion evidente de los principios del derecho internacional, despertaron naturalmente la atencion de las potencias europeas, que no habian prestado entera fe á la justificacion presentada por M. Fillmore. Francia é Inglaterra se pusieron de acuerdo para tratar de hacer imposible en adelante la repeticion de aquellos escandalosos ataques; y ofrecieron declarar sin la menor reserva que no tenian ninguna pretension á la isla de Cuba, con la condicion de que los Estados Unidos hiciesen por su parte otro tanto. "Las altas partes contratantes," decia el proyecto de convenio (1) "declaran por medio de la presente convencion que renuncian en cuanto á lo presente y lo futuro, á toda intencion de obtener la isla de Cuba, y se obligan á impedir todo proyecto que mire á este fin, sea de alguna potencia ó de individuos." Los Es-

(1) Carta del conde de Malmesbury á M. Grampton, ministro ingles ante el gabinete de Washington. Despacho de negocios extranjeros, Agosto 8 de 1852.

tados Unidos se negaron á adherirse á esta declaracion. Este hecho no tiene necesidad de comentario; por otra parte, el gabinete de Washington no trató de ocultar de ningun modo el verdadero sentido de la repulsa. "Los Estados Unidos," dice, "se obligarian por su parte en el tratado propuesto, á renunciar á una adquisicion que puede tener efecto sin que se turben de ningun modo las relaciones extranjeras actualmente existentes, ni el órden natural de las cosas. La isla de Cuba está en nuestras puertas. Domina la entrada del golfo de Méjico, que baña las costas de cinco de nuestros Estados. Cierra la entrada del gran rio que riega la mitad del continente norteamericano, y forma con sus tributarios el mas vasto sistema de comunicacion interior por agua que existe en el mundo. Es un centinela que tiene los ojos fijos en el tráfico que hacemos por medio del Istmo con California. . . . . La opinion de los estadistas americanos acerca del deseo vehemente que tienen los Estados Unidos de adquirir la isla de Cuba, ha sido diferente en diversas circunstancias. Bajo el aspecto del territorio y del comercio, esta isla seria en nuestras manos una posesion de gran valor. *Bajo otros aspectos, ella podria llegar á ser necesaria á nuestra seguridad.*"

¿Dónde podremos encontrar una justificacion mas completa de los actos del general López? M. Fillmore los habia condenado severamente; pero al mismo tiempo encargaba á su secretario de Estado de probar oficialmente que aquellas tentativas bien podian llegar á ser *necesarias!*

Desde el dia en que el gobierno de la Uuion excusaba los proyectos de invasion contra naciones amigas, ellos debian hacerse populares; y así la opinion pública se manifiesta en su favor desde las orillas del San Lorenzo hasta la punta de la Florida.

No son ya tímidas aspiraciones, deseos contenidos por el respeto debido á los tratados, una proteccion tácita concedida á bandadas de aventureros; en medio del Senado, en forma de una proposicion se presentan y discuten las teorías de invasion con aplauso del público. El general Cass resucita en medio de la paz la antigua proposicion que Monroe habia presentado á vista de las declaraciones del Congreso de Laybach y de Verona, á vista de la invasion de España, en el momento en que los Estados Unidos podian creerse amenazados con los proyectos de la santa alianza. Despues que Francia é Inglaterra ofrecieron declarar solemnemente que renunciaban para siempre al intento de ocupar á Cuba, y que los Estados Unidos habian rehusado asociarse á esta declaracion, fué cuando el general Cass propuso al Congreso que decidiese que la influencia europea en el continente americano es atentoria á los derechos y seguridad de los Estados Unidos. "*Deseo,*" exclama, "*la posesion de Cuba, la deseo ardientemente; cuanto mas pronto la obtengamos, tanto mejor.* . . . . El golfo de Méjico es el cauce natural del gran rio americano; *el gol-*

TABLA DE LAS MATERIAS.

		Pag.
INTRODUCCION		5
CAPITULO	I. Del derecho de gentes . . .	7
„	II. De la navegacion de los rios, segun el derecho de gentes internacional .	16
§	I. *De la navegacion de los rios interiores de un Estado, segun el derecho de gentes natural.* . . .	18
§	II. *De la navegacion interior de los Estados, segun el derecho de gentes consuetudinario*	24
§	III. *De la navegacion del Amazonas, segun los tratados públicos* . .	45
„	III. Tratado de 23 de Octubre de 1851.	46
„	IV. De la memoria de M. Maury . .	49
§	I. *Del derecho de tránsito inocente* .	50
§	II. *Del derecho de comercio.*	58
„	V. Del tratado de comercio entre el Perú y los Estados Unidos . . .	73
„	VI. De la política del Brasil . . .	84
„	VII. De la política de los Estados Unidos.	91

011922

I. V.